



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

PIETRO CALDEIRINI ARUTO

**Padrão de reprodução do capital e superexploração da força de
trabalho no Brasil (2003-2016): uma análise em múltiplas dimensões
espaciais**

Campinas
2019



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

PIETRO CALDEIRINI ARUTO

**Padrão de reprodução do capital e superexploração da força de
trabalho no Brasil (2003-2016): uma análise em múltiplas dimensões
espaciais**

Prof. Dr. Fernando Cezar de Macedo Mota– orientador

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Econômico, na área de Desenvolvimento Regional e Urbano.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
TESE DEFENDIDA PELO ALUNO PIETRO CALDEIRINI
ARUTO, ORIENTADO PELO PROF. DR. FERNANDO
CEZAR DE MACEDO MOTA.**

**Campinas
2019**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4693-0292>

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

Ar85p Aruto, Pietro Caldeirini, 1985-
Padrão de reprodução do capital e superexploração da força de trabalho no Brasil (2003 - 2016) : uma análise em múltiplas dimensões espaciais / Pietro Caldeirini Aruto. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Fernando Cezar de Macedo Mota.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Dependência. 2. Economia Regional. 3. Economia - Brasil. 4. Exploração. I. Mota, Fernando Cezar de Macedo, 1989-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The pattern of capital reproduction and superexploitation of the labour power in Brazil (2003-2016) : an analysis in multiple spatial dimensions

Palavras-chave em inglês:

Dependency

Regional Economics

Economics - Brazil

Exploitation

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Titulação: Doutor em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Fernando Cezar de Macedo Mota [Orientador]

Fábio Antonio de Campos

Fernando Corrêa Prado

Elizeu Serra de Araujo

Helder Gomes

Data de defesa: 28-02-2019

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

PIETRO CALDEIRINI ARUTO

**Padrão de reprodução do capital e superexploração da força de
trabalho no Brasil (2003-2016): uma análise em múltiplas dimensões
espaciais**

Prof. Dr. Fernando Cezar de Macedo Mota– orientador

Defendida em 26/02/2019

COMISSÃO JULGADORA

**Prof. Dr. Fernando Cezar de Macedo Mota- PRESIDENTE
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**

**Prof. Dr. Fábio Antonio de Campos
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**

**Prof. Dr. Fernando Corrêa Prado
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)**

**Prof. Dr. Elizeu Serra de Araujo
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)**

**Prof. Dr. Helder Gomes
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)**

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

AGRADECIMENTOS

Ao Pedro, Roseli, Gabriela e Giuliana pelo sentimento e apoio, hoje e sempre, perto e longe. Ao Lucas e Marlon por tornarem nosso cotidiano mais prazeroso. À Lilian pela alegria imensa nesses seus poucos meses de existência nesse planeta.

A todos militantes das Brigadas Populares Campinas, em suas várias “gerações”, especialmente ao Alisson, Carla, Célia, Dafne, Dani, Fernanda, Pedro, Rayssa, Rodolfo e Thamires. Ao Diógenes, Evaldo e Vitor o agradecimento é mais do que militante, é fraterno.

Aos amigos e professores do IE/Unicamp e CEDE, especialmente à Daiana, Lilian, Guilherme, Humberto, Raul, Taís e Wilson.

Aos professores da banca de doutorado pelas considerações e críticas, principalmente aos professores Elizeu e Fernando pela contribuição desde a banca de qualificação.

Ao Fernando Macedo pela orientação, amizade e confiança. À Lene, Marco e Júlio pelo convívio nas terras campineiras.

À Camila, a melhor descoberta mútua desse doutorado, por encher meu coração e meus olhos com esse jeito *darcyniano* e guerreiro, tão típico do povo brasileiro. Agradeço à família da Silva, especialmente ao Tião, Célia, Dênis e Andréia.

Aos novos e velhos amigos no meu retorno ao Sul.

Aos funcionários do Instituto de Economia da Unicamp

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela bolsa de estudos durante três anos.

La producción capitalista, por consiguiente, no desarrolla la técnica y la combinación del proceso social de producción sino socavando, al mismo tiempo, los dos manantiales de toda riqueza: la tierra y el trabajador (MARX, 1988, p. 612/613).

A veces las preguntas clásicas son las que hacen posibles las respuestas verdaderas. (Manuel Vázquez Montalbán, Asesinato em el Comité Central)

Que isso merece que se conte? Miúdo e miúdo, caso o senhor quiser, do descrição. Mas não anuncio valor. Vida, e guerra, é o que é: esses tontos movimentos, só o contrário do que assim não seja. Mas, para mim, o que vale é o que está por baixo ou por cima — o que parece longe e está perto, ou o que está perto e parece longe. Conto ao senhor é o que eu sei e o senhor não sabe; mas principal quero contar é o que eu não sei se sei, e que pode ser que o senhor saiba. Agora, o senhor exigindo querendo, está aqui que eu sirvo forte narração — dou o tampante, e o que for — de trinta combates. (Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas).

RESUMO

O tema geral da tese é a análise crítica das condições de vida dos trabalhadores durante o governo do Partido dos Trabalhadores de 2003 a 2016. A questão central da qual se parte pode ser assim formulada: como foi possível em um país de capitalismo dependente e marcado pela superexploração da força de trabalho verificar de maneira prolongada um aumento real do salário mínimo e médio, entre outras importantes medidas vinculadas às chamadas “conquistas sociais”, sobretudo no auge do crescimento econômico? Nesse sentido, o objetivo geral da investigação é compreender as mudanças na remuneração dos trabalhadores e da jornada de trabalho e como elas condicionam e manifestam as tendências do atual padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva, em várias escalas espaciais. Metodologicamente, para associar a condição de vida dos trabalhadores com a valorização do capital, procurou-se mensurar a taxa de mais-valor a partir de duas metodologias: a matriz insumo-produto e a expressão monetária do valor. Além disso, os mecanismos de superexploração da força de trabalho foram analisados com base em dados secundários oficiais relativos à jornada de trabalho, sobretudo por meio da PNAD e SCN do IBGE, RAIS/MTb e Salário Mínimo Necessário do DIEESE. Os principais resultados apontam a manutenção de um elevado patamar da taxa de exploração no auge do crescimento concomitantemente a uma redução do tempo de trabalho médio e aumento real do rendimento médio e mediano. Diante dessas evidências, defende-se aqui uma contenção relativa da superexploração durante parte do governo petista. Contudo, de modo algum se pode dizer que a dependência e SFT foram superadas, principalmente ao se considerar a intensidade da jornada de trabalho, a permanência das desigualdades de renda e a deterioração das condições sociais e laborais pós-2010. Os resultados e as análises indicam também que a superexploração e a dependência se manifestaram sob diversos mecanismos, para além da jornada de trabalho direta e do fundo diário de reprodução da força de trabalho. Por fim, evidenciou-se que essa manifestação teve como base uma produção social do espaço em várias escalas: nacional-internacional, mas também, regional, rural e urbana.

Palavras-chave: Dependência – Teoria; Brasil – Economia; Economia Regional; Exploração

ABSTRACT

The general subject of the thesis concerns a critical view of workers life conditions during Workers' Party (*Partido dos Trabalhadores*) administration (2003-2016). The central question arises from the contradictions and limits of a lasting rise in real wages among other social benefits (*conquistas sociais*) especially during economic growth in a dependent economy and a superexploited labor power. Generally, the thesis aims to evaluate how changes in wage levels and labor journey are related to prevailing pattern of capital reproduction in Brazil in multiple spatial scales. Methodologically surplus rate as a proxy of workers life conditions was estimated based on two distinguished approaches: input-output matrix and monetary expression of value. Furthermore superexploitation analysis concerned secondary data organized by nominal, real and necessary wage levels as well as changes in the labor journey such as intensity, extra-economic relations and indirect wages. Major data sources were obtained in PNAD and SCN from IBGE, necessary nominal wage from DIEESE and Ministry of Labor administrative registers. Overall despite uprising in surplus value until international crisis, results indicate a relative constraint in superexploitation in Brazil. Yet in no manner a validation of PT economic and political strategy should be supported mainly due to the downfall in surplus value rate, structural income inequalities and reversion in labor conditions post-2011. Properly, superexploitation appears to have diversified itself towards other mechanisms beyond direct wages and labor time journey as Brazilian sociospatial formation had been more integrated to world economic system. Dialectically super exploitation comprehend new forms and mechanisms implying a spatial social production in multiple dimensions not only international-national, but also regional, rural and urban.

Key words: Dependency – Theory; Brazil – Economy; Regional Economics; Exploitation

LISTA DE QUADRO E FIGURAS

Figura 1: Índices de Acidentes de trabalho segundo motivo/situação com obrigatoriedade (1999 = 100) e sem obrigatoriedade da CAT (2007 = 100) e relação do total de acidentes por vínculos formais de trabalho (em %, eixo da direita) – Brasil, 1999-2016	171
Quadro 1: Definição e procedimentos de seleção das principais variáveis para o cálculo da taxa de mais-valor a partir do método da expressão monetária do valor	136
Quadro 2: Definição e procedimentos de seleção das horas anuais e do custo salarial para o cálculo da taxa de mais-valor a partir do método da expressão monetária do valor	137
Quadro 3: Horas médias trabalhadas por semana por empregado segundo atividades econômicas* – Países Selecionados, 2012 e 2016.	162
Quadro 4: proporção (em %) dos Vínculos formais de Trabalho das UF e do Brasil, Relação (em %) acidentes de trabalho/vínculos formais de trabalho, tempo médio semanal dedicado a afazeres domésticos (em horas) dos empregados produtivos** e proporção (em %) dos empregados produtivos*** com tempo de deslocamento casa-trabalho na ocupação principal acima de 30 minutos – Brasil, Unidades da Federação e DF, 2002, 2011 e 2015.....	219

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Participação (em %) no valor adicionado bruto segundo atividades econômicas – Brasil, 2000, 2002, 2010 e 2016	69
Tabela 2: Relação dos rendimentos médios nominais por hora de empregados em dólar corrente e em paridade do poder de compra (dólar de 2011) – Países selecionados, 1995-2015	111
Tabela 3: Valor Adicionado bruto (VAB) marxista, capital variável, trabalho excedente, massa de mais-valor (em milhões de R\$ preços correntes), número de ocupações produtivas e taxa de mais-valor – Brasil, 2000- 2016	142
Tabela 4: Componentes do trabalho produtivo e improdutivo e valor criado (metodologia da expressão monetária do valor) – Brasil, 2002-2015	146
Tabela 5: Relação preço-valor (E) e taxa de mais-valor (metodologia da expressão monetária do valor)– Brasil, 2002-2015	148
Tabela 6: Índices (2011=100) dos componentes em valor da reprodução da força de trabalho – Brasil, 2002-2015	151
Tabela 7: Variação percentual do salário familiar médio, mediano (nominal em R\$)*, do INPC** e dos itens que compõe o INPC – Brasil, 2001-2005, 2006-2011 e 2012-2015	156
Tabela 8: Salário mínimo nominal, necessário, valor nominal do rendimento familiar médio e mediano (em R\$) e taxa de ocupação (em%) em setembro de cada ano - Brasil, 2001 -2016 ...	167
Tabela 9: Horas médias semanais dedicadas a afazeres domésticos por sexo e faixas de rendimento* em salário mínimo dos empregados produtivos (ocupação principal)** - Brasil, 2002, 2004,2011 e 2015	174
Tabela 10: Proporção (em %) dos empregados produtivos (ocupação principal)* segundo faixas de tempo de percurso da casa até o trabalho por faixa de rendimento familiar em salário mínimo** - Brasil, 2002, 2004,2011 e 2015	175
Tabela 11: Ocupações produtivas (Lv, em milhares), Custo salarial dos trabalhadores produtivos (Lv _{wv} , em milhões de R\$), tempo de trabalho dos trabalhadores produtivos (Lv _{tv} , em milhões de horas) em termos anuais e taxa de mais-valor (s*) (metodologia da expressão monetária do valor) segundo setores econômicos – Brasil, 2002, 2011 e 2015	198
Tabela 12: Participação (em %) das Grandes Regiões e São Paulo no valor adicionado bruto (VAB) segundo atividades econômicas– 2002, 2011 e 2016	206
Tabela 13: Ocupações produtivas (Lv, em milhares), Custo salarial dos trabalhadores produtivos (Lv _{wv} , em milhões de R\$), tempo de trabalho dos trabalhadores produtivos (Lv _{tv} , em milhões de	

horas) anuais e taxa de mais-valor (s*) (metodologia da expressão monetária do valor) segundo unidades da federação – Brasil, 2002, 2011 e 2016 211

Tabela 14: Domicílios particulares permanentes na área urbana sob inadequação fundiária urbana (IFU) segundo classes de rendimentos por salário mínimo (SM) * - Brasil, 2003, 2011 e 2015 227

Tabela 15:Domicílios Permanentes Urbanos (DPU) e domicílios sob Inadequação Fundiária Urbana (IFU) em milhares segundo Unidades da Federação - Brasil e Regiões Metropolitanas, 2003, 2011 e 2015 230

Tabela 16: Variáveis laborais, cor/raça, rendimento médio real, horas médias semanais trabalhadas, grupos de atividades econômicas e grau de instrução da população residente para domicílios permanentes urbanos e domicílios sob inadequação fundiária urbana – Brasil e regiões Metropolitanas, 2003, 2011 e 2015 233

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Índice de volume das exportações e das importações (2010=100) e participação (em %, eixo da direita) das exportações no PIB (US\$, correntes)- América Latina e Caribe, 1980-2015	54
Gráfico 2: Participação (em %, eixo da esquerda) da formação bruta de capital fixo, das exportações e do PIB da Indústria no PIB a preços de mercado e variação anual percentual real (R\$ de 1980) do PIB – Brasil, 1955-2013	57
Gráfico 3: Saldo comercial segundo categorias de uso selecionadas (em milhões de dólares) – Brasil, 1997-2016	77
Gráfico 4: Resultado primário do governo (em milhões de R\$) e como proporção (em % à direita) do PIB* - Brasil, 1997-2016	80
Gráfico 5: Remessa de lucro e dividendo dos Investimentos Diretos e em Carteira (milhões de US\$) e participação (em %) das remessas no PIB (direita)– Brasil, 1995-2015	83
Gráfico 6: Fuga de Capital residual e por super/sub faturamento comercial como porcentagem do PIB– Brasil, 1980-2012	85
Gráfico 7: Saldo das transações correntes e das principais rubricas por trimestre (em milhões de dólares)– Brasil, 1995-2016	91
Gráfico 8: Salário por hora dos trabalhadores da produção têxtil (<i>TextileProductionWorkers</i>) em dólar corrente e paridade de poder de compra - Países selecionados, 2008	121
Gráfico 9: Taxa de Mais-Valor segundo metodologia da matriz insumo-produto por ano de referência do Sistema de Contas Nacionais (eixo esquerda) e índice de empregos produtivos (Lp) (1995=100) – Brasil, 1995-2016	144
Gráfico 10: Taxa de mais-valor segundo matriz insumo-produto (MIP) pela referência ano 2000 (MIP-2000) e referência ano 2010(MIP-2010) e taxa de mais-valor (s**) segundo expressão monetária do valor (EMV) considerando os trabalhadores domésticos produtivos (EMV-DLp) ou improdutivos (EMV-DLu) – Brasil, 2000-2016	149
Gráfico 11: Índice internacional de preço real dos alimentos (2002-2004 = 100 na linha) e participação do PIB do agronegócio no PIB brasileiro (em %, nas colunas, eixo da direita) – 1996-2017	189
Gráfico 12: Custo unitário de extração de petróleo no Brasil (US\$/BOE)*, Preço barril de petróleo cru (US\$) spot**, participação do Brasil na produção de petróleo cru e a exportação de petróleo (em % nas colunas, eixo da esquerda) – 2002-2017***	194

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD – Auditoria Cidadã da Dívida

BC – Banco Central

BCD – Bens de Consumo Durável

BCND – Bens de Consumo Não-Durável

BI – Bens Intermediários

BK – Bens de Capital

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH – Banco Nacional da Habitação

BOE – Barris de óleo equivalente

BPM6 – 6ª Edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional

CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho

CC – Capital Constante

CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

CV – Capital Variável

DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social

DEM – Democratas

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DPU – Domicílios Particulares Permanentes Urbanos

DRU – Desvinculação de Receitas da União

EC – Emenda Constitucional

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMV – Expressão Monetária do Valor

FAO – Food and Agriculture Organization

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FJP – Fundação João Pinheiro

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSP – Formação Socioespacial Dependente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDE – Investimento Direto Estrangeiro
IFU – Inadequação Fundiária Urbana
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras
ISI – Industrialização por Substituição de Importação
MCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MDIC - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MIP – Matriz Insumo-Produto
MTb – Ministério do Trabalho
NDP – Net Domestic Product
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OPEC – Organization of the Petroleum Exporting Countries
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PEA - População Economicamente Ativa
PIB – Produto Interno Bruto
PIS/PASEP – Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PLC – Projeto de Lei da Câmara
PNAD – Pesquisa Anual de Amostra Domiciliar
PPC\$ - paridade de poder de compra da moeda nacional com o dólar
PRCEEP - Padrão de Reprodução do Capital Exportador de Especialização Produtiva
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
SCN – Sistema de Contas Nacionais
SFH – Sistema Financeiro de Habitação
SFT – Superexploração da Força de Trabalho
SM – Salário Mínimo
SMN – Salário Mínimo Necessário

TMD – Teoria Marxista da Dependência

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VAB – Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

Introdução	17
1. Padrões de Reprodução do Capital no Brasil: estruturas e processos históricos.....	23
1.1 Formação socioespacial e Padrão de Reprodução do Capital: uma questão de método	25
1.2 O atual Padrão de Reprodução do Capital Exportador de Especialização Produtiva.....	42
2. Política Econômica e neoliberalismo no Brasil do século XXI.....	61
2.1 Visão Geral da nova estrutura da dependência	62
2.2 Política Econômica Neoliberal no século XXI.....	74
2.3 Estratégias neoliberais de desenvolvimento dependente e suas contradições pós-2003	85
3. Exploração da força de trabalho: questões teórico-metodológicas.....	99
3.1 Formas de ampliação da exploração da força de trabalho e a transferência internacional de valor.....	100
3.2 A superexploração da força de trabalho	113
3.3 Abordagens e considerações metodológicas sobre a mensuração da taxa de mais-valor	123
4. Exploração e superexploração da força de trabalho no Brasil: determinações nacionais	139
4.1 Duas metodologias para se dimensionar a taxa de mais-valor no período 2000-2016	140
4.2 Formas de Superexploração contemporâneas: para além do salário direto.....	157
5. Padrão de Reprodução do Capital e Produção Social do Espaço no Brasil: dependência e superexploração em múltiplas escalas espaciais	182
5.1 Renda da terra, taxa de mais-valor e dinâmica setorial– 2002-2015.....	185
5.2 Superexploração e questão regional	202
5.3 Superexploração e produção social do espaço urbano: a questão da inadequação fundiária.....	221
Considerações Finais	237
Referências	241

Introdução

A abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) em maio de 2016, um ano e meio depois de reeleita, inaugura uma nova etapa do projeto neoliberal de desenvolvimento capitalista dependente no Brasil. Se até então, durante os treze anos de administração do PT, o projeto neoliberal se travestia em uma conciliação de classes, o aprofundamento da estagnação/recessão econômica e o desgaste político do PT em meio aos escândalos de corrupção fazem com que as elites econômicas e políticas, nacionais e estrangeiras, procurem intensificar ainda mais os fundamentos do neoliberalismo: aumento da esfera mercantil/privada da reprodução social e econômica, controle do orçamento público pelo capital e maior exploração da força de trabalho. De fato, o governo de Michael Temer, do partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em todas as medidas adotadas ou intencionadas, manifesta o conteúdo do projeto neoliberal: privatizações (setores energéticos), reforma trabalhista-sindical (PLC 38/18), limitação constitucional dos gastos público (EC 95/2016), novas formas de desvinculação das receitas da união (EC 93/16), reforma do ensino médio, (tentativa de) reforma da previdência, entre outras.

Somadas ao desemprego e informalidade, essas medidas resultaram em uma deterioração ainda maior das condições de vida das famílias trabalhadoras brasileiras. Cotidianamente, multiplicam-se as evidências de piora do nível de renda, do acesso à saúde, da violência urbana para a maioria da população trabalhadora brasileira. Pode-se citar, nesse sentido, o aumento da concentração de renda, quando somente em um ano, entre o primeiro trimestre de 2017 e o de 2018, a renda média mensal dos “20% mais vulneráveis” teve uma queda real de 5%, enquanto que os 20% mais ricos tiveram um aumento de 10,8% (CARRANÇA, 2018). Em termos regionais, a concentração de renda foi mais intensa nas regiões periféricas, que já apresentam uma renda média baixa, com o Nordeste apresentando um aumento no índice de Gini de 0,545 para 0,559, entre 2016 e 2017 (IBGE, 2018a). Por sua vez, o desemprego, então, torna-se praticamente uma realidade para todos os trabalhadores, inclusive para aqueles mais qualificados e com pós-graduação (BBC, 2018).

Não é de se estranhar, pois que o aumento das desigualdades em todas as ordens se manifeste pelo caos social dos últimos anos, nas mais diversas áreas. O aumento da desigualdade,

da miséria e a redução dos gastos públicos contribuem para a explosão da violência urbana: em 2016 o Brasil teve o maior número absoluto de homicídios na história, com 62.517 assassinatos, sendo que mais da metade deles é composta por jovens (SALGADO, 2018). Na saúde, a situação não é melhor: em média, 829 brasileiros morrem todos os dias nos hospitais por falhas e/ou qualidade dos serviços em vários níveis (“eventos adversos”, a segunda maior causa de morte, atrás apenas de doenças cardiovasculares) (BARONI, 2017). Talvez os fatos mais sintomáticos do rebaixamento das condições de vida da população brasileira seja o aumento da insegurança alimentar (depois do Brasil ter saído do mapa da fome mundial) (COSTA, 2017) e da mortalidade infantil (depois de 26 anos de queda) (COLLUCCI et al, 2018), manifestações históricas do subdesenvolvimento brasileiro de meados do século XX. A situação é tamanha que muitas famílias brasileiras, com o menor nível de renda, voltam a utilizar lenha para cozinhar os seus alimentos (ROSSI, 2018).

A questão principal que surge dessa breve contextualização não é tanto as causas e a quem interessa a piora absoluta e relativa da situação dos trabalhadores. A realidade evidencia dia após dia que o agravamento dessa situação se acelera a partir de 2016 e está ligada, por um lado, ao sistema político e ao Estado brasileiro e, por outro, aos interesses da burguesia e da elite em geral, na sua relação conspícua e corrupta com o Estado. Nessa conjuntura, ambas se beneficiam diretamente da degradação física e moral da classe trabalhadora como forma de recompor sua taxa de lucro. Definitivamente, a questão pertinente é como entender, do ponto de vista do padrão de reprodução do capital, a melhora das condições de vida dos trabalhadores durante os governos petistas (2003-2016) sem precedente nas últimas décadas. Mais especificamente, a pergunta é: como foi possível em um país de capitalismo dependente, onde parte do valor produzido pelos trabalhadores é apropriado, sob várias formas, pelas nações imperialistas, verificar um aumento real do salário mínimo e do rendimento médio, uma redução/eliminação da fome, a implementação de políticas de transferência de renda às parcelas mais pobres da população, uma ampliação do acesso aos serviços públicos para vários grupos sociais e étnicos, entre outras tantas e importantes medidas das chamadas “conquistas sociais”? Como tudo isso foi possível ao mesmo tempo em que praticamente todos os setores econômicos, nacionais ou estrangeiros, aumentavam sua taxa de lucro e com crescimento da produção? Até que ponto as “conquistas sociais” lograram superar as causas ou manifestações estruturais da dependência? E mais, como e

por que as essas condições passam ser revertidas, a partir do auge do crescimento econômico em 2010?

Essas perguntas constituem os propulsores da investigação, ainda que a resposta a elas não é esgotada nesse momento. A hipótese principal subjacente a essas perguntas pode ser sintetizada da seguinte forma: as diversas e importantes conquistas sociais do governo petista, sobretudo pelo aumento real do salário e do poder de compra, não significaram uma superação da dependência e da superexploração da força de trabalho, ainda que tenham melhorado as condições de vida dos trabalhadores. E mais, a vigência dessas duas categorias é, *estruturalmente*, incompatível com um projeto político de conciliação de classes dentro do capitalismo dependente, o que pode explicar, em parte, a erosão paulatina do projeto petista a partir de 2010.

Nesse sentido, o objetivo geral da investigação é compreender de forma totalizante as mudanças das condições de vida dos trabalhadores e da jornada de trabalho e como elas condicionam e manifestam as tendências e contradições do padrão de reprodução do capital no Brasil no período 2003-2016. Para tanto e de modo mais específico, a tese de doutoramento procura:

- a) Resgatar as categorias centrais da teoria marxista da dependência para a análise do atual padrão de reprodução do capital no Brasil contemporâneo
- b) Discutir até que ponto a evolução do salário em termos quantitativos e qualitativos, direto e indireto, correspondeu ao valor da força de trabalho no Brasil no período focando a jornada de trabalho
- c) Dimensionar empiricamente a evolução da taxa de mais-valor e associá-la com as determinações econômicas do atual padrão de reprodução do capital
- d) Evidenciar como as condições de superexploração da força de trabalho e dependência se manifestam espacialmente de forma distinta e em diversas escalas, internacionais, nacionais, urbanos, rurais e regionais.

Sinteticamente, a investigação procura compreender a manifestação contraditória da superexploração da força de trabalho (SFT) no espaço nacional, dentro da totalidade da formação socioespacial dependente no atual padrão de reprodução do capital. A superexploração, enquanto

remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, espalha-se sobre todo o território nacional, mas, essa generalização das condições de reprodução da força de trabalho se faz com a ampliação da dependência externa e recriação de novas desigualdade socioespaciais. Dessa forma a mais importante justificativa da pesquisa está na tentativa de explicitar tanto a vigência diversa da SFT, quanto seus mecanismos, na totalidade da reprodução da vida social sob o capital na sociedade brasileira contemporânea. A tese, assim, procura se somar a outros esforços desenvolvidos pela TMD, no sentido de operacionalizar a categoria de superexploração da força de trabalho como forma de ampliar à crítica a posições burguesas, liberais ou desenvolvimentistas.

Dentre os procedimentos metodológicos, o primeiro deles diz respeito a uma pesquisa bibliográfica, de cunho teórico e investigativo, para analisar as formas particulares de inserção da América Latina no sistema econômico mundial, a partir da teoria marxista da dependência (TMD). Além disso, o segundo procedimento consiste em estabelecer o período de análise, que se inicia a partir de 2000, mas focando 2003-2016, pelos seguintes motivos: a) consolidação do atual padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva (PRCEEP) em torno da política econômica (tripé macroeconômico); b) determinantes econômicos internacionais baseados em um novo ciclo de crescimento do comércio mundial; c) diversidade de distintas fases do ciclo econômico brasileiro dentro período pela estagnação (2000-2003), ascensão (2004-2010) e desaceleração-crise (2011-2016), o que permite investigar as consequências econômicas e políticas nacionais sobre o objeto; e, principalmente, d) a experiência do PT no governo federal entre 2003-2016.

Em terceiro lugar, a categoria central da análise que permite relacionar dialeticamente as condições de vida dos trabalhadores frente à acumulação de capital nos países dependentes sob várias dimensões espaciais é a superexploração da força de trabalho (SFT). Empiricamente, a análise da exploração e da superexploração é um procedimento difícil, seja porque as estatísticas oficiais não guardam correspondências com as categorias marxistas, seja porque a determinação do valor e o correspondente preço da força de trabalho a ele associado envolve várias dimensões de análise, no tempo e espaço.

Diante das dificuldades empíricas e metodológicas, não se pretende estimar formalmente o valor da força de trabalho em termos monetários. Procura-se compreender a manifestação da exploração enquanto uma relação entre tempo de trabalho excedente e o tempo

de trabalho necessário despendidos pelo trabalhador brasileiro, ainda que esta última não corresponda ao valor histórico da força de trabalho nas FSP dependentes. Em primeiro momento, para se dimensionar a evolução da taxa de mais-valor, parte-se de duas metodologias e confrontam-se seus resultados e procedimentos: a matriz insumo-produto e a expressão monetária do valor. Ambas podem ser replicadas com base nas Contas Nacionais e/ou na PNAD a partir dos anos 2000.

Em um segundo momento, de forma mais específica, outras fontes de dados são utilizadas para precisar a taxa de mais-valor, a evolução e o nível dos salários e, principalmente, os mecanismos de superexploração. Os dados são direcionados para além da jornada de trabalho em termos estritos, no sentido de analisar a intensidade da jornada de trabalho, o papel de relações de produção não-capitalistas na SFT e a apropriação do fundo de trabalho pelo capital. Nesse caso, as principais fontes de informação para essa dimensão de análise são: a) microdados da PNAD do IBGE; b) desagregação dos índices de preços do INPC do IBGE; c) evolução do salário mínimo nominal e o necessário segundo DIEESE; d) acidentes de trabalho e vínculos formais de trabalho segundo o DATAPREV e MTb.

A tese está estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta historicamente, a partir da TMD, as categorias basilares da investigação: transferência de valor e superexploração da força de trabalho. Ele procura, também, apresentá-los na análise das particularidades das formações socioespaciais como a sucessão dos distintos padrões de reprodução do capital. Nesse primeiro momento, ainda que superficialmente, procura-se problematizar de imediato uma das abordagens aqui defendidas, qual seja, como a SFT se manifesta pela contínua e diversa produção social do espaço, para além das determinações nacionais. O segundo capítulo foca nas características do atual padrão de reprodução do capital no Brasil, enquanto específicas condições de valorização do capital que ampliam a dependência e que se manifestam, sobretudo pela política econômica. O terceiro capítulo destoa dos capítulos precedentes pelo maior nível de abstração, quando se procura definir conceitualmente tanto as transferências internacionais de valor e a SFT bem como, as metodologias utilizadas para se mensurar empiricamente a taxa de mais-valor no Brasil a partir dos anos 2000.

A abordagem construída nos três primeiros capítulos será desdobrada posteriormente para a análise crítica da evolução e os determinantes da taxa de mais-valor e os mecanismos de SFT em diversas escalas espaciais. Nesse sentido, o quarto capítulo procura analisar a evolução

da taxa de mais-valor dos trabalhadores brasileiros e avaliar até que ponto e sob quais formas a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor constituiu a base da dinâmica da economia brasileira no período. O quinto capítulo parte da visão totalizante das transferências internacionais de valor, da evolução da taxa de mais-valor e dos mecanismos de SFT nacionais para analisar de forma exploratória essas categorias em diversas escalas espaciais: internacional, e urbano-regionais.

1. Padrões de Reprodução do Capital no Brasil: estruturas e processos históricos¹

A deterioração dramática das condições de vida dos trabalhadores brasileiros, o aumento da desigualdade social-regional, a recessão econômica, a redução dos gastos e investimentos do governo e a polarização política evidenciam a grave e complexa conjuntura política e econômica no Brasil. Tal complexidade suscita uma série de explicações, a depender dos grupos políticos associadas. Os ideólogos do neoliberalismo mantêm a posição de que o ajuste fiscal e as privatizações são o único caminho possível para retomar o crescimento, apesar dos resultados da política econômica adotada pós (e algumas inclusive pré) 2016. A visão reformista, por sua vez, procura enaltecer os feitos anteriores durante o período de crescimento econômico, com o objetivo de sensibilizar uma parcela da população e de fazer crer que “desenvolvimentismo” se faz por vontade e escolha apenas, sem rever criticamente as próprias políticas e estratégias adotadas.

Frente a uma conjuntura complexa e polarizada, a análise crítica deve partir das condições concretas de reprodução das classes sociais no Brasil e relacionadas com o desenvolvimento do modo de produção capitalista como um todo. Em outras palavras, trata-se da *relação dialética de estrutura e conjuntura*. Nesse sentido, uma vez que a investigação levanta a associação das condições de reprodução da vida material e a acumulação de capital no Brasil no período 2000-2016, torna-se imprescindível explicitar, metodologicamente, as especificidades da formação socioespacial dependente brasileira e sua unidade diante do modo de produção capitalista.

São duas justificativas desse procedimento. Em primeiro lugar, apesar de todas as mudanças sociais promovidas pelo governo petista, a própria reversão e aguçamento da crise econômico e política revelam que o Brasil nunca logrou superar a condição dependente. A dependência se configura em uma relação distinta e contraditória entre as nações frente ao sistema imperialista. Segundo Theotônio dos Santos (1970, p.53), a dependência possui uma estrutura própria e se apresenta segundo determinadas formas históricas, condicionadas pelo

¹ Este capítulo tem como base a dissertação de mestrado (ARUTO, 2015), além de textos e artigos publicados e apresentados ao longo do período doutoral, sobretudo: Aruto e Gomes Júnior (2016; 2017) e Gomes Júnior, Macedo e Aruto(2018). Para evitar repetições, omitir-se-ão as citações a esses trabalhos.

desenvolvimento da economia mundial, relações econômicas do centro capitalista com a periferia e, também, por relações econômicas no interior dos países dependentes. Dessa forma, explicitar a dependência como relação específica entre os países periféricos e os países centrais permite compreender o alcance, limites e contradições do governo petista e as mudanças por eles promovidas. Em segundo lugar, a dependência se revela em várias dimensões, mas tem como fundamento histórico e teórico a transferência internacional de valor e, como contraposição a essa tendência nos países de economia dependente, a superexploração da força de trabalho. Revelá-los permite compreender em vários níveis de abstração a manifestação da dependência, o que será fundamental nos próximos capítulos, quando tratarmos da política econômica e da reprodução da força de trabalho no Brasil.

O capítulo está estruturado em mais duas seções. A seguir procura-se vincular a dependência como um fenômeno próprio do sistema imperialista, ainda que historicamente diversa. Sinteticamente, procura-se periodizar a dependência no Brasil cujas especificidades residem na reprodução das relações de produção para a superexploração e uma produção social do espaço. Na seção seguinte, frente às determinações atuais do sistema imperialista, a análise se encontra em uma dimensão mais concreta, com o objetivo de entender as características do atual padrão de reprodução do capital. Essas são as bases da inserção externa brasileira contemporaneamente, cujas consequências políticas e econômicas serão vistas no capítulo seguinte.

Antes de se iniciar a primeira seção, cabe uma ressalva. O capítulo procura simplesmente apresentar os processos históricos subjacentes às principais categorias da TMD e relacioná-las abstratamente às tendências do modo de produção capitalista. Dessa forma, a análise teórica mais detalhada será reservada quando se iniciar a investigação do objeto em si. Quanto aos processos históricos, esse não é o objeto imediato dessa tese, ainda que se constitua em uma importante tarefa para a teoria marxista da dependência como um todo e foram introdutoriamente contemplados em outra ocasião (ARUTO, 2015).

1.1 Formação socioespacial e Padrão de Reprodução do Capital: uma questão de método

A história das sociedades latino-americanas é marcada pela permanente incorporação aos processos históricos que resultaram na transformação, consolidação e desenvolvimento do modo de produção capitalista. Contudo, essa incorporação fez-se de forma contraditória. Em outras palavras, em toda sua história – desde a sua incorporação *satelizada* pela expansão mercantilista europeia no séc. XVI, passando pelo liberalismo-imperialista do séc. XIX com sua típica divisão internacional do trabalho, até a extroversão do capital industrial e financeiro do centro no séc. XX ao financiar os projetos desenvolvimentistas na região – a América Latina esteve imbricada com as transformações materiais que conduziram ao desenvolvimento do modo de produção capitalista pela emergência de estruturas socioeconômicas específicas.

O entendimento da existência de distintas formações sociais a partir de um modo de produção se torna um procedimento metodológico imprescindível para captar a especificidade dessas estruturas e como elas se relacionam historicamente do ponto de vista de todo continente e de suas nações. Dessa forma, antes de se passar à análise dos determinantes econômicos postos à reprodução do capital no Brasil a partir dos anos 2000, cabe expor as categorias fundamentais que permitem, por um lado, relacionar as sociedades latino-americanas às tendências do modo de produção capitalista e, por outro, como a integração com o sistema capitalista pressupõe e resulta em modificações nas relações de produção. Essa digressão metodológica permitirá, nos próximos capítulos, compreender como que a dependência e superexploração da força de trabalho (SFT) se manifestam, sobretudo, pela transformação espacial do território regional e nacional.

Em trabalho anterior (ARUTO, 2015), procurou-se demonstrar que a relação dialética de unidade e diversidade das formações sociais no modo de produção capitalista está subsumida *à existência e à reprodução das relações de produção, na relação dos trabalhadores com o produto do seu trabalho, em processos históricos concretos*. As relações de produção surgem e se desenvolvem numa época histórica determinada, quando o conjunto da produção humana é orientado a um sentido. Essa “produção direcionada”, por mais diversa que seja entre as sociedades (das primitivas às desenvolvidas), tem como propósito a reprodução da sociedade. As relações de produção em toda sua existência são, assim, reproduzidas para que força de trabalho

esteja apta à produção e reprodução social, para que possa encontrar novamente os meios de produção.

As relações de produção, enquanto estrutura básica das sociedades, devem ser reproduzidas constantemente e o local específico em que esse processo se desenvolve é o espaço social construído (LEFEBVRE, 1975). Para isso, deve-se ter em mente uma concepção de espaço que extrapole sua noção empirista e neutra. Ao ser tomado como palco indissociável das relações entre homem e natureza, o espaço é resultado da produção social, mas também se torna, por fornecer a organização física da sociedade, uma pré-condição para a sua reprodução. Com isso, como lembra Breitbach (1988, p. 54), o espaço “dá a dimensão concreta das práticas sociais, cuja determinação formal assume peculiaridades históricas”.

A peculiaridade histórica por trás da relação de produção e do espaço significa a existência de diversas formações socioespaciais (FSP) que se reproduzem sob um modo de produção, enquanto uma unidade histórica presente na forma particular de apropriação da natureza pela comunidade que compreende aspectos objetivos e subjetivos da vida material. Em outras palavras, a FSP ressalta as particularidades da produção social, dialeticamente submetidas aos determinantes gerais do modo de produção. Isso significa formas peculiares de reprodução da força de trabalho, relacionadas a uma miríade de condições históricas e sociais nos respectivos espaços.

Esse é o caso das economias latino-americanas que, historicamente, são vinculadas ao modo de produção capitalista através da tendência estrutural de transferência internacional de valor para os países desenvolvidos. Como forma de se contrapor a essa tendência histórica e recompor a margem de lucro, frações de capital nas economias dependentes procuram remunerar a força de trabalho abaixo do valor, por meio da *superexploração da força de trabalho* (SFT). Ainda nessa seção e posteriormente no terceiro capítulo, essas categorias serão explicitadas. Por ora, parte-se dessa questão metodológica fundamental: tanto a transferência de valor quanto a superexploração marcam, indelévelmente, a reprodução de relações de produção no continente e, assim, a produção social do espaço. Como será visto, a singularidade dos países do continente no movimento total do modo de produção capitalista pode ser compreendida, então, como uma *formação socioespacial dependente* (FSP).

Contudo, a FSP dependente não é a mesma no tempo e no espaço. Internamente à FSP, as relações de produção que dão objetividade à força de trabalho se verificam quantitativa e

qualitativamente em uma existência dialeticamente diferenciada pelo continente. Em uma primeira escala, as relações de produção e a força de trabalhos são permanentemente transformadas pela produção capitalista em um dado processo histórico por meio de amparo superestrutural *nacional*, sobretudo, com o Estado Nacional e seus aparelhos. Em outra escala, as relações dos homens entre si e frente aos meios de produção e à natureza, ainda que nacionalmente condicionadas nas FSP dependentes, manifestam-se regionalmente de forma distinta pelo território nacional. A região pode ser compreendida, então, como a especificidade espacial das formas da reprodução do capital, da estrutura de classes e do conflito político *sintetizadas* nas relações de produção.

Externamente, a FSP dependente é condicionada pelas mudanças na relação com o sistema capitalista como um todo. Em outras palavras, a FSP dependente está vinculada a um *padrão de reprodução do capital*, enquanto condições específicas em que o capital se valoriza nas formações socioespaciais dependentes, na sua relação com o modo de produção capitalista e o sistema econômico mundial. Na atual seção, procura-se especificar essa relação entre o padrão de reprodução do capital e as formações socioespaciais dependentes e como que essa relação, dialeticamente, se mantém e se transforma ao longo dos processos históricos, com base na superexploração.

A categoria de padrão de reprodução do capital confere um maior grau de concretude à análise do desenvolvimento do modo de produção capitalista e das FSP. Conceitualmente, modo de produção é uma formulação geral e abstrata que destaca as relações sociais travadas pelos homens² para resolver a produção e reprodução da vida em comum. No caso do *modo de produção* capitalista, o capital enquanto relação social básica é a atividade unificadora dessas diversas relações, mas nem por isso ele se apresenta, concretamente, da mesma forma para as nações. A expansão do modo de produção capitalista pelo planeta varia em intensidade e se apresenta no seu desenvolvimento de forma contraditória, ou seja, o modo de produção capitalista é constituído por um *sistema mundial* que se trata do mercado mundial, da divisão internacional do trabalho, do imperialismo e dependência entre as nações. O sistema mundial conforma países centrais, semiperiféricos e periféricos, de acordo com suas capacidades de maior desenvolvimento (relativo) de suas forças produtivas e tendência de ceder ou transferir mais-valor, sob diversas formas de relações internacionais.

²Enquanto indivíduos em uma humanidade social.

O padrão de reprodução do capital procura precisar as mediações abstratas e concretas³ entre os conceitos de modo de produção capitalista e sistema mundial e as formações socioespaciais, inclusive em uma conjuntura. Mais especificamente, nas palavras de Osorio (2012a, p. 40-41, destaque do autor):

A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das *formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados*, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), *integrando o processo de valorização* (incremento do valor e do dinheiro investido) *e sua encarnação em valores de uso específicos* (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as *contradições* que esses processos geram. (...) A categoria de padrão de reprodução do capital estabelece, assim, *mediações* entre os níveis mais gerais da análise (modo de produção e sistema mundial) e os níveis menos abstratos ou histórico concretos (formação econômico-social e conjuntura). Dessa forma, se alimenta dos aportes conceituais e metodológicos presentes nos níveis mais abstratos, mas exige aportes conceituais e metodológicos que lhe são próprios.

Nas FSP dependentes latino-americanas os sucessivos padrões de reprodução do capital (agromineral, industrialização e exportador de especialização produtiva) dizem respeito às metamorfoses que o capital apresenta no seu ciclo de reprodução diante da permanente, ainda que mutável em sua forma, transferência de valor ao exterior. Esse é o aspecto fundamental que relaciona as FSP dependentes ao sistema econômico mundial capitalista (imperialismo), ainda que essa inserção se apresente de modo distinto historicamente. A seguir, serão expostas as características estruturais da dependência nos padrões de reprodução do capital anteriores⁴.

³Concreto e abstrato não podem ser confundidos como “graus” de uma realidade imediata empírico-sensível, mas sim, níveis de análise de uma realidade social una e dialeticamente relacionados com a totalidade da produção social.

⁴Como em toda periodização, as datas limites servem apenas referências, uma vez que as sucessões de padrões de reprodução do capital constituem, por si só, um processo histórico específico.

a. Padrão de reprodução primário-exportador (1822-1930)

Como dito, comum a todos os padrões de reprodução do capital nas FSP dependentes estão as categorias de transferência internacional de valor e SFT. Ambas constituem um desenvolvimento histórico e teórico das tendências do modo de produção capitalista. Do ponto de vista da exposição da investigação, o capítulo 3 procura especificar teórica e metodologicamente a relação entre ambas, com base na teoria do valor, sobretudo, em Marx (1975) e Marini (2005a). Nesse momento, cabe delimitar historicamente as categorias e as principais condições de valorização do capital nos períodos.

Com a independência política formal obtida pelos países do continente latino-americano e o desenvolvimento da acumulação capitalista pela grande indústria nos países centrais no século XIX, a economia primário-exportadora latino-americana passa a integrar uma distinta divisão internacional do trabalho, diferente do período colonial. Por um lado, a produção social latino-americana era orientada para o mercado externo, com exportação de produtos primários e, por outro, assistia-se a importação de produtos manufaturados do centro capitalista.

Diante da divisão internacional do trabalho e da orientação das trocas comerciais, a estrutura produtiva latino-americana no período, segundo Theotonio dos Santos (1970, p. 55-57), apresentava uma rígida especialização, onde algumas regiões do Caribe e do Nordeste do Brasil constituíam verdadeiras monoculturas. Ao lado desses setores exportadores, formavam-se economias complementares (como atividades da agropecuária e artesanato) cuja produção e renda era, por sua vez, dependente do setor exportador. Por fim, no interior dessas economias, observavam-se um setor de subsistência que proporcionava mão-de-obra ao setor exportador nos momentos de crescimento do comércio mundial.

Esses três setores variavam em formas e intensidades a depender das nações. De todo modo, era sobre o setor exportador que residia o dinamismo da economia primário-exportadora. Não por menos, o mercado interno era limitado, dado a concentração da renda nacional nesses setores, seu direcionamento para o consumo produtivo de alguns insumos e de força de trabalho e, sobretudo, o consumo individual da elite. A extroversão ao mercado externo e a limitação do consumo interno se ampliavam ainda mais nos casos em que as terras eram de propriedade de estrangeiros, os quais direcionavam grande parte dos rendimentos para o exterior. No outro polo,

a limitação do mercado interno se dava pelo baixo nível de consumo material e monetário de força de trabalho, seja pelas altas taxas de exploração a que estavam submetidas, seja porque parte do seu consumo era originado dos setores de subsistência.

A partir da consolidação dessa estrutura primário-exportadora em meados do século XIX, a dependência adquire características históricas próprias, segundo Theotonio dos Santos (1970, p. 54). Se durante o período colonial a metrópole dominava as relações econômicas através do monopólio comercial e controle da oferta de terras e força de trabalho, com a independência política a dependência se manifesta, tendencialmente, pelo desenvolvimento de relações econômicas capitalistas com o sistema imperialista. Em outras palavras, a forma histórica da dependência da economia primário-exportadora latino-americana está no domínio do capital dos países centrais na produção e circulação de matérias primas e produtos agrícolas consumidos nas economias industriais. A contraparte dessa dependência é a conformação de uma estrutura produtiva dedicada à exportação desses produtos, subordinando os demais setores na economia.

Uma das grandes contribuições críticas da TMD foi revelar que as formas de dependência resultavam em uma transferência sistemática de valor para os países centrais e que esse fato tinha como fundamento uma específica produção social da vida nas formações socioespaciais na América Latina. Trata-se, pois, de uma análise a partir da lei do valor em distintos planos de abstração. Foi no desenvolvimento e contradições da economia exportadora que se erigiu a estrutura da dependência, ainda que suas formas históricas tenham se alterado, como se verá.

Como dito, o comércio internacional entre países imperialistas e periféricos era marcado pela troca de produtos manufaturados e agrominerais, respectivamente. O resultado dessa maior integração entre distintas estruturas econômicas e relações de produção eram os permanentes déficits comerciais apresentados pelos países latino-americanos, cobertos pelo financiamento britânico, sob o marco do padrão ouro. Mas esses déficits revelavam apenas em termos contábeis a questão da transferência internacional de valor:

No segundo caso – transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas – o mero fato de que umas produzem bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma

facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade (MARINI, 2005a, p. 152)

A questão está nas origens dessa diferença de setores e da produtividade deles que os países do centro apresentam (desde então). Em linhas gerais, a essência da transferência internacional de valor no padrão de reprodução primário-exportador (1822-1930) está nas contradições crescentes de uma acumulação de capital comandada pelo centro do sistema a qual passa a gravitar em torno da produção de mais-valor relativo. O aumento de produtividade por trabalhador ao exigir a incorporação crescente de capital constante (máquinas, ferramentas, matérias-primas) reduz, tendencialmente, a taxa de lucro (mais-valor em relação ao capital variável e capital constante). A contraposição a esse fenômeno pelas economias centrais passou, por um lado, pela tentativa de redução do preço de parte das mercadorias constituintes do capital constante (como as matérias-primas importadas da América Latina), e, por outro, pela produção sob mais-valor relativo, onde a redução do valor do capital variável foi possível pelo barateamento das mercadorias que ingressam no consumo da força de trabalho (como os alimentos importados da América Latina)⁵. Assim, a América Latina contribuiu para essa forma de expansão capitalista no centro nos dois sentidos, o que resultou na ampliação de transferência de valor em favor das nações imperialistas diante das distintas composições orgânicas do capital presentes no centro e na periferia do sistema⁶.

A transferência internacional de valor é o fundamento da posição dependente dos países periféricos, no sentido de que a expansão e diversificação das economias nacionais são condicionadas pelo desenvolvimento das economias dos países centrais. Na prática, existem diversos mecanismos econômicos (e extra-econômicos) que permitem a transferência de valor entre países, os quais variam conforme os padrões de reprodução do capital, historicamente dados. Anteriormente, exemplificou-se a transferência a partir da troca de mercadorias de

⁵A análise teórica da taxa de exploração e taxa de lucro será feita na primeira parte do capítulo 3.

⁶Luce (2018, capítulo 2) analisa a mudança do eixo de acumulação dos países centrais pela maior integração com os países periféricos no período e a exemplifica a partir da produção e exportações de três valores de uso típicos das economias latino-americanas: nitrato, café e carne.

distintos setores. Essa e outras formas de transferência internacional de valor serão analisadas no capítulo 3. A questão, nesse momento, está na reação que a burguesia agromineral de então adotou para fazer frente esse fenômeno e como isso transformou as relações de produção no continente latino-americano.

Como observa Marini (2005a, p. 162), a contradição do desenvolvimento capitalista a partir de meados do séc. XIX está no distinto movimento material das forças produtivas e das relações de produção entre os países do centro e da periferia. Nos primeiros a grande indústria comanda a acumulação de capital pelo contínuo aumento de produtividade da força de trabalho. A consequência disso durante o ciclo do capital nas economias centrais se encontra numa adequação do consumo individual do trabalhador ao consumo produtivo da força de trabalho. Crescentemente a realização da produção (ampliada pela maior produtividade) conta com a incorporação do consumo dos trabalhadores na criação de uma demanda adequada ao maior nível de produção (o que não nega o conflito entre classes para se atingir esse patamar). Contraditoriamente, a ampliação do consumo dos trabalhadores dos países do centro dentro de um sistema dinâmico pautado pela maior produtividade do trabalhador só foi possível pela manutenção de relações comerciais específicas com os países periféricos, as quais redefiniram as relações de produção no continente.

Na América Latina caracterizada por uma produção primário-exportadora a reprodução das relações de produção possui outro sentido. Incapazes de incorporarem o progresso técnico dentro do sistema centro-periferia, os processos de produção nesses setores apresentavam uma baixa composição orgânica do capital o que implicava, como visto, na permanente transferência de valor em favor das economias centrais. Além de tentar ampliar o quantum exportado, para fazer frente a essa transferência, as relações de produção típicas do período primário-exportador lançavam mão da escravidão e da servidão, as quais permitiam uma compressão do consumo do trabalhador e assim, uma maior taxa de mais-valor. O fato de que essas relações de produção, sobretudo a escravidão, entraram em crise em meados do XIX e foram substituídas em alguns países como o Brasil por relações de trabalho livre, não muda a natureza e o sentido geral das relações de produção⁷.

⁷O assalariamento utilizado posteriormente na produção primário-exportadora foi possibilitado, por um lado, pela negação aos trabalhadores do acesso à terra, e, por outro, pela capacidade de reduzir consumo da classe trabalhadora pela vigência de baixos salários, onde a oferta elevada de trabalhadores operava nesse sentido.

A manutenção de baixos salários para aumentar a taxa de mais-valor não foi o único mecanismo utilizado pelos capitalistas da periferia para fazer frente à transferência de valor. O aumento da produção primário-exportadora exigia – diferentemente dos países centrais que passava por aumento da capacidade produtiva – uma maior exploração do trabalhador através do prolongamento e da intensidade da jornada de trabalho aliados à conversão de uma parte do fundo de consumo da força de trabalho em fundo de acumulação de capital. Nesses três mecanismos compensatórios negam-se as condições de reposição do desgaste da força de trabalho. Consequentemente, ela é sistematicamente remunerada, nos países dependentes, abaixo do seu valor, no que Marini (2005a) denominou de *superexploração da força de trabalho*.

A superexploração e a dependência provocam uma dupla cisão do ciclo do capital nas formações socioespaciais dependentes (LUCE, 2018, cap. 2). Por um lado, a cisão do mercado externo e do mercado interno significa que a valorização do capital industrial nas economias dependentes, ao percorrer as fases de circulação e produção, é obliterada pelo imperialismo. Isso pode ser visto, estritamente em termos analíticos, pois essas fases se processam para diversos capitais individuais com tempo de rotação do capital diferenciado: a) na fase inicial de circulação, quando parte do capital monetário a ser utilizado na compra de capital constante e capital variável se origina dos países imperialistas; b) na fase do capital produtivo, pela SFT infligida pela transferência internacional de valor e mobilização da força de trabalho sob várias formas de relações de produção e remuneração (salário direto e indireto, monetário ou em espécie); c) na fase do capital-mercadoria, quando a realização da produção se processa em grande parte nos mercados externos.

Por outro, a partir do momento em que os imperativos da circulação do capital nos países periféricos condicionam à produção material, o próprio mercado interno dessas economias é cingido. Uma vez que a produção primário-exportadora dependia do comportamento da demanda externa, o consumo do trabalhador não determina a realização do produto e, assim, a exploração acentuada do trabalhador não inviabiliza o processo de produção, desde que se verificasse uma contínua disponibilidade de força de trabalho. Por sua vez, a elevação da taxa de mais-valor pela superexploração auferida pelos capitalistas periféricos permitia o estabelecimento de um nível de consumo destes últimos sem contrapartida na produção interna, através de importação de bens finais dos países do centro. Estabelece-se assim uma “estratificação do mercado interno”: uma esfera baixa destinada aos trabalhadores e seu reduzido nível de consumo;

e uma esfera alta das elites cuja demanda individual era assistida pelas importações (MARINI, 2005a, p. 165). A dupla cisão é uma característica estrutural das economias dependentes, mas se manifesta em suas formas e intensidade a partir dos padrões de reprodução do capital.

Ainda que as condições de valorização do capital sob o padrão de reprodução primário-exportador se manifestaram em toda FSP dependente, elas adquiriam especificidades nos países. Para a presente investigação, ressaltar a existência das especificidades é importante por um duplo motivo. Em primeiro lugar e em termos metodológicos, as especificidades surgem das próprias condições de reprodução das relações de produção e como elas correspondem a uma produção social do espaço, abordagem primordial a ser desenvolvida. Nos países latino-americanos do século XIX, as relações de produção sintetizam tanto os aspectos materiais da economia primário-exportadora, quanto os superestruturais da nação dependente, no seu Estado conservador, opressor e racista. A permanência e/ou advento de específicas relações de produção como um todo, ao fornecer o movimento da superexploração da força de trabalho, reforçou a *situação de compromisso* entre as elites junto ao sistema capitalista internacional.

Como exemplo, pode-se colocar a expansão cafeeira a partir de meados do século XIX no Brasil, sobretudo em São Paulo, conforme Martins (1986). Com as dificuldades de abastecimento de escravos, o preço que estes atingiram e a necessidade de reduzir ao máximo o capital fixo na produção cafeeira e o consumo da força de trabalho, a escravidão se torna um limite pra expansão capitalista no Brasil. A saída compactuada entre as elites e o Estado foi criar uma força de trabalho livre em todos os sentidos capitalistas: para vender sua força de trabalho como assalariado e livre de toda outra forma e meios de reproduzir a sua vida (com o acesso à terra). No caso, a passagem da escravidão para o trabalho livre adequado às novas condições da produção primário-exportadora só foi possível com a criação preliminar de uma relação de produção tipicamente não-capitalista, como o colonato (de base familiar e imigrante), o qual supriu de braços à produção primário-exportadora com a crise da escravidão sem ameaçar a propriedade privada e a acumulação de capital. Nesse sentido, a constituição histórica do assalariamento enquanto forma dominante de relação de produção não esgota a existência de diversas relações de produção, sendo que todas se relacionam dialeticamente à superexploração da força de trabalho. Mais do que isso, as relações de produção supõe e resultam em uma produção social do espaço em várias dimensões (urbanas, rurais e regionais) a partir dos condicionantes do padrão de reprodução do capital.

Em segundo lugar, as especificidades da FSP dependente condicionaram o próprio processo histórico do desenvolvimento capitalista dependente, a partir da crise da economia primário-exportadora na segunda década do século XX. Como assinala Vânia Bambirra (1999), o fato de que alguns países (Brasil, Argentina, México, Chile, Uruguai e Colômbia) tenham iniciado o processo de industrialização por substituição de importação (ISI) já nas primeiras décadas do século XX ao contrário dos demais se deve à manifestação da conjuntura internacional sobre as condições internas dos países: um mercado nacional já estruturado e um setor industrial assalariado, complementar e dependente dos setores primário-exportadoras. Essas condições não se apresentavam para todos os países do continente precisamente devido às especificidades econômicas, políticas e sociais da economia primário-exportadora.

Observa-se, assim, desde esse momento histórico, uma articulação complexa das relações de produção e exploração da força de trabalho nas formações socioespaciais dependentes. Essa complexidade não nega a SFT, pelo contrário, ela manifesta *potencialmente* novas formas de remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor. Em outras palavras, os trabalhadores latino-americanos – seja quando são assalariados e assim são obrigados a ceder gratuitamente o trabalho excedente da sua jornada de trabalho, seja quando são camponeses/pequenos produtores mercantis agrícolas e cedem uma parcela do produto excedente para o capital devido a distintas composições orgânicas e à concorrência setorial –, em ambas as relações de produções, os trabalhadores estão submetidos à exploração do capital e às condicionalidades da SFT. Além da exploração por distintas relações de produção, Bartra (2011, p.161 e p.171)⁸ evidencia também o seu inter-relacionamento, importante no caso da formação da superpopulação relativa no continente como pré-condição para a SFT:

En tanto que pequeño productor mercantil el campesino transfiere un excedente que eleva la ganancia media del capital en general. Debido a esta transferencia los ingresos agrícolas del campesinado resultan insuficientes para sostener al sector en su totalidad lo cual combinado con el hecho de que sus medios de producción son insuficientes para absorber la totalidad de su fuerza de trabajo, transforma a una parte de los campesinos en mano de obra que no solo puede sino que necesita venderse (BARTRA, 2011, p. 171).

⁸Ressalva-se que o autor não vincula a sua análise à SFT.

b. Padrão de reprodução do capital industrializante (1930-1980)

Em linhas gerais o declínio do padrão de reprodução agromineral e o advento do padrão de industrialização dependente no Brasil devem ser entendidos, por um lado, pela crise econômica mundial do final dos anos de 1920 e, por outro, pelas condições econômicas internas somadas às medidas de política econômica. Nessa fase de transição entre os dois padrões de reprodução do capital, as dificuldades de exportação e de importação e a política econômica adotada para manter o nível de renda interna permitiram que parte da demanda da esfera alta do mercado interno fosse disponibilizada por segmentos industriais nacionais (MARINI, 2005a). Assim, entre 1930 a 1955, a indústria se torna o principal setor responsável pela geração de renda no país e se diversifica rumo a seguimentos mais dinâmicos. Contudo, como será visto, essas mudanças aprofundam a condição dependente dos países latino-americanos e ensejam outras contradições.

O início da industrialização no Brasil seguiu os supostos clássicos da chamada ISI, assim como nos demais países que já apresentavam um setor industrial e um mercado interno assalariado complementar ao setor exportador (BAMBIRRA, 1999). A base desse processo está na estrutura econômica e produtiva das economias dependentes primário-exportadoras e o cenário internacional conturbado no início do século XX, com a primeira guerra mundial e a crise no final da década de 1920. Diante disso, a demanda por manufaturas por parte das elites e das camadas médias urbanas, até então assistidas pelos países imperialistas e agora inviabilizadas pelo cenário internacional, passa a ser direcionada pelos setores industriais no Brasil. No caso, a política econômica expansionista que procurou manter o nível de renda internamente permitiu satisfazer o nível de demanda desses grupos, a despeito da queda das exportações (CANO, 2000).

O processo de ISI configura-se pelo avanço rumo a setores industriais cada vez mais intensos em capital. Nesse sentido, as indústrias se concentram inicialmente nos setores de bens de consumo não-duráveis, como foi o caso dos têxteis e dos alimentos, para, em seguida, ampliar a participação nos setores de consumo duráveis. Os setores mais intensivos em capital, bens intermediários e bens de capital, são os mais difíceis de serem incorporados internamente, diante do tamanho do financiamento, escala de mercado e disponibilidade técnica. Não cabe nessa

subseção descrever a análise da ISI e da política econômica adotada⁹, mas sim destacar as contradições da industrialização dependente e as formas de valorização do capital subjacentes a ela.

Se em um primeiro momento o avanço para bens de consumo não-duráveis foi possível, pois o investimento necessário era de pouca monta e se contava com uma capacidade ociosa herdada da década de 1920, essas condições não mais se verificaram a partir de 1930. De fato, diante de necessidade de aumento da produção, os investimentos exigiam máquinas, equipamentos e insumos não produzidos (ou de pouca oferta) internamente e, assim, obtidos por meio de importações. Para tanto, o acesso a esses bens só foi possível por meio das divisas externas geradas pelos mesmos setores exportadores e da preservação de relações de produção orientadas para SFT. Forma-se, assim, um pacto político entre a oligarquia exportadora e ascendente burguesia industrial em torno da manutenção da estrutura agrária e fundiária e a destinação de parte do excedente rural para o processo de industrialização. Evidentemente, esse pacto conformava uma cooperação antagônica, pois incluía uma série de conflitos em torno da política cambial, creditícia e tarifária e como elas repercutiam sobre a produção exportadora ou industrial. Além disso, o Estado no Brasil desde 1930 amplia seus instrumentos fiscais e regulatórios no sentido de aprofundar ainda mais esse pacto (MARINI, 2012, p. 57).

A industrialização baseado nesse pacto, contudo, enfrentou limites de ordem material que marcariam o fim da ISI de fato. Como visto, em um primeiro momento a industrialização surge para atender uma demanda interna das elites e camadas médias gerada por condições internacionais específicas. Nesse sentido, o mercado interno para os bens industriais era restrito o que passou a comprimir a taxa de lucro no setor. Frente a esse fato, as medidas econômicas tomadas na década de 1930 no Brasil até 1945 foram apenas paliativos, como por exemplo, aumentos salariais e de renda disponíveis a restritos a segmentos do espaço urbano e o aumento deliberado dos preços mercantis (inflação). A partir de então, a solução passa pela criação da indústria nacional de bens de capital e intermediários, fato esse que se exacerbou com a restrição às importações com a guerra da Coréia. Para tanto, isso exigiria aumentar a absorção do excedente exportador e estabelecer barreiras alfandegárias, ou seja, uma disposição não apenas do Estado, mas também da burguesia industrial, em enfrentar os interesses da sua coirmã, oligarquia agrária, e do imperialismo.

⁹ Sobre a política econômica no Brasil na ISI, ver Cano (2000) e Tavares (1972)

A não-adoção dessa alternativa pela burguesia está ligada a uma questão material que fundamentava o pacto com intra-elite: a superexploração da força de trabalho. Isso se deve a um duplo motivo, por um lado, a despeito do crescimento do setor industrial, os setores exportadores mantinham a estrutura econômica que culminava na transferência internacional de valor e na SFT. Para a burguesia industrial, a SFT nos setores primários era o mecanismo que permitia ter acesso às importações de bens de capital e intermediários, bem como, ampliava as rendas das elites e das camadas médias (a esfera alta de consumo que constituía a demanda). Por outro lado, a SFT passa a ser benéfica diretamente para os industriais: a compressão do consumo dos operários era possível uma vez que os setores industriais não constituíam os bens de consumo dos assalariados e porque a adoção de tecnologias pela importação, ao aumentar a composição orgânica do capital, aumentava ainda mais o exército industrial de reserva, o que é o suposto para a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor (MARINI, 2005a; 2012).

Em síntese, o aprofundamento do processo de industrialização periférica a partir dos anos de 1940 desenvolvia uma contradição própria. Ao não contar com o consumo popular, a realização da produção industrial não dependia do nível dos salários dos trabalhadores, mas, sim dos rendimentos dos capitalistas e das camadas sociais de maior renda, sobretudo, os urbanos. A partir do momento em que a demanda da esfera alta se encontrou no mesmo patamar da oferta industrial interna, o aumento da produção industrial só seria viável com a generalização do consumo de manufaturas. Mas isso significaria – ao modificar a forma de produção e de apropriação do mais-valor – um rompimento com os interesses das elites nacionais e dos países imperialistas que tinham na superexploração da força de trabalho a sua unidade. A solução do impasse da economia industrial dependente (crescimento industrial com restrição do mercado consumidor popular), em meados da década de 1950, se deu com a utilização crescente de tecnologia e financiamento estrangeiros.

Do ponto de vista dos países centrais, o crescimento dos setores industriais periféricos durante o período de desorganização da economia mundial do pós-guerra tornou atrativa a exportação de capital, bem como os empréstimos e os financiamentos. Mais do que isso, respondiam à necessidade dos setores de bens de capital do centro em renovar o capital constante pela exportação de máquinas e equipamentos tecnologicamente obsoletos. Esse impulso ao crescimento industrial periférico configurou-se, assim, numa nova divisão internacional do trabalho, onde as etapas inferiores da produção industrial (menor composição

orgânica) são transferidas aos países dependentes, enquanto que o centro capitalista responde pelos segmentos mais avançados, com monopólio tecnológico (MARINI, 2005a, p. 174).

Internamente, a introdução do progresso técnico sobre uma estrutura produtiva marcada pela superexploração da força de trabalho teve efeitos distintos daqueles presenciados nos países centrais. Isso porque os aumentos de produtividade foram restritos aos setores dedicados à esfera alta de circulação. Como esses produtos não determinam o valor da força de trabalho, o aumento da taxa de mais-valia nesses setores pode ser ampliado pela maior intensificação da jornada de trabalho (quando o consumo da força de trabalho se encontra num nível acima daquele que define o valor da força de trabalho)¹⁰. Dessa forma, com a permanência de um mercado interno estratificado e da superexploração da força de trabalho, as novas bases técnicas não corresponderam a uma acumulação por meio de produção do mais-valor relativo, ainda que se observassem aumentos de produtividade pontualmente nos setores. O ponto ressaltado por Marini é o de que os aumentos de produtividade (maior produção de valores de uso dada uma quantidade de trabalho) em uma economia dependente se beneficiam da SFT (pela possibilidade de maior intensificação), mas também a ampliam, pois potencialmente aumentam o exército industrial de reserva, como um dos efeitos da acumulação de capital e mudança da composição orgânica do capital.

Como dito, tanto a industrialização durante a substituição de importação quanto o avanço dela em setores mais intensivos em capital não romperam com a dependência e a superexploração. Pelo contrário, os dois fenômenos foram exponenciados, sobretudo a partir da ditadura militar em 1964, com a repressão aos movimentos operários e a instauração do Estado de contra-insurgência (MARINI, 1978b). Quanto ao primeiro aspecto, Theotonio dos Santos (1970, p. 54) conclui que a nova etapa da industrialização na América Latina conduziu a novas formas de dependência, agora de natureza tecnológico-industrial, comandadas pelas empresas multinacionais, as quais ampliam e diversificam os mecanismos de transferência de valor.

A dependência se mantém não apenas pela preservação da estrutura produtiva e comercial do setor primário-exportador. A dependência se amplia com a maior exposição da economia latino-americana à circulação mundial de capital e do projeto de industrialização dependente. Essa nova relação pode vista na deterioração do balanço de pagamentos, tanto na rubrica comercial (como outrora), como também na conta capital e de serviços. Essa tendência,

¹⁰As formas de exploração e de superexploração serão vistos no capítulo 3.

que se mantém até hoje, é uma consequência direta, por um lado, da introdução de capital constante dos países imperialistas por meio de novos investimentos diretos externos e, por outro, pelo desenvolvimento de outros setores produtivos nacionais com o financiamento/empréstimo em dólar (MARINI, 2005b, p. 187). Seja como for, ampliam-se as transferências de valor como remessas de lucro, pagamento de juros, amortizações, entre outros. Somente no período 1946-67 para a América Latina “(...) por cada dólar ingresado, han salido 2,73 dólares. A partir del 60, esta relación aumenta aproximadamente al doble y en algunos años es bastante superior” (DOS SANTOS, 1970, p. 63). Além disso, a estrutura monopólica do mercado mundial amplia ainda mais a submissão à circulação mundial de capital, uma vez que as patentes e os serviços associados ao projeto de industrialização exigiam o pagamento de royalties e de outros serviços industriais e comerciais.

A maior dependência não significa que o Brasil e demais FSP dependentes estavam condenados a uma estagnação das economias. De fato, o produto real per capital quase duplicou entre 1959 e 1976, como destaca Marini (1978a). Contudo, o elevado crescimento econômico no Brasil contou com uma maior SFT. Conforme resume Marini (1978a), a SFT como base do “milagre econômico” no governo militar pode ser vista: a) com a criação prévia do FGTS que acaba com a estabilidade de emprego no país o que amplia o exército industrial de reserva e a rotatividade da força de trabalho; b) apesar do aumento do número de ocupações, o contingente desempregado se eleva em 54% entre 1968-1972, excluindo trabalhadores em condições de “desempregados disfarçados”; c) redução real de 36% do valor do salário mínimo, entre 1959 e 1977; d) aumento da participação de mulheres e jovens nas ocupações com um rendimento menor do que o dos homens chefes de família; e) aumento em 4,4% do número de horas trabalhadas da PEA entre 1966 e 1970. Todas essas transformações configuram-se formas específicas de SFT que foram ampliadas com a industrialização dependente:

La prolongación de la jornada y el aumento de la intensidad del trabajo acarrear un mayor gasto de fuerza física y, pues, un desgaste mayor, que, dentro de ciertos límites, incrementa la masa de medios de vida necesarios a su reposición. Los métodos de superexplotación arriba mencionados, que hacen a la esfera de la producción (aunque estén condicionados por la circulación, es decir, por las condiciones en que el obrero realiza la venta de su fuerza de trabajo) implican, pues, *una elevación del valor de la fuerza de trabajo*, reforzando la conclusión a que habíamos llegado anteriormente. Como elemento indicativo de la

ampliación de la brecha entre ese valor y el salario, es significativo el hecho ya visto de que, pese a que tiene más miembros trabajando, la familia obrera consume hoy menos alimentos per cápita (MARINI, 1978b, p. 98).

Dessa forma, a dependência e a SFT resultam numa especificidade da lei geral de acumulação capitalista nas FSP dependentes a qual se manifesta com contradições próprias, a depender dos padrões de reprodução. Evidentemente, não cabe nesse momento aprofundar teórica-empiricamente essa questão que tem como referência básica o próprio pensamento dos autores originários da TMD na década de 1960 e 1970. Ainda assim, pode-se apenas citar o caso da produtividade que, ao invés de promover uma acumulação baseada no progresso técnico como nos países centrais, contou com e ampliou a SFT, principalmente ao se restringir em setores de consumo dos capitalistas (MARINI, 1978a e 2005b). Consequentemente, outra contradição encontra-se na reprodução do capital na economia dependente em termos setoriais: com a restrição do mercado interno devido à compressão de consumo dos trabalhadores, a realização da produção da indústria dependente recaiu sobre as camadas médias e os capitalistas, tanto dos setores supérfluos, quanto dos bens industriais essenciais. Por isso mesmo a exportação de manufaturas de vários setores industriais se amplia com a consolidação da industrialização, além da elevação do consumo improdutivo estatal (MARINI, 2005a, p. 179 e MARINI, 1978a)¹¹.

Outra consideração que merece ser feita é quanto à produção social do espaço e os padrões de reprodução do capital. Essa questão não foi discutida nesse momento devido ao limite e objeto da investigação¹². Mas a problemática está subjacente à revisão aqui efetuada. Osorio (2012a, p. 74/75) sintetiza os impactos territoriais associados aos padrões de reprodução do capital quando no caso do padrão agromineiro exportador o território era marcado por um uso extensivo (grandes plantações e criação de gado) e intensivo (como nos enclaves mineiros) e que exigia uma infraestrutura (ferroviária e rodoviária) interligando as zonas produtivas com os portos, convertendo as cidades ao entorno em importantes centros financeiros e comerciais.

Essa modalidade de uso do território difere daquela que se estabelece quando consideramos o padrão de industrialização entre os anos de 1940 e 1970, nos

¹¹Esses dois casos citados serão vistos a partir da TMD no capítulo 3.

¹²Além do fato de que esse tema merece uma investigação mais aprofundada pelos pesquisadores associados à TMD.

quais aparecem corredores industriais, em razão da necessidade de contar com matérias-primas e demais insumos em uma economia em escala que busca tornar seus abastecimentos mais baratos. Tais corredores, por sua vez, emergem em zonas urbanas ou semiurbanas devido à necessidade de contar com uma mão-de-obra mais abundante, assim como graças à proximidade com os mercados para os quais se produz. (...) Investimentos estatais em plantas siderúrgicas, eletricidade e outros energéticos, água, rodovias e infraestrutura urbana constituem requisitos básicos desse padrão.

De fato, as condições históricas de valorização do capital nas FSP dependentes pressupõem e resultam em uma produção do espaço em várias escalas. Isso vai para além da questão locacional e de infraestrutura ressaltada por Osorio (2012a), mas envolve a permanente reprodução das relações de produção em várias escalas espaciais (urbanas, rurais e regionais). Desenvolver essa relação no atual padrão de reprodução do capital é, inclusive, um dos objetivos da presente investigação, como será feito no capítulo 5.

Essa breve exposição dos determinantes da industrialização no Brasil procurou evidenciar o argumento central desta seção: os sucessivos padrões de reprodução do capital nas formações socioespaciais dependentes mantém a superexploração da força de trabalho como categoria totalizante da vida material das sociedades latino-americanas e a sua vinculação com o sistema capitalista, marcada pela transferência internacional de valor. A próxima seção procura caracterizar o atual padrão de reprodução do capital.

1.2 O atual Padrão de Reprodução do Capital Exportador de Especialização Produtiva

Na seção anterior, apresentaram-se a partir de um ponto de vista histórico as categorias basilares da investigação: padrão de reprodução do capital, SFT e transferência internacional de valor. Apesar das mudanças de forma, foi visto que elas estão submetidas dialeticamente ao desenvolvimento totalizante da economia dependente. A mesma unidade se mantém na atualidade. Assim, a questão da SFT na economia brasileira, o tema central da investigação, exige que se exponha o atual padrão de reprodução do capital e as tendências de transferência de valor nas últimas décadas. Evidentemente, não será possível uma exposição aprofundada de cada uma dessas categorias, não só devido aos limites desse trabalho, mas,

sobretudo, porque cada uma delas constitui importantes e pertinentes objetos de análise empírica. Nesse sentido, a presente seção destaca as características econômicas do atual padrão de reprodução do capital, relacionando-as com as tendências do sistema imperialista. Quanto às transferências internacionais de valor, elas serão analisadas no próximo capítulo, reservado para a política econômica brasileira nas duas últimas décadas.

A categoria de padrão de reprodução do capital delimita historicamente e geograficamente a produção social da vida diante dos imperativos do modo de produção capitalista e do sistema econômico mundial. O modo de produção capitalista e o sistema mundial constituem unidades de análises abstratas da realidade social são a síntese das formas histórico-concretas, nas formações socioespaciais particulares e em uma dada conjuntura econômica e política. Nas formações socioespaciais prevalecem o enfoque sobre as unidades políticas e econômicas em territórios limitados, onde o Estado Nacional conforma um arranjo institucional entre frações do capital e a classe trabalhadora no sentido de garantir a produção e reprodução capitalista, processo permeado de contradições e conflitos. A noção de conjuntura diz respeito às modificações e projetos políticos que se observam entre os grupamentos humanos e no Estado Nacional nas formações socioespaciais diante de uma correlação de forças (OSORIO 2012a, 2012b).

Essa relação categorial (modo de produção, sistema mundial, padrão de reprodução do capital, formações socioespaciais e conjuntura) permite especificar em várias escalas analíticas as transformações na reprodução da vida do homem. Nesse sentido, para se analisar nos próximos capítulos as transformações das condições de vida dos trabalhadores no Brasil, deve-se definir o atual padrão de reprodução exportador de especialização produtiva (PRCEEP) e sua vinculação com os determinantes mais abstratos da reprodução do capital. Mais do que uma exposição exaustiva sobre o processo que acompanha a emergência e consolidação do PRCEEP, procura-se enfatizar os condicionantes para o caso do Brasil e apontar as principais consequências do ponto de vista econômico e político. Nos próximos capítulos, à medida que são expostas as transformações na exploração da força de trabalho, serão detalhados os instrumentos e a conjuntura política e econômica subjacentes a esses processos.

Como visto na seção anterior, o padrão de reprodução do capital industrializante no Brasil, que vigora entre 1930-1980, correspondia a uma específica produção material da vida que tinha como base a indústria nos espaços urbanos, sem romper com a transferência internacional

de valor e a SFT. O fim do padrão de reprodução do capital industrializante e condição dependente da economia brasileira se manifestam com o aguçamento da crise internacional de acumulação de capital no final da década de 1960, bem como, com a reação dos Estados Unidos da América, enquanto país hegemônico do sistema capitalista.

Quanto à crise internacional de final da década de 1960, ela está associada ao esgotamento das condições de acumulação de capital erigido no pós-guerra nos países centrais, que resultou numa elevada expansão capitalista, com aumento das taxas de lucro, do salário real e ampliação dos direitos sociais. Por trás desse fenômeno dos chamados “anos dourados” pela apologia Keynesiana, encontra-se uma articulação econômico-setorial e condições de exploração da força de trabalho. Além disso, cabe mencionar que o Estado de bem-estar social¹³ enquanto projeto societal nos países imperialistas se opunha a outro bem mais radical: o socialismo encarnado, mas não apenas, pela URSS.

Esquemáticamente, o crescimento cumulativo pré-crise teve como base o setor industrial, nos segmentos mais dinâmicos, como o metal-mecânico e o químico. Essa expansão se deu em meio ao processo de reconstrução da estrutura produtiva européia e japonesa, capitaneado pelas empresas e financiamento estadunidenses. Por sua vez, a ampliação da taxa de acumulação nos setores líderes e de bens de capital permitiu um aumento de produtividade nos demais setores de bens de consumo, a despeito da ampliação do nível salarial. É nessa conjuntura que os projetos de industrialização dependente como a brasileira contaram com o acesso de capital constante obsoleto dos países do centro. Além disso, contribuíram para o aumento da taxa de lucro e da taxa de mais-valia nos países centrais, a capitulação da burocracia sindical durante a guerra, a queda relativa dos preços de matérias primas da periferia e ampliação da rotação do capital pelas medidas de integração comercial e financeira entre os países. Cabe frisar que os gastos armamentistas e incorporação das tecnologias bélicas na produção capitalista ampliaram a acumulação de capital (TEIXEIRA, 1983, ARAÚJO, 2011).

A crise internacional de final dos anos de 1960 foi provocada, contraditoriamente, pelo próprio desenvolvimento do “mecanismo virtuoso”. A convergência produtiva e financeira crescente entre os países centrais acirrava a concorrência ao mesmo tempo em que o aumento da inversão em capital constante não mais encontrava os mecanismos que permitia a redução

¹³Nunca é demais lembrar que, a despeito de todo o discurso enaltecendo a virtuosidade do período, profundas desigualdades marcaram os próprios países imperialistas, como o foi a questão dos direitos civis e racial nos EUA

relativa de preço, o que ampliava a tendência de aumento da composição orgânica do capital. Além disso, a queda da taxa de lucro se ampliava tendo em vista o limite de prolongar e intensificar a jornada de trabalho aliado ao estancamento de incorporações tecnológicas.

A queda da taxa de lucro nas economias centrais e as medidas adotadas para superá-la desencadearam profundas mudanças na estrutura produtiva e financeira dos países e na própria estrutura política e social do sistema econômico mundial a partir da década de 1970. Mais do que isso, a resposta dada a crise de final dos anos de 1960 forneceu a base para o sistema capitalista contemporâneo:

El capitalismo contemporáneo fue históricamente construido precisamente en función de la respuesta que el modo de producción capitalista encontró para su crisis estructural de los años 60/70 del siglo pasado. Sus posibilidades y límites lógica, sólo son inteligibles a partir de esas respuestas. La respuesta incluyó: (i) un proceso de reestructuración productiva que, entre otras cosas, promovió la reducción de los tiempos de rotación del capital y, por lo tanto, la elevación de la tasa anual o periódica de plusvalía, y consecuentemente de la tasa anual o periódica de ganancia (...); (ii) reformas estructurales en los mercados laborales, que implicaron un aumento de la tasa de plusvalía; tanto en los países centrales de la acumulación mundial de capital como en los periféricos/dependientes; (iii) elevación de la parte del valor producido por el capitalismo dependiente para apropiación/ acumulación en los países centrales, sea por mecanismos ligados a competencia, dentro y entre sectores productores de mercancías o por formas de envío y la transferencia de ganancias y utilidades, en función de la inversión directa extranjera; (iv) expansión de los mercados, con la intensificación de los procesos de apertura comercial y liberalización financiera que están en la raíz de procesos dado en (iii); (v) cambio de la lógica de apropiación/acumulación del capital, según las determinaciones dados por lo que Marx llamó capital ficticio (CARCANHOLO, 2017, p. 29-30)

Dessa forma, a contraposição à queda da taxa de lucro passou pela diminuição do preço do capital constante, aumento da taxa de exploração e da rotatividade do capital em termos globais. Dialeticamente, a superação política da crise de acumulação exigiu um aprofundamento ainda maior da escala e intensidade da produção capitalista pelo globo. A globalização da produção enquanto uma totalidade significa a integração cada vez maior entre países da periferia e nações imperialistas, mas se apresenta nas formas e nos mecanismos de maneira desigual. Assim, nos países do centro capitalista, a maior integração significou uma renovação da “paz social”

entre trabalhadores e as elites nacionais pelo acesso a mercadorias produzidas a preços declinantes nos países periféricos, ainda que tenha acirrado a competição no mercado de trabalho:

The globalization of production processes impacts workers in imperialist nations in two fundamental ways. Outsourcing enables capitalists to replace higher-paid domestic labor with low-wage Southern labor, exposing workers in imperialist nations to direct competition with similarly skilled but much lower paid workers in Southern nations, while falling prices of clothing, food, and other articles of mass consumption protects consumption levels from falling wages and magnifies the effect of wage increases. (...) This is both an economic imperative and a conscious strategy of the employing class and their political representatives that is crucial to maintaining domestic class peace. Wage repression at home, rather than abroad, would reduce demand and unleash latent recessionary forces. Competition in markets for workers' consumer goods forces some of the cost reductions resulting from greater use of low-wage labor to be passed on to them (SMITH, 2016, p. 45).

Nesse sentido, omotor do atual sistema imperialista está no diferencial dos salários e dos níveis de vida entre trabalhadores das nações imperialistas e países da periferia. Isso não quer dizer que o imperialismo prescindia do controle de territórios, acesso a matérias-primas, exportação de capital, da concentração/centralização de capital, entre outras características clássicas do imperialismo na virada do século XIX. Mas sim, que o sistema imperialista conta a expansão da lei do valor em escala global, onde cada vez mais as formas concretas de trabalho estão subsumidas pelo capital em geral. Nesse sentido, a atual estrutura do sistema imperialista para os países dependentes significa uma maior exploração da força de trabalho e da natureza, de vários modos.

Como o atual padrão de reprodução do capital nas FSP dependentes responde aos condicionantes postos ao sistema imperialista, procura-se, a seguir, detalhar essa relação que surge a partir das décadas de 1970 entre nações opressoras e países dependentes, resumizando os principais fatores:

- a) A recuperação econômica do Japão e da Europa no pós-guerra, por meio de maiores taxas de lucro e pelos investimentos norte-americanos, aliada à

obsolescência da estrutura produtiva dos EUA resultaram em contínuos déficits no balanço de pagamento dos EUA. Essa situação se mostrava insustentável com as taxas de câmbio fixas (ainda que ajustáveis) e a limitada mobilidade de capitais sob o acordo de *Bretton Woods*. Paulatinamente, o dólar americano é questionado na sua capacidade de operar como moeda mundial, quando, 1971, é rompida a paridade ouro-dólar de forma unilateral, pelos EUA, com suspensão da livre conversibilidade (SOUZA, 1987, cap. 3 e 4).

- b) Com a reversão do ciclo de acumulação no final dos anos de 1960, o endividamento, associado ao crescimento do período anterior, reduziu a rentabilidade das empresas a qual, para ser mantida, passa a depender de fontes financeiras. Essa mudança na estrutura de financiamento significou um custo financeiro crescente, com redução das margens de lucro dos setores oligopolizados, os quais responderam a isso pela elevação da margem de lucro. O aumento generalizado dos preços em meio a uma capacidade ociosa crescente promoveram uma estagnação e inflação nas economias centrais na década de 1970, quadro esse que se agravou com o aumento dos preços das matérias-primas e com a internacionalização do sistema bancário que estimulou a especulação.
- c) Em meio à crise de acumulação e o fim do acordo de *Bretton Woods*, observa-se uma exacerbação de fluxos de capitais financeiros que procuram se valorizar em meio à instabilidade nas taxas de câmbio e de juros dos países, gerando uma corrida especulativa em torno das cotações futuras das moedas nacionais frente ao dólar (GOMES, 2017, p. 228). Segundo Lapavistas (2013), esses processos conduziram à financeirização da estrutura econômica dos países desenvolvidos a qual se aprofunda a partir de quatro mudanças: ampliação do poder do Banco Central dos países para garantir a mobilidade e a (des)regulação dos capitais; ampliação das atividades financeiras por empresas não-financeiras; concentração das operações bancárias em mercados financeiros, em detrimento de atividades puramente de empréstimo; acesso crescente a bens e serviços por parte indivíduos e famílias por meio do sistema financeiro.
- d) Mais do que uma causa, a expansão do capital para a esfera financeira deve ser vista como uma consequência da crise de acumulação e das respostas para sua

superação que resultam na formação de uma massa de dinheiro excedente relativamente desvinculada da acumulação produtiva. Nesse processo, o capital-dinheiro procura se valorizar sob uma lógica específica, enquanto capital fictício: “esta forma de capital tem como característica fundamental seu comportamento especulativo e como objetivo a obtenção de renda sem produção de riqueza material, o que caracteriza como parasitária”. Nessa lógica, novos títulos e instrumentos financeiros são criados para dar segurança (*hedge*) aos aplicadores contra oscilações futuras, como os derivativos os quais acabam contraditoriamente ampliando o caráter fictício. Ainda na esteira das mudanças produtivas e financeiras a partir da década de 1970, com a desvinculação do dólar ao ouro, a moeda americana continua exercendo o papel de dinheiro mundial, contudo, enquanto também um dinheiro fictício (NAKATANI e GOMES, 2015, p. 255 e p. 261).

- e) A recuperação relativa da taxa de lucro por parte das economias centrais a partir do final da década 1970 também pressupôs um aumento na taxa de exploração e uma rearticulação com a periferia capitalista. Dentre os fatores que tornaram possível o aumento da taxa de exploração, encontram-se: a queda dos salários reais, aumento e intensificação da jornada de trabalho, ampliação do desemprego e precarização das relações de trabalho; redução do salário indireto por meio de privatização e corte de direitos e serviços públicos; reorganização do processo de trabalho coma introdução de inovações tecnológicas e gerenciais que aumentam a produtividade e reduzem o número de trabalhadores produtivos e combatividade do movimento operário (ARAÚJO, 2011, seção 3.2; ANTUNES, 2000).
- f) Para além das transformações econômicas do final da década de 1960 e início da seguinte, o período foi marcado também por novas configurações na geopolítica internacional. Por um lado, a URSS procurava manter sua influência no bloco socialista, ao mesmo tempo em que a cisão sino-soviética atinge seu auge. Por outro, os EUA, para se beneficiar desse afastamento e almejando uma melhor posição no leste asiático devido à guerra do Vietnã, substituiu a tática de “contenção” pela “distensão” política, com a celebração de acordos e reconhecimento de antigas reivindicações chinesas (GOMES, 2017).

- g) Na periferia do sistema capitalista, a hegemonia americana passa a ser abalada, principalmente com a vitória de movimentos revolucionários na África e Ásia. Na América Latina, o tensionamento com o sistema imperialista e a ascensão de movimento populares e de esquerda remontam à década de 1950. Isso exigiu, por parte das burguesias nacionais/estrangeiras e o imperialismo, medidas contrarrevolucionárias que desembocaram nas ditaduras militares em diversos países. Dentre as medidas estão a adoção de doutrina de contra-insurgência e uma transformação do bloco dominante no interior das sociedades latino-americanas, quando se aprofunda a integração financeira, produtiva e tecnológica dos países em favor da acumulação de capital seletiva a frações monopolíticas. Nesse processo, estrutura-se um “Estado de contrainsurgência” nesses países, marcado pela relação orgânica das forças armadas e o capital monopolítico. O Estado de contra-insurgência se manifestou por distintas formas governamentais, como a ditadura militar no Brasil, ou regime civil na Venezuela, mas sempre preservando as forças armadas como um “quarto poder”, de fato. Essas características e tendência se mantiveram inclusive com a abertura política no final da década de 1970 que preserva o essencial da orientação estatal, seus aparelhos econômicos e a relação intraburguesa e forças armadas (MARINI, 1978b)
- h) Tanto a introdução de novas tecnologias quanto a desregulação dos fluxos de capitais comerciais e financeiros promoveram uma rearticulação das economias centrais e periféricas, sob o comando das empresas transnacionais, cuja maioria absoluta está situada e é de propriedade de residentes em países imperialistas. Apesar da multiplicidade de setores e de estratégias empresariais, a expansão das transnacionais pelo globo tem como objetivo último se aproveitar, por meio de *outsourcing*, do baixo nível salarial dos trabalhadores periféricos para recompor/ampliar taxa de lucro. Nesse sentido, a introdução de novas tecnologias de comunicação, informação e transporte desenvolvidas na década de 1970 permitiram reduzir o tempo de trabalho necessário (nos países centrais) e aumentar a rotatividade do capital. Da mesma forma, a financeirização só pode ser entendida a partir da arbitragem do valor da força de trabalho por meio de *outsourcing*, seja porque a extroversão para os países periféricos permite ampliar

as taxas de lucros a serem apropriadas pelos acionistas, seja porque libera uma parte importante dos ativos das empresas transnacionais para a esfera financeira (SMITH, 2016, cap. 9 e 10).

- i) De fato, as empresas transnacionais fragmentam seus processos produtivos, a partir de sua estratégia corporativa, direcionando para a periferia do sistema capitalista etapas produtivas mais intensas em força de trabalho e/ou recursos naturais. Nesse sentido, a conexão e o outsourcing das empresas transnacionais com os países dependentes assumem duas formas básicas: 1) investimento direto externo, quando a empresa transnacional controla e é a proprietária direta das subsidiárias nos países periféricos; 2) integração vertical (*arm's length*) quando se trata de empresas formalmente independentes, mas cujo comando/liderança está com a empresa transnacional, seja como compradora (*buyer-led*) ou produtora (*producer-led*).
- j) Esse movimento comandado pelas empresas transnacionais não atinge os países periféricos de forma homogênea, mas sim, são condicionados pela correlação de forças políticas nacionais e geopolíticas, dentro da autonomia relativa propiciada pelo sistema econômico internacional. Dessa forma, observa-se a partir da década de 1980 uma transferência de atividades manufatureiras para o Leste Asiático, onde o capital industrial se torna o principal eixo dinâmico da estrutura econômica desses países. (SMITH, 2016, cap. 2; MEDEIROS, 1997 e CANO, 2000). Posição distinta da verificada nos países latino-americanos, como será visto no PRCEEP.
- k) O neoliberalismo surge a partir da década de 1980 enquanto projeto societal específico e correspondente às necessidades de acumulação de capital sob os condicionantes do sistema imperialista, tanto nos países desenvolvidos, quanto nos dependentes. Enquanto instrumento ideológico de dominação/hegemonia das classes burgueses, o neoliberalismo está associado a uma estratégia de desenvolvimento que defende a estabilização macroeconômica e a implementação de reformas comerciais, financeiras e laborais liberalizantes, onde os preços estáveis e a liberdade de circulação do capital permitem uma maior condição de valorização do capital, sobretudo na esfera da circulação. Para tanto, uma série de

medidas de políticas econômica são adotadas, muitas vezes de cunho ortodoxo (valorização cambial, livre entrada e saída de capitais, política monetária restritiva), ainda que sob determinadas conjunturas seja possível conciliá-las com medidas heterodoxas, como foi o caso recente do Brasil (CARCANHOLO, 2015 e 2017; CANO, 1996)

Os fatores mencionados sumariamente, dos quais a investigação parte, procuram apenas apontar os novos condicionantes postos no sistema econômico mundial a partir da década de 1970. Alguns desses condicionantes serão melhores desenvolvidos nos próximos capítulos, quando se tratar do neoliberalismo e da política econômica no Brasil (capítulo 2) e de como os países imperialistas se apropriam do valor criado nos países periféricos (capítulo 3). Resta, nesse momento, caracterizar o atual padrão de reprodução.

Como mencionado, a acumulação de capital em escala mundial impactou de forma distinta os países da periferia capitalista. No caso dessa investigação, a questão principal diz respeito aos novos determinantes postos para a reprodução do capital na América Latina como um todo e, mais especificamente, para o Brasil. Em termos sintéticos, durante o período de 1930 – 1980 o Brasil apresentou um desenvolvimento capitalista dependente assentado na dinâmica do capital industrial, com a presença do Estado Nacional na regulamentação e coordenação dos esquemas de reprodução do capital nacional e estrangeiro e com controle e repressão da classe trabalhadora. Assim, a industrialização avançou para segmentos relativamente mais intensos em tecnologia sem romper com a dependência e assentada na SFT (MARINI, 1979).

Nesse sentido, o esgotamento do processo de industrialização no Brasil no final da década de 1970 está associado à tentativa dos EUA em fortalecer a sua hegemonia no sistema mundial capitalista, cuja primeira manifestação foi por fim ao lastro do dólar em relação ao ouro, e, posteriormente, na elevação unilateral da taxa de juros em 1979. Por aquilo que ficou conhecido posteriormente como “doutrina Volcker”, os crescentes déficits fiscais estadunidenses eram financiados por meio da dívida pública o que exigia, por sua vez, uma política econômica ortodoxa por parte dos demais países:

Assim, a nova diplomacia do dólar significava uma combinação de movimentos que implicava a liderança dos EUA: a) na apropriação das rendas especulativas geradas internacionalmente; b) na imposição de superávits comerciais ao restante do mundo como forma de financiar os crescentes déficits estadunidenses (via aplicação das reservas de dólares nos bônus do Tesouro dos EUA); c) no controle sobre a renegociação das dívidas externas das nações dependentes, impondo a estas perdas ainda maiores na transferência líquida de riquezas ao exterior, além de novos empréstimos a um custo mais elevado (GOMES, 2017, p. 231).

Essa medida desencadeou uma restrição monetária sem precedentes nos países periféricos, tendo em vista o endividamento externo empreendido ao longo da década de 1970. Era o início da imposição de medidas neoliberais por parte dos EUA com o objetivo de promover a sua reestruturação produtiva. Para tanto, foi necessária uma nova rearticulação com a periferia capitalista, principalmente através das empresas transnacionais e da desregulamentação financeira e comercial em escala mundial.

A “globalização econômica” (ou mundialização do capital), enquanto o resultado das novas condições técnicas e econômicas desenvolvidas nos países do centro, tornou necessária uma nova forma de organização do mercado e do processo produtivo mundial. Como dito, a indústria nos países desenvolvidos ao intensificar a mudança tecnológica com base no conhecimento dentro do processo de produção – onde crescentemente o custo de produção repousa menos no processo físico de produção – apresenta duas tendências de extroversão: 1) fortalecimento do processo de difusão mundial da indústria em busca de taxas de salários menores; 2) o esforço por maior qualificação da força de trabalho nos países desenvolvidos corresponde a um deslocamento das ocupações de menor qualificação para outras nações. Em síntese, a globalização produtiva tem como cerne uma divisão internacional do trabalho cuja materialidade está na própria força de trabalho, e não mais em setores econômicos específicos, como outrora (MARINI, 1996, p. 58)

Nesse sentido, os países do centro possuem duas vantagens que ampliam o nível de dependência dos países periféricos. A inovação técnica, ao ter como base atividades de pesquisa e desenvolvimento, torna-se inacessível aos países da periferia a não ser quando se configuram como receptores de novas plantas industriais, o que leva à segunda vantagem. Os países

imperialistas controlam a dispersão das atividades industriais/produativas entre e dentre os países periféricos, sob diversas modalidades, como visto anteriormente.

Trata-se, assim, de transformações nas formações socioespaciais dependentes dentro da nova dinâmica do modo de produção capitalista, onde a própria nação e sua relação com as regiões subnacionais são alteradas. Os esquemas e as formas de produção e realização do mais-valor nas formações socioespaciais dependentes passaram por uma transformação, sintetizadas como um *padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva* (PRCEEP) (OSORIO, 2012a e 2012b).

O PRCEEP indica as particularidades da produção, valorização e realização do valor nas FSP dependentes a partir de 1980. Ele está intimamente ligado com as tendências do sistema imperialista antes assinaladas, ainda que elas se manifestem diversamente entre os países dependentes. Em outras palavras, a arbitragem do valor da força de trabalho pelo capital – o objetivo último da expansão capitalista – encobre uma miríade de formas de exploração do trabalho vivo e da natureza:

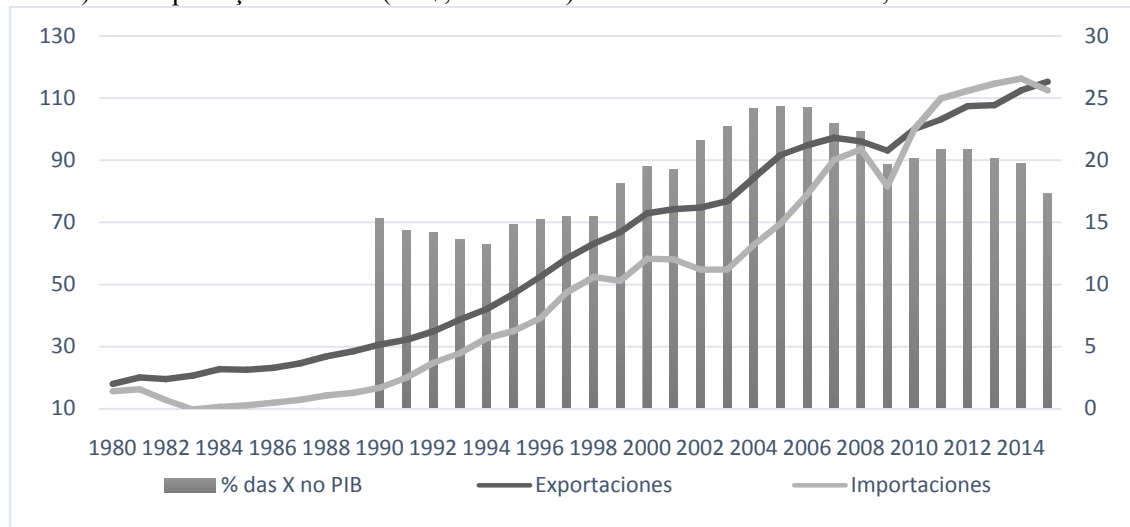
Given their central role in driving and shaping the globalization of production, the wide international wage differentials between developed and developing nations demand special attention. The cheapness of labor power in oppressed nations is not the only factor propelling production outsourcing. Other factors include the substantial differences in non-wage costs between different countries, for example, land and energy resources—but this only means that capitalists exploit both living labor and nature (SMITH, 2016, p. 134).

Nesse sentido, as trajetórias distintas dos países periféricos devem ser vistas a partir da unidade do sistema imperialista. Para ilustrar esse ponto, podem-se confrontar as diversas formas e intensidade de extroversão do capital e de *outsourcing* por parte dos países imperialistas para o Brasil (e América Latina como um todo, excetuando talvez o México) com os países da periferia do continente asiático. Enquanto nesses últimos predomina a integração vertical (*arm's length*), no caso do Brasil o IDE ligado principalmente a setores energéticos e agrominerais constituiu uma categoria importante. Ainda assim, ambas as formas só podem ser entendidas enquanto parte de uma mesma totalidade do sistema imperialista (SMITH, 2016).

Outras especificidades da economia brasileira serão vistas no próximo capítulo. Nesse momento, resta detalhar as características do PRCEEP, principalmente do ponto de vista da estrutura produtiva e comercial.

Em primeiro lugar, a condição fundamental do novo padrão é seu viés exportador, ou seja, os setores mais dinâmicos do novo padrão estão atrelados ao mercado externo. No gráfico 01 percebe-se o exponencial crescimento das exportações latino-americanas em volume a partir de meados da década de 1980, sobretudo a partir da década de 2000, com o aumento da demanda e preço de commodities agrominerais: não por menos, a participação das exportações latino-americanas no PIB aumenta substancialmente no período, atingindo quase 25% antes da crise mundial de 2008, a qual diminuiu com a queda do preço dos principais produtos exportados. Dessa forma, o PRCEEP tende a repousar sobre a produção agrícola, mineral e alguns bens industriais intensivos em mão de obra/recursos naturais e favorecidos por tratados comerciais, principalmente nas áreas de montagem, maquiladoras e de serviços. Em suma, em atividades que exibem vantagens absolutas ou comparativas.

Gráfico 1: Índice de volume das exportações e das importações (2010=100) e participação (em %, eixo da direita) das exportações no PIB (US\$, correntes)- América Latina e Caribe, 1980-2015



Fonte: CEPAL/CEPALstat; elaboração própria.

A orientação produtiva para essas atividades gerou uma especialização produtiva e a presença de enclaves econômicos: reduzidas atividades econômicas com maior conteúdo

tecnológico, com pouca relação com a estrutura produtiva e elevado grau de coeficiente de importação. Por isso mesmo, pode-se observar que, concomitantemente ao aumento do volume de exportações no gráfico 01, o PRCEEP resultou em um aumento também expressivo das importações, sobretudo a partir da década de 2000. Seja para o consumo final, seja como bens intermediários e/ou de capitais, a importação na América Latina implica numa integração e subordinação cada vez maior com o centro imperialista e uma desintegração produtiva nacional e latino-americana.

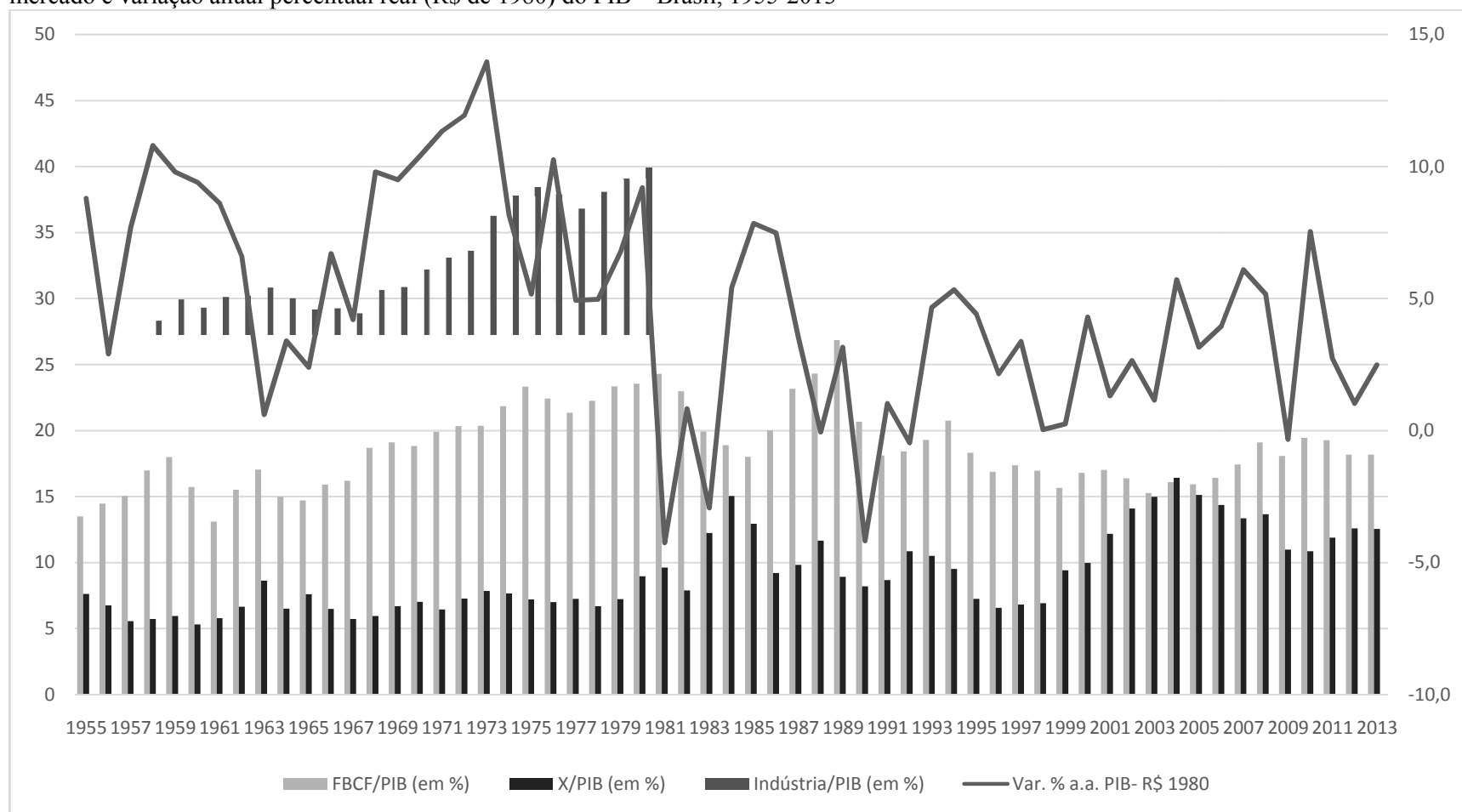
Em segundo lugar, o padrão exportador de especialização produtiva supõe o fim da industrialização como um projeto de maior autonomia relativa econômica. Em poucos países, como Brasil e México, alguns segmentos industriais se mantêm, mas integrados ao projeto exportador e dentro de grandes cadeias produtivas globais comandadas por empresas transnacionais. Em terceiro lugar, essa dinâmica beneficia, sobretudo, as cadeias produtivas internacionais comandadas pelas empresas transnacionais, e não se vincula a projetos desenvolvimentistas, como no passado. Isso pode ser visto no caso das atividades agrícolas voltadas para exportação de commodities. Grandes empresas transnacionais do segmento não só comandam a comercialização e distribuição da produção, como também são responsáveis pela oferta do pacote tecnológico subjacente à produção. Essas empresas globais definem as zonas de produção nas economias que têm dotação de terras e controlam toda circulação, ao atrelar as vendas do pacote tecnológico às compras da produção (GOMES JUNIOR e ARUTO, 2016).

Por último, as tendências do PRCEEP se verificam nos países, concretamente, de maneira diversa dentre as FSP dependentes e ao longo do período. Contudo, nessa diversidade, a unidade se mantém e é a partir dela que se pode compreender, dentro de um ponto de vista totalizante, as suas particularidades. O Brasil no PRCEEP expressa por excelência essa relação dialética de unidade/diversidade. Ainda que tenha sido o país que mais avançou no desenvolvimento capitalista dependente, com um relativo mercado interno e existência de camadas burguesas nacionais, as tendências do PRCEEP se verificam histórica e conjunturalmente.

Conforme pode ser visto no gráfico 02, ao se contrastar o período do padrão de reprodução industrializante do capital (no gráfico, 1955-1980) com o PRCEEP pós 1980 percebem-se as tendências antes assinaladas. Primeiramente, tem-se a extroversão da produção, com um aumento da participação das exportações no total do PIB quando no auge do ciclo de

exportação da década de 2000, a participação chegou a mais de 15% do PIB. Em nenhum momento da série histórica esse patamar foi alcançado. Mesmo após a crise de 2008, com redução das exportações, essa proporção é em média muito próxima daquela da década de 1980, quando a economia brasileira orientou sua produção para a exportação, diante da crise da dívida externa.

Gráfico 2: Participação (em %, eixo da esquerda) da formação bruta de capital fixo, das exportações e do PIB da Indústria no PIB a preços de mercado e variação anual percentual real (R\$ de 1980) do PIB – Brasil, 1955-2013



Fonte: Contas Nacionais (referência 2000)/IBGE, ipeadata. Elaboração própria

Percebe-se também que no atual padrão de reprodução o viés exportador tem como contraparte uma reversão da industrialização. Entre 1955 e 1979 a participação da indústria no PIB é crescente, ao atingir 40% do PIB. Durante a década de 1980, essa proporção se eleva ainda mais, mas de modo oscilante, pois estava condicionada às transferências de recursos reais ao exterior por meio das exportações de bens intermediários (mas não apenas), ou seja, não estava submetida a um projeto de industrialização. A partir de meados dos anos de 1990, a participação da indústria é reduzida significativamente, principalmente com a adoção do Plano Real e a sobrevalorização cambial que se seguiu. Posteriormente, com o esgotamento do ciclo de crescimento dos anos 2000, esse patamar se reduz ainda mais, para menos de 20%, o que evidencia a incompatibilidade entre a industrialização e o PRCEEP.

Por fim, o crescimento econômico como um todo e a taxa de investimento (no caso, a formação bruta de capital fixo/PIB) refletem as tendências do PRCEEP. Enquanto que no período de 1955-1980 o aumento da taxa de investimento, ligado ao projeto de industrialização, propiciava elevadas taxas de crescimento econômico (a despeito dos ciclos econômicos), a partir de 1980 não só a média de crescimento é significativamente mais baixa, como também, oscilante. Nesse processo, a redução da taxa de investimento é expressiva, atingindo um pouco mais de 15% no começo da década de 2000, patamar que se eleva a quase 20% no final da década, em grande parte, devido ao setor público. Depois disso, com a estagnação pós-2010 (e posterior recessão), a participação da formação bruta de capital fixo retoma a tendência histórica do PRCEEP de baixo patamar. Segundo os mais recentes dados das contas nacionais do IBGE (referência ano 2010, por isso sua não comparabilidade com a série histórica do gráfico 02) a sua participação no PIB era de 18,3% em 2000, atinge o auge de 20,9% em 2013 e declina abruptamente para 15,5% em 2016.

O novo padrão de reprodução do capital corresponde também à emergência de novas formas e mecanismos de transferência internacional de valor, relacionadas aos imperativos do sistema imperialista e da valorização fictícia de capital. Segundo Amaral (2012), ainda que presente nos padrões anteriores, a partir de 1980 a transferência via balança de renda se sobressai comparativamente às trocas comerciais com os países imperialistas, principalmente pelas despesas decorrentes dos investimentos direto externo, em carteira e empréstimos em geral. Ilustrativamente, no período 1980-2010 para o Brasil, as despesas vinculadas a essas três modalidades cresceram 452%, enquanto que o PIB teve um crescimento de 113%. Essa

discrepância ressalta as novas formas de transferência e como elas estão ligadas à produção de excedentes e, assim, à exploração da força de trabalho (AMARAL, 2012, p. 124 e cap. 5).

Todas essas evidências procuraram caracterizar e apresentar o atual padrão de reprodução do capital no Brasil na contemporaneidade e seus determinantes. Como visto, as condições específicas de valorização do capital nas FSP dependentes, como a brasileira, significaram uma reversão da estrutura produtiva e um maior comando do capital estrangeiro sobre a dinâmica nacional. Contudo, essa maior posição dependente significa o provimento de condições econômicas específicas que permitem que o capital estrangeiro, sob várias formas, comande o processo de valorização e de apropriação do valor a partir das frações de capital na FSP. E mais, ainda que o capital estrangeiro adquira maior participação no movimento das economias dependentes, ele se relaciona contraditoriamente, a depender da conjuntura política e da correlação de forças internas e externa, com frações de capitais privados nacionais e o próprio Estado Nacional.

Em outras palavras, a análise do PRCEEP no Brasil deve ser conjugada à evolução da política econômica adotada, uma vez que ela revela os interesses e os conflitos econômicos e políticos quanto à reprodução do capital. De modo geral, as medidas de política econômica que dão base para atuação dessas frações do capital no novo padrão são diametralmente opostas às aquelas do período de industrialização:

Na nova situação, a política econômica aponta para a redução do papel dos assalariados no consumo e de sua participação no mercado; propicia-se uma concentração de renda, processo que, unido ao anterior, gera uma polarização social aguda; os setores sociais já não são protegidos mediante tarifas de importação, e sim se reduzem significativamente; a concorrência e o mercado, se diz, é que devem destinar os recursos, o que faz com que se retirem subsídios e diversas formas de proteção à produção industrial; parte substantiva da produção é voltada para o mercado mundial, fazendo com que se apliquem medidas de política econômica que fomentem as exportações; e, à medida que o discurso do livre-comércio ganha terreno, também se fomenta a abertura de fronteiras para as importações (OSORIO, 2012a, p. 73).

O próximo capítulo tem como objetivo expor a política econômica adotada pelos sucessivos governos no Brasil a partir dos anos 2000 e como que ela ampliou a dependência econômica. Essa revisão permite delimitar as estratégias políticas subjacentes ao PRCEEP no

Brasil e, além disso, confere as bases para se compreender o movimento do capital pelo território, fundamentais para análise da exploração da força de trabalho e da natureza, em múltiplas escalas espaciais.

2. Política Econômica e neoliberalismo no Brasil do século XXI

O primeiro capítulo da tese apresentou as categorias basilares das economias dependentes: transferência internacional de valor e SFT. Foi visto que essas categorias se encontram dialeticamente submetidas ao padrão de reprodução do capital e ao sistema imperialista, mas se manifestam sob formas e intensidades histórica e espacialmente específicas. Nesse sentido, com base na revisão bibliográfica dos textos clássicos e fundadores da TMD, discutiu-se em linhas gerais como a dependência econômica se manifestava no Brasil durante o padrão de reprodução agromineral primário-exportador (1822-1930) e no padrão de reprodução do capital durante a industrialização dependente (1930-1980).

Uma vez que essa unidade entre SFT e transferência de valor se apresenta de maneira cada vez mais aprofundada na conjuntura brasileira, o restante do capítulo tratou de caracterizar o atual padrão de reprodução do capital. Nesse sentido, foram relacionadas as principais condições para a valorização do capital nas FSP dependentes às transformações no modo de produção capitalista da década de 1970. Como visto, essas condições significaram um padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva (PRCEEP) que aprofunda a dependência uma vez que promove uma maior integração com o capital estrangeiro e amplia a tendência de transferência internacional de valor. O resultado é um menor dinamismo da economia dependente como um todo, o que pôde ser visto no caso brasileiro contrastando o crescimento e a participação dos investimentos no PIB nos dois últimos padrões de reprodução do capital.

Nesse momento, é necessário avançar para além da caracterização do PRCEEP e entender a atual conformação da política econômica interna no Brasil. Diante disso, a questão que se levanta é qual a orientação de política econômica adotada no Brasil que dá as bases para as condições de valorização do capital no seio do PRCEEP? O objetivo dessa seção é explicitar a política econômica no Brasil no início da década de 2000 e como ela amplia a transferência de valor. Dessa forma, a partir das medidas de política econômica adotadas, torna-se possível compreender a hegemonia política e econômica do capital estrangeiro na economia dependente, bem como, suas contradições frente outras frações do capital e do Estado. Esse procedimento

permitirá analisar, nos próximos capítulos, não apenas o nível da taxa de exploração e os mecanismos de SFT, bem como, seu espraiamento territorial e vinculação com os setores econômicos. Tão importante quanto entender a configuração de política econômica, seus interesses sociais e suas consequências é seu comportamento ao longo do período à medida que se alteram as conjunturas econômicas e políticas, nacional e internacionalmente.

Diante dessa questão, o capítulo está estruturado em mais três seções. A primeira fornece uma visão geral das mudanças econômicas e políticas no Brasil, pós 1980. Procura-se não apenas complementar as características do PRCEEP apresentadas no capítulo anterior, mas também expor os principais determinantes econômicos e políticos, discutindo como eles reforçam a estrutura dependente da economia brasileira a despeito das manifestações conjunturais. Em seguida, discute-se a política neoliberal no Brasil no século XXI, ao se destacar não apenas a evolução dos principais instrumentos, mas como eles impactaram na transferência de valor no período 2000-2016. A terceira seção coloca a questão das estratégias de desenvolvimento que se apresentam no atual estágio da dependência e durante o período considerado. Por um lado, a estratégia neoliberal se mantém como a principal referência ao garantir a expansão da esfera mercantil e acesso aos fundos públicos para o capital privado, por outro lado, a estratégia novo-desenvolvimentista surge no período e propõe um novo papel do Estado e de políticas heterodoxas.

Com base na compreensão dos contornos de política econômica adotada e dos seus impactos sobre as transferências internacionais de valor se poderá, a partir do quarto capítulo, avaliar as mudanças das condições de vida dos trabalhadores em várias escalas espaciais e como elas fundamentam a trajetória da economia dependente brasileira recente.

2.1 Visão Geral da nova estrutura da dependência

Como toda relação dialética de transformação e manutenção, o fim da industrialização alterou a estrutura produtiva brasileira ao aprofundar a inserção dependente no sistema imperialista internacional, sob novas e velhas modalidades. É dentro desse processo contínuo que se deve localizar e compreender a trajetória recente da economia brasileira e das condições de vida dos trabalhadores, a serem vistos nos próximos capítulos. Essa seção trata das

principais consequências econômicas e políticas que se seguiram com o fim do padrão de reprodução do capital industrializante a partir da década de 1980. A abordagem geral se justifica pelo fato de que as décadas de 1980 e 1990 não constituem imediatamente o período de análise aqui adotado. Nesse sentido, procura-se apenas destacar os principais fatos que marcam a economia dependente nessas as décadas, os quais mantêm e ampliam a condição dependente pelos seguintes componentes:

De esta forma, pueden ser apuntados los siguientes componentes de la dependencia: (i) superexplotación de la fuerza de trabajo; (ii) transferencia de valor hacia las economías centrales en el nivel Del comercio internacional (intercambio desigual); (iii) transferencia de (plus)valor hacia las economías centrales por otras cuentas (pago de intereses y amortizaciones de deudas, transferencia de utilidades y ganancias, pago de royalties, etc.); (iv) elevada concentración de ingresos y riqueza; y (v) empeoramiento de los problemas sociales. Más que el conjunto de esto cinco elementos, lo que define la condición dependiente es la articulación concreta de los mismos en lo que puede ser entendido como la forma concreta como se desarrolla el capitalismo dependiente (CARCANHOLO, 2017, p. 86/87).

De fato, todos esses componentes se tornam mais agudos a partir da década de 1980. Como visto no capítulo anterior, a década de 1970 é marcada por uma série de medidas econômica e políticas dos EUA no sentido de se estabelecer sua hegemonia financeira e produtiva. O corolário dessas medidas foi a elevação das taxas de juros de forma unilateral, o que significou um direcionamento de capitais do mundo inteiro no sistema financeiro norte-americano. O efeito sobre a economia brasileira foi devastador, atingindo-a em vários setores o que foi ampliado, ainda, pelo segundo choque do petróleo em 1979. Como o governo militar conduziu o processo de industrialização pelo acesso a empréstimos externos em dólar, a juros flutuantes, a economia brasileira se vê compelida a transferir excedentes tanto pela via comercial (devido aos preços relativos desfavoráveis causados pelo choque do petróleo) quanto pela via financeira (com a elevação das transferências por juros e amortizações).

O fim da industrialização se torna evidente quando se observa que a crise e a recessão do início da década de 1980 não foram causadas por fatores conjunturais, mas sim estruturais.

Eles corresponderam à impossibilidade de financiamento externo do projeto de industrialização e, com isso, a redução drástica da taxa de acumulação (a qual pode ser dimensionada pela redução da participação do investimento no PIB, visto no capítulo anterior). Em outras palavras, a determinação do sistema imperialista sobre a economia dependente brasileira passa a ser de transferência forçada de recursos líquidos e de excedentes ao exterior, sobretudo através das exportações. Para tanto, uma configuração política econômica específica surge nesse período, com maxidesvalorizações cambiais e redução do consumo interno, no caso, dos trabalhadores e do Estado. A tutela do FMI e o ajuste estrutural imposto apenas corroboram esse conteúdo.

Os impactos da crise da dívida foram vários, do aumento da dívida externa, para sua estatização, depois conversão em dívida interna e aumento dos meios de pagamento que ampliou ainda o processo inflacionário. Citemos apenas brevemente a questão da estatização da dívida e conversão em dívida mobiliária interna, pois isso possui efeitos diretos sobre a política econômica nas décadas seguinte e evidencia a forma específica e atual do pacto intraburguês firmado no assalto ao Estado Nacional.

A estatização da dívida externa e seus determinantes apresentam, segundo Cruz (1995), dois momentos distintos. O primeiro deles compreende o período 1974-1979, marcado pela crise hegemônica do dólar e pelo choque do petróleo, no plano externo, e pela promoção, internamente, do II PND (com o objetivo de aprofundar a substituição de importação). O segundo momento de estatização da dívida externa brasileira se inicia depois de 1979, por meio da manutenção do endividamento das estatais e, principalmente, com a atribuição dada ao Banco Central (BC) na posse de passivos denominados em moeda estrangeiras e de depósitos de projetos do sistema de renegociação pós-1982. Nesse caso, a introdução dos depósitos de projetos fez com que o BC se tornasse o tomador final de empréstimos externos, onde os recursos foram contratados sem a definição de um mutuário final (como uma imposição do FMI e dos bancos internacionais), sendo depositados no BC que assumiu ainda os encargos monetários dos contratos.

Esses dois momentos do processo de estatização da dívida externa brasileira e seus determinantes evidenciam que o crescente endividamento estatal deve ser visto como um instrumento de socialização da crise brasileira, através do comprometimento de fundos públicos em prol do capital bancário internacional e das frações do capital nacional. Grande parte dessa socialização esteve atrelada às medidas tomadas pelo governo no combate à crise fiscal e

financeira que abalou a economia brasileira. As restrições postas ao balanço de pagamentos fizeram com a geração de enormes superávits comerciais se tornassem a principal medida de obtenção de divisas externas, o que significou uma transferência de recursos reais ao exterior.

Contudo, a aquisição das divisas, pelo setor público, para a conversão em moeda local (esterilização) ocorreu em um momento em que o Estado perdia posição dentro da renda interna (redução da carga tributária, aumento dos subsídios às empresas exportadoras e redução de preços e tarifas das empresas estatais). Dessa forma, o prosseguimento da operação de transferência de recursos resultou em uma redução da capacidade de investimento estatal e em uma ampliação da dívida interna a juros reais crescentes.

Observa-se, assim, a socialização da crise em benefício dos detentores da expansão da dívida mobiliária interna. Foram precisamente as frações do capital nacional que tiveram um aumento na sua rentabilidade baseado na exportação os segmentos que se beneficiaram desse processo. Ao invés de, por meio do maior nível de rendimento obtido, promover uma ampliação da capacidade produtiva, os setores exportadores (beneficiados por políticas de subsídios e incentivos) valorizaram seus recursos mediante aplicações financeiras do Tesouro Nacional, tornando-se credores de um setor público endividado. O Estado, assim, assegurou a valorização financeira dos lucros apropriados pelo setor exportador através de uma expansão crescente da dívida interna.

Em síntese e paradoxalmente, a década de 1980, segundo Theotonio dos Santos (2000), reforçou e tornou escancarada a tese central da teoria da dependência: os países centrais são captadores de recursos dos países periféricos, seja na forma comercial, seja sob formas financeiras e, além disso, que a burguesia interna se beneficia do aprofundamento da posição dependente.

Ainda assim, somente pode-se afirmar a plena adoção do neoliberalismo enquanto uma estratégia de (sub)desenvolvimento específica a partir dos anos de 1990. A sociedade brasileira inicia essa década de forma contraditória e polarizada: por um lado, em 1988 se finaliza a elaboração da constituição federal pós-ditadura que, ao menos em sua forma, objetiva construir um Estado de Bem-Estar Social no Brasil. Evidentemente, o conteúdo da constituição federal foi paulatinamente deturpado desde o início ou mesmo nem chegou a ser adotado em alguns de seus dispositivos. Seja como for, a própria constituição de 1988, nessa forma a despeito do conteúdo,

já expressa um aumento e projeção política da luta de classes travada ao longo da década de 1980.

Por outro lado, a década de 1990 se inicia com a crítica ao projeto de industrialização por substituição de importação, acusado de ineficiência, corrupção e obsolescência o que, supostamente, resultou no aumento dos gastos do governo, inflação e a própria recessão¹⁴. Era o início da estratégia neoliberal de desenvolvimento no Brasil, cujas medidas de política econômica são adotadas no governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) e aprofundadas, depois de um interregno não menos neoliberal de Itamar Franco (1993-1994), por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Os anos de 1990 se iniciam com o recrudescimento do processo inflacionário que atinge patamares de hiperinflação, e com a política de abertura financeira e comercial (eliminação de barreiras não-tarifárias e redução de tarifas de importações). O objetivo primordial dos governos do período, no que tange à administração econômica, foi garantir a estabilização macroeconômica e construir condições de liberdade nos mercados, incentivando a concorrência e as decisões de investimento em consonância com o projeto neoliberal (CARCANHOLO, 2010, p. 109). Em linhas gerais, o novo padrão de desenvolvimento defende uma maior abertura comercial e financeira dos países, menor presença do Estado na economia, flexibilização trabalhista e reestruturação produtiva no sentido de racionalizar e dinamizar o processo produtivo.

A consequência imediata dessas medidas na primeira metade da década, contudo, foi de intensa instabilidade econômica, com inflação atingindo quatro dígitos ao ano e o crescimento do produto em patamares bem reduzidos (entre 1991 e 1993, a taxa média de crescimento foi de 2,1% ao ano)¹⁵. A estabilização somente foi atingida com a adoção do Plano Real, em 1994¹⁶. Em um primeiro momento, a queda no patamar inflacionário provocou uma elevação no poder de compra dos rendimentos, estimulando o mercado interno. Com isso, logrou-se um crescimento econômico satisfatório (5,33% em 1994 e 4,41% em 1995), principalmente devido à demanda doméstica (IPEA, 2010, p. 62). Porém, os demais resultados macroeconômicos no período posterior evidenciaram que a política econômica adotada, a despeito do controle de preços, teve um forte viés restritivo e levou a um aumento da vulnerabilidade externa da economia. O regime

¹⁴Essa visão geral dos anos de 1990 tem como base a revisão feita anteriormente em Santos e Aruto (2012, p. 4-6).

¹⁵Taxa média de crescimento real com base no PIB a preços de 1980, disponível em www.ipeadata.gov.br.

¹⁶Sobre os mecanismos e consequências imediatas do Plano Real, ver Belluzzo e Almeida (2002).

de câmbio fixo valorizado e a manutenção de uma abertura comercial e financeira conduziram a um crescimento econômico diminuto (1,4 % a.a. entre 1995-1999), redução na participação do investimento no PIB, dependência dos fluxos externos de capitais, aumento da dívida externa e do passivo externo.

Imbricada a essa política econômica restritiva, o período ficou marcado por um processo de reestruturação do processo produtivo, onde as empresas dos setores mais dinâmicos e com maior capacidade de inserção externa, diante das facilidades de importação, passaram a adotar tecnologias poupadoras de força de trabalho aliadas a novas formas de gestão dos trabalhadores, procurando reagir ao aumento da concorrência internacional em busca de produtividade. Porém, essa “modernização”, nas condições em que foi implementada, teve efeitos deletérios sobre a indústria, gerando uma especialização regressiva na estrutura industrial, típicas do PRCEEP. Diante de tal contexto, as transformações tiveram impactos profundos sobre a estrutura produtiva brasileira e sobre o mercado de trabalho, com o aumento do desemprego e das desigualdades, queda dos rendimentos e precarização dos postos de trabalho (POCHMANN, 2006).

A década de 2000 se inicia com um novo contorno na política econômica e na conjuntura econômica internacional. Inicialmente, a desvalorização cambial em 1999, em decorrência da fuga dos capitais externos, leva a adoção de uma política de câmbio flutuante, com a política monetária seguindo uma meta inflacionária, através da contenção/estímulo da demanda por meio do estabelecimento da taxa de juros básica da economia. A política fiscal, por seu turno, tem como objetivo a obtenção de superávits primários destinados, sobretudo, ao pagamento de juros. Assim, as medidas adotadas na década de 1990 deram o contorno da política econômica durante todo o período posterior, e são importantes para se compreender o desempenho da economia brasileira a ser visto na próxima seção.

Mais do que uma nova combinação de instrumentos econômicos, a década de 1990 e o neoliberalismo marcam o início de uma nova relação entre a economia dependente brasileira e o sistema imperialista como um todo. Para além do Brasil, segundo Panceira e Carcanholo (2002, p. 5), a abertura comercial e a desregulação financeira aumentaram a vulnerabilidade nos países periféricos de modo geral o que pode ser visto pelas sucessivas crises cambiais que se seguiram, a partir de meados da década de 1990, no México, no próprio Brasil e posteriormente na Argentina, sem mencionar a Rússia e sudeste asiático. Por trás desse fato generalizado, encontra-se a

impossibilidade da autonomia nacional da política econômica pela liberalização financeira externa e pela âncora cambial. Isso porque a elevação na magnitude e a maior diversão dos fluxos de capitais estrangeiros nos países passam a ser determinados não somente pelo diferencial de rendimento e a evolução do câmbio e nível de preços, mas, sobretudo, passa se “guiar por expectativas que dependem da capacidade que o país em questão tem de saldar as suas obrigações (haveres) externas, isto é, da sua vulnerabilidade externa”.

As tendências econômicas e políticas, nacionais e internacionais, deflagradas a partir da década de 1990 se reproduzem na década seguinte, ainda que a manutenção delas não impeça sua manifestação específica, nas formas e intensidades. De fato, toda a investigação aqui empenhada procura especificar as formas particulares de manifestação da dependência e da superexploração no Brasil na conjuntura dos anos 2000. Por ora, e intimamente relacionado com o objetivo desse capítulo, o principal indício dessa relação contraditória entre manutenção e transformação é evolução da estrutura econômica antes e durante o governo do PT. Como primeira aproximação dessa questão, a tabela 01 a seguir evidencia a participação das atividades econômica no Valor Adicionado Bruto (VAB) em 2000, 2002, 2010 e 2016, conforme SCN referência 2010. Esse período compreende o encerramento da década de 1990, mas, também, é marcado pela estagnação típica do PRCEEP (2000-2002), aceleração e crescimento econômico (2003-2010) e posterior desaceleração e recessão econômica (2010-2016).

Nesse sentido, a despeito da trajetória do valor adicionado, observa-se a ausência de mudanças estruturais destoantes da tônica do PRCEEP. Isso inclusive quando se foca no subperíodo 2002-2010. Das 51 atividades econômicas, 20 apresentaram um aumento de participação no VAB nacional entre 2000 e 2016, sendo que esse aumento para esse subgrupo, no agregado, foi constante: 44,7% em 2000, 46,2% em 2002, 51,5% em 2010 e 56,3% em 2016. Os constituintes desse grupo que aumentou sua participação no VAB nacional entre 2000 e 2016 estão intimamente vinculados ao PRCEEP: agrominerais (“Minério de ferro”, “Outros da indústria extrativa”, “Agricultura, silvicultura, exploração florestal”), indústrias intensivas associadas e/ou intensivas em recursos naturais e força de trabalho (“Defensivos agrícolas”, “Alimentos e Bebidas”; “Refino de petróleo e coque”) e segmentos do comércio e serviços atrelados à circulação e realização do capital pelos ditames do PRCEEP (“Comércio”; “Transporte, armazenagem”; “Serviços prestados às empresas”, “Intermediação financeira e seguros”).

Tabela 1: Participação (em %) no valor adicionado bruto segundo atividades econômicas – Brasil, 2000, 2002, 2010 e 2016

Atividades Econômicas	2000	2002	2010	2016
Agricultura, silvicultura, exploração florestal	3,8	4,7	3,4	4,1
Pecuária e pesca	1,7	1,7	1,5	1,6
Petróleo e gás natural	1,0	1,5	1,9	0,4
Minério de ferro	0,2	0,3	1,1	0,4
Outros da indústria extrativa	0,2	0,2	0,3	0,2
Alimentos e Bebidas	1,7	1,3	2,3	2,3
Produtos do fumo	0,1	0,1	0,1	0,1
Têxteis	0,6	0,6	0,3	0,2
Artigos do vestuário e acessórios	0,9	0,7	0,7	0,5
Artefatos de couro e calçados	0,3	0,4	0,3	0,3
Produtos de madeira - exclusive móveis	0,3	0,4	0,3	0,2
Celulose e produtos de papel	0,7	0,6	0,5	0,5
Jornais, revistas, discos	0,4	0,3	0,2	0,2
Refino de petróleo e coque	0,9	0,8	0,5	1,3
Alcool	0,2	0,2	0,2	0,2
Produtos químicos	0,6	0,6	0,3	0,5
Fabricação de resina e elastômeros	0,1	0,1	0,1	0,1
Produtos farmacêuticos	0,7	0,7	0,6	0,5
Defensivos agrícolas	0,0	0,0	0,1	0,1
Perfumaria, higiene e limpeza	0,3	0,2	0,2	0,2
Tintas, vernizes, esmaltes e lacas	0,1	0,1	0,1	0,1
Produtos e preparados químicos diversos	0,1	0,1	0,1	0,1
Artigos de borracha e plástico	0,6	0,4	0,6	0,5
Cimento e outros produtos de minerais não-metálicos	0,6	0,5	0,7	0,5
Fabricação de aço e derivados	0,3	0,4	0,5	0,3
Metalurgia de metais não-ferrosos	0,3	0,3	0,2	0,2
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	0,9	1,0	0,9	0,7
Máquinas e equipamentos inclusive manutenção e reparação	1,1	1,2	1,5	1,0
Eletrodomésticos e material elétrico	0,4	0,4	0,4	0,4
Máquinas para escritório aparelhos e e material eletrônico	0,5	0,6	0,6	0,5
Automóveis camionetas caminhões e ônibus	1,0	1,0	1,2	0,3
Pecas e acessórios para veículos automotores	0,4	0,4	0,7	0,4
Outros equipamentos de transporte	0,4	0,4	0,3	0,2
Móveis e produtos das indústrias diversas	0,8	0,7	0,5	0,4
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	3,1	3,4	2,8	2,7
Construção	7,0	6,5	6,3	5,1
Comércio	8,1	7,7	12,6	12,9
Transporte, armazenagem e correio	3,7	3,7	4,3	4,4
Serviços de informação	4,3	4,3	3,8	3,3
Intermediação financeira e seguros	6,8	7,9	6,8	7,9
Serviços imobiliários e aluguel	12,2	10,7	8,3	9,7
Serviços de manutenção e reparação	0,5	0,5	0,3	0,3
Serviços de alojamento e alimentação	2,2	2,0	2,1	2,4
Serviços prestados às empresas	5,6	5,6	6,4	6,7
Educação mercantil	1,5	1,5	1,1	1,6
Saúde mercantil	2,3	2,3	1,9	2,6
Serviços prestados às famílias e associativos	3,6	3,2	2,6	2,7
Serviços domésticos	1,2	1,2	1,2	1,3
Educação pública	3,8	3,8	3,8	5,0
Saúde pública	1,8	1,9	2,0	2,4
Administração pública e seguridade social	10,1	10,7	10,4	10,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SCN (referência 2010)-IBGE

Evidente que não se podem desconsiderar movimentos importantes no interior do período, sobretudo no momento de crescimento de 2002-2010, como por exemplo, o aumento de participação do “Petróleo e gás natural”, “Máquinas e equipamentos (...)” e “Automóveis camionetas (...)”, além da queda da agricultura e intermediação financeira. Como se discutirá, esse processo foi importante para o crescimento econômico e geração de renda. Procura-se, isso sim, apontar a frugalidade estrutural desse movimento e a sua reversão a partir das novas condições nacionais e internacionais, pós-crise de 2008 e das posições políticas adotadas pelo governo federal.

O ponto central da presente seção é que a série de reformas econômicas, a intervenção do Estado na economia e as mudanças na estrutura produtiva pós-1990, vistas em geral, somente devem ser compreendidas a partir da condição dependente. Araújo (2011, p. 140-144) considera três ordens de mudanças estruturais a partir de então: a) aprofundamento da internacionalização da economia sob várias formas e em todas as fases do ciclo reprodutivo do capital, o que amplia a participação do capital estrangeiro e, assim, a vulnerabilidade externa; b) expansão financeira devido à baixa rentabilidade das esferas produtivas e pelo aumento vertiginoso da dívida pública interna que compõe grande parte dos passivos do sistema bancário no país e no exterior; c) transformações no aparelho produtivo nacional quando a queda da rentabilidade na esfera produtiva aliada à exposição aos fluxos comerciais, comandados por empresas transnacionais, fazem com que se reduza a participação do valor adicionado frente ao valor de transformação e uma desintegração das cadeias produtivas.

Não cabe e nem é objetivo dessa investigação expor essas tendências de forma aprofundada, ainda que algumas delas sejam vistas oportunamente. Cabe, isso sim, evidenciar que a estratégia neoliberal adotada a partir de então rebaixa as condições de vida dos trabalhadores em benefício das transferências internacionais de valor, sem necessidade material de ampliar a acumulação de capital internamente no país:

Sin embargo, específicamente en los años 90 del siglo pasado, a pesar de la elevación de la superexplotación de la fuerza de trabajo, y de todas las promesas de los defensores del neoliberalismo, las economías de la región no crecieron. Esto ocurrió, básicamente, en razón de la dialéctica inherente a la valorización ficticia del capital. (...) Cuando una cantidad de capital solamente se apropia de una franja creciente de plusvalía producida, sin participar en su producción, eso

hace que la parte que cada capital recibe, la tasa de ganancia, caiga. Exactamente esto fue lo que ocurrió en los años 90 del siglo pasado en las economías de la región, lo que fue, incluso, señalado por el hecho de que las tasas de interés estuviesen demasiado por encima de las tasas de ganancia, lo que definía una acumulación truncada del capital (CARCANHOLO, 2007, p. 150).

No próximo capítulo se discutirá teoricamente a transferência de valor entre e dentre os setores a partir das trocas de mercadorias. Por ora, como o restante do capítulo trata da política econômica e das suas manifestações, pode-se problematizar e explicitar *sucintamente* como a transferência de valor conduz ao intercambio desigual ao se seguir a exposição de Carcanholo (2017, cap. 2) a partir de três casos específicos. Em um primeiro caso, supondo apenas um mesmo setor, capitais individuais com diferentes graus de produtividade terão distintos valores unitários das mercadorias. Como a mercadoria é vendida pela média dos valores individuais vigentes (valor social), as empresas que possuem capitais com produtividade acima da média vendem suas mercadorias por um valor de mercado acima daquele valor de produção, o contrário sendo verdadeiro para empresas com produtividade abaixo. A concorrência intercapitalista, nesse caso, apenas assegura que os capitais mais produtivos se apropriam de mais-valor dos menos produtivos (o que se configura em um mais-valor extraordinário).

Em um segundo caso, o suposto recai sobre a troca envolvendo distintos setores econômicos, no processo de formação da taxa média de lucro. Os setores, como um todo, que produzem com maior produtividade ao venderem suas mercadorias apropriam-se de uma quantidade de mais-valor que não foi produzida diretamente por eles, assim, os setores que produzem suas mercadorias com uma composição orgânica do capital acima da média global: “(...) obtendrán un precio de producción de mercado mayor que los valores de mercado que produjeron y, por tanto, vedrán sus mercancías por un precio que les permitirá apropiarse de más-valor del que produjeron ” (CARCANHOLO, 2017, p. 79)

O terceiro caso não envolve diretamente diferentes condições de produção entre e/ou dentre os setores, mas sim, as estruturas de mercado¹⁷. Trata-se do monopólio que uma dada empresa exerce em um setor, quando ele permite que a empresa fixe os preços de mercado acima

¹⁷Conforme Carcanholo (2017), cabe ressaltar que nos dois primeiros casos, dado o nível de abstração, as suposições são de que as condições de oferta coincidam com as de demanda.

dos seus preços de produção, obtendo, assim, um lucro mais elevado que a média e em detrimento dos consumidores (o que ocasiona uma oferta abaixo do nível de demanda).

Esses três casos apresentam sinteticamente as transferências de valor por trás da troca desigual, sendo que no capítulo seguinte se deterá mais sobre o tema. Nesse momento, esses casos apenas ressaltam a sua complexidade, principalmente porque podem estar associados a uma combinação entre eles. Além dos mecanismos que passam pelas trocas de mercadorias, as transferências se processam também pela mera propriedade do capital sob várias formas, como pagamento de juros, amortizações, transferência de lucros, royalties, entre outros. Toda essa complexidade revela, de antemão, mais uma importante justificativa para a investigação da estrutura da dependência entre e dentro os setores. Para ilustrar o fato e servindo meramente como uma hipótese para o fenômeno, pode-se citar o caso de setores produtivos nos países dependentes que possuem uma produtividade elevada por motivos técnicos (cada vez mais raros) ou de ordem natural, como os setores agrominerais no Brasil.

Para esses últimos, a primeira vista, isso poderia significar que o Brasil se beneficiaria de uma apropriação do mais-valor das demais economias. E de fato, isso parece ter se expressado recentemente nos anos 2000 na fase ascendente do preço das commodities internacionais, ou seja, não apenas o Brasil possui uma maior produtividade nesses segmentos como a apropriação de valor se ampliou ainda mais com a elevação dos preços de mercado. Como se discutirá no último capítulo, esse fenômeno está vinculado à renda da terra, enquanto rendimento gerado pela mera propriedade fundiária de terras com maiores produtividades devido a fatores naturais (fertilidade/localização) e/ou sociais (inversão de capital). Não à toa, muitos pesquisadores, também críticos do neoliberalismo, conferem à existência da renda da terra e à escalada dos preços internacionais das *commodities* na conjuntura dos anos 2000 a prova cabal da impropriedade da teoria da dependência.

Alguns, como Kornblitt et al (2016, p. 108-112 e 134), encaram a apropriação da renda da terra como a particularidade do capital na América do Sul, a tal ponto que a renda da terra foi historicamente a fonte de pagamento dos serviços da dívida externa e “También es la fuente de la remisión de utilidades de las empresas extranjeras radicadas, como de la posibilidad de pagar precios de bienes industriales por encima de su precio normal”. Eles invalidam supostamente a TMD ao afirmarem que as saídas de capital na América Latina (cobertas pela renda da terra) não são explicadas pela TMD ou “aparece como resultado de una

superexplotación de la fuerza de trabajo. La renta aparece invisibilizada en estas teorías”. Do ponto de vista teórico, a crítica desses autores não se sustenta, pois associam imediatamente a transferência internacional de valor com as formas históricas e concretas do valor sem considerar todo ciclo do capital. Outros dois equívocos são: a) admitem a transferência internacional de valor por diferença de composição orgânica do capital no caso da renda da terra, mas não o procedem da mesma maneira no caso dos demais setores; b) afirmam que a troca desigual é um resultado da superexploração, o que, como visto na revisão, é precisamente o contrário. Para além desses equívocos, Osório (2017, p. 67/69) evidencia como a vinculação da renda da terra se mantém na estrutura da dependência pela troca desigual e transferência internacional de valor:

La renta diferencial propicia ganancias extraordinarias. Sin embargo, inicialmente esas ganancias extraordinarias se consideran en relación con la tasa media de ganancia y a los precios de producción del sector agrícola. Pero el hecho de ser ganancias extraordinarias en el seno del sector agrario no significa que esas ganancias extraordinarias permanecerán por arriba de las tasas de ganancia y de los precios de producción y precios comerciales de otros sectores productivos, y de otras economías con una elevada composición orgánica. Confrontados con esta situación, las ganancias extraordinarias del sector agrícola pueden quedar igualadas o quedar por debajo de las ganancias medias de esos otros sectores. Por lo tanto, en relaciones comerciales con economías de elevados precios de producción, los productores de ganancias extraordinarias en el sector agrario pueden incluso transferir valor y encontrarse en relaciones de intercambio desigual. A esto debe añadirse la participación de muy diversos capitales, nacionales y extranjeros, en las fases de producción y comercialización de los bienes agrícolas, todo lo cual propicia repartos de la renta que limitan su concentración en solo algunas manos, así como limita el monto de ganancia que regresa a la economía productora de la renta.

Também concretamente a renda da terra não significa uma reversão da dependência e das transferências de valor na atual conjuntura pelo menos pelos seguintes motivos: a) o Brasil sente sensivelmente as variações dos preços das commodities os quais são condicionados pela dinâmica e determinações das economias imperialistas, seja do ponto de vista financeiro, seja do ponto de vista produtivo (além do efeito China do período); b) mesmo no auge do ciclo de preço das commodities, alguns desses setores são de controle/influência/dominação direta de capital estrangeiro, ou seja, uma apropriação de valor beneficia as transnacionais (o que explica, em

parte, o comportamento da conta capital do país, por exemplo) c) o capital estrangeiro se aproveita indiretamente das condições de apropriação do mais-valor nesses setores a depender da sua posição nas cadeias de produção (fornecedores ou compradores), onde em muitos casos se beneficiam de uma posição monopólica ou monopsônica; d) ainda que não diretamente relacionado às transferências de valor, a forma de realização e apropriação do lucro extraordinário pode acentuar as características históricas da dependência ao condicionar o ciclo do capital e das várias frações do capital, como é o caso da elevação do preço da terra devido do aumento da renda terra em atividades agropecuárias (MACEDO, 2013; MACEDO, 2010; GOMES JÚNIOR e ARUTO, 2016) e imobiliárias (ARUTO e TONIN, 2016)¹⁸.

No último capítulo, apresentam-se mais evidências de como a renda da terra está intimamente ligada à evolução da economia brasileira, sem romper com o caráter dependente. O destaque nesse momento foi apenas para localizar a década de 2000 dentro do *continuum* do PRCEEP desde 1980, admitindo as particularidade e contradições da conjuntura presente. Na defesa teórica dessa intenção se mostrou como a transferência internacional de valor se mantém e manifesta de formas complexas, como é o caso da renda da terra. Cabe frisar, novamente, que esses fatores constituem hipóteses sobre o comportamento e consequências das transferências de valor em período recente na economia dependente brasileira, as quais devem ser confrontadas com pesquisas e análises concretas. Com base nelas e na visão geral da estrutura da dependência recente efetuadas nessa seção, detalha-se, a seguir, a política econômica praticada a partir dos anos 2000 e sua relação com a transferência de valor.

2.2 Política Econômica Neoliberal no século XXI

Como dito, o PRCEEP implica uma maior transferência internacional de valor pelo comando das empresas transnacionais e capital estrangeiro de modo geral. Esse processo, por sua vez, tem como base uma orientação específica da política econômica a qual fornece as condições macroeconômicas de valorização do capital internamente e sua extroversão ao exterior. Apesar das modificações na política econômica nos sucessivos governos do PSDB (1995-2002) e do PT

¹⁸Para esses e outros argumentos críticos à essa interpretação da renda da terra na América Latina, ver Luce (2018).

(2003-2016), a depender da conjuntura externa/interna, pode-se dizer que os dois governos seguiram a mesma orientação de política econômica, cujo objetivo último era garantir as reformas neoliberais e manter a vinculação subordinada ao sistema econômico mundial. No caso do Brasil, a política econômica que defende esse objetivo ficou conhecida como “tripé macroeconômico”.

O tripé macroeconômico é uma relação entre as políticas fiscal, monetária e cambial que procura a um só tempo a garantia/estímulo da entrada de capital externo e estabilização das contas públicas. Mais especificamente, o tripé compreende um regime de metas da inflação (com bandas de variação para cima e para baixo), um regime de câmbio flutuante (ainda que o BC possa intervir no mercado) e metas de superávit fiscal primário (ou seja, resultados primários positivos). Essa configuração de política econômica surgiu do agravamento das contas externas brasileira, promovido pelo Plano Real (1994).

Inicialmente, o Plano Real propugnava uma taxa de câmbio sobrevalorizada e fixa, com o objetivo de facilitar as importações e, assim, promover, via concorrência, uma diminuição dos preços internos. Essa âncora cambial, por sua vez, exigia tanto um recorrente financiamento externo, diante do déficit comercial, bem como, a utilização de reservas internacionais capazes de manter a paridade cambial. Imediatamente após a adoção do plano, essas condições vigoraram, por questões externas (excesso de liquidez e restrição de aplicações rentáveis nos mercados centrais) e internas (elevação astronômica da taxa de juros para atrair esses recursos externos e baixa relação dívida/PIB) (BELLUZZO e ALMEIDA, 2002). Contudo, a partir do final da década de 1990, essas condições foram revertidas devido, entre outros fatores: ao volume do déficit em transações correntes; à crise internacional nos países periféricos (tigres asiáticos e Rússia) e ao aumento estrondoso da dívida pública interna (como contrapartida da taxa de juros e do pífio crescimento da economia brasileira). O fato é que a manutenção do câmbio valorizado e dos juros elevados provocou um desequilíbrio externo que não pôde ser mais contornado. Em 1999, depois de sucessivos ataques especulativos, o câmbio se desvaloriza, com o abandono da âncora cambial e a adoção do tripé macroeconômico.

Por meio do tripé macroeconômico, dizem seus defensores, é possível obter um crescimento sustentável, com preços internos estáveis e sem restrição externa no Balanço de Pagamentos. O mecanismo pode ser sintetizado da seguinte forma: 1) a taxa de inflação seria combatida pela taxa de juros, uma vez que, no curto prazo, a inflação brasileira era diagnosticada

como uma inflação de demanda; 2) para manter sustentável o nível interno de preços, procura-se não apenas limitar a expansão dos gastos da União, como também, dar mais credibilidade à dívida pública através da promoção de metas fiscais e superávits primários (parte do orçamento que é reservado para pagamento da dívida e seus serviços) 3) a taxa de câmbio seria ajustada automaticamente pelas forças dos mercados, em um ambiente de livre entrada e saída de capitais.

Regime de câmbio livre, superávit primário e metas de inflação se tornam o eixo central da política econômica no restante do governo tucano e, inclusive, durante a gestão petista. Antes de especificar esse aparente paradoxo, qual seja, um governo vinculado historicamente com o movimento popular e a manutenção de uma política econômica neoliberal, cabe frisar as consequências econômicas do tripé macroeconômico e como que ele permitiu e ampliou a tendência de transferência internacional de valor aos países imperialistas.

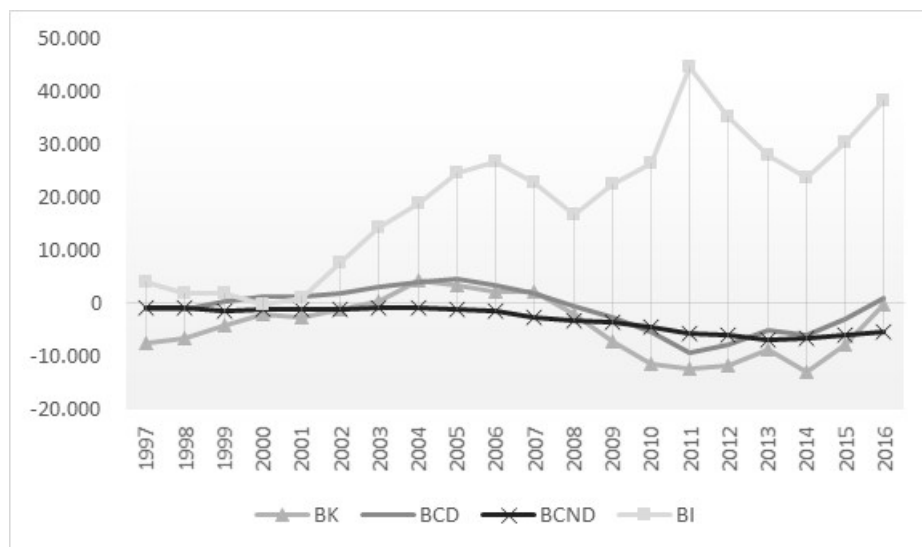
Em primeiro lugar, o tripé macroeconômico reforça uma das tendências introduzidas no Plano Real e que se verificam na maioria dos países dependentes que passaram por programas de estabilização: abertura comercial e financeira irrestrita como instrumento de concorrência interna. Ainda que o regime de câmbio flutuante permita, supostamente, desvalorizações cambiais, essas se mostram na conjuntura recente inviáveis, por dois motivos, conforme ressaltados por Nassif (2015): a) A abertura da conta capital em um ambiente externo de liquidez (como será visto posteriormente) fez com que os ingressos de capitais externos sobreapreciassem a moeda brasileira em termos reais, no período 2003-2010; b) o Banco Central, ainda que identifique nos juros a principal ferramenta para combater a inflação, reconhece que os preços internos refletem, em uma boa proporção, a taxa de câmbio, tornando, assim, minimamente desejável a tendência de sobreapreciação.

A abertura comercial e financeira, incentivada pelo Plano Real e pelo tripé macroeconômico, configura-se assim na prevalência do capital internacional no mercado interno brasileiro. Como visto na seção 1 deste capítulo, é precisamente nas trocas internacionais de mercadorias onde se verifica um dos fenômenos de transferência internacional de valor. No próximo capítulo discutir-se-ão as transferências a partir da teoria do valor propriamente. Contudo, cabe reafirmar o mecanismo de troca desigual quando do comércio de mercadorias de distintos ramos e as transferências internacionais de valor. Como visto, uma vez que essa troca tem como base setores com composições orgânicas diferentes aqueles que apresentam essa

composição abaixo da média mundial, como no Brasil e demais países latinoamericanos, cedem uma parte do mais-valor aos países centrais, no processo de equalização da taxa de lucro.

No gráfico 3 pode-se observar a especialização do Brasil na exportação de bens primários agrominerais no período, muitos deles usados como insumos para outros processos produtivos (por isso sua classificação como bens intermediários). Ao se tomar os bens de capitais e bens de consumo duráveis como referências de setores com maior composição orgânica do capital, percebe-se a gravidade desse fenômeno. Somente no auge do crescimento o país apresentou um pequeno superávit nessas categorias de uso, mas a tônica geral foi um déficit nesses segmentos com uma ampliação à medida que a economia brasileira entra no processo de estagnação e recessão, pós 2010. A tal ponto que inclusive em segmento com baixa composição orgânica do capital, como bens de consumo não-duráveis (alimentos e têxteis, por exemplo), esse déficit se amplia.

Gráfico 3: Saldo comercial segundo categorias de uso selecionadas (em milhões de dólares) – Brasil, 1997-2016



Fonte: MDIC/SECEX, compilação IPEADATA; elaboração própria.

Ainda que a troca desigual pelo comércio seja uma constante e se amplie no período (o que não impediu elevadíssimos saldos comerciais positivos no agregado), cabe destacar três fatos que especificam esse movimento. Em primeiro lugar, a especialização comercial se acentua

a partir de 1999, (motivada pela desvalorização cambial e pelo aumento do preço e da demanda internacional de commodities do começo da década de 2000) e se mantém mesmo depois da crise internacional de 2008. Em segundo lugar, no período 2000-2008, o Brasil apresenta uma diversificação relativa da pauta exportadora, com saldos comerciais positivos em BK e BCD, além dos BI. Mas a diversificação é aparente: a predominância ainda é dos agrominerais. Por uma questão conjuntural e de classificação desses bens, a exportação de BK e BCD no período se dava em segmentos de baixo conteúdo tecnológico e/ou com uma parcela significativa dos componentes sendo importada. Por último, durante o período os bens de consumo não duráveis (BCND) apresentaram uma tendência de saldo comercial negativo, o que demonstra a fragilidade e a abertura desregulada do mercado interno brasileiro, uma vez que o uso desses bens se destina ao consumo final dos trabalhadores.

Em segundo lugar, além da abertura comercial e a consequente transferência de valor pelo intercâmbio desigual, a dinâmica interna foi tolhida pela manutenção de uma elevada taxa de juros reais. Como visto na seção anterior, o estabelecimento de um patamar elevado dos juros foi um dos mecanismos erigidos desde o fim da industrialização dependentes para garantir o pacto intraburguês, pelo assalto sistemático do orçamento público.

A taxa de juros, segundo a orientação de política econômica se torna a principal ferramenta para contar o nível interno de preços, onde a elevação da taxa de juros procura combater choques de demanda, através da contenção do consumo e do crédito. Contudo, essa política monetária compromete o crescimento produtivo ao tornar onerosa a obtenção de crédito para o investimento. Além disso, a manutenção de uma taxa de juros elevada no Brasil adquire particularidades, as quais sobredimensionam o caráter dependente e rentista da economia brasileira.

Em um ambiente regulatório marcado pela livre entrada de capital e com tendência à apreciação da moeda nacional, os capitais estrangeiros exigem como condição de entrada elevados diferenciais de juros interno-externo para cobrir não apenas o risco-país, mas também a expectativa de desvalorização futura do câmbio. Além disso, no caso do Brasil, a taxa básica de juros no Brasil definida pelo Conselho de Política Monetária do Banco Central serve de parâmetro de valorização para uma variada parcela dos títulos públicos. Conforme destaca Nassif (2015), essa “anomalia” resulta num aumento dos gastos do governo com a dívida pública (no

caso, dos pós-fixados) e reforça a posição dos detentores dos títulos em manter na composição de sua carteira de ativos títulos públicos, que gozam de elevada rentabilidade e baixo risco.

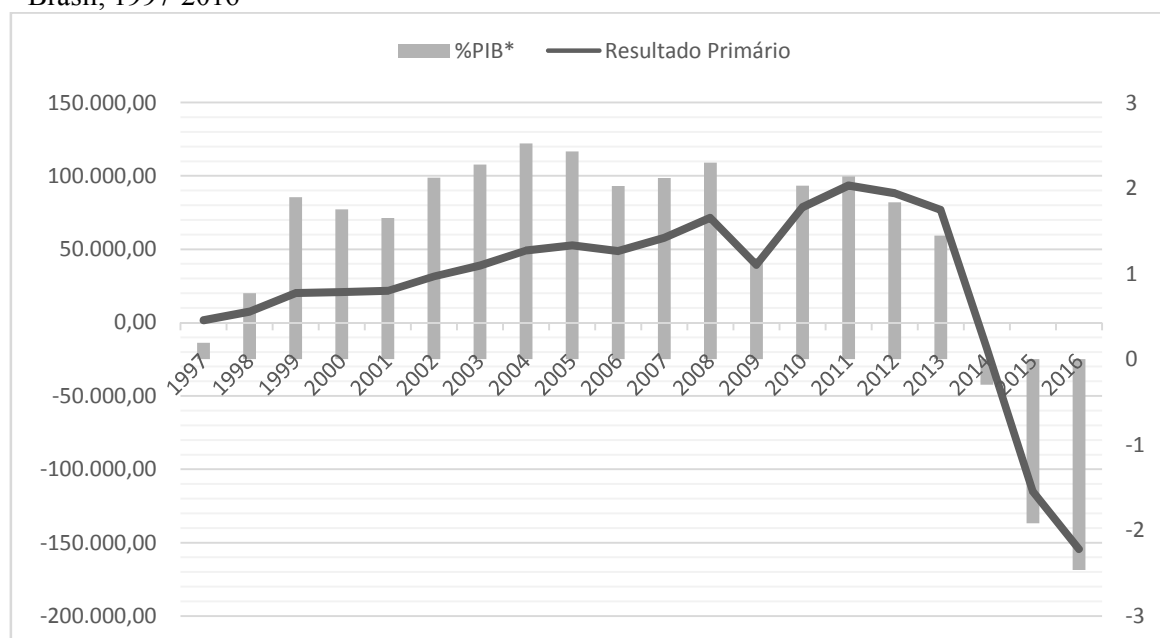
Dessa forma, a manutenção de juros elevados não apenas se mostra como um instrumento incompatível de combate à elevação dos preços internos na economia brasileira, ao identificar como causa primária o nível de demanda, como também promove um desestímulo ao investimento e comprometimento crescente do orçamento público com interesses rentistas, nacionais e internacionais. Nesse sentido, chama atenção o fato que desde 2007 aumentou crescentemente a participação de não residentes dentre os detentores da dívida bruta do governo geral, de uma participação praticamente nula, atingiu 18,8% em 2015. Ainda que a maioria dos ativos denominados em moeda nacionais em posse de não-residentes seja denominada em títulos prefixados de médio e longo prazo, os investidores estrangeiros se beneficiam do diferencial de juros nos mercados dos países desenvolvidos, ampliado pelas políticas monetárias expansionistas nos países do centro pós-crise de 2008 (SMITH, 2016).

Em terceiro lugar, a dependência da economia brasileira se ampliou, mediada pela política econômica, com o estabelecimento das metas de superávit primário. A meta foi introduzida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, adotada em final da década de 1990, que define uma série de parâmetros no sentido de controlados gastos nas esferas federais, estaduais e municipais. A Lei de Responsabilidade Fiscal resultou, na prática, em um aumento do desequilíbrio fiscal e financeiro do Estado ao ajustar os gastos correntes e de capital, nas três esferas da União, aos encargos da dívida (CANO, 2017, p. 21). Particularmente à discussão aqui tomada, o superávit primário tem como objetivo conter os gastos do governo ao reservar uma parte significativa do orçamento público para pagar as dívidas públicas. Essa medida, segundo seus defensores, permite a um só tempo conter um dos fatores de pressão inflacionárias de curto prazo (o gasto do governo), bem como, fornece maior credibilidade aos títulos públicos federais, o que reduziria os juros e ampliaria o prazo de maturação dos títulos. Contudo, a política de superávit primário resulta numa apropriação direta da elite (institutos de previdência privada, bancos, fundos de investimento e investidores estrangeiros) do orçamento público, como pode ser visto no gráfico 4. A partir da adoção do tripé macroeconômico em 1999, o resultado primário do governo federal apresenta um crescimento anual constante até 2012, somente interrompido em 2009 com os primeiros impactos da crise econômica e, posteriormente, a partir de 2013, com a

intensificação da crise de acumulação interna. Feitas as exceções, a política de superávit primário correspondeu em média 2% do PIB no ano.

Na verdade, o aumento do endividamento público interno brasileiro revela outra face da dependência e do mecanismo de transferência internacional de valor. O expressivo acúmulo das reservas internacionais em dólares das últimas décadas não significou uma reversão do fato de que o Brasil, e os países periféricos, apresentam um fluxo líquido de capital negativo. Isso porque o ingresso de capitais internacionais privados e receitas de exportação da economia brasileira ao serem direcionados na constituição das reservas internacionais assim o são pela aplicação em ativos internacionais mais seguros nos países desenvolvidos e, por isso mesmo, com um diferencial de juros significativo. Além disso, como o aumento de reservas pressiona a quantidade de moeda doméstica em circulação, constituindo-se em um foco inflacionário, torna-se necessário esterilizar o crescimento desses meios de pagamentos por meio de um aumento da dívida pública interna (AMARAL, 2012).

Gráfico 4: Resultado primário do governo (em milhões de R\$) e como proporção (em % à direita) do PIB* - Brasil, 1997-2016



*a) o PIB a preços de mercado período de 1997/1999 teve como referência metodológica as contas nacionais do ano 2000, uma vez que a nova metodologia das contas nacionais (2010) não engloba o período anterior a 2000. b) o PIB do período 2000-2015 teve como referência as Contas Nacionais anuais metodologia 2010. c) O valor do PIB para ano de 2016 teve como base as Contas Nacionais-trimestrais

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (Min. Fazenda/STN) e Contas Nacionais/IBGE, compilados pelo ipeadata, Contas Anuais Trimestrais/IBGE; elaboração própria

Os três pontos antes destacados (abertura comercial, taxa de juros elevada e superávit primário) procuram enfatizar as condições basilares de inserção da economia brasileira no sistema econômico mundial, segundo o tripé macroeconômico. A inserção resultou em baixas taxas de crescimento e em uma subordinação ao capital estrangeiro, tanto financeiro, mas também produtivo durante todo o período analisado. Dessa forma, a hipótese aqui defendida, qual seja, de que a política econômica adotada nos anos 2000 consolidou a estratégia neoliberal de desenvolvimento pode ser confirmada. A despeito de mudanças na política econômica a partir de 1999, a orientação permanece no sentido de garantir a estabilização macroeconômica das contas públicas e dos preços e a permanência/adoção de reformas liberalizantes estruturais. São essas as duas características básicas da estratégia neoliberal (CARCANHOLO, 2017).

Nesse sentido, associada à configuração de política econômica, os governos federais desde a década de 1990 promoveram uma série de reformas neoliberalizantes as quais procuraram alterar o papel do Estado na coordenação da acumulação ampliada de capital e permitir a apropriação financeira, no bojo da chamada “globalização econômica”. Entre essas reformas, destacam-se: a) abertura comercial (redução de tarifas de importação e adesão à Organização Mundial do Comércio); b) reforma financeira (desregulamentação sobre o movimento do capital estrangeiro, ampliando a conversibilidade da conta capital do balanço de pagamentos e a desnacionalização da parcela das empresas do setor financeiro nacional, com base no acordo de Basiléia); c) reforma trabalhista que permitiu flexibilizar e precarizar as relações de trabalho (entre outros, a ampliação dos fatores incidentes na demissão por justa causa, eliminação da indexação legal e automática do salário mínimo; criação do banco de horas, redução da jornada de trabalho com redução do salário, ampliação das terceirizações); d) reforma da previdência (no setor privado, um aumento do tempo de contribuição e implementação do fator previdenciário, no setor público federal, fim da aposentadoria integral, aumento do tempo de contribuição); e) privatização de ativos públicos (mais de 100 instituições nos mais variados setores foram repassadas ao setor privado, com destaque para a Vale do Rio Doce e a Telebrás, a preços subestimados e muitas vezes com financiamento público a taxas subsidiadas) (CANO, 2017; CARNEIRO, 2002).

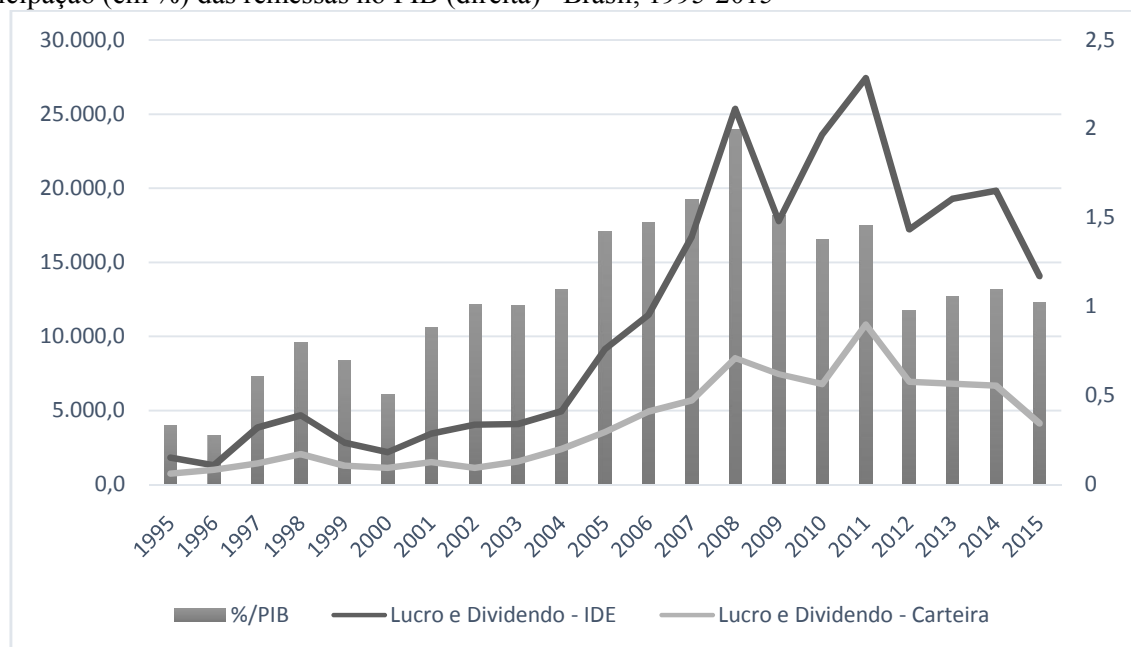
Em síntese, pode-se falar de uma manutenção de uma estratégia neoliberal de desenvolvimento ao longo de todo o período iniciado na década de 1990 a partir do momento em que se configura uma política econômica que privilegia a subordinação ao capital estrangeiro e financeiro e quando se implementa ou se mantém reformas estruturais que ampliam a livre circulação (nacional e internacional) do capital em várias esferas de reprodução da vida. Do ponto de vista da economia nacional, isso resulta em um aumento da dependência externa, sob distintas formas, mas cujo sentido geral é a transferência de valor para as economias centrais e redução da capacidade de acumulação de capital do ponto de vista interno. O dado mais sintomático, nesse sentido, é o aumento da participação do investimento estrangeiro direto e em carteira a partir dos anos 2000.

Com a estabilidade macroeconômica e a abertura financeira assegurada aos capitais estrangeiros, o Brasil foi alvo da entrada maciça de capitais estrangeiros a partir de 1990 e, sobretudo, a partir dos anos 2000. Ao contrário das análises neoliberais que identificam na entrada do capital estrangeiro um sinal de credibilidade externa (ao minar as restrições externas no balanço de pagamentos) e de dinamismo econômico-tecnológico (ao supostamente serem comandados por grandes empresas transnacionais), o aumento dos investimentos diretos e de carteira reforçou o caráter dependente, condicionado que está aos PRCEEP. Sumariamente, podem-se elencar: a) a entrada de investimento em carteira (elevação de mais de US\$430 bilhões entre 2001 e 2014) procurou se beneficiar do diferencial internacional de juros e incidiu sobre participação acionária e posse de títulos de renda fixa públicos e privados, denominados em moeda nacional, o que amplia o passivo externo brasileiro e seu viés de curto prazo (SILVA FILHO, 2015 e GENTIL e ARAÚJO, 2012); b) concentração até os primeiros anos da década de 2000 dos investimentos diretos externos em operações de fusões e aquisições, principalmente com as privatizações, o que gera uma desnacionalização e baixa diversificação da base produtiva (CARNEIRO, 2009); c) no caso dos IDE produtivos (cujo estoque se ampliou em US\$562 bilhões entre 2003 e 2014), eles procuram se beneficiar de setores onde o Brasil possui vantagens absolutas ou comparativas no comércio exterior (40% dos IDE entre 2003 e 2014 concentraram-se nos setores de mineração, petróleo, alimentos e celulose (SILVA FILHO, 2015); d) ainda em relação aos determinantes do ingresso do IDE, a dimensão relativa do mercado interno brasileiro e a posição geográfica constituem os principais fatores de atração desses investimentos, como por exemplo no caso da indústria automobilística. Nesse caso, os segmentos se beneficiam da

abertura comercial tanto para terem acesso via importação a equipamentos/insumos/componentes dos países centrais (o que amplia o coeficiente de importação), quanto para exportarem para outros países dependentes com os quais o Brasil possui acordos de comércio (como o Mercosul).

Seja como investimento em carteira, seja como investimento direto de cunho patrimonial ou produtivo, o capital estrangeiro apresenta um elevado crescimento no período e está intimamente ligado à especialização regressiva da estrutura produtiva brasileira, dependência externa do fluxo de capitais (a depender da conjuntura internacional) e, assim, da transferência internacional de valor. Além do caso da transferência via troca comercial discutida na seção anterior e evidenciada a partir do gráfico 3, chama atenção também a transferência pela propriedade de capital, sob várias formas, via remessa de lucro e dividendo. No gráfico 5 percebe-se como as remessas se ampliam a partir da década de 2000, quanto atingiram quase 2% do PIB em 2010, no auge do ciclo de crescimento. Recentemente, essa diminuição das remessas é explicada pelo caráter pró-cíclico desse movimento, em face da estagnação e crise da economia brasileira.

Gráfico 5: Remessa de lucro e dividendo dos Investimentos Diretos e em Carteira (milhões de US\$) e participação (em %) das remessas no PIB (direita)– Brasil, 1995-2015



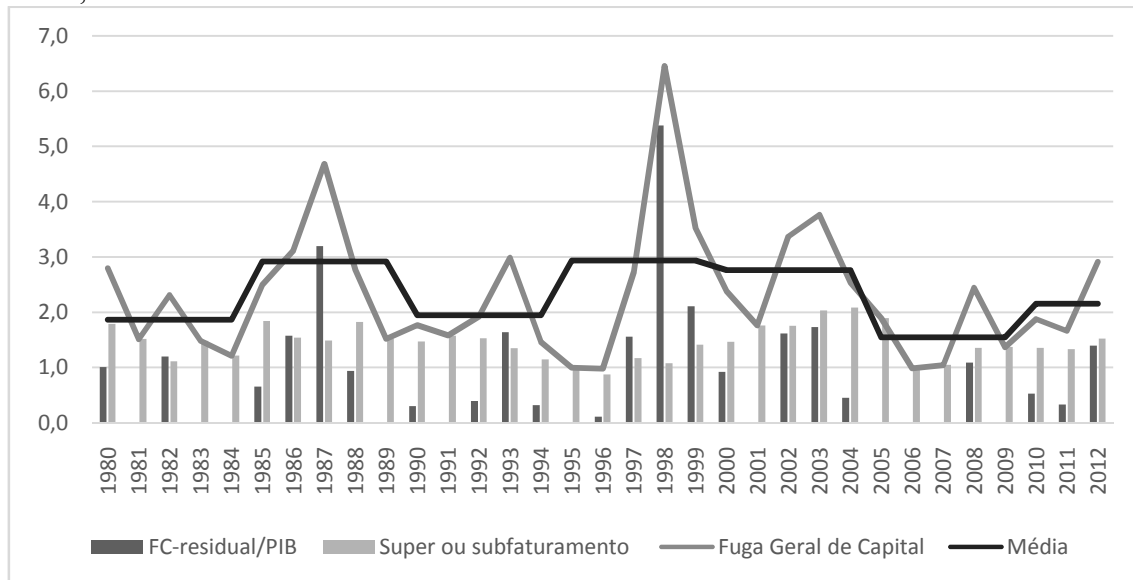
Fonte: Banco Central (metodologia BPM6) e CEPALSTAT; elaboração própria

Dentre essas formas contemporâneas de transferência de valor, destacaram-se até aqui o comércio internacional de mercadorias e apropriação de parte do orçamento público pela dívida pública interna e as remessas de lucro e dividendo. Mas essas não são as únicas formas de apropriação e transferência de valor. Não cabe nessa investigação estimar as transferências internacionais de valor como um todo, mas sim, evidenciá-las e apontar sua evolução. Nesse sentido, cabe enfatizar a questão das transferências de valor por fuga de capitais e fluxos ilícitos de capitais.

Conforme coloca Treacy (2013, p. 79-80) a fuga de capitais nos países dependentes se origina da contradição: uma integração financeira cada vez maior com os países centrais ao mesmo tempo em que os limites, as crises na acumulação de capital e crise política nos países dependentes fazem com que uma parcela significativa de recursos sejam transferidos para o centro em dados períodos. Já os fluxos ilícitos de capitais podem adotar a via comercial, quando (sobretudo) as grandes empresas transnacionais por meio de subfaturamento de exportações ou superfaturamento das importações conseguem transferir recursos para o exterior.

A estimação desses fluxos de capitais para o Brasil é um procedimento difícil, muitas vezes realizada de forma indireta. O gráfico 6 a seguir toma como base os dados fornecidos por Karr (2012) onde o autor considera a fuga de capitais como a lacuna entre a fonte registrada de recursos financeiros de um país (mudança no estoque da dívida pública e a dívida privada não garantida e investimentos externos diretos líquidos) e o uso registrado de recursos (financiamento de déficits em conta corrente e acréscimos a reservas) e os fluxos ilícitos através do faturamento indevido de exportações e importações. Ambos os fatores significam uma transferência de recurso ao exterior de forma substantiva, numa média de quase 3% do PIB entre 1980-2012. Contudo, a natureza dessa transferência é distinta. Por um lado, as fugas de capitais possuem um caráter mais episódico, diante das crises macroeconômica e políticas, por exemplo no período recente, com a crise do balanço de pagamentos em final da década de 1990, com a ascensão do PT ao governo federal (2002-2003) e com o impacto da crise econômica mundial (2008) e as políticas de austeridade na Europa (2012).

Gráfico 6: Fuga de Capital residual e por super/sub faturamento comercial como porcentagem do PIB–Brasil, 1980-2012



Fonte: Karr (2014, p. 41 e 43); elaboração própria.

Por outro lado, as transferências por faturamento indevido (sobretudo o subfaturamento de exportações) remetem a uma prática comercial e persistente ao longo do período, quando as empresas transnacionais adquirem destaque. Contemporaneamente, conforme pode ser visto no gráfico, apesar do arrefecimento da fuga de capitais e do faturamento no final da década de 2000, esse patamar ainda é expressivo e com a intensificação da crise econômica brasileira, deu sinais de elevação.

2.3 Estratégias neoliberais de desenvolvimento dependente e suas contradições pós-2003

A seção anterior forneceu evidências da ampliação da dependência e das transferências internacionais de valor, sobretudo durante o crescimento econômico. Por trás desses mecanismos encontra-se uma configuração de política econômica específica, onde a política monetária e a fiscal são submetidas à lógica financeira (AMARAL, 2012, cap. 5). A questão que se debruça essa última seção é sobre a permanência da estratégia neoliberal durante

os sucessivos governos. Mais especificamente, até que ponto um governo historicamente comprometido com as condições de vida dos trabalhadores rompeu ou não com a política econômica neoliberal.

Sobre a condução dessas políticas econômicas, a transferência de valor e os governos à frente do poder federal, à primeira vista, analisar os sucessivos governos do PT como uma continuação da estratégia neoliberal adotada no Brasil a partir da década de 1990 parece um equívoco. Em outras palavras, associar ao neoliberalismo um partido com forte e tradicional base popular, além do resultado de suas gestões (2003-2016) no combate às características históricas do subdesenvolvimento, parece ser uma interpretação contraditória, do ponto de vista formal. A questão que muitos defensores da experiência petista apontam é a seguinte: como é possível um governo ser acusado de aprofundar a política neoliberal que favorece as elites e o capital estrangeiro sendo que esse mesmo governo retirou milhões de pessoas da pobreza e da fome, elevou a posição da economia nacional no ranking das economias internacionais, aumentou o PIB real per capita, promoveu uma diminuição da taxa de desemprego, garantiu aumentos reais no salário mínimo, diminuiu a desigualdade de renda do ponto de vista social e regional, entre outras tantas conquistas sociais?

Esse aparente paradoxo entre um governo compromissado com o “(novo)desenvolvimentismo” e manutenção de uma estratégia neoliberal se desfaz quando se considera que, em primeiro lugar, as estratégias de (sub)desenvolvimento neoliberais podem ser compatíveis com políticas econômicas heterodoxas e maior universalização das políticas sociais, desde que asseguradas a estabilização macroeconômica e as reformas liberalizantes. Em segundo lugar, a adoção das políticas heterodoxas (em intensidade e escopo) depende da conjuntura econômica e geopolítica internacional. A primeira das questões foi analisada anteriormente, sob os traços básicos da política econômica do tripé macroeconômico. Para finalizar o presente capítulo, procura-se relacionar as mudanças e condicionantes da conjuntura internacional (já vislumbradas no capítulo anterior) com a estratégia política e econômica dos governos petistas.

Segundo os economistas ligados às gestões petistas (2003-2016), como Barbosa e Pereira (2010), durante o primeiro mandato do governo Lula houve uma “inflexão” e ruptura com as políticas neoliberais. Se nos dois primeiros anos do primeiro mandato predominou uma política de ajuste (revisão das metas de inflação, aumento da taxa de juros e do resultado primário da economia, reforma tributária e da previdência) isso se deu porque houve uma desconfiança por

parte do setor privado nacional e estrangeiro quanto ao cumprimento do equilíbrio fiscal e da dívida pública. Contudo, à medida que a política econômica de juros elevado minava as fontes de crescimento (sobretudo a do setor externo, com aumento do preço das exportações) sob o pretexto da estabilidade dos preços, iniciou-se no governo uma discussão sobre a condução e o resultado da política econômica diante dos compromissos sociais do governo Lula.

Nesse debate de então, segundo os autores, o “consenso neoliberal ortodoxo” foi, *pretensamente*, superado pela visão desenvolvimentista. Essa visão apontava que o potencial de crescimento da economia brasileira era subestimado, tendo em vista a possibilidade de aumentos crescentes de produtividade à medida que o crescimento da economia era mantido. Nesse sentido, essa visão defendia, enquanto linhas mestras de atuação, medidas monetárias e fiscais temporárias para elevar o nível de demanda agregada da economia, como fator primário para o início do ciclo de crescimento. Em seguida, defendiam a ampliação das políticas de transferência de renda e do salário mínimo, como estabilizadores macroeconômicos do nível de demanda interna. Por fim, colocaram em primeiro plano o fortalecimento do investimento público e a capacidade de planejamento do Estado, para garantir a expansão e a articulação do investimento privado. Em que pese o aumento de participação do Estado na execução dessas medidas, a visão desenvolvimentista enfatizava que a nova orientação da política econômica não comprometia as contas públicas e o nível de preços, uma vez que o crescimento econômico resultava em um aumento mais do que proporcional da arrecadação e em aumentos de produtividade sobre vários setores.

Ao contrário da posição dos economistas ligados ao governo petista (2003-2016), o ponto aqui defendido é que a estratégia neoliberal de desenvolvimento nunca foi superada nos governos Lula e Dilma e mais, eles nunca se propuseram a tanto. Como afirma Carcanholo (2015, p. 272-275 e 2017), a estratégia “novodesenvolvimentista” configurou-se numa tentativa de alterar as formas de apropriação do valor produzido nos marcos da dependência, por meio de políticas heterodoxas. Mais especificamente, o intento novodesenvolvimentista era direcionar o valor produzido para novas inversões produtivas, num ciclo virtuoso. O cenário ideal, segundo essa visão, era reduzir a taxa de juros real a um nível que tornassem atrativas as taxas de lucro nos segmentos produtivos à medida que se instauram políticas de renda, para fortalecer a demanda interna.

Por trás dessa posição, encontra-se uma justificativa e compreensão teórica específica dos fenômenos econômicos na conjuntura pós-1980, sobretudo pelo baixo crescimento econômico. Ainda que não seja o objetivo imediato dessa investigação, nesse momento, procura-se expor os argumentos das correntes quanto aos determinantes da acumulação e do crescimento da economia brasileira, no sentido de colocar as divergências e aproximações entre as análises neoliberais e novodesenvolvimentistas. Ainda que sumário, esse exercício é importante no momento de discussão e síntese das análises da taxa de mais-valor e dos mecanismos de SFT, nos capítulos vindouros.

Tomando como base o trabalho de Prado (2017b)¹⁹ para esse propósito, tanto a vertente neoliberal quando a novo-desenvolvimentista procuram responder a seguinte questão: quais os fatores que explicam o baixo crescimento econômico brasileiro no período de 1980-2015, de 2,5% a.a., frente aos 7,4% dos 30 anos anteriores? No caso da primeira vertente, por se filiarem explicitamente à corrente neoclássica, e assim pela visão estática e individual dos fenômenos dentro do modelo de equilíbrio geral, o crescimento econômico é um resultado da função de oferta que relaciona os fatores de produção com os montantes gerados de renda, considerando a demanda apenas de forma acomodatória ao crescimento econômico. Na versão analisada por Prado (2017b, p. 484 e seguintes), a taxa de crescimento econômico é decomposta pelos fatores: taxa de poupança, preço relativo dos bens em capital fixo, taxa de utilização capacidade instalada e relação produto-capital, além da depreciação, sendo que o preço dos bens em capital fixo e a depreciação se relacionam inversamente com o aumento da taxa de crescimento.

A despeito da descrição estatística e formalizada, a visão neoliberal se restringe à posição apologética e idealista do sistema capitalista quando “boa parte daquilo que chamam de explicações não passam de meras correlações; além disso, eles se obrigam a tratar certas condições do crescimento como as suas causas motrizes” (PRADO, 2017b, p. 488). Dessa análise científica positiva e tolhida, a visão neoclássica adota a normatividade típica do receituário pós-1990. No caso, o baixo crescimento brasileiro é um resultado da ineficiência do estoque de capital, da baixa escolaridade do “capital humano” e da redução da jornada de trabalho devido à escolha política. Para contrapor essa tendência, a maior exposição aos fluxos de capital, o

¹⁹Além dessas duas correntes, Prado (2017b) expõe a crítica e a interpretação marxista para a “quase-estagnação” da economia brasileira pós- 1980. Não se coloca a interpretação do autor nesse momento pelo fato de que toda a investigação compartilha dos argumentos por ele fornecidos, de modo geral.

aumento da concorrência internacional e o acesso à poupança externa permitiram aumentar a taxa de crescimento econômico. Nesse sentido, a prevalência da baixa taxa de crescimento a despeito das reformas pró-mercado desde 1990 se justifica pela insuficiência dessas medidas, por um lado, e por episódios de política econômica “populista”, por outro.

No caso do novo desenvolvimentismo, conforma ainda Prado (2017b, p. 489), suas origens teóricas remontam ao estruturalismo cepalino e à teoria econômica keynesiana. Ao contestarem a automaticidade do mercado no equilíbrio entre oferta e demanda agregada com pleno emprego, o foco da análise, nesse caso, se afasta do longo prazo de equilíbrios estáticos sucedâneos neoclássicos e engloba também o curto prazo. Mais especificamente, a tese keynesiana tomada pelo novo desenvolvimentismo defende que “o movimento do sistema econômico no curto e no longo prazo não é comandado pela oferta agregada, mas pelo evoluir dos componentes autônomos da demanda agregada”. Nesse sentido, o crescimento econômico é um resultado da configuração de política econômica que administra cinco preços-chaves incidentes para todos os setores da economia nacional, estimulando os componentes da demanda agregada, sobretudo o investimento:

A teoria Novo Desenvolvimentista classifica cinco preços nessa categoria: a taxa de câmbio, a taxa de juros, a taxa de salários, a taxa de inflação e a taxa de lucro, sendo esta última fortemente influenciada pelos anteriores. O nível da taxa de câmbio deve garantir o acesso dos empresários à demanda agregada interna e externa; o da taxa de juros deve propiciar um custo de financiamento ou oportunidade para o investimento inferior à sua rentabilidade; a taxa de salários deve aumentar na mesma proporção que a produtividade do trabalho (a variação pode ser superior apenas quando a produtividade do capital for crescente); a taxa de inflação deve ser suficientemente baixa para evitar uma redução relevante de poder aquisitivo da sociedade e a desorganização da atividade econômica, e todos esses preços, uma vez situados no devido patamar, terminam garantindo uma taxa de lucro média (em termos agregados) suficiente para estimular o montante de investimento necessário ao processo de crescimento, e que varia de acordo com o estágio do processo de desenvolvimento de cada sociedade (MARCONI e BRANCHER, 2017, p. 3-4)

No caso dos países subdesenvolvidos, como Brasil, a política econômica deve primar ainda pelo combate de dois males que se retro-alimentam e conduzem ao baixo crescimento, precisamente por afetarem os preços-chaves: a financeirização e a doença holandesa. Como visto,

a política de elevada taxa de juros para combater (supostamente) a inflação e a atrair capitais externos sobredimensionaram o lucro financeiro não-operacional das empresas e, além disso, resultam em uma valorização cambial e uma dificuldade de concorrência de setores produtivos nacionais, a qual deprime ainda mais o lucro produtivo. A sobreapreciação cambial se acentua ainda mais devido à chamada “doença holandesa”, quando países produtores de commodities com expressiva produtividade, como Brasil, têm suas receitas de exportações em dólares elevadas devido ao comportamento internacional do preço e demanda por esses produtos.

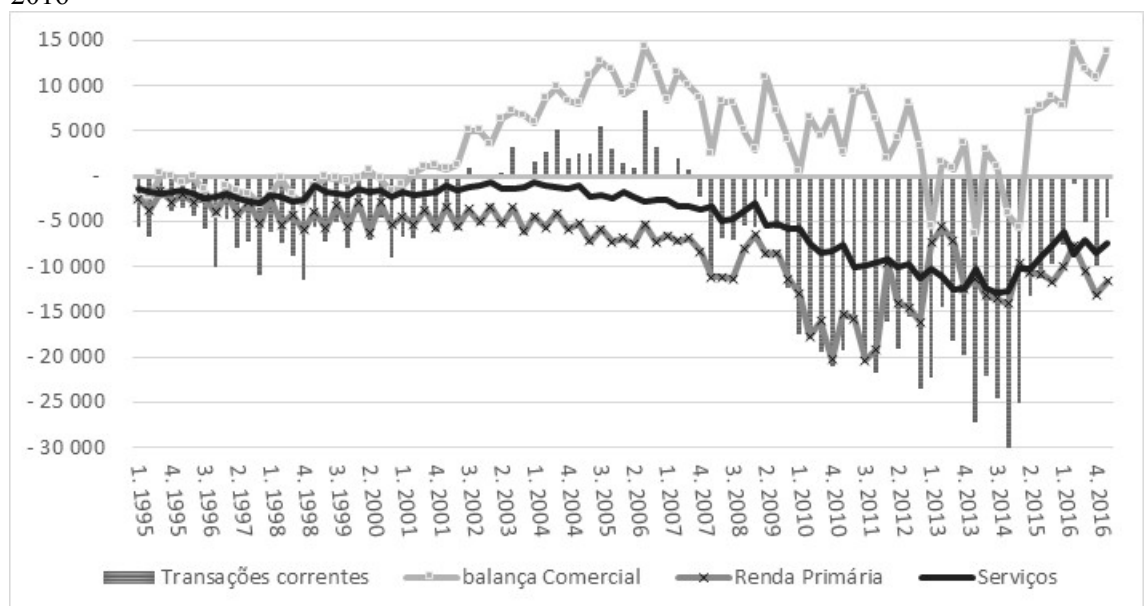
Apesar das divergências, ambas correntes compartilham um mesmo terreno comum, qual seja, mantêm a análise do sistema capitalista estritamente na esfera da circulação mercantil, admitindo que os fatores de produção, sejam empresários ou trabalhadores, produzem utilidades. Nesse sentido, ambas não questionam a produção capitalista como a produção de valores de uso para a valorização do capital, onde o lucro se apresenta como determinação material e não exógena à economia. Nesse sentido, não é de se estranhar o fato de que o novo-desenvolvimentismo reduz ingenuamente o enfrentamento ao imperialismo e à ampliação da dependência a uma configuração de política econômica específica, almejando uma nova forma de inserção nas “cadeias globais de valor”. Não percebem, também, que as medidas ortodoxas de austeridade econômica propugnadas pela visão neoclássica (como redução dos gastos e reformas pró-mercado), apesar de reduzirem a demanda agregada no curto prazo, não são uma irracionalidade econômica e, sim, constituem um importante mecanismo de redução de custos de produção e enfraquecimento da organização da classe trabalhadora, fundamentais em momento de crise de acumulação (PRADO, 2017, p. 501 e ROBERTS, 2016, p. 94)

Dessa forma, a estratégia novo-desenvolvimentista conclamava um pacto de classes cujo principal “inimigo” era o capital financeiro, que mina as bases de valorização do capital produtivo. Contudo, essa estratégia não atingiu seus objetivos, entre outras causas, por não procurar superar a condição dependente da economia brasileira por meio do questionamento das políticas neoliberais. Se num primeiro momento, entre 2003-2010, essa a estratégia desenvolvimentista logrou um crescimento econômico sem comprometer as contas públicas, sem desencadear choques inflacionários, com aumento do investimento público e fortalecimento de políticas sociais e de valorização do salário mínimo, isso se deu porque a conjuntura internacional permitiu conciliar as transferências internacionais de valor, sob os ditames das políticas neoliberais, com o aumento do consumo interno (famílias e governo) sem superar a dependência:

Eso permitió un aumento de las reservas internacionales y del ingreso estatal. Con esto último se pudo implementar una política de conciliación de clase, dado que el aumento de la recaudación estatal permite la administración de políticas sociales que minimicen los efectos de la superexplotación (CARCANHOLO, 2017, p. 151).

Conforme colocam Carcanholo (2015, p. 276) e Cano (2017, p. 26), grande parte da suposta virtuosidade da política econômica teve como base externa um aumento em volume e preço das exportações de commodities que perdura até 2008 as quais possibilitaram não só um superávit na conta corrente, como também acúmulo de reservas internacionais. De fato, como pode ser visto no gráfico 7, os consecutivos saldos em transações correntes entre 2003 e 2007 foram obtidos por meio de um aumento das exportações (em volume e preço) que contrabalancearam os déficits nas rendas primárias e serviços.

Gráfico 7: Saldo das transações correntes e das principais rubricas por trimestre (em milhões de dólares)–Brasil, 1995-2016



Fonte: Banco Central (BPM6); Elaboração Própria.

Situação externa muito distinta enfrentaria Dilma Rousseff, eleita em 2010 e reeleita em 2014. O ponto central aqui defendido é que a política econômica adotada a partir de 2011 conserva a mesma orientação geral daquela realizada durante o governo Lula. Em outras palavras, a despeito das mudanças na condução da política econômica e das medidas heterodoxas que procuraram alterar internamente a forma de apropriação do valor gerado, nunca se contestou a manutenção de uma estratégia neoliberal de desenvolvimento e integração com o sistema econômica mundial. Se os resultados entre 2011-2014 e, sobretudo, depois disso não foram os mesmos daqueles no auge do crescimento econômico isso se deve aos novos condicionantes externos pela mudança na dinâmica dos fluxos internacionais de capital para as economias periféricas e as políticas anticíclicas dos países centrais. Isso por um lado. Por outro, mas associado, os fundamentos da crise na economia brasileira encontram-se na própria queda da taxa de lucro. Essa interpretação geral será mais bem vista a seguir e procura evidenciar como a dependência, sob o neoliberalismo, cobra seu preço a governos progressistas titubeantes e conciliatórios.

Sobre a crise internacional deflagrada em 2007/2008, não cabe aqui detalhar as suas origens, mas ela se manifesta como crise de crédito hipotecário norte-americano e se alastra pelo sistema financeiro por meio da securitização das dívidas e da criação de derivativos transacionáveis globalmente. Mais importante é ressaltar que as medidas anticíclicas adotadas pelos países centrais (medidas de expansão monetária, juros reais negativos e expansão do déficit público) alteram os fluxos e a intensidade de capital estrangeiro para os países periféricos. Essas medidas promovem distorções monetárias e financeiras em escala mundial: grandes bancos e outras instituições financeiras aumentam seus passivos com empréstimos de fontes públicas a juros reais negativos e os aplicam em ações ou títulos que geram maiores dividendos ou juros, no clássico mecanismo de lucro por arbitragem e especulação. Como destacado por Cortes (2016, p. 141) estas operações ocorrem em qualquer mercado bursátil, mas, sobretudo, nas economias dependentes.

Além do aumento do fluxo de capitais estrangeiros para as economias dependentes, outro fator externo que se altera com a crise internacional é o preço e a demanda das *commodities*. Com base na periodização realizada por Biancarelli et al (2017), é possível identificar como que a

evolução dos fatores internacionais pós-crise impactou especificamente no setor externo durante o governo Dilma o que condicionou a política econômica. Em um primeiro momento, após a redução inicial nos fluxos de capitais e de comércio com a intensificação da crise em 2008, observa-se já em meados de 2009 uma “retomada súbita” tanto nos fluxos de capital estrangeiros quanto no volume e no preço do comércio exterior, sobretudo de commodities, a qual perdurou até final de 2010. É nesse ambiente que as medidas anticíclicas adotadas no final do governo Lula permitiram manter o crescimento (conforme disponibilizado no gráfico 2), em 7,5% em 2010.

No segundo período, entre 2011-2014 (praticamente todo primeiro mandato de Dilma Rousseff) os fluxos de capital estrangeiro e de comércio internacional se mantêm relativamente estáveis, num nível abaixo daquele do período 2003-2008. Esse nível está associado, por um lado, às políticas expansionistas dos países centrais e, por outro, pela permanência do crescimento econômico chinês, a despeito do seu menor patamar. Ambos os fatores explicam o permanente acesso a recursos externos e o nível de preços das commodities. Contudo, a partir de meados de 2014 até começo de 2016 essas condições se deterioraram, em grande parte, devido ao arrefecimento do crescimento chinês e medidas de austeridade na União Europeia. Dessa forma, como pode se observar no gráfico 7, há uma reversão do saldo comercial a partir de final de 2013 em meio aos déficits crônicos nas rendas primárias e de serviços, o que ampliou o déficit nas transações correntes.

Diante desse aumento crescente do déficit nas contas correntes, como se deu o financiamento externo? De modo geral, durante todo o período pós 2011 o ingresso de capital na conta financeira mais do que compensou os déficits nas transações correntes e quando esse saldo se mostrou insuficiente, como em 2013, o Brasil utilizou as reservas internacionais acumuladas nos períodos anteriores (de 2000 a 2014 houve um crescimento de aproximadamente 1.000% no valor das reservas, segundo Prates e Rezende (2015, p. 67)). Esse fato, que poderia ser um motivo de louvor para muitos defensores do neoliberalismo, contudo, esconde uma potencial vulnerabilidade externa: ainda que o crescimento do passivo externo no período passou a ser denominado em moeda doméstica, como visto, eles mantêm um caráter de curto-prazo e de alta volatilidade (ROSA, 2016). O pano de fundo dessa tendência se encontra no comportamento especulador e oportunista de investidores estrangeiros devido à política monetária expansionista adotadas nos países centrais.

A caracterização dos fluxos de capital e de comércio não significa que a economia brasileira simplesmente vai a reboque da economia internacional. Isso seria negar a própria dialética do desenvolvimento dependente. Outrossim, analisar os condicionantes externos permite compreender e avaliar as medidas de política econômica adotadas na gestão Dilma Rousseff e como que a crise brasileira recente se manifesta. Em outras palavras, significa dizer que a economia brasileira já a partir de 2010 entra num processo de desaceleração, estagnação e, posterior, recessão com uma crescente vulnerabilidade externa cujos contornos se dão a partir da conjuntura do sistema econômico internacional, como descrito anteriormente.

Sobre a crise de acumulação observada no Brasil a partir de 2010, esse ainda é um tema que deve ser aprofundado sob a perspectiva da TMD, principalmente quanto à determinação da taxa de lucro e do investimento nas metamorfoses do capital em seu movimento cíclico. Ainda que associado, esse tema foge do objetivo aqui proposto o qual passa pela análise das determinações do mais-valor e dos mecanismos histórico-espaciais de SFT no período petista. Na verdade, a investigação em curso configura-se como uma contribuição direta para a análise crítica do atual impasse da acumulação de capital no Brasil, ao relacionar o nível e trajetória do trabalho excedente com as condicionalidades do PRCEEP.

Nesse sentido, em uma visão geral e parcial, cabe apenas destacar que a crise de acumulação tem sua causa tanto no front externo (menor crescimento das exportações e deterioração dos termos de troca entre 2011-2015), quanto interno, seja porque os setores ligados à produção primária diminuem o nível de produção, seja porque há uma redução relativa dos gastos autônomos do governo ao mesmo tempo em que a redução da taxa de desemprego e aumento do salário real desencadearam um conflito distributivo entre capital e trabalho (PINTO et al, 2017). Por trás desses fatores, a crise de acumulação no Brasil é uma resposta à redução da taxa de investimento pós-2013, sobretudo os do setor público. Por sua vez, a queda do investimento respondeu, ainda que com uma defasagem temporal, à queda da taxa de lucro depois do seu auge em 2007/2008. Além da defasagem temporal, a demora na resposta dos investimentos à queda da taxa de lucro se deve também à adoção de políticas de sustentação da demanda agregada no primeiro governo Rousseff que não lograram reverter a desaceleração da economia: “É essa política, em última análise, que produziu o forte desarranjo inicial das contas públicas. Ela apelou para fortes desonerações fiscais e estas, junto com outras medidas, apenas atrasaram a queda do investimento” (PRADO, 2017a, p. 5). A política

econômica do governo Dilma ficou premida entre uma queda do nível de produção externa e interna, diminuição do nível de lucratividade das empresas e, ao mesmo tempo, a necessidade de assumir os compromissos da estratégia neoliberal interna e externamente.

Do ponto de vista externo, como visto, assistiu-se a um aumento da dependência do capital estrangeiro diante da ampliação dos déficits em transações correntes e deterioração dos termos de troca. Já do ponto de vista interno, o governo Dilma Rousseff procurou compatibilizar a estabilidade macroeconômica sob os preceitos neoliberais com medidas heterodoxas. Inicialmente, em 2011, depois de um vigoroso crescimento no ano anterior, se implementou um ajuste fiscal que seria gradualmente relaxado até 2014, com relativa estabilidade nos gastos com pessoal e em um crescimento nos gastos em investimento público e custeio/capital em um patamar inferior à década anterior. Diante da desaceleração da economia e aumento dos fluxos de capitais especulativos externos, a política econômica englobou medidas chamadas heterodoxas, como a introdução do IOF para capitais estrangeiros em 2011 e a tentativa de redução das taxas de juros e dos spreads bancários. Essas medidas tiveram um curto fôlego e sofreram dura oposição do setor financeiro, sob a justificativa de um choque inflacionário e fuga de capitais.

Ainda dentre as medidas heterodoxas, o governo Dilma Rousseff amplia a política de desonerações tributárias e redução seletiva de alíquotas para vários setores industriais. O objetivo era, mais do que estimular o consumo, fomentar investimento privado. Esse objetivo seria complementado com a ampliação das obras de infraestrutura (PAC II) e redução de tarifas públicas e dos preços administrados. Observa-se, assim, a manutenção da orientação novodesenvolvimentista desde o início do governo Dilma, na tentativa de controlar e orientar as formas de apropriação e realização do valor, mas sem romper com a orientação neoliberal. Essa é, precisamente, a contradição básica que explica o fracasso do experimento novodesenvolvimentista.

Por um lado, as séries de políticas heterodoxas, além de sofrerem a oposição do setor financeiro, não promoveram um aumento do investimento. De fato, com o aprofundamento da recessão brasileira, os empresários utilizaram as políticas de desonerações e diminuição de alíquotas para recompor a margem de lucro. Por outro, essas medidas deterioraram a receita total onde no período 2011-2014 seu crescimento em média foi de 5,13% ao ano, a metade (10,24%) da média obtida no segundo governo Lula. Por sua vez, as despesas públicas tiveram um crescimento de 7,8%, abaixo da média no quadriênio 2007-2010 (10,16%) (BEM, 2015, p. 15).

Em outras palavras, o déficit fiscal de 2014, o primeiro até então, foi fruto não de um aumento das despesas, mas sim, da política de desonerações e redução de alíquotas praticadas que reduziram a receita. A própria Dilma Rousseff em entrevista meses depois do seu afastamento reconheceu os limites da política de desoneração fiscal e como ela permitiu o aumento da “margem de lucro à custa de mais fragilidade nas contas públicas” (FERNANDES, 2017).

Ao comprometer o superávit primário, as medidas heterodoxas desencadearam um aumento da relação dívida pública/PIB. Em dezembro de 2011 a dívida bruta do governo como proporção do PIB era de 51,3% e, em dezembro de 2014, atingiu 59,9%. Cabe ressaltar que esse aumento, em termos históricos, não se deu de forma expressiva e, em grande parte, se deve a menor dinâmica da economia brasileira (BEM, 2015, p. 23). De todo modo, a deterioração de um dos pilares da estratégia neoliberal para os países periféricos, a estabilização macroeconômica e controle das contas públicas, passou a ser questionada pelos críticos do governo, pelo setor privado nacional e internacional e justificou o ajuste fiscal de 2015. Percebe-se que a guinada ortodoxa do governo Dilma em 2015 (queda das despesas públicas, aumento dos preços públicos do setor energético e aumento da taxa de juros) de fato reverberaram as tendências recessivas da economia brasileira (ROSSI e MELLO, 2017). Contudo, o que muitas interpretações deixam de reconhecer é que essas medidas não destoam da própria estratégia, concepção e manutenção de política econômica adotada pelo PT desde 2003, a depender da conjuntura internacional.

A queda da Dilma Rousseff em 2016 e as políticas econômicas e as reformas antipopulares que se seguiram é um processo complexo, mas passa pelo reconhecimento das contradições e estratégias do governo petista. Conforme elencam Pinto et al (2017), a crise de acumulação pela redução da taxa de lucro se amplificou com a conjuntura internacional, a despeito das políticas econômicas heterodoxas até 2014, ainda mais com a “guinada” de 2015. Essa deterioração da base material da produção capitalista no Brasil provocou um desgaste político entre o bloco no poder, o governo petista e o Estado. A partir do momento em que a estratégia conciliadora do PT não mais respondia aos imperativos da acumulação de capital e com o aceno por parte de grupos políticos de direita (PMDB, DEM e PSDB) de que um governo alternativo de Michel Temer seguiria o receituário neoliberal tradicional, expresso no documento “ponte para o futuro” do MDB, o avanço do impeachment de Dilma Rousseff adotou quase um

rito processual²⁰. Paralelamente, o desgaste do PT e a crise institucional e política eram ampliados pela operação “lava-jato”, com o protagonismo auto-centrado de membros do poder judiciário na sua cruzada contra a corrupção, como se ela fosse uma excrescência do capitalismo (dependente) a ser extirpada.

Agora, por trás de todos esses fatos contraditórios e complexos, encontra-se uma específica produção material da vida dos trabalhadores no Brasil, enquanto FSP dependente em que a transformação da natureza pela força de trabalho é orientada por um específico sentido histórico. Por isso, não basta, como fazem os autores (PINTO et al, 2017, p. 11), retomar as características coloniais da burguesia no bloco de poder para justificar e apontar, para ela, que “a única alternativa para destravar a acumulação seriam as reformas neoliberais (trabalhista, previdenciária e dos gastos públicos)”. A TMD, precisamente, permite compreender a lógica dessas reformas no sentido de ampliar a transferência internacional de valor e integração nacional subordinada ao sistema imperialista e, sobretudo, pelo aprofundamento da SFT. As reformas realizadas durante e após 2016 só revelam o fato de que a burguesia no Brasil, para se contrapor à crise de acumulação, não abre mão da SFT. O que essa investigação problematiza é a própria exploração e SFT durante o auge e declínio do experimento petista, enquanto prenúncio da atual tragédia política e econômica para os trabalhadores. Ela se soma a outras críticas à estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista dependente, seja na sua roupagem ortodoxa-neoclássica, seja no progressismo ingênuo e conciliatório do novodesenvolvimentismo.

Este capítulo teve como objetivo especificar na atual conjuntura brasileira as categorias fundamentais do padrão reprodução do capital exportador de especialização produtiva, o qual passa por uma configuração própria de política econômica. Procurou-se, em um primeiro momento, apresentar a questão geral da dependência com o fim da industrialização dependente para, em seguida, detalhar como a política econômica a partir dos anos 2000 não só mantém a estratégia neoliberal de desenvolvimento como a amplia, a qual pôde ser vista pela elevação das transferências internacionais de valor. Por fim, questionou-se como o governo do PT conciliou a

²⁰Muito em parte pela disposição do próprio PT em resumir à resistência política ao aparato jurídico constitucional.

permanência de uma política econômica neoliberal com as conquistas sociais. Foi visto que essa conciliação não superava a dependência, mas sim, nela se baseava e, nesse processo, desenvolvia contradições próprias frente aos compromissos assumidos com o neoliberalismo e a burguesia nacional, estrangeira, produtiva e financeira. A investigação procura, a partir desse momento, compreender como essa contradição se manifestou no plano de reprodução da vida material dos trabalhadores e das trabalhadoras no Brasil.

Nesse sentido e com base na exposição metodológica e na contextualização da dependência brasileira no PRCEEP efetuadas nesse capítulo, os próximos capítulos da investigação procuram analisar como que o agravamento da dependência impactou nas condições de exploração dos trabalhadores e em uma transformação espacial das regiões brasileiras. Antes de se passar propriamente a essa questão, cabe expor conceitualmente e metodologicamente a mensuração da taxa de mais-valor e os mecanismos de superexploração, como se faz no capítulo 3.

3. Exploração da força de trabalho: questões teórico-metodológicas

Os capítulos anteriores trataram das múltiplas dimensões do atual estágio da dependência na FSP brasileira a partir da década de 2000. Procurou-se apontar que a transferência internacional de valor se manteve no período, como traço estrutural da dependência, mas esteve condicionada por uma conjuntura econômica internacional de elevado aumento da demanda por produtos agrominerais, de seus preços, em meio a maior liquidez internacional. Essa excepcionalidade conjuntural permitiu que as rendas agrominerais apropriadas ensejassem um expressivo crescimento econômico no período 2004-2010, impulsionado também por políticas econômicas e sociais voltadas ao mercado interno. Contudo, os desenlaces da crise de 2007-2008 revelaram que o crescimento econômico brasileiro experimentado estava assentado em um maior grau de dependência, a despeito das modalidades de estratégias neoliberais experimentadas, se ortodoxas ou heterodoxas.

Dessa forma, as questões a serem desenvolvidas nos próximos capítulos são as seguintes: a) como as condições de vida dos trabalhadores explicam e refletem a dinâmica da economia brasileira nas várias frações do capital; e b) se ou até que ponto as chamadas “conquistas sociais” e a política econômica dos governos petistas promoveram/atenuaram o desgaste da força de trabalho relativamente aos salários. Diante dos seus determinantes e das manifestações contraditórias durante o governo petista, a hipótese a ser evidenciada é de que as condições e os mecanismos de superexploração da força de trabalho dialeticamente se mantêm e se intensificam já no fim do período de crescimento, ainda que se manifestem de forma específica, inclusive do ponto de vista espacial.

Antes de se analisar como os determinantes da produção e apropriação do valor no período e como eles contaram com modificações nas condições de vida dos trabalhadores no Brasil, deve-se expor conceitualmente e metodologicamente a relação dos trabalhadores com o produto do seu trabalho sob o comando do capital e as especificidades da relação na dependência. Nesse sentido, o atual capítulo trata da exploração e a superexploração da força de trabalho e como elas respondem à acumulação de capital em várias escalas. Na primeira seção, apresentam-se as duas modalidades clássicas de exploração da força de trabalho, o mais-valor absoluto e relativo. Em seguida, destaca-se como o sistema imperialista condiciona uma terceira forma de

aumento do mais-valor que é precisamente a superexploração da força de trabalho. A segunda seção trata propriamente da remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor a partir dos principais mecanismos que atuam sobre a jornada de trabalho e o salário. Por fim, na última seção, discutem-se duas metodologias que procuram mensurar a taxa de mais-valor, a matriz insumo-produto e da expressão monetária do valor, as quais dão a base para a abordagem e análise mais empírica que se seguirá a partir do próximo capítulo.

De fato, já nesse atual capítulo, a investigação procura conciliar a definição conceitual da exploração e da superexploração com um embasamento empírico. Assim, na primeira seção, relaciona-se preliminarmente a SFT com o rendimento médio entre os países imperialistas e dependentes a partir da paridade do poder de compra, com o objetivo de destacar a diferença estrutural de renda no sistema imperialista. Na segunda seção, avança-se sobre a questão ao colocar como o rendimento entre os países se amplia quando se foca nas condições ocupacionais em determinados setores. Por fim, a terceira seção procura precisar a mensuração da taxa de exploração em termos mais rigorosos.

3.1 Formas de ampliação da exploração da força de trabalho e a transferência internacional de valor

Não cabe nessa investigação demonstrar o surgimento histórico e teórico da exploração da força de trabalho sob o capital. O objetivo é definir e desenvolver as categorias de exploração da força de trabalho a partir dos imperativos da acumulação de capital. Essa etapa permitirá, nas seções vindouras, discutir os limites e as metodologias na mensuração da taxa de mais-valor e os mecanismos de SFT nos países de economia dependente.

Na sociedade mercantil capitalista, onde o assalariamento constitui a relação de produção totalizante e estruturante da vida social, o processo de trabalho (processo de transformação da natureza de forma intencionada pelo homem) corresponde concomitantemente a um processo de valorização do capital. Durante a jornada de trabalho, o trabalhador, ao consumir produtivamente os meios de produção, produz uma quantidade de produtos cuja venda posterior no mercado pelo capitalista sobrepassa o valor que corresponde ao salário pago ao trabalhador. Marx (1975, cap. 7) no tomo I d' *Ocapital* define como trabalho necessário a parte da

jornada de trabalho que repõe o valor adiantado pelo capitalista enquanto salário. A parte da jornada de trabalho que vai além da necessária é definida como trabalho excedente, mais-trabalho, ou então, *mais-valor*, fonte de todas as formas de rendimentos do capital (juros, lucro e renda da terra). A relação do produto do trabalho do homem na sociedade capitalista, do trabalho excedente com o trabalho necessário, do mais-valor com o valor da força de trabalho, Marx (1975, p. 262) define como taxa de mais-valor e ela expressa o grau de exploração da força de trabalho pelo capital.

A partir do momento em que o mais-valor constitui a origem de todos os rendimentos do capital e motor da acumulação, o objetivo do capitalista é ampliá-lo ao máximo, ainda que do ponto de vista social se desenvolva novas contradições. Antes de se expor os mecanismos de ampliação da taxa e do mais-valor em si, cabe definir o trabalho necessário. Inicialmente, o suposto adotado em Marx (1975) é o de que o tempo de trabalho necessário é um valor cristalizado em uma cesta de mercadorias que permite o trabalhador repor o desgaste da força de trabalho e sua reprodução social normal, tendo em vista a duração e intensidade da jornada de trabalho. O valor dessas mercadorias se expressa monetariamente como o salário.

Contudo, a apresentação do salário enquanto forma do valor e preço da força de trabalho em realidades sociais concretas é complexa e, por isso, polêmica. Sinteticamente, Marx (1975, p. 683/684) na sexta seção aponta que a determinação e a comparação nacional dos salários passa, para além do valor dos bens necessários para reposição do desgaste do trabalhador, pelos/pelas: custos de educação dos trabalhadores, papel do trabalho infantil e feminino, a produtividade, extensão e intensidade do trabalho e por um componente histórico-moral, considerando que esses fatores se verificam “*em las mismas industrias de diversos países*”. Além desses fatores, o nível dos salários reflete as variações do valor do dinheiro em país comparativamente a sua produtividade. A partir desses fatores e ressalvas, o *salário nominal* expressado em dinheiro é o equivalente monetário do valor da força de trabalho em um país e o *salário real*, os meios de subsistência que o trabalhador tem à disposição a partir do salário.

Ainda assim, outros fatores fazem com que a coincidência entre salário e valor da força de trabalho não seja automática em um dado país e período. Mesmo supondo uma dada quantidade e valor de bens necessários para a reprodução normal da força de trabalho, a variação nos salários tende a ser condicionada: conjunturalmente, pela oferta e demanda de trabalhadores; pela variação no exército industrial de reserva, a depender das condições de acumulação de capital

e a alteração da composição orgânica; e pela luta de classes²¹, como resposta às variações de produtividade/intensidade e seus impactos sobre o salário (ARAÚJO, 2016 e MARX, s.d). Assim, o valor da força de trabalho (a quantidade de bens e os tempos de trabalho socialmente necessários para sua produção) e o preço da força de trabalho (pagamento realizado pelo capitalista pelo uso da força de trabalho para um determinado tempo) são dois fenômenos distintos, ainda que dependentes.

Como dito, a força de trabalho constitui uma mercadoria no modo de produção capitalista (especial, origem de todo valor e mais-valor produzido), mas sua produção e reprodução não se restringem ao valor das mercadorias consumidas originadas do mercado capitalista. Assim, devem-se considerar relações sociais não-capitalistas e condições históricas, políticas e espaciais específicas que permitem a produção da força de trabalho.

De fato, a distinção entre a formação do valor da força de trabalho e o preço da força de trabalho permite aprofundar a própria definição de taxa de mais-valor e de taxa de exploração. Quando Marx (1975) coloca a primeira como grau precisa da segunda, ele supõe uma economia nacional abstrata completamente dominada pelas relações de capitalistas. Ainda que essa seja a tendência, a depender do objeto/natureza de investigação e de realidades sociais e processos históricos concretos, essa distinção é importante. Em primeiro lugar, se encontra o fato de que “a quantidade de trabalho que serve de limite ao **valor** da força de trabalho do operário não limita de modo algum a quantidade de trabalho que sua força de trabalho pode executar” (MARX, s.d., p. 360, negrito do autor). Em segundo lugar, o valor da força de trabalho faz referência não apenas ao salário monetário recebido e/ou a uma cesta de mercadorias, mas sim a uma quantidade de valor, *trabalho abstrato socialmente necessário* incorporado, por sua vez, nas mercadorias que passam pelo consumo do trabalhador (SAAD FILHO, 2011, p. 88/89). Essas duas considerações são importantes futuramente quando se avaliar o salário e a cesta de consumo dos trabalhadores brasileiros e sua relação por um lado, com a política econômica e interação ao sistema imperialista e, por outro, pelas relações sociais capitalistas e não-capitalistas na FSP dependente brasileira. Ambos os fatores modificam no valor e reprodução da força de trabalho.

²¹No momento, foi suposta uma quantidade de valor e bens necessários, mas essa quantidade pode variar, e historicamente o faz. Nesse sentido, a luta de classes permite incorporar bens que até então não faziam partes da cesta mercadorias. Essa questão é importante nas FSP dependentes, sobretudo no que se refere aos bens de consumo coletivos e/ou de preços elevados, como moradia, transporte, saneamento e educação.

A partir dessas considerações (abstratas) sobre valor e preço da força de trabalho e de como o mais-valor surge da apropriação privada pelo capitalista do valor excedente criado pelo trabalhador, resta apontar como o capitalista procura ampliar a massa e a taxa de mais-valor e como isso desencadeia contradições próprias a partir da acumulação de capital. A seguir expõem-se teoricamente as categorias de mais-valor absoluto, mais-valor relativo e produtividade do trabalho. Isso é importante, pois, como ressalta Marini (2005b, p. 183) toda investigação dialética, ainda que teórica, pressupõe um desenvolvimento histórico das categorias. A SFT, a ser vista posteriormente, expressa uma categoria histórica específica, que não nega as anteriores, desencadeadas pelos limites e contradições da lei do valor na acumulação de capital em várias escalas espaciais.

Dado o valor da força de trabalho uma constante (expresso em um salário nominal que corresponde a um salário real e que habilita uma reprodução normal da força de trabalho) e seu consumo produtivo, a única maneira possível para o capitalista ampliar o mais-valor e a taxa de mais-valor é ampliando a jornada de trabalho. Mais especificamente, no processo de valorização do capital, supondo que o valor da força de trabalho é uma constante e que todos os meios de produção são consumidos produtivamente pela força de trabalho, quanto maior a duração da jornada de trabalho de um ou mais trabalhadores, maior é a taxa e a massa de mais-valor. Essa forma de ampliação do mais-valor, configura-se como o *mais-valor absoluto*. Por sua vez, o *mais-valor relativo* (que pressupõe historicamente as condições de produção do mais-valor absoluto) refere-se ao aumento da mais-valia quando se reduz o valor das mercadorias que incidem sobre os meios de consumo da força de trabalho:

Denomino *plusvalor absoluto* al producido mediante la *prolongación* de la jornada laboral; por el contrario, al que surge de la *reducción* del tiempo de trabajo necesario y del consiguiente cambio en la *proporción de magnitud* que media entre ambas partes componentes de la jornada laboral, lo denomino *plusvalor relativo*. (...) Para abatir el *valor de la fuerza de trabajo*, el acrecentamiento de la fuerza productiva tiene que hacer presa en los ramos industriales cuyos productos determinan el valor de la fuerza de trabajo, y que por tanto pertenecen al ámbito de los medios de subsistencia habituales o pueden sustituirlos. Pero el valor de una mercancía no se determina solamente por la cantidad de trabajo que le confiere su forma definitiva, sino también por la masa de trabajo contenida en sus *medios de producción*. (...) El incremento de la fuerza productiva y el consiguiente abaratamiento de las mercancías en aquellas

industrias que suministran los elementos materiales del capital *constante*, los medios de trabajo y el material de trabajo para la producción de los medios de subsistencia imprescindibles, abaten asimismo, pues, el valor de la fuerza de trabajo. Por el contrario, en los ramos de la producción que no suministran medios de subsistencia necesarios ni medios de producción para elaborarlos, la fuerza productiva acrecentada no afecta el valor de la fuerza de trabajo (MARX, 1975, p. 383, destaque do autor).

Dessa forma, ainda que o aumento das forças produtivas possa ser fortuito (descoberta de novas e mais férteis fontes naturais de produtos, clima favorável que favorece a colheita, entre outros), sob o modo de produção capitalista, ele se apresenta, tendencialmente, pela incorporação crescente de capital constante (valor dos meios de produção) comparativamente ao capital variável (valor da força de trabalho). A introdução do capital constante no processo de trabalho e desvalorização do capital permite reduzir o valor (tempo de trabalho socialmente necessário) por unidade produzida, elevando a produtividade. Um dos efeitos do aumento de produtividade quando ela se verifica nos setores que produzem para o consumo da força de trabalho é precisamente o mais-valor relativo. Contudo, as consequências do aumento da composição orgânica do capital (a relação do capital constante sobre o variável) e da produtividade não se limitam ao mais-valor relativo.

Outro resultado contraditório do aumento de produtividade via incorporação crescente de capital constante é a tendência de queda da taxa de lucro como um todo. Isso se deve, pois a taxa de lucro faz referência não apenas ao capital variável (CV), mas também, ao capital constante (CC). Assim, supondo uma taxa de mais-valor constante (S/CV), com igual nível de intensidade da jornada de trabalho, a maior (e mais que proporcional) incorporação de capital constante (CC) faz com que a taxa de lucro ($S/(CV+CC)$) se reduza²². A tendência de queda da taxa de lucro não é uma lei de ferro no marxismo ou um fato inexorável que conduz todas as realidades ao mesmo destino. A tendência deve ser vista a partir do processo histórico-concreto e tendo como referência distintas frações do capital e suas relações contraditórias, setorialmente e socialmente. Assim, tão importante quanto à tendência são os fatores que se

²²Sobre as modificações na composição orgânica do capital condicionadas pelo processo de reprodução ampliada do Capital, ver Marx (1975, Cap. 23)

contrapõem a ela e, nesse quesito, é possível compreender teoricamente e historicamente a SFT, ainda em um nível elevado de abstração.

Dentre esses fatores que contrapõem a tendência encontram-se as trocas comerciais de mercadorias setorialmente distintas. Mais especificamente, o barateamento dos elementos do capital constante e dos meios de subsistência que entram no consumo do capital variável, ambos via comércio internacional. O aumento na taxa de lucro, nesse caso, é possível pelo aumento na taxa de exploração (segundo caso) e/ou redução da composição orgânica do capital (primeiro caso). Evidentemente, esses dois mecanismos fazem-se valer na atual conjuntura, mas foram os fatores primordiais para a expansão do comércio internacional no século XIX na configuração do sistema centro-periferia, conforme visto no capítulo 1.

Outro fator também passa pelo comércio, mas envolve outro processo, no caso, a transferência de valor em um setor, com composições do capital distintas. Esse fator explica, grandemente, a própria introdução do capital constante. Premido pela concorrência e em busca de lucro-extraordinário, o capitalista ao elevar a produtividade, por meio da introdução de máquinas, equipamentos, novos insumos (entre outros meios de trabalho e instrumentos de produção) que permitem reduzir o valor por valor de uso produzido até então. No caso em que o valor individual (ou o preço de produção individual) se situa abaixo do valor de mercado (ou do preço de produção de mercado), o capitalista individual auferir um lucro extraordinário.

O fetiche desse processo está no fato de que a maior taxa de lucro do capitalista “inovador” aparece como uma relação dele com ele mesmo e com seus trabalhadores. Contudo, o lucro-extraordinário é uma relação entre capitalistas no processo de equalização da taxa de lucro, onde os capitais mais intensivos em força de trabalho, por possuírem um preço de produção acima do de mercado, cedem uma parcela da sua mais-valia àqueles com maior produtividade, com maior composição orgânica do capital. A tendência desse processo é a generalização do novo preço de produção (baseado na maior produtividade), seja porque os demais capitalistas procuram também se apropriar do lucro-extraordinário ao ter acesso a essa fonte de produtividade, seja porque a concorrência intercapitalista no setor elimina do mercado os capitalistas que não possuem as novas condições materiais de produção. Até o momento em que (ou se) esse processo se completa, o capitalista com maior composição orgânica de capital se apropria de uma massa de mais-valor não gerada por seus próprios trabalhadores.

Os mecanismos que explicam a transferência de valor em um mesmo setor (diferencial de taxa de lucros e de composições orgânica, mesma quantidade de capital empregada e mobilidade de capital) podem ser extrapolados para o caso de setores distintos, supondo as mesmas taxas de exploração nos setores. Contudo, nesse caso, trata-se do processo, também tendencial, de equalização da taxa de lucro entre os setores, como visto de maneira introdutória no capítulo 2, quando na ocasião observou-se a estrutura comercial dos bens transacionados entre os países dependentes e imperialistas.

As empresas capitalistas em setores distintos possuem uma taxa de lucro que se diferem pelas diferentes composições orgânicas do capital. Assim, empresas nos setores com menor composição orgânica do capital (CC/CV) possuem taxa de lucro mais elevada e o contrário sendo verdadeiro. A concorrência entre setores se dá na disputa por investimentos em setores com maior taxa de lucro, quando capitais com maior produtividade em um dado setor se instalam em setores com maior taxa de lucro. Tendencialmente, a concorrência faz com que se reduza a taxa de lucro nesse setor e aproximando-a de uma média nacional-internacional (diante do processo de globalização econômica e do sistema capitalista imperialista (capítulo 1 e 2)).

Transpostas para o comércio internacional, essas duas formas de transferência de valor explicam teoricamente as formas de apropriação de valor pelos países imperialistas em detrimento das FSP dependentes. Em ambas, a base do fenômeno se encontra na estrutura produtiva-tecnológica distinta. No caso das trocas realizadas nos mesmos setores, a transferência se dá pela apropriação via diferencial da taxa de lucro e as distintas composições orgânicas do capital entre empresas nos países imperialistas e de economias dependentes. No segundo caso, no comércio entre vários setores, a formação de uma taxa de lucro média faz com que esses setores tenham um preço de produção (capital variável, capital constante e lucro médio) distinto dos valores criados por cada empresa em cada setor. Nesse último caso, as empresas em setores com menor composição orgânica do capital (economias dependentes) produzem valores que não são apropriados por elas, diante do processo de formação da taxa de lucro média (AMARAL e CARCANHOLO, 2012, p. 95-97).

Como visto nos capítulos anteriores, os processos de transferência internacional de valor e as formas históricas, imbuídas na política econômica, explicam a estrutura atual de comércio e a inserção externa da economia brasileira e dos países dependentes de modo geral. A partir da maior integração econômica e financeira do centro capitalista com os países

dependentes, o comércio internacional setorialmente se tornou mais especializado entre os blocos (SMITH, 2016, p. 243). A relação comercial entre países imperialistas tende a ocorrer nos mesmos setores (mais avançados tecnologicamente), assim, a transferência de valor se dá pela diferença na taxa de lucro onde, dado o preço de mercado, capitais com menores preços de produção auferem um lucro extraordinário. Situação distinta presente na troca entre países imperialistas e dependentes, que passa por mercadorias de diferentes setores, como manufaturas e matérias-primas, respectivamente e ilustrativamente. Nesse caso, a transferência internacional de valor é uma consequência da distinta fixação do preço de mercado e do preço de produção, onde os bens manufaturados são vendidos a preços superiores ao valor nele individualmente contidos. Neste último caso: “(...) as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade” (MARINI, 2005a, p. 152).

As transferências de valor analisadas teoricamente correspondem ao fundamento da troca desigual, mas não esgotam as formas históricas. Além dessas condições de produção social distinta entre países dependentes e imperialistas, outros mecanismos relacionados ao controle e propriedade do capital e dos meios de produção também levam à transferência de valor ao exterior. É o caso das remessas de lucros, juros, royalties, políticas de sobre/subestimação de preços, mecanismos diretamente influenciadas pela política econômica em uma conjuntura e formação socioespacial específicas, como visto no capítulo 1 e 2. Em outras palavras, essas formas, têm seu substrato material na transferência internacional de valor, seja quando capital estrangeiro intensifica e se beneficia diretamente dessa transferência (por exemplo, remessa de lucro de setores agrominerais controlados pelo capital estrangeiro). Seja quando frações do capital nas economias dependentes procuram *pontualmente* mitigá-la (por exemplo, as várias medidas de desoneração fiscal recentes ou as políticas tarifárias durante o período de industrialização). Contudo, são medidas pontuais e limitadas, pois não confrontam a propriedade dos meios de produção e o comércio internacional. Na maioria das vezes e contraditoriamente, as políticas que deveriam permitir uma acumulação interna de capital ao evitar/contrapor-se à transferência de recursos leva a uma maior transferência.

Até o momento a seção procurou, sinteticamente, definir a exploração capitalista e as duas formas de ampliação da taxa de mais-valor em Marx (1975), a saber, mais-valor absoluto e

relativo. Em seguida, defendeu-se que, a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista, o fundamento da ampliação da taxa de mais-valor e da própria acumulação de capital gravita em torno do mais-valor relativo e como ele pressupõe um aumento de produtividade nos setores incidentes sobre o valor da força de trabalho. Posteriormente, discutiu-se que a maior produtividade desencadeia fatores impulsionadores e atenuantes da tendência de queda da taxa de lucro. Esses fatores resultam em uma transferência de valor dentre e dentro dos setores, por formas históricas específicas, as quais têm como base uma estrutura comercial-financeira internacional. De um lado, economias imperialistas que realizam trocas nos mesmos setores onde a transferência de valor se processa pelo diferencial de produtividade e de lucro, onde as economias com maior produtividade se apropriam de mais-valor daqueles capitais com menor produtividade. Necessário dizer que isso não significa uma ausência de trocas e concorrência nos mesmos setores entre economias imperialistas e dependentes, apenas que essa não é a tendência histórica. Por outro lado, o comércio entre países imperialistas e economias dependentes, em diferentes setores permite que os primeiros se apropriem diretamente do valor criado nos segundos, no processo de equalização da taxa de lucro de setores com diferentes composições orgânicas do capital.

Uma das grandes contribuições da TMD é revelar que a transferência internacional de valor de forma sistemática e estrutural em detrimento das economias dependentes está na essência do sistema imperialista e do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Aleijadas de parcela do valor criado internamente, as economias dependentes procuram recompor a taxa de lucro não por um desenvolvimento tecnológico e aumentos de produtividade. Ainda que sejam possíveis os aumentos de produtividade nessas economias (como se verá na próxima seção), as formas de produção de mais-valor passam pela dilapidação da própria força de trabalho, através de mecanismo de mais-valia absoluta e relativa, mas não apenas:

Assinalemos inicialmente que o conceito de superexploração não é idêntico ao de mais-valia absoluta, já que inclui também uma modalidade de produção de mais-valia relativa – a que corresponde ao aumento da intensidade do trabalho. Por outra parte, a conversão do fundo de salário em fundo de acumulação de capital não representa rigorosamente uma forma de produção de mais-valia absoluta, posto que afeta simultaneamente os dois tempos de trabalho no interior da jornada de trabalho, e não somente o tempo de trabalho excedente, como

ocorre com a mais-valia absoluta. Por tudo isso, a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real. (MARINI, 2005b, p. 188/189)

A análise da categoria da superexploração da força de trabalho será reservada na próxima seção, quando se pormenorizam as formas de superexploração e como elas se relacionam com as leis de desenvolvimento do capital em várias escalas analíticas. Para finalizar a presente seção, procura-se defender a partir de um ponto de vista mais empírico a validade da SFT na dinâmica do sistema capitalista contemporâneo. De fato, como visto no capítulo anterior, a globalização econômica e a maior integração comercial, financeira e produtiva dos países periféricos com o sistema imperialista ampliou o caráter dependente e desigual do modo de produção capitalista. Ao contrário da ideologia neoliberal que acredita em uma suposta convergência de renda entre os países, a realidade é que o abismo social e econômico entre os países dependentes e imperialistas se ampliou, ainda mais.

Por trás desse fenômeno está a plena constituição da terceira forma de se ampliar a taxa de mais-valor no modo de produção capitalista: a superexploração da força de trabalho. A maior integração produtivo-financeira dos países dependentes com o sistema imperialista se processa de forma diversa no tempo e no espaço. Mas em todas essas formas, seja por IDE ou de forma desverticalizada (*arm'slength*), a globalização da produção capitalista é comandada por empresas transnacionais. As empresas transnacionais procuram aumentar a taxa de exploração e de transferência de valor pelos diferenciais de salários e de exploração da força de trabalho entre e dentro as formações socioespaciais dependentes. Para tanto, os mecanismos de exploração aos quais os trabalhadores nos países periféricos são submetidos não se resumem ao aumento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) e muito menos a aumentos de produtividade nos bens salários desses trabalhadores (mais-valia relativa), mas sim, à remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor. Como sintetiza Smith (2016, p. 245):

In other words, workers in firms employing more advanced technology do not themselves produce any more value in a given period of time than workers employed by more backward firms, but the higher productivity of workers in the former does allow their employer to capture part of the surplus value generated

in the latter. Assuming all workers in this branch work with the same intensity, *all* of their labor is counted *equally* toward the total value generated in that branch, and if they are all paid the same wage, that is, assuming a uniform value of labor-power, they are all equally exploited, regardless of productivity differences between those working for more and less-advanced capitals. We have also shown that the same is true of the living labor performed by workers employed in different branches of production where the organic composition of capital varies. Again, assuming labor of average intensity and a common value of labor-power, they are all equally exploited. The orthodox Marxists' rejection of the dependency thesis therefore not only fails the test of external validity, that is, it flies in the face of the reality of the extreme rates of exploitation in Bangladeshi garment factories, Chinese production lines, South African platinum mines, and Brazilian coffee farms. It also fails the test of internal validity; it contradicts the most fundamental principles of Marxist value theory. It further follows that the much lower level of wages and the value of labor-power in Bangladesh, China, and other countries in the Global South reflects the higher rate of exploitation prevalent in those countries. And finally, it is clear that this higher rate of exploitation corresponds neither to a higher rate of absolute surplus-value nor to a higher rate of relative surplus-value but to what Higginbottom has called the third form of surplus-value increase, what Marx called the reduction of wages below the value of labor-power but we call here, simply, a lower value of labor-power.

A SFT se torna categoria central para se compreender o desenvolvimento do sistema imperialista nas últimas quatro décadas. Como visto, a SFT corresponde dilapidação da força de trabalho, quando o tempo de trabalho necessário nesses países não permite recompor o próprio valor da força de trabalho. Esse processo passa, mas não apenas, pela relação da quantidade e preço das mercadorias que constituem a cesta de consumo dos trabalhadores e o salário recebido. Nesse sentido, a comparação preliminar do diferencial salarial e de consumo dos trabalhadores entre nações opressoras e dependentes aproxima a questão da SFT com a análise empírica proposta nessa investigação.

Conforme argumentos de Smith (2016, cap. 5), uma possível comparação dos salários significa que eles devem ser convertidos em uma moeda comum. Contudo, a utilização de taxa de câmbio nominal distorce a análise, tendo em vista o menor poder de compra de uma unidade monetária nos países imperialistas em relação ao país (dependente) de origem. A (tentativa de) correção estatística da distorção nominal do poder de compra dos salários em diferentes países se dá pela conversão dos salários nominais em um índice de paridade de poder de compra da moeda nacional com o dólar (PPC\$). A PPC\$ tem como base o valor da seleção de uma mesma cesta de

produtos para os países onde os salários nominais necessários para adquirir essa cesta entre eles são convertidos em dólar de um determinado ano. A hipótese por trás da construção do índice de PPC está no fato de que a taxa de câmbio nominal entre quaisquer duas moedas tende a um equilíbrio que equaliza o preço de todos os bens similares das duas nações inclusive, abstratamente, a força de trabalho²³.

Tabela 2: Relação dos rendimentos médios nominais por hora de empregados em dólar corrente e em paridade do poder de compra (dólar de 2011) – Países selecionados, 1995-2015

Países	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Argentina										0,34	0,37	0,39	0,43	0,51	0,50	0,56	0,65	0,71	0,71	0,67	
Áustria																1,11				1,06	
Bélgica																1,11				1,06	
Brasil	0,60	0,62	0,62	0,59	0,40		0,34	0,30	0,32	0,35	0,44	0,50	0,59	0,66	0,65		0,88	0,80	0,76	0,74	
Dinamarca																				1,31	
França																1,13				1,07	
Alemanha																1,06				1,02	
México		0,49		0,54		0,64		0,68						0,67		0,61		0,60		0,60	
Holanda																1,13				1,06	
Noruega																				1,48	
Suécia																				1,28	
Reino Unido																				1,14	1,05

Fonte: ILOSAT; Elaboração própria

Nesse sentido, a tabela 2 destaca a relação do rendimento médio por hora de empregados em dólar corrente e PPC\$ para alguns países selecionados. Quando a relação é maior do que a unidade significa que o rendimento corrente em dólar é maior do que aquele em PPC\$ (de 2011). Nesse caso, o empregado em média possui um padrão de consumo corrente maior daquele estabelecido pela PPC\$. O contrário sendo verdadeiro para o caso em que US\$/PPC\$ menor do que a unidade. Conforme a tabela, percebe-se que no caso dos países de economia dependente (Brasil, Argentina e México) em todos os anos disponíveis a relação US\$/PPC\$ é

²³Cabe destacar que a distorção real entre os salários segundo taxa de câmbio nominal não altera a formação da taxa de lucro das empresas transnacionais, precisamente o contrário, pois em termos de valorização do capital, interessa às empresas a comparação internacional em dólar nominal dos custos de produção entre países e regiões. Nesse sentido, a análise das causas da distorção é de interesse para se estabelecer a comparação poder de compra dos salários entre os países.

menor do que a unidade. Por sua vez, todos os países de economias desenvolvidas tinham uma relação maior do que um. Em 2014, único ano em que a relação está disponível para todos os países, o rendimento mexicano perfazia pouco mais do que 16% do rendimento norueguês. Por si só, as informações da tabela 2 não são suficientes para refutar a questão da suposta convergência relativa dos salários internacionais, mas elas revelam uma tendência estrutural de distorção dos preços internacionais da força de trabalho e do diferencial de consumo entre os países. No caso do Brasil, percebe-se que até início da década de 2000 a relação apresenta seu menor patamar (0,3 em 2002) para em seguida se elevar a 0,88 em 2011, no auge do período de crescimento econômico, quando então prevalece uma queda novamente. Ainda que com diferentes periodicidades e dependendo das condições nacionais específicas, isso se apresenta também para México e Argentina.

Apesar da relação US\$/PPP\$ evidenciar empiricamente a diferença no nível de consumo entre trabalhadores de países imperialistas e periféricos, ela ainda é imprecisa em revelar as tendências e mecanismos da SFT. Em parte, isso se deve a questões e limitações metodológicas dos dados e das estimativas para PPC\$, como destacados por Smith (2016, Cap. 5 e 6): a) a PPC\$ faz referência unilateral ao dólar, assim, a correção estatística dos salários é condicionado pelo nível de preços interno no país e nos EUA e pela taxa de câmbio nominal em um ano de referência; b) a própria constituição de uma cesta internacional de consumo é problemática do ponto de vista histórico-moral e estatístico (chamado efeito substituição das mercadorias); c) a PPC\$ tem como referência o padrão de consumo nos países e não o consumo dos trabalhadores em determinadas ocupações nos países, o que seria mais consonante com o objeto de análise. Esses fatores condicionam, mas não constituem o fundamento da anomalia/distorção da paridade do poder de compra.

Para além das limitações metodológicas, a discrepância no nível de rendimento e consumo entre países passa pela SFT. A dilapidação da força de trabalho abrange mecanismos e formas específicas nas FSP e muitas vezes não podem ser reduzidas ao preço da cesta de mercadorias, mas sim, à relação entre tempo de trabalho necessário e excedente, com todas as suas transformações históricas. Como visto, essa é principal questão tomada nessa investigação, e os capítulos vindouros procuram analisar a SFT no Brasil a partir da década de 2000. Antes disso, cabe analisar teoricamente a própria SFT a partir da TMD e explicitar a abordagem metodológica e empírica a ser adotada para compreender a exploração e a SFT no período. Esses são os

objetivos das duas seções a seguir e servirão para aprofundar alguns argumentos sobre as distintas modalidades de exploração e suas manifestações no sistema imperialista, vistas nessa seção.

3.2 A superexploração da força de trabalho

A taxa de exploração constitui a essência da produção capitalista, a razão de existir e de se reproduzir do capital, o motor da acumulação de capital. Contudo, a produção e a reprodução capitalista em escala ampliada concretamente se apresentam de forma específica e contraditória no tempo (história) e território (espaço). Como visto no capítulo 1, teoria marxista da dependência (TMD) surge enquanto interpretação crítica e radical da inserção das economias periféricas no sistema imperialista internacional, constituindo-se, assim, como instrumento teórico na luta para a construção do socialismo na América Latina. Nesse sentido, cabe à TMD precisar no contexto do desenvolvimento do capital em escala global os graus intermediários que as leis desse desenvolvimento operam. Por graus intermediários, devem-se compreender as formações socioespaciais (FSP) cuja especificidade reside nas formas e combinações concretas de exploração da força de trabalho e de transformação da natureza (MARINI, 2005b; ARUTO, 2015).

No caso das FSP dependentes latino-americanas, a posição dependente e a SFT são condições necessárias para a inserção delas no sistema capitalista mundial. Em outras palavras, a transferência internacional de valor e remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor constituem a especificidade do continente. De fato, o capítulo 1 tratou delas no desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro conforme os padrões de reprodução de capital. Seja na economia primário-exportadora com dependência-comercial/financeira, seja durante a industrialização que aprofundou a dependência, agora do ponto de vista tecnológico e financeiro, a transferência de valor e a SFT se mantêm, ainda que suas formas históricas tenham se alterado. No mesmo sentido, foi visto que sob o novo padrão de reprodução do capital (e a despeito do crescimento econômico no auge do governo petista) as transferências de valor não só se mantiveram como se ampliaram. A questão que essa investigação levanta é como as condições

materiais de vida dos trabalhadores produziram e resultaram na atual estrutura dependente da economia brasileira.

Nos dois primeiros capítulos da tese, as categorias centrais da condição dependente – SFT e transferência internacional de valor – foram apresentadas em referência ao processo histórico de constituição do capitalismo dependente. Analogamente à seção anterior, procura-se nesse momento expor a SFT do ponto de vista teórico, definindo-a a partir das leis e tendências da acumulação capitalista. De antemão, pode-se definir a SFT como a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor que surge, historicamente, como uma resposta dos capitalistas nos países dependentes frente ao fenômeno da transferência internacional de valor. Dessa forma, a SFT não surge da circulação de capital ou é causada pela transferência de valor, mas é motivada por esses fenômenos pelos capitais em sua sede de lucro, como forma de aumentar a massa de mais-valor e a taxa de lucro. Para tanto, a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor tem como uma pré-condição a existência de uma superpopulação relativa que garanta a submissão dos trabalhadores em geral às condições de superexploração (MARINI, 1978a).

Ainda que os mecanismos de SFT só possam ser compreendidos a partir de processos históricos e espaciais concretos, eles passam por categoriais específicas, sintetizadas por Amaral e Carcanholo (2012, p. 99):

(...) há quatro formas principais de superexploração [da força] do trabalho – atuando de forma isolada ou combinada (e esta última parece ser a tendência - que possibilitam a continuidade do processo de acumulação capitalista na periferia, quais sejam: a) aumento da intensidade do trabalho; b) o prolongamento da jornada de trabalho; c) a apropriação, por parte do capitalista, de parcela do fundo de consumo do trabalhador – então convertido em fundo de acumulação capitalista – (...); d) a ampliação do valor da força de trabalho sem que seja pago o montante necessário para tal.

Antes de analisar melhor esses mecanismos, é importante enfatizar que SFT, enquanto categoria totalizante das FSP dependentes, não pode ser confundida como uma suposta “maior” exploração da força de trabalho. Elas constituem fenômenos distintos. A exploração da força de trabalho é a relação do trabalhador com o produto do seu trabalho, do quanto tempo ele

trabalha pra (re)produzir sua vida e do quanto do valor que ele produz é apropriado pelo capital. A SFT é a remuneração da força de trabalho abaixo desse valor, ela pressupõe a exploração, mas a coloca a partir da dilapidação da própria força de trabalho. Assim, é teoricamente possível um aumento da superexploração com redução, manutenção ou ampliação da exploração, e vice-versa. Sobretudo tendo em mente os múltiplos e hipotéticos fenômenos que podem incidir sobre a duração e intensidade da jornada de trabalho, o valor histórico da força de trabalho e o preço de mercado conjuntural dela²⁴. Por isso mesmo, a importância da investigação empírica e sua fundamentação teórica.

Outra questão também importante a ser esclarecida de antemão é sobre o suposto da SFT quanto à divergência entre valor e preço da força de trabalho. Do ponto de vista marxista, esse fenômeno não deveria causar estranheza, por um duplo motivo. Primeiramente, a força de trabalho é uma mercadoria no modo de produção capitalista. Como qualquer mercadoria, dificilmente o valor individual de uma mercadoria coincide com o seu preço, tendo em vista, entre outros fatores, a própria questão de formação dos preços de mercado pelos preços de produção individuais e a transferência de valor. A analogia da divergência entre preço e valor individual para a força de trabalho e as mercadorias em geral se mantém, ainda que o valor da força de trabalho seja constituído parcialmente por produções e relações não-capitalistas e considerando também que o preço da força de trabalho não se forma a partir de preços de produção individuais. Secundariamente, não se pode confundir o valor de uso de uma mercadoria com o seu valor, ou seja, o valor da força de trabalho é a quantidade de trabalho socialmente necessário para sua reprodução, outra coisa é o valor de uso da força de trabalho que é a capacidade de trabalho em si. Afastadas essas duas possíveis fontes de confusão, a questão da SFT passa, teoricamente, pelas formas e mecanismos de desvios do preço da força de trabalho e o valor dela os quais resultam, em geral, numa reprodução física e psiquicamente atrofiada da força de trabalho em termos nacionais nas FSP dependentes.

Dentre os mecanismos destacados anteriormente, a SFT pode ocorrer com o prolongamento da jornada de trabalho, enquanto um processo de ampliação do mais-valor absoluto. Inicialmente, pode-se supor uma quantidade fixa (em termos de valor e de valores de uso) de mercadorias necessárias para a reprodução normal da força de trabalho tendo em vista

²⁴ Além do fato de que, em termos monetários e sociais, o mais-valor apropriado pelo capitalista individual diverge daquele produzido diretamente pelo capital variável no processo de produção particular.

uma duração normal da jornada de trabalho. Com a ampliação da jornada de trabalho para além dessa situação inicial, mantendo-se o salário (em termos de valor e preço) constante, há uma SFT, pois o valor da força de trabalho se eleva (uma vez que ela é consumida por uma maior quantidade de tempo), mas a sua reposição em termos de trabalho necessário está aquém desse novo patamar. Além disso, a SFT no caso de prolongamento da jornada de trabalho pode ocorrer inclusive com aumento do salário, desde que a magnitude desse aumento não acompanhe proporcionalmente a elevação da jornada de trabalho²⁵.

Outras formas de SFT passam também ao se manter a jornada de trabalho constante. Assim, a força de trabalho pode ser remunerada abaixo do seu valor com a redução direta do preço da força de trabalho (salário) pago pelo capitalista, dado o valor da força de trabalho. E o contrário também é verdadeiro, quando o valor da força de trabalho aumenta, mas seu preço permanece constante. Nesses dois casos, é importante ressaltar que o valor diário/mensal da força de trabalho refere-se ao “tempo total de vida útil do trabalhador ou o total de dias em que o possuidor da força de trabalho vende sua mercadoria no mercado, em boas condições, *além* dos anos de vida em que já não participará da produção (anos de aposentadoria)” (OSORIO, 2012a, p. 50, *itálico do autor*). Ainda nessa questão, a concepção do valor total da força de trabalho deve englobar o consumo/acesso a bens e serviços para além do ponto de vista individual e mercantil. Em outras palavras, concretamente o salário do trabalhador em uma sociedade capitalista e regulado por um Estado capitalista possui dois componentes: a) salário direto ou líquido (que permite a aquisição direta de meios de consumo pessoais); b) salário indireto (aposentadoria e outras formas de seguridade social) e salário socializado (acesso a bens de consumo coletivos por meio de taxas e impostos cobrados sobre a renda na sociedade) (GOUVERNEUR, 2005, p. 111/112).

Os destaques feitos quanto ao tempo total de vida do trabalhador e à composição do salário revelam as condições que um conjunto de mercadorias deve atender para satisfazer necessidades físicas, biológicas e, principalmente, sociais na constituição do valor da força de trabalho. As necessidades sociais são tão ou mais importantes do que às de outra ordem e a incapacidade de atendê-las significa, muitas vezes, um embrutecimento e rebaixamento do nível cultural do trabalhador frente às condições sociais gerais, ou seja, o componente histórico-moral

²⁵Para uma análise mais detalhada e que expõe situações hipotéticas da SFT por um prolongamento da jornada, aumento da intensidade ou redução do salário abaixo do valor, ver Araújo (2015).

antes referido (MARINI, 1978a, p. 92). Os destaques feitos justificam-se, pois são sobre o tempo de vida total e o salário indireto/socializado (mas não apenas) que podem recair a apropriação pelo capital de parcela do fundo de consumo do trabalhador, seja quando há uma redução do salário ou quando este não acompanha um aumento do valor da força de trabalho. Para além do plano teórico, a justificativa encontra-se na própria conjuntura econômica e política do Brasil: Seja no período de crescimento, seja na recessão, a apropriação de parte do consumo do trabalhador pelo capital teve um papel fundamental, ainda que sob determinações distintas, como será visto no próximo capítulo.

Dos mecanismos da SFT, expôs-se o prolongamento da jornada de trabalho, o aumento do valor da força de trabalho mantendo o nível salarial e a apropriação de fundo de consumo dos trabalhadores. Resta, pois, colocar a elevação da intensidade da jornada de trabalho. Esse mecanismo se difere dos demais dado que também constitui uma forma de mais-valia relativa (redução do trabalho necessário, mantendo-se a jornada constante), mas não por meio de uma maior produtividade nos setores produtores de bens salariais. Como visto, o valor em uma jornada de trabalho (ou no conjunto delas) cristaliza-se em uma quantidade de trabalho realizada (a qual tem como referência as condições sociais gerais). Supondo o caso em que a força de trabalho é remunerada pelo seu valor, ou seja, em condições normais de reprodução social, um posterior aumento da intensidade e de produtividade possuem efeitos distintos.

No caso da produtividade, como visto, ela significa uma maior produção de valores de uso durante uma mesma jornada de trabalho. Mantém, assim, a mesma quantidade de valor só que agora ela se encontra distribuída em uma maior quantidade de mercadorias. Para uma empresa individual, como visto, o aumento de produtividade significa que seu preço de produção individual está baixo do preço de produção de mercado, possibilitando-a se apropriar de mais-valia das outras empresas (um lucro-extraordinário). Caso a produtividade se generalize para os demais setores, há uma redução do preço das mercadorias e, além disso, caso os setores em questão sejam aqueles que incidem sobre o trabalho necessário, a redução do preço permite reduzir o valor e preço da própria força de trabalho, sem implicar numa degradação das condições físicas e sociais da força de trabalho.

No caso de um aumento de intensidade da jornada de trabalho, também há uma maior produção de valores de uso durante o curso da jornada de trabalho. Contudo, diferentemente de um aumento de produtividade, a maior intensidade significa que o trabalhador realiza os mesmos

procedimentos frente aos mesmos meios de produção uma maior quantidade de vezes durante a jornada. Assim, a quantidade de trabalho cristalizada nessa jornada, ou seu valor, é maior e se expressa em uma quantidade maior de mercadorias que unitariamente possuem o mesmo valor de antes. Constantes o valor e preço da força de trabalho em uma dada jornada, o aumento de intensidade reduz o trabalho necessário e aumenta o mais-valor e sua taxa. A intensificação pode resultar em um mecanismo de SFT quando o aumento do valor da força de trabalho não é acompanhado, pelo menos não na mesma proporção, por aumentos no salário.

Apesar das distinções entre intensidade e produtividade, do ponto de vista concreto, essas modalidades caminham juntas. Uma maior produtividade é possível, sobretudo, com a incorporação de novas máquinas e equipamentos, mas isso faz com que se aumente a quantidade de instrumentos que o trabalhador deva manejar no processo de trabalho e/ou a aumentar a velocidade de repetições impostas pelas novas máquinas. Mais velocidade e maior quantidade de instrumentos são os dois principais procedimentos para se aumentar a intensidade da jornada de trabalho (MARINI, 1978a, p. 97). A correspondência entre intensidade e produtividade amplia ainda mais a dificuldade de se captar empiricamente e isoladamente o aumento na intensidade. Além disso, a intensidade diz respeito a trabalhos concretos, ou seja, torna-se difícil comparar o nível de intensidade entre dois ou mais setores industriais (GOUVERNEUR, 2005, p.226/227).

Ainda que de formas distintas, a maior produtividade e/ou intensidade podem resultar na formação de mais-valor extraordinário. Por sua vez e a depender das condições de concorrência e do tamanho do mercado, o mais-valor extraordinário pode resultar em lucro-extraordinário. Esse fato possui implicações importantes do ponto de vista de reprodução setorial da economia capitalista dependente e mostram a especificidade das leis gerais de acumulação capitalista. Não se pode analisar, nesse momento, essa questão em toda sua amplitude. Contudo, com base em Marini (1979), cabe apontar que no auge da industrialização brasileira na década de 1970, a hipertrofia dos setores de bens de consumo de luxo (IIb) tinha seu fundamento nas próprias particularidades desse setor na economia dependente frente ao de meios de produção (I) e os de meios de consumo necessários aos trabalhadores (IIa).

O expressivo crescimento de IIb tinha uma explicação a partir das condições de acumulação e não pelas restrições na circulação do capital (tarifas de importação, conversibilidade monetária, estruturas de mercado, concentração de renda, entre outros), ainda que esses fatores se relacionem. Tudo o mais constante, a mais-valia extraordinária desencadeada

por aumento de produtividade e ou intensidade tem repercussões setoriais variadas. No caso de IIa e I, o mais-valor extraordinário enfrenta dificuldade na esfera mercantil para se converter em lucro-extraordinários, quando, por motivos distintos, os dois setores necessitam de uma expansão no mercado dos outros setores para realizar a mais-valia extraordinária expressa em maiores valores de uso. No caso de IIb, isso não se verifica, o mais-valor extraordinário no setor (ao resultar em maior produção de valores de uso) já encontra um mercado cuja expansão já foi dada pelo próprio aumento do mais-valor que configura a renda dos capitalistas de IIb. Nesse sentido, a produção de bens de luxo de capitalistas possui uma determinação material na reprodução do capital enquanto relação social. E mais, esses fatores gerais se somam a particularidade da economia dependente, pautada pela SFT:

Conviene tener presente que, al transferir a los precios en menor medida que I y IIa los aumentos de productividad, el subsector IIb establece con los demás una relación que implica una transferencia intersectorial de plusvalía, vía precios, que va más allá de la que correspondería estrictamente a los mecanismos de nivelación de la cuota de ganancia y que más bien los violan; en otros términos, se configura una situación similar a la que alude la noción de intercambio desigual en la economía internacional. Ello reduce, pues, la masa de ganancia que toca a I y IIa (aunque las ramas de I que producen fundamentalmente para IIb puedan resarcirse, recurriendo también a la plusvalía extraordinaria) y presiona hacia abajo su cuota de ganancia. En otras palabras: el sector IIb ejerce un efecto depresivo sobre la cuota general de ganancia, el cual es rigurosamente la contrapartida de la ganancia extraordinaria que en él se verifica. (...)Observemos, finalmente, que la especificidad de IIb, en cuanto a la producción de plusvalía extraordinaria y su conversión en ganancia extraordinaria, se acentúa necesariamente allí donde rige la superexplotación del trabajo, configurando una situación en que privan salarios bajos y ganancias elevadas. En efecto, ello implica que, al tiempo que se presenta con poco dinamismo la esfera baja de la circulación, creada por los primeros, tiende a inflarse la esfera alta, generada por las segundas. En tales circunstancias, se entiende perfectamente que el subsector IIb tienda constantemente al crecimiento desproporcionado, respecto a los demás, así como que se acentúe, en el plano del mercado, la subordinación del sector I en relación al subsector IIb, más que al subsector IIa. Como en cualquier otro campo observado, también aquí la economía dependiente, basada en la superexplotación del trabajo, sufre de manera amplificada las leyes generales del régimen capitalista de producción (MARINI, 1979, s.p).

A questão setorial foi destacada apenas para evidenciar como a SFT, mesmo no caso de uma maior produtividade por progresso técnico, se reproduz de diversas formas, particularizando as leis gerais de acumulação de capital, mas sem negar a vinculação com o sistema capitalista como um todo. Essa abordagem teórica procura complementar a revisão do processo histórico de constituição e esgotamento dos padrões de reprodução do capital efetuada no capítulo 1. De fato, os mecanismos de SFT e a combinação deles possuem sentidos históricos distintos e se manifestam em várias dimensões espaciais e sociais. Por exemplo: o prolongamento da jornada de trabalho foi um expediente utilizado tanto no padrão de reprodução agromineral exportador quanto no industrializante. Contudo, nesse último, ganha pujança a questão da regulação estatal sobre a reprodução da força de trabalho e o aumento da intensidade para SFT.

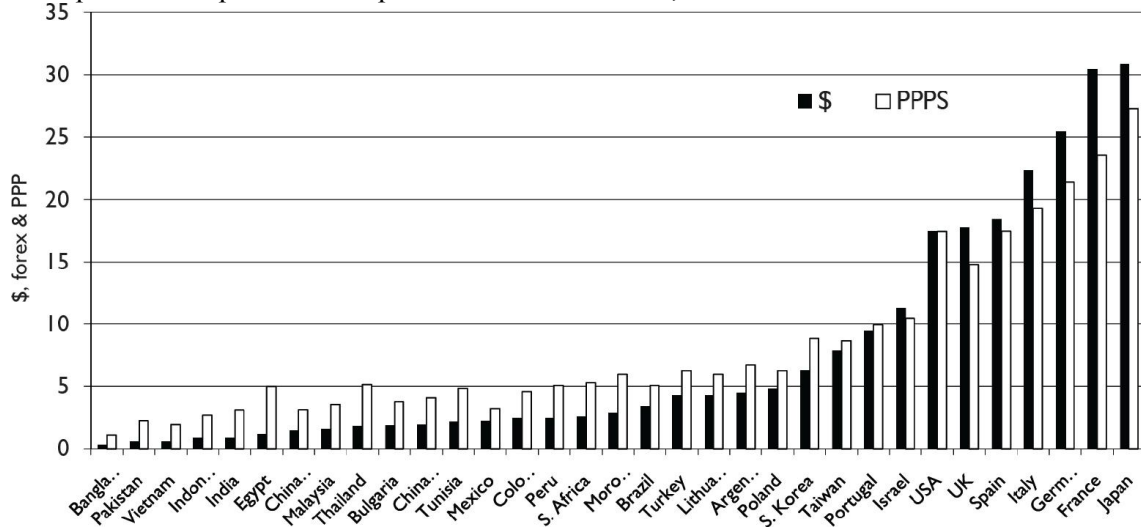
Da mesma forma, a partir da abordagem teórica e histórica efetuada até esse momento, a investigação procura captar esse sentido histórico da SFT no atual padrão de reprodução do capital. A partir da revisão das categorias da TMD e como elas se apresentam na conjuntura, pode-se avançar na questão das mudanças das condições de reprodução da força de trabalho no Brasil a partir do ponto de vista crítico, afastando-se da apologia neoliberal e da ideologia neodesenvolvimentista.

Para encerrar a presente seção, e de forma análoga à anterior, apresenta-se outra questão empírica sobre a atualidade e necessidade da SFT no sistema imperialista, agora com base na exposição teórica sobre a SFT. Na seção anterior, mostrou-se como a discrepância das condições de vida dos trabalhadores das FSP dependentes frente aos países imperialistas é uma característica estrutural. Essa discrepância, ou anomalia da PPC, é ainda maior do que os dados agregados por países revelam, como discutido. Isso porque o corte, para captar o fenômeno, deveria ser feito a partir das ocupações dos trabalhadores nos mesmos setores, além daquelas outras ressalvas feitas, do ponto de vista estatístico.

Partindo dessa questão, John Smith (2016, p. 158-164) apresenta o caso dos trabalhadores da produção têxtil para o ano de 2008, conforme o gráfico 08. Nele é possível ver a diferença salarial gritante em dólar corrente para as empresas têxteis entre trabalhadores de diferentes países. É sobre essa diferença nominal que as empresas realizam o cálculo de valorização do capital. Ao captar a discrepância do nível e vida isolando os efeitos monetários a partir da PPC, percebe-se como essa diferença se reduz substancialmente, mas ainda assim, persiste: adotando-se a paridade do poder de compra em dólar, todos os trabalhadores dos países

da periferia do sistema capitalista no setor têxtil tinham um rendimento por hora abaixo da taxa cambial nominal e todos os trabalhadores da mesma ocupação e no mesmo setor dos países imperialistas tinham um rendimento menor do aquele pela taxa cambial nominal. A questão é qual o fundamento dessa discrepância dos salários entre os países? Ela se encontra na SFT.

Gráfico 8: Salário por hora dos trabalhadores da produção têxtil (*TextileProductionWorkers*) em dólar corrente e paridade de poder de compra - Países selecionados, 2008



Fonte: WERNER INTERNATIONAL, 2008 apud SMITH, 2016, p. 159

Tanto a diferença dos salários quanto a disparidade do PIB entre países imperialistas e os países de economia dependente surgem do processo contraditório de criação de valor e de formação de preços em escala global. Grande parte do valor, enquanto trabalho social abstrato, criado nos países da periferia do sistema é apropriado pelos países imperialistas, mas se manifestam nas estatísticas oficiais como se fossem valor adicionados no interior das próprias economias desenvolvidas. Isso se dá porque a depredação das condições de vida dos trabalhadores dos países periféricos permite não apenas uma maior taxa de exploração, mas também uma diminuição dos preços de produtos importados pelos países imperialistas por meio de uma diminuição do valor das mercadorias que recaem pela compressão do tempo de trabalho necessário dos trabalhadores (SMITH, cap. 9). O paradoxo desse processo é que quanto mais se

aumenta a superexploração dos trabalhadores nesses setores das economias dependentes, menor se torna a participação no valor adicionado desses setores nesses países, apesar de se ampliar a quantidade exportada. Para os países imperialistas, o menor preço das importações se manifesta como um aumento de produtividade (se bens intermediários) ou elevação do padrão de vida dos trabalhadores domésticos mesmo sem aumento no salário (se em bens finais de consumo dos trabalhadores)²⁶.

Nesse sentido, segundo o autor, o PIB não retrata o valor adicionado na economia, mas sim, o valor apropriado na economia internamente. Isso porque o PIB somente faz referência aos preços e não ao processo produtivo e de circulação de valor em escala global. A centralidade da SFT para o sistema imperialista como um todo está no fato de que permite contrapor a tendência de queda da taxa de lucro tanto pela diminuição do preço do capital constante, quanto pela transferência de mais-valor:

To account for this, to comprehend the rate of profit in the actual conditions of globalized production, we must make allow for variation in s/v (the rate of exploitation) as well as c/v (the organic composition of capital) and for interaction between the two. The very interesting debate among Marxists in the United States, Europe, and Japan on the tendency for the rate of profit to fall does not consider this; it generally ignores the fact that a substantial part of the surplus-value that is captured by firms in imperialist countries and realized as profit was extracted from workers in low-wage countries (SMITH, 2016, p. 248).

As formas e o nível de apropriação do valor pelos países imperialistas variam historicamente. Inclusive, Smith (2016) reconhece que há uma multiplicidade de condições de exploração não apenas da força de trabalho, mas também da natureza nas economias dependentes que são apropriadas pelos países imperialistas. Esse aspecto, inclusive, é importante no Brasil, tendo em vista que o PRCEEP repousa na exploração intensiva e extensiva da natureza em busca de diferenciais de renda os quais podem ser apropriados, como discutido no capítulo anterior.

²⁶“The Euro-Marxist argument that higher productivity in the North means that higher wages are consistent with higher rates of exploitation has been negated by a simple fact: as we know from the labels, the consumption goods consumed by workers in the North are no longer produced solely or mainly in the North; to a never-greater extent, they are produced by low-wage labor in the Global South. Their productivity, their wages significantly substantially determine the value of the basket of consumption goods that reproduces labor-power in imperialist countries.” (SMITH, 2016, p. 220).

Isso não quer dizer, para o caso brasileiro, que a transferência de valor prescindia da SFT, pelo contrário. O propósito dos próximos capítulos é relacioná-la com as determinações do PRCEEP e sistema imperialista, bem como apontar seus mecanismos no auge e declínio do crescimento econômico.

3.3 Abordagens e considerações metodológicas sobre a mensuração da taxa de mais-valor

Até agora, a exposição procurou apontar as estruturas atuais da dependência da economia brasileira e como ela pressupõe, teoricamente, a SFT em várias escalas de reprodução e de acumulação de capital. A partir desse momento, procura-se avançar na compreensão não só da amplitude da superexploração, mas, principalmente, seus mecanismos e manifestações espaciais. Essa questão não é trivial, sobretudo na análise crítica da experiência do governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). Se a SFT é uma categoria estrutural da dependência, se ela é instigada pelas transferências internacionais de valor e se durante o governo petista as formas e volume de transferência se ampliaram, isso tudo significa que a SFT se intensificou? Se sim, como isso foi possível, tendo em vista a série de “conquistas sociais” (nas palavras dos petistas) não menos importantes, como redução da pobreza, da fome, aumento real do salário mínimo e dos rendimentos médios, entre outros? Frente a essa questão as respostas dos novodesenvolvimentistas colocam a SFT em um segundo plano ou, então, quando partem dos pesquisadores da TMD, essas respostas se limitam a reafirmar a SFT, sem precisar os mecanismos em termos concretos e fazendo referência ao capital como um todo.

Nesse sentido, é importante discutir a SFT não apenas do ponto de vista teórico, mas também concreto. Para tanto, a SFT deve ser conjugada com a questão da exploração da força de trabalho. Ainda que constituam fenômenos distintos, a SFT responde aos condicionantes postos à exploração da força de trabalho, uma vez que a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor altera a relação entre o tempo de trabalho excedente e aquele necessário para o trabalhador reproduzir sua vida. Como visto, a SFT se converte em um instrumento importante de ampliação de mais-valor no sistema capitalista como um todo. O objetivo dessa seção é discutir a taxa de exploração da força de trabalho a partir dos dados secundários de pesquisas nacionais.

A estimativa da taxa de mais-valor enfrenta uma série de limitações de ordem teórica e empírica. Araújo (2011, p. 56-57) elenca algumas dificuldades associadas à mensuração: a) a taxa de mais-valor é apresentada como relação entre valores (tempos de trabalho), mas é medida pela expressão monetária em preços o que leva à questão da discrepância de valor e preço; b) dificuldade em distinguir nas estatísticas oficiais a produção capitalista da não-capitalista; c) consideração somente sobre o capital variável, ou seja, exclusão dos rendimentos de trabalhadores não-produtivos, não assalariados e não mercantis; d) a transferência de valores entre setores, onde no caso uma dada taxa de lucro em um setor não corresponde ao mais-valor gerado pelos trabalhadores desse setor.

De fato, os dados e as metodologias apresentam uma série de limitações na compreensão da taxa de exploração. Ainda assim, eles se tornam importantes na constituição de uma referência homogênea da evolução histórica do fenômeno. Nesse sentido, as metodologias de cálculo da taxa de exploração são utilizadas meramente como um primeiro parâmetro para se avaliar as mudanças nas condições de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros no século XXI em termos relativos, ou seja, em referência ao capital.

Para isso, serão vistas duas metodologias de medição a taxa de exploração. Ambas cobrem o fenômeno estudado no período aqui avaliado. A primeira tem como base as matrizes insumo-produto, informações essas que são disponibilizadas pelo IBGE na tabela de recursos e usos na pesquisa de Sistema de Contas Nacionais (SCN) do Brasil. A medição da taxa de exploração no Brasil utilizando essa metodologia tem como a principal referência a tese de doutorado de Elizeu Serra de Araújo (2011). A segunda metodologia coloca a exploração da força de trabalho como uma relação entre a expressão monetária do valor e o salário do trabalhador (ambas em horas). Essa segunda medição foi desenvolvida por Gouverneur (2005 e 1990) e pode ser utilizada para o Brasil na atualidade por meio também do SCN e da Pesquisa Anual de Amostra Domiciliar (PNAD), ambas do IBGE, como já fizera Borges (2007)²⁷. Feitas as referências das principais fontes de dados secundários e dos autores que constituem a principal referência, a seção a seguir procura apresentar os principais procedimentos adotados para a

²⁷Borges (2007) também utilizou a metodologia de Gouverneur (1990; 2005) para o caso Brasileiro, mas para outro período (1990-2005) e adaptando os procedimentos do autor de forma distinta ao daqui realizado. Em linhas gerais, as diferenças estão na definição de trabalhadores produtivos e improdutivos e da remuneração da força de trabalho, uma vez que a seleção realizada nessa investigação foi feita pelos microdados da PNAD/IBGE

medição da taxa de mais-valor e dos avanços e restrições analíticas associadas a cada uma dessas metodologias.

Como dito, a primeira metodologia da estimativa da taxa de mais-valor tem como referência o sistema de Contas Nacionais do IBGE, a partir das indicações de Araújo (2011, cap. 5). A taxa de mais-valor é obtida para cada ano disponível (para o caso presente, a partir de 2000) relacionando a massa de mais-valor (M) e o capital variável (CV), em termos monetários. Uma vez que as estatísticas oficiais do SCN não coincidem com as categorias marxistas, alguns procedimentos são adotados para obter esses valores. O principal deles consiste em obter M por meio da subtração do CV do valor adicionado.

Antes de apresentar os procedimentos realizados a partir do SCN, cabem algumas ressalvas mais amplas quanto à metodologia do sistema de contas nacionais no sentido de criar uma identidade contábil a partir de uma perspectiva marxista. O Valor Adicionado em referência não coincide com aquele disponibilizado prontamente pela contabilidade nacional, isso por que a estatística burguesa considera que tudo aquilo que tem preço, gera valor, ou seja, qualquer setor econômico cujas atividades são e podem ser precificadas, geram valor. Assim, de acordo com Araújo (2011), a obtenção de um “valor adicionado bruto marxista” exige que se separem as atividades econômicas primárias envolvidas na produção e realização doméstica do produto mercantil das secundárias, enquanto setores que “recirculam” valor e fluxos monetários (finanças, aluguel, administração pública), denominado de *royalties*. Outra ressalva metodológica importante é que o consumo intermediário dos setores produtivo é considerado como uma medida do capital constante.

Posto isso, Araújo (2001, p. 145/146) apresenta a identidade contábil na perspectiva Marxista partindo das seguintes considerações:

- i) O valor total da produção (VT) é a soma do produto bruto dos setores produtivos (PB_p) com o produto bruto do comércio (PB_c):

$$VT = PB_p + PB_c$$
- ii) O valor adicionado bruto marxiano (VAB_m) é a diferença entre o valor total da produção e o consumo intermediário dos setores produtivos (C):

$$VAB_m = VT - C$$

Substituindo o valor de VT , vem:

$$VAB_m = PB_p + PB_c - C$$

O produto bruto dos setores produtivos (PB_p), por sua vez, é a soma do consumo intermediário (C) com os *royalties* pagos por esses setores (RY_p) e o valor adicionado bruto desses mesmos setores (VAB_p):

$$PB_p = C + RY_p + VAB_p$$

Portanto, o valor adicionado bruto marxiano (VAB_m) pode ser reescrito como:

$$VAB_m = C + RY_p + VAB_p + PB_c - C$$

$$VAB_m = RY_p + VAB_p + PB_c$$

Dessa forma, o valor adicionado bruto na perspectiva marxista pode ser considerado como a soma do valor adicionado bruto dos setores produtivos, do valor bruto do comércio (como o comércio é uma atividade improdutiva, o preço da produção bruta, não apenas do valor adicionado, é um componente de M) e os royalties dos setores secundários. Essa identidade contábil marxista auxilia no entendimento dos procedimentos a serem realizados com base no SCN, mas eles não podem ser plenamente replicados, devido a algumas restrições de ordem estatísticas e classificatórias.

Assim, considerando exclusivamente o SCN do IBGE, a obtenção da taxa de mais-valor passa por modificações no VAB marxista e do capital variável. Como visto no trecho anterior, o VAB marxista considera três itens, valor adicionado produtivo, produto bruto do comércio e os royalties. Quanto aos royalties, devido à abrangência do SCN, somente se considera nessa categoria os chamados “desembolsos do valor adicionado” (juros e dividendos pagos e impostos indiretos), deixando outras modalidades de fora. As duas outras categorias podem ser acessadas na tabela de recursos e usos. No caso, o produto bruto do comércio é prontamente fornecido, já o valor adicionado dos setores produtivos faz referência aos seguintes setores: a) Agropecuária; b) Indústria extrativa; c) Indústria de transformação; d) Produção e Distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana; e) Construção civil; f) Transporte, armazenagem e correio; g) Serviços de informação. Ainda sobre o VAB marxista, subtrai-se da soma do VAB dos setores produtivos e do produto bruto do comércio o rendimento misto bruto, uma vez que ele constituiu o rendimento de trabalhadores autônomos, ou seja, de ocupados que não são assalariados e nem capitalistas (seguindo estritamente os passos de Araújo (2011)). Dessa forma e em síntese, o VAB marxista segundo o SCN-IBGE consiste em: somar o VAB dos setores produtivos com o produto bruto do comércio e descontar dessa soma o rendimento misto bruto.

Exposta a questão do VAB marxista, coloca-se o cálculo do capital variável. Como dito, para a metodologia baseada na matriz insumo-produto a mensuração da taxa de mais-valor tem como referência exclusivamente e diretamente a exploração capitalista, ou seja, pautada na

relação assalariamento. Nesse sentido e a rigor, o cálculo do CV deveria ser o do salário dos trabalhadores produtivos nos setores produtivos. Contudo, da mesma forma como é dificultoso estabelecer e selecionar teórica e empiricamente os setores econômicos produtivos, o mesmo se aplica para o caso dos trabalhadores produtivos. Essa questão será analisada a seguir, quando se confrontar a metodologia da matriz insumo-produto com a metodologia da expressão monetária do valor. Por ora, resta afirmar que o CV utiliza a remuneração total dos trabalhadores nos setores produtivos referenciados, ou seja, incluindo salário e contribuições sociais. Essas informações também se encontram na tabela de recursos e usos.

Assim, a massa de mais-valor, M , é o resultado da subtração do VAB marxista o total de capital variável. Em seguida, a taxa de mais-valor é simplesmente a relação entre M previamente obtida e o próprio CV. No próximo capítulo, é apresentada cada uma dessas variáveis a partir do ano 2000.

Como toda pesquisa e mensuração, a estimativa da taxa de mais-valor a partir dessa metodologia encontra limitações e questões polêmicas. No plano teórico, podem-se citar a concepção de trabalho produtivo e improdutivo, a exclusão dos conta-próprias e a consideração da taxa de mais-valor estritamente a partir de valores monetárias. Essas são as questões que mais interessa no momento e serão confrontadas com a segunda metodologia de mensuração da taxa de mais-valor. Antes de se passar para ela, cabe expor também limitações e questões de ordem empíricas, enfatizadas por Araújo (2011). Nesse sentido, o cálculo da massa de mais-valor deveria ser feito descontando a depreciação do capital fixo do valor novo criado. Infelizmente, a utilização dos dados em termos brutos se deve ao fato de que não é mensurado o valor da depreciação do capital globalmente e setorialmente no SCN no Brasil. Além da depreciação, outras ressalvas devem ser feitas:

Nossa medida da taxa de mais-valia está, portanto, subestimada, ao deixar de incluir na massa de mais-valia: (i) as remunerações dos trabalhadores improdutivos dos setores produtivos, incluídas no capital variável; (ii) os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; (iii) os juros e outras formas de *royalties* classificados como custos pelas CN; (iv) os altos rendimentos, incluídos no capital variável. Se é certo que a omissão dessas rubricas implica níveis absolutos mais baixos para a taxa de mais-valia, nossa preocupação maior é com a tendência dessa variável (ARAUJO, 2011, p. 149).

Como dito, enquanto a primeira metodologia destaca o valor adicionado nos setores produtivos a partir dos preços de mercado nos setores, a segunda metodologia, da expressão monetária do valor, procura evidenciar a taxa de exploração dos trabalhadores relacionando as formas do valor e os agregados econômicos. Nesse sentido, a abordagem propugnada por Gouverneur (1990 e 2005) redefine a mensuração do mais-valor na economia capitalista: ela procura conectar os preços de mercado com o tempo de trabalho socialmente necessário em uma economia nacional, ao distinguir a produção, a distribuição do valor e a sua manifestação no PIB (e outras estatísticas)²⁸. Esse aspecto é particularmente importante para a investigação, pois a SFT enquanto dilapidação da força de trabalho se verifica, também, nas características da jornada de trabalho e a remuneração da força de trabalho por hora. Contudo, isso não significa que essa metodologia seja isenta de restrições nas análises, como também será visto. O intuito é apresentar metodologias distintas de mensuração para poder avaliar as tendências da exploração no Brasil contemporâneo, reconhecendo as limitações analíticas.

Nesse sentido, Gouverneur (1990, p.1-2) define a exploração capitalista em um duplo aspecto. Inicialmente, a taxa de exploração pode ser expressa nos termos já expostos, ou seja, como a relação do mais-valor e capital variável (MV/CV). Mas MV se apresenta no agregado nacional como a soma de um conjunto de preços de mercadorias e serviços produzidos/vendidos em um período, como o PIB²⁹, e pela soma de um conjunto de horas trabalhadas na economia. Essa relação da soma dos preços e das horas trabalhadas, Gouverneur (1990; 2005) chama de *relação preço-valor* ou então, *expressão monetária do valor* e a denota por *E*. Por sua vez, o CV também pode ser expresso como pagamento, em hora (t_v), do valor da força de trabalho dos trabalhadores produtivos ou, melhor dizendo, do salário pago a ela (w_v)³⁰. Assim, outra forma de se apresentar a taxa de exploração (s^*), a partir de tempo de trabalho é pela divisão:

²⁸É por esse motivo que, segundo Rieu (2008), a abordagem de Gouverneur (1990; 2005) da “expressão monetária do valor” pode ser incluída, de modo geral, na perspectiva da “expressão monetária do tempo de trabalho” da chamada “Nova Interpretação” (*New interpretation*).

²⁹Mais uma vez, a variável recomendada seria o produto interno líquido, descontando a depreciação do capital constante, mas diante da indisponibilidade da informação, utiliza-se o PIB fornecido pelas contas nacionais.

³⁰Nessa revisão, manter-se-ão os termos conforme as referências. Contudo, cabe frisar que não se compartilha a rigor todos os conceitos e principalmente os argumentos de Gouverneur (1990 e; 2005), o que não invalida sua metodologia. É o caso do valor da força de trabalho, quando Gouverneur (1990, seção 3; e 2005, p. 217-219) afirma que ela não possui um valor propriamente dito, pelo menos, não do mesmo modo que as demais mercadorias do modo de produção capitalista. Assim, para ele, salário não

$$(1) \quad s^* = E/(w_v/t_v) - 1$$

A definição dessas variáveis e sua estimação empírica para o Brasil passam, por um lado, pela revisão dos conceitos de trabalho produtivo e a relação preço-valor e, por outro, dos ajustes feitos no sentido de superar limitações dos dados secundários e da abordagem e Gouverneur (1990 e 2005). Quanto ao primeiro aspecto, limitar-se-á a uma revisão sintética, a exemplo do que foi feito anteriormente, uma vez que a discussão e os argumentos aprofundados encontram-se nas obras referenciadas.

Em primeiro lugar, o trabalho produtivo no modo de produção capitalista, para a metodologia da expressão monetária de valor, é todo aquele indiretamente social, quer dizer, cuja produção e realização passam pelo mercado. Nesse caso, tratam-se das empresas ou dos conta-próprias de todos os setores cuja receita monetária é obtida pela venda no mercado. As demais instituições (públicas, privadas ou individuais) que realizam trabalho diretamente social, ou seja, que não passam pela realização da produção no mercado, constituem trabalho improdutivo do ponto de vista do capital, por mais vitais que sejam para a reprodução da sociedade. Assim, em (1), exclui-se de E (PIB/horas trabalhadas) a remuneração dos improdutivos do PIB e não se considera as horas trabalhadas dos improdutivos.

Em segundo lugar, a definição de trabalho produtivo envolve também as ocupações e as formas de rendimento na sociedade capitalista e a capacidade delas de gerar valor e mais-valor. Nesse sentido, todos os trabalhadores dos setores produtivos são produtivos, ou seja, criam valor. A justificativa está no fato de que todos os tipos de trabalho concretos estão submetidos à lei de valorização do capital enquanto trabalho abstrato – socialmente necessário e indiretamente social – independente se são trabalhadores “chão de fábrica” ou das atividades de gerência, supervisão, comércio e circulação. Uma distinção importante deve ser feita quanto aos assalariados, conta-própria e capitalistas nos setores produtivos. Todas as três categorias são produtivos, ou seja, produzem valor e geram renda. Nesse sentido, o tempo de trabalho deles deve ser computado na mensuração da expressão monetária do valor em um dado ano. Contudo, somente os assalariados são explorados, uma vez que os salários têm como referência apenas uma

tem como referência uma cesta de consumo específica, visão essa também associada à Nova Interpretação. Não cabe aqui especificar essa questão, para uma crítica dessa concepção de valor da força de trabalho, ver Saad Filho (2011, cap. 5)

parcela da jornada de trabalho, dado que a outra parcela corresponde ao mais-valor. Essa distinção é importante, principalmente nas economias dependentes onde prevalece um segmento expressivo de trabalhadores por conta-própria, por isso, se voltará a ela posteriormente. Por fim, ainda sobre a questão das ocupações, cabe destacar que os trabalhadores dos setores improdutivos assalariados são explorados, apesar de não produzirem mais-valor, pois trabalham para além da reprodução do trabalho necessário.

Em terceiro lugar, a relação preço e valor ou a expressão monetária do valor, “E”, possui diversas implicações analíticas na mensuração da produtividade e taxa de exploração de setores³¹. Quanto ao primeiro aspecto, no próximo capítulo se detalharão os procedimentos para se observar as mudanças da produtividade a partir da quantidade de valores produzidos. Aqui cabe indicar essa possibilidade quanto à taxa de exploração. Como dito, “E” corresponde à relação entre a soma total de preços de mercadorias e serviços produzidos e as horas trabalhadas ou, dada a identidade entre renda e preços adicionados, a relação do total de receitas criadas sobre as horas trabalhadas. Dessa forma, a relação “E” está ligada ao conceito de trabalho socialmente necessário e ao trabalho abstrato, a medida do valor de todos os trabalhos concretos. Conforme coloca Gouverneur (p. 12/13, colchetes do autor)³², a relação “E” permite calcular em termos “microeconômicos” a taxa de exploração, o que significa para o caso presente mensurar a taxa de mais-valor nos setores e nas regiões do Brasil:

It remains necessary to calculate E, however, for two reasons. First, to estimate rates of surplus value or of surplus labour at 'microeconomic' levels, or more specifically at levels other than the whole markets. For example, to calculate the rate of surplus value of a specific category of productive workers (or even of an individual worker) and the rate of surplus labour of unproductive wage-earners (which it is also in the capitalists' interests to maximise): in these cases, the only possible method of calculation consists of relating E to the hourly money wage of the workers considered (...). It should also be used to estimate the rate of surplus value in a particular firm, branch or sector, including the whole 'non-financial business sector': the existence of transfers of surplus revenue between firms, branches and sectors gives rise to differences between

³¹Essa possibilidade surge do fato de que relação E é uma magnitude macroeconômica: só existe um valor para um dado período e sobre esse valor todas as mercadorias/serviços fazem referência, enquanto trabalho abstrato. Gouverneur (1990, p. 7) considera que E representa simultaneamente: a) a tradução em preços de uma hora de trabalho enquanto preço simples (*simple price*); b) E representa a quantidade de receita gerada por hora dedicada à produção de valor

³² Na citação a seguir, os colchetes são dados pelo autor e os parênteses e as chaves são nossos.

profit and surplus revenue; calculating a profit/wage ratio is therefore a theoretically inadequate procedure compared to the procedure given by formula (...) {1, naexpressão de cada por nós}. Second, to evolution of the average value per wage-good [$p_x = p_x/E$, (...)] which affects the rate of surplus value.

A taxa de exploração com base em “E” pode ser desdobrada para outros níveis de análise devido ao fato, mencionado na citação, de que a exploração capitalista em termos concretos não se restringe à relação lucro-salários, mas sim, ao tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário. Como visto nas seções anteriores, a taxa de lucro individual passa pelo processo de concorrência intercapitalista e de formação de uma taxa média de lucro, a partir de capitais de distintas composições orgânicas do capital. Ou seja, a priori, trabalhadores mais produtivos e/ou mais habilidosos não geram mais-valor ou são mais explorados do que os demais. Dessa forma, exploração dos trabalhadores em termos concretos deve fazer referência ao tempo de trabalho excedente e necessário. No seguinte trecho, Gouverneur (2005, p.226-227, destaque do autor) relaciona a questão do trabalho da exploração e do trabalho abstrato:

En nuestra opinión, el denominador común de las mercancías (el trabajo abstracto, el valor) debe abstraer *todas* las características concretas del trabajo, incluyendo el grado de mecanización del proceso de producción y el grado de calificación i intensidad del trabajo (...). Estas características concretas no pueden ser objeto de comparación entre las distintas mercancías o los distintos productores. La única cosa que es comparable en todos estos casos es la extensión de la jornada laboral o, más precisamente, el tiempo durante el cual los trabajadores ponen su fuerza de trabajo a disposición de la empresa. Si dos trabajadores están a disposición a una u otra empresa durante 8h, y se los bienes y servicios que contribuyen a producir encuentran un comprador en el mercado, ambos habrán creado 8h de valor. Por tanto, la cantidad de valor creado es independiente de la productividad del trabajo, de la calificación o intensidad. Esta cantidad depende de dos *condiciones puramente sociales*: el tiempo durante el cual el trabajador está sujeto a la empresa, y la validación en el mercado de los bienes o servicios producidos en la empresa. Si el tiempo de trabajo es igual, un trabajo más productivo, o más intensivo, o más calificado crea tanto valor e ingreso como el trabajo menos productivo, o menos intensivo, o menos calificado. Si el tiempo de trabajo y el salario son iguales, ambos tipos de trabajo crean la misma cantidad de plusvalor.

A partir desse trecho sintético e enfático, mas não menos polêmico, pode-se fazer um balanço da metodologia da expressão monetária do valor. Em princípio, duas são as principais vantagens quanto à mensuração da taxa de mais-valor: a) ênfase no tempo de trabalho como fundamento da exploração; b) desdobramentos para vários níveis de análise mais concretos. As limitações decorrem de duas fontes: a natureza dos dados de referência e da concepção de trabalho produtivo e do trabalho concreto/abstrato. Sobre os dados, a relação preço-valor E toma como base, no caso do Brasil, o produto interno bruto em relação ao total de horas trabalhadas no ano, disponível pela PNAD do IBGE. As restrições se devem ao fato de que o PIB, como visto nas seções anteriores, não mede o valor adicionado, mas sim, um valor apropriado. Dessa forma, a tendência dos países dependentes é que parte do valor criado seja apropriada pelas nações opressoras. Com isso, E tende a ser historicamente subestimado nas economias dependentes, mas não necessariamente conjunturalmente. Além disso, o valor de E pode se alterar devido à condução da política monetária, expansionista e restritiva, que faz com que se altere a quantidade de moeda e a proporção dela em relação às mercadorias/serviços produzidos.

A segunda ordem de limitação se refere às polêmicas em torno do trabalho produtivo. Não cabe nesse momento discutir essa questão, apenas salientar que a metodologia diverge de grande parte das correntes marxistas. Ainda assim, ela ressalta aspectos que essas mesmas correntes ignoram: a importância reconhecida pelo próprio Marx da distinção de trabalho concreto e abstrato e a sociedade capitalista como a exacerbação da sociedade mercantil. Nesse sentido, corrobora-se com Gouverneur (1990; 2005) quando ele generaliza a noção de trabalho produtivo por meio do indiretamente social e critica a noção restrita de produção capitalista. Somada a essa crítica, cabe questionar a própria capacidade/ viabilidade de se classificar/discernir os setores/ocupações produtivos no atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista quanto a sua capacidade de valorização do capital. Nesse caso, corre-se o risco de se ficar preso a uma concepção estrita e a-histórica de processo de trabalho.

Mas se, por um lado, reconhece-se o avanço, por outro, deve se salientar as discordâncias com a metodologia de Gouverneur (1990 e 2005)³³, principalmente na

³³Rieu (2008) reúne uma série de críticas à metodologia de Gouverneur (1990), do ponto de vista externo (sobre as distintas abordagens e procedimentos de mensuração da taxa de mais-valor a partir da expressão monetária do valor) e internas (sobre a desconsideração da diferença de intensidade da jornada de trabalho e como ela modifica a taxa de mais-valor em termos setoriais e nacionais).

interpretação que ele dá ao mecanismo de intensidade na geração de valor e o tratamento dado aos conta-próprias³⁴. Como visto, um aumento na intensidade da jornada de trabalho permite de fato criar mais valor durante a mesma extensão do tempo de trabalho o que altera o valor da força de trabalho, diferentemente da situação de maior produtividade e de qualificação da força de trabalho (que é um caso misto de maior produtividade). Assim, ao analisar e comparar a taxa de exploração entre regiões e setores, deve-se ter em mente essa diferença de intensidade o que exige relacionar, ainda que de forma indireta, o processo de trabalho com outras variáveis e fenômenos, como por exemplo, acidentes de trabalho e doenças laborais.

Quanto aos conta-próprias, não se corrobora com o tratamento dado pelo autor e procurou-se superá-lo na mensuração da taxa de mais-valor no Brasil. Apesar de reconhecer a importância dos conta-próprias na geração de valor e na mensuração da taxa de mais-valor, Gouverneur (1990, p. 12) acaba por atribuir o tempo de trabalho e o rendimento deles em referência a média dos trabalhadores assalariados. De forma sintética, isso pode ser visto na equação (2) a qual é uma especificação da equação (1), processo que não será aqui exposto, tendo em vista que está detalhado em Gouverneur (1990):

$$(2) s^* = (NDP - L_u w_u) / [(L_v t_v + L_i t_i)(w_v/t_v)] - 1$$

No caso, têm-se: PIB é o produto interno bruto³⁵, $L_u w_u$ é a massa de rendimentos dos improdutivos, $L_v t_v$ é o tempo de trabalho anual de todos os produtivos, $L_i t_i$ é soma do tempo de trabalho dos trabalhadores independentes (concebidos como conta-próprias, trabalhadores domésticos e empregadores) e w_v/t_v é a relação dos salários e tempo de trabalho por hora dos trabalhadores assalariados. Observa-se, assim, como Gouverneur (1990) atribuiu para os contas-próprias um salário com base nos produtivos. A justificativa é que apesar de não- assalariados,

³⁴Contudo, isso não exclui o fato ressaltado por Gouverneur (1990 e 2005) de que entre distintos setores é impossível comparar o nível e intensidade.

³⁵NDP (*Net Domestic Product*) em Gouverneur (1990), lembrando que ele utiliza em termos líquidos o que não está disponível para o Brasil.

esses trabalhadores geram valores e, no caso dos conta-próprias, possuem um nível de vida próximo dos assalariados³⁶.

Com base na crítica de Gonzalez (2005)³⁷ e pelo acesso aos microdados da PNAD, é possível superar esse tratamento. Gonzalez (2005) coloca que os contas-próprias apesar de não serem diretamente explorados pelo capital muitas vezes transferem valor para os capitalistas devido aos distintos níveis de composição orgânica do capital. Conforme a autora, a superação dessa questão passa: a) incorporar os conta-próprias disfarçados de assalariados no total de assalariados produtivos; b) para os verdadeiramente sob a situação de conta-própria, deve-se confrontar os níveis de produtividade deles, em cada setor, com a expressão monetária do valor em um determinado ano a partir de quatro situações:

a) Los que compiten con empresas capitalistas y tienen una productividad menor a la promedio de dichas empresas. Al parecer, éstos tienen una tasa de ingreso menor que la expresión dineraria del valor y producen un excedente que hay que imputar con base en esa diferencia y descontar del valor agregado, para estimar la tasa de plusvalor. b) Los que compiten con empresas capitalistas con una productividad igual a la promedio de tales empresas. En este caso, bastaría con descontar sus ingresos del valor agregado para estimar la tasa de plusvalor. c) Los trabajadores autónomos que no compiten con empresas capitalistas. Como en el caso anterior, se deben descontar sus ingresos del valor agregado para estimar la tasa de plusvalor. d) Los trabajadores autónomos cuya tasa de ingreso es superior a la expresión dineraria del valor, que se apropian de plusvalor. Habría que excluir sus ingresos con base en el número total de trabajadores por la expresión dineraria del valor, pues el resto sería plusvalor apropiado por una parte de esos trabajadores. Se considera que se trata de trabajadores calificados que se apropian de plusvalor en una magnitud que no se explica por el hecho de emplear asalariados; ni el valor que se apropian se justifica por su calificación (GONZALEZ, 2005, p. 119-120)

³⁶Gouverneur (1990, p. 20) mensura inclusive de forma indireta o tempo de trabalho dos independentes ao estipular que eles em geral trabalham 30% a mais que os produtivos.

³⁷Uma questão que deve ser dita é que Gonzalez (2005) em seu artigo critica e propõe uma superação da questão do conta-própria em Gouverneur (1990) a partir da expressão monetária do valor mas, em seus procedimentos, se aproxima da matriz insumo produto. Não conseguimos ver como seria possível essa compatibilização do ponto de vista dos dados secundários oficiais respeitando abordagem original a não ser pelo procedimento aqui realizado.

De fato, foi esse o procedimento que se tentou replicar nessa investigação para a metodologia da expressão monetária do valor. Ainda assim, se manteve também a mensuração de acordo com Gouverneur (1990), para efeitos comparativos, como será visto no próximo capítulo. Para finalizar o atual capítulo, cabe apenas sintetizar a mensuração da taxa de mais-valor no Brasil, diante das modificações realizadas, ressaltando que uma visão pormenorizada dos procedimentos e variáveis será feita quando se apresentar os dados no capítulo seguinte.

Discutiu-se em (2) os limites da compreensão de Gouverneur (1990) quanto aos conta-próprias e depois ressaltou-se a necessidade de retirá-los da mensuração da taxa de exploração e excluir os seus rendimentos a partir da proporção verificada em cada setor e em referência ao valor de E. Nesse sentido, (2) pode ser rescrita da seguinte maneira, onde S_{cp} representa o saldo dos rendimentos dos conta-próprias transferido para os capitalistas:

$$(3) s^* = (PIB - L_u w_u - S_{cp}) / [(L_v t_v + L_i t_i)(w_v/t_v)] - 1$$

Essa última equação se torna a referência aqui adotada para se mensurar a taxa de exploração nacional a partir da metodologia da expressão monetária do valor. Percebe-se assim que a taxa de exploração diz respeito, agora, aos trabalhadores produtivos, $L_v t_v$, e aos independentes, $L_i t_i$, excluindo os conta-próprias. Mas também nos independentes foram feitas modificações em relação à proposta de Gouverneur (1990 e 2005).

Nessa investigação, os trabalhadores independentes dizem respeito apenas aos empregadores e os trabalhadores domésticos foram classificados como produtivos. Quanto aos empregadores, essas modificações se justificam pelo fato de que eles ao desempenharem atividades produtivas também criam valor e renda. Mas como é difícil discernir esse montante pelas estatísticas, atribuiu-se essa magnitude com base na média dos produtivos, como sugerido pelo autor. Tal procedimento não parece ser tão drástico tendo em vista a menor participação dos empregadores no total dos ocupados e pelo fato de que uma grande parte deles é constituída de pequenos empresários.

Quanto aos trabalhadores domésticos, eles foram transferidos dos independentes ($L_i t_i$) para os produtivos ($L_v t_v$), pois, apesar de toda precarização (ou por causa delas), eles constituem trabalhadores produtivos assalariados, como o próprio Gouverneur (1990) admite, cujas atividades produtivas têm como objetivo a reprodução/reposição da mercadoria força de trabalho.

Evidentemente, essa posição é problemática dentro da teoria marxista, como toda discussão sobre trabalho produtivo e improdutivo o é. Assim, argumentos contrários à concepção dos trabalhadores domésticos enfatizam que o processo de trabalho deles não se destina à valorização do capital e à ampliação direta da taxa de lucro, por parte do empregador (geralmente famílias). Para contemporizar a questão, apresentar-se-á também a taxa de exploração no próximo capítulo considerando o trabalho doméstico como improdutivo. Essa reconsideração enfatiza a flexibilidade da metodologia da expressão monetária do valor frente as discussões teóricas necessárias.

A partir dessas modificações, utilizaram-se os dados do SCN e os microdados da PNAD para selecionar as informações. Para não se expor de maneira exaustiva e descritiva todos os procedimentos envolvidos, os quadros 01 e 02 resumem-nos destacando as variáveis ocupacionais adotadas para cada categoria e também como se mensurou as quantidades de horas e custo salarial ao ano (o custo salarial engloba não apenas o salário direto, mas também o indireto e os encargos salariais). Tanto as ocupações, quanto as horas e o custo salarial fazem referência à soma das ocupações primárias e secundárias dos trabalhadores produtivos, improdutivos e independentes. Como forma de facilitar a leitura dos dados contidos no próximo capítulo, o número em parênteses no quadro 01 na coluna das variáveis é uma referência à disposição dessas informações nas tabelas da taxa de mais-valor, no capítulo 4.

Quadro 1: Definição e procedimentos de seleção das principais variáveis para o cálculo da taxa de mais-valor a partir do método da expressão monetária do valor

Variáveis**	Definição	Procedimentos para seleção	Principais variáveis microdados PNAD- 2015
(1) Número de Ocupações e (14) custo salarial improdutivos principais e secundárias	ocupações em atividades não-mercantis. Não criam valor ou renda. Trabalho diretamente social	a) empregados setor público em qualquer nível da federação, tipo de vínculo e em setores econômicos, com exceção da indústria de transformação e agrícola. b) ocupados em esfera "não-profissional" e instituição beneficente (não remunerado, próprio uso e próprio consumo)	V9032; V9093; V4809; V4706; V4718; V9097; V9982; V9096; V9982

(2) Número, (9) horas anuais e (20) custo salarial anual dos Empregados produtivos nas ocupações principais e secundárias	Ocupações mercantis que originam valor, mais-valor e renda	a) empregados setor público indústria de transformação; b) empregados com e sem carteira de trabalho setor privado todos os setores; c) conta-própria que prestavam serviços a empresas (aproximação para "terceirizados" e tomados com empregados sem carteira); d) trabalhadores domésticos com e sem carteira de trabalho assinada*	V9907;V4706; V4809; V9032; V4718; V9097; V9982; V9096;V998; V9058; V9093; V9092; V9991; V9101
(3) Número e (10) horas trabalhadas ao ano dos Empregadores	Geram valor e renda monetária		V4718; V4706; V9982; V9058; V9101
(4) Número e (11) horas trabalhadas Conta-própria	Ocupados que trabalhavam num empreendimento sozinho ou acompanhado de sócio. Geram renda e valor que parte é apropriada por capitalistas, a depender da composição orgânica do capital	Todos os conta próprias exclusive os que prestavam serviços às empresas	V4718;V4706;V9058;V9097
(18) Saldo Excedente monetário, Conta própria	Saldo do diferencial de rendimento dos conta-próprias por grupamento de atividade em relação a E, conforme Gonzalez (2005)	Somatória de todos rendimentos dos conta próprias por grupamentos de atividade, exclusive os que prestavam serviços às empresas	V4718;V4706;V9058;V9097

*Como dito, diante da polêmica quanto à consideração dos trabalhadores domésticos como produtivos, em momento oportuno no próximo capítulo eles serão considerados improdutivos para efeitos de mensuração da taxa de mais-valor.

**o número em parênteses na coluna das variáveis é uma referência à disposição dessas informações nas tabelas da taxa de mais-valor, no capítulo 4

Quadro 2: Definição e procedimentos de seleção das horas anuais e do custo salarial para o cálculo da taxa de mais-valor a partir do método da expressão monetária do valor

Varáveis	Definição	Procedimento
Horas anuais	Ano econômico composto por 44 semanas para os ocupados produtivos (Lv) e improdutivos (Lu), empregados (Li) e conta-própria (Lcp)	Multipliou-se a quantidade de horas semanais informada na PNAD por 44 para todos os ocupados

Custo salarial anual dos empregados produtivos e improdutivos	Salário direto e indireto recebido pelo trabalhador/empregado. Estipulou-se o salário direto e indireto anual a partir da posição da ocupação e formalização da ocupação do trabalhador. Para cada caso, multiplicou-se o salário anual por um fator específico. No caso dos empregos formais, a partir de 2007, com a adoção do regime tributário “superSIMPLES”, a remuneração foi multiplicada pelos encargos sociais e trabalhistas ponderada pela proporção dos empregados em empresas privadas participantes do SIMPLES segundo a RAIS (correspondentemente à unidade da federação tratada). A porcentagem acrescida ao rendimento mensal informado pela PNAD ao mês corresponde no caso do "não-SIMPLES" a: 8,33% (décimo terceiro salário), 11,1% (férias), 20% (INSS), 2,5% (salário educação), 3% (seguro-acidente), 3,3% Incra/Sistema-S, 8% (FGTS); 4% (FGTS-provisão multa); 7,93% (previdência sobre 13, Férias e DSR) . Já para os adeptos do SIMPLES, as porcentagens são: 8,33% (décimo terceiro salário), 11,1% (férias), 8% (FGTS); 4% (FGTS-provisão multa), 7,93% (previdência sobre 13, Férias e DSR). No caso dos estatutários e militares, diante da multiplicidade de regimes trabalhistas/previdenciários federativos (município, Estado e Federação), adotaram-se as porcentagens: 8,33% (décimo terceiro salário), 11,1% (férias), 14,5% (previdência) e 7,93% (previdência sobre 13, Férias e DSR). Por fim, os trabalhadores domésticos com carteira (antes da legislação de 2015): 8,33% (décimo terceiro salário), 11,1% (férias/abono)+12%(INSS)+2,45% (previdência sobre férias e décimo terceiro.	Empregados com carteira antes de 2007 = 1,6818 ; Empregados com carteira a partir de 2007 = %RAIS-SIMPLES*1,3937+%RAIS-ÑSIMPLES*1,6818) Trabalhadores domésticos com carteira = 1,338 Militares e estatutários = 1,418
---	---	--

Depois de se apresentar teórica e metodologicamente as questões que envolvem a exploração e a superexploração da força de trabalho nas economias dependentes, é possível analisar os dados e a evolução da taxa de mais-valor e os mecanismos de SFT para o Brasil (capítulo 4) e em outras escalas espaciais, como as regiões (capítulo 5).

4. Exploração e superexploração da força de trabalho no Brasil: determinações nacionais

Até o presente momento, este trabalho procurou explicitar os principais determinantes da dependência econômica brasileira no atual padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva (PRCEEP). Seja pelos mecanismos e/ou pela intensidade, a transferência internacional de valor se intensificou e se diversificou a partir dos anos 2000. Associada a essa tendência, discutiu-se a tese central da teoria marxista da dependência (TMD): como forma de se contrapor a queda da taxa de lucro, frações do capital nas economias dependentes procuram remunerar a força de trabalho abaixo do seu valor, por meio da superexploração da força de trabalho (SFT). Imediatamente, a questão contemporânea e central que emerge é como entender a SFT, as formas e os mecanismos nesse período e até que ponto eles se relacionam tanto com a transferência internacional de valor quanto com a dinâmica interna da economia brasileira? Essa questão se aprofunda ainda mais tendo em vista a evolução dos salários (e de forma ampla, as demais “conquistas sociais”) e das atividades econômicas nos momentos de expansão, estagnação e posterior recessão.

Evidentemente que a compreensão destas questões em sua plenitude extrapola os objetivos aqui estabelecidos, qual seja, analisar a SFT, seus mecanismos e manifestações em diversas escalas espaciais. Contudo, como toda complexidade dialeticamente relacionada, a análise crítica de um objeto concreto deve fazer referência à totalidade social. Feitas as ressalvas, o primeiro passo para relacionar essas questões com a SFT foi feito no capítulo anterior, quando se expôs teórica e metodologicamente tanto a exploração quanto a SFT. Este capítulo procura, então, analisar a evolução da taxa de exploração dos trabalhadores brasileiros e avaliar até que ponto a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor constituiu a base da dinâmica da economia brasileira no período.

O capítulo está estruturado em duas seções. Na primeira, expõem-se o nível de exploração dos trabalhadores brasileiros no período 2000-2016, conforme as duas metodologias adotadas (matriz insumo-produto e na expressão monetária do valor). A partir desses resultados procura-se relacionar a evolução da taxa de mais-valor com os determinantes do PRCEEP ao longo do período. Na seção seguinte, o nível e a evolução da remuneração da força de trabalho no

Brasil são associados ao valor da força de trabalho, com base na distinção de duas principais expressões da SFT: o fundo de consumo diário e fundo de vida.

Procura-se, assim, nesse capítulo avançar no intuito geral que guia essa investigação: especificar e operacionalizar a categoria de SFT, sem perder a rigorosidade metodológica, ponto fundamental para o avanço da teoria marxista da dependência (TMD). Para tanto, o pressuposto é de que a SFT e a dependência se reproduzem pela permanente transformação do espaço em várias escalas. Neste capítulo, o foco é na articulação da economia dependente brasileira com o sistema imperialista. No próximo, a dimensão espacial será retomada para se compreender como no plano internacional e no intranacional se podem analisar as manifestações da SFT.

4.1 Duas metodologias para se dimensionar a taxa de mais-valor no período 2000-2016

Como visto no capítulo anterior, nas sociedades capitalistas a taxa de mais-valor corresponde à relação, em termos de valor enquanto trabalho abstrato, entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho. A taxa de mais-valor corresponde ao grau de exploração dos trabalhadores pelos capitalistas nessas sociedades submetidas à lógica do capital, enquanto forma histórica específica de apropriação e controle do excedente produzido pelos produtores³⁸. Além disso, discutiram-se também no capítulo anterior as duas formas clássicas de ampliar o mais-valor analisadas por Marx, o mais-valor absoluto e relativo, relacionando-as com a SFT. Nesta seção, procura-se apresentar a evolução da taxa de mais-valor a partir das duas metodologias adotadas para, na seção seguinte, explicitar como a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor no Brasil no período se associa com a evolução da taxa de exploração como um todo.

A distinção entre exploração em geral e superexploração não é trivial. Em primeiro lugar, serve para dissipar uma confusão muito frequente que aponta a superexploração meramente como uma exploração acentuada³⁹. A SFT corresponde ao fenômeno em que o

³⁸A associação imediata entre exploração e taxa de mais-valor nas sociedades capitalistas deve ser vista de forma tendencial e abstrata. Por razões extra-econômicas e/ou de restrição à circulação do capital, a condição de vida e de produção dos trabalhadores não necessariamente coincide com as condições de produção e de apropriação do mais-valor.

³⁹Luce (2018, cap. 3) discute e critica essas e outras interpretações errôneas da superexploração da força de trabalho.

próprio valor da força de trabalho é *transgredido/violado* como instrumento de elevação da taxa de mais-valor em uma dada conjuntura histórico-espacial. Nesse sentido, a SFT guarda relativa independência frente ao movimento da exploração como um todo (ou seja, a SFT pode se ampliar com aumento ou redução da taxa de mais-valor, sendo o contrário também verdadeiro). Em segundo lugar, a SFT não é incompatível com mais-valor relativo e nem se resume ao mais-valor absoluto, uma vez que ambos podem resultar em uma SFT, a depender da evolução do valor da força de trabalho, do pagamento do salário e da duração da jornada de trabalho. Feitas as distinções e ressalvas, a seguir, apresentam-se a evolução da taxa de mais-valor segundo as duas metodologias e uma interpretação a partir dos determinantes do PRCEEP na economia brasileira, vistas no capítulo 2.

Sinteticamente, o dimensionamento pela matriz insumo-produto consiste em estabelecer um VAB marxista e posteriormente, ao se retirar o capital variável estimado, obtém-se a massa e a taxa de mais-valor. Todas essas categorias estão expostas na tabela 3 referente ao período 2000-2016. Em um primeiro momento, ao se tomar os anos extremos do período, a trajetória conjunta da massa de mais-valor e do capital variável parece indicar uma manutenção da taxa de mais-valor, com redução no seu patamar em torno de 3p.p. Contudo, a trajetória da taxa de mais-valor durante o período revela e fundamenta tanto o auge quanto o declínio do crescimento da economia brasileira.

De fato, no triênio 2000-2002, ainda sob o governo FHC, a taxa de mais-valor aumenta 15 p.p. Logo em seguida, esse processo se intensifica quando em 2004 a taxa de mais-valor atinge 239%. Em outras palavras, no ano de 2004, supondo uma jornada diária de trabalho de oito horas, pouco mais de 5 horas eram destinadas à valorização do capital, restando em torno de duas horas e meia para o próprio trabalhador. Esse foi o maior patamar registrado na série histórica conforme a metodologia da matriz insumo-produto. Dessa forma, nos dois primeiros anos da gestão petista se aumentou a taxa de exploração, precisamente em um momento em que se inicia o debate governamental em torno da necessidade de uma política econômica “heterodoxa” (sem romper com o neoliberalismo). Importante também para análise futura é destacar que é nessa conjuntura que se intensificou o aumento da demanda e dos preços internacionais das commodities agrominerais, bem como, ampliam-se os programas de transferência de renda e do salário mínimo.

Tabela 3: Valor Adicionado bruto (VAB) marxista, capital variável, trabalho excedente, massa de mais-valor (em milhões de R\$ preços correntes), número de ocupações produtivas e taxa de mais-valor – Brasil, 2000- 2016

Anos	VAB marxista	Capital Variável	Massa de Mais-valor	Número de assalariados Produtivos*	Taxa de Mais-Valor	Taxa de Variação anual da taxa de mais-valor	Taxa de Variação Acumulada da taxa de Mais-Valor	Índice fixo de Ocupações (2000=100)
2000	491.708	158.680	333.028	17.967.239	210%	-	100	100
2001	539.748	170.974	368.774	18.099.934	216%	2,8	103	101
2002	601.589	185.152	416.436	18.269.375	225%	4,3	107	102
2003	733.717	217.797	515.920	18.615.919	237%	5,3	113	104
2004	871.868	257.236	614.632	20.294.551	239%	0,8	114	113
2005	962.021	292.894	669.127	20.921.365	229%	-4,4	109	116
2006	1.055.564	319.017	736.547	21.091.943	231%	1,1	110	117
2007	1.201.360	361.633	839.727	21.580.178	232%	0,6	111	120
2008	1.392.735	422.977	969.758	23.075.764	229%	-1,2	109	128
2009	1.481.789	470.530	1.011.259	23.180.443	215%	-6,3	102	129
2010	1.752.865	545.217	1.207.648	22.672.292	222%	3,1	106	126
2011	1.996.765	631.414	1.365.351	22.738.183	216%	-2,4	103	127
2012	2.175.571	704.874	1.470.697	23.346.631	209%	-3,5	99	130
2013	2.376.197	777.102	1.599.095	23.624.219	206%	-1,3	98	131
2014	2.558.877	834.433	1.724.444	23.559.011	207%	0,4	98	131
2015	2.583.754	848.734	1.735.020	21.966.428	204%	-1,1	97	122
2016	2.647.859	861.485	1.786.374	21.191.072	207%	1,4	99	118

Fonte: SCN/IBGE (referência 2010); Elaboração Própria

*a partir das tabelas sinóticas das contas nacionais (assalariados com e sem carteira), conforme indicação de Araújo (2011)

Ainda segundo a metodologia da matriz insumo-produto, a partir de 2005 se verificou uma redução da taxa de mais-valor e uma estabilização entre 2005-2008 em torno de um patamar médio ainda assim elevado para o período, de 230%⁴⁰. Essa tendência foi interrompida em 2009, uma vez que as medidas fiscais e creditícias para se combater a crise internacional adotadas em 2010 resultaram apenas em um aumento pontual da taxa de mais-valor (de 215% para 222%). A partir de então, a taxa de mais-valor apresenta uma queda livre, tanto é assim que o triênio 2011-

⁴⁰ Cabe lembrar um importante suposto discutido no capítulo 3, quando na ocasião se reuniram evidências em torno do maior nível de exploração e da própria superexploração nos países periféricos em relação aos trabalhadores dos países imperialistas.

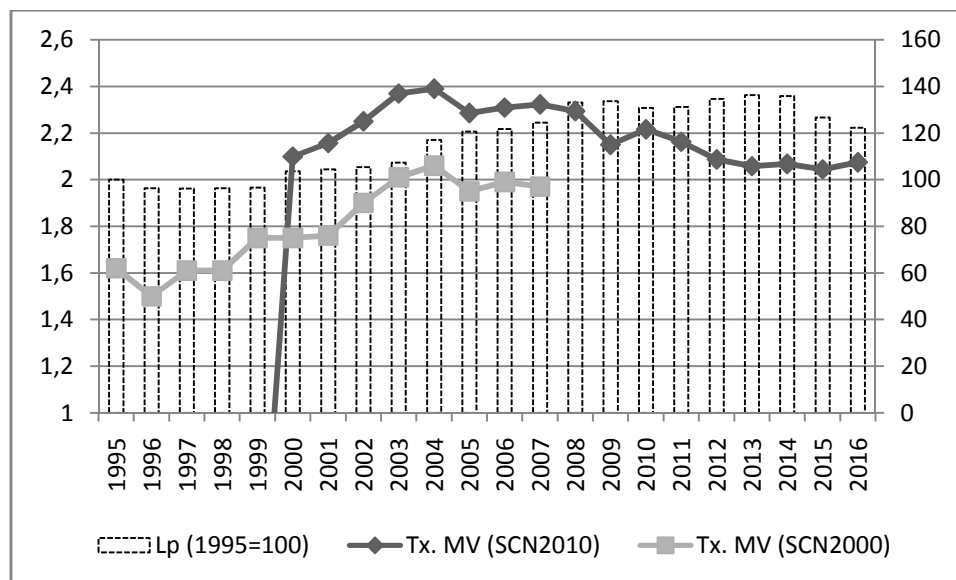
2013 foi o único período em que a taxa de mais-valor se contrai consecutivamente dentre todos os anos da série histórica. O patamar mais baixo de toda a série foi atingido em 2015, com 204%. No ano seguinte, o leve incremento (+1,4%) da taxa de mais-valor não impediu que a economia brasileira apresentasse a recessão econômica mais longa em várias décadas.

A associação da evolução a taxa de mais-valor com a trajetória de crescimento econômico como um todo é um dos objetivos desta investigação. Por ora, os dados da tabela 3 apontam não apenas o aumento da taxa de mais-valor e sua estabilização em um elevado patamar no período de crescimento econômico, como também que esse aumento se deu concomitantemente a uma expansão no total de ocupações produtivas, segundo a metodologia da matriz insumo-produto: de fato, entre 2000 e 2008 o número total de assalariados nas atividades produtivas cresceu mais de 28%. Contraditoriamente, essa dinâmica específica de aumento da taxa de mais-valor com ampliação do número de assalariados parece ser um elemento de distinção e continuidade da tendência verificada nos anos de 1990, conforme pode ser visto no gráfico em seguida.

O gráfico 9 estende a série da taxa de mais-valor desde 1995, assim como expõe o índice de evolução de emprego nos setores produtivos (1995=100). Preliminarmente, cabe uma observação quanto à comparabilidade dos resultados da taxa de mais-valor no período 2000-2016 com aqueles obtidos por Araújo (2011, p. 150). Para o sub-período 2000-2007 (comum a ambas as investigações), em média, a taxa de mais-valor de Araújo foi de 192% e a taxa aqui dimensionada foi de 227%. Essa diferença se mantém em relativa constância ao longo da série histórica. As diferenças entre os valores se devem às mudanças metodológicas no Sistema de Contas Nacionais que, a partir de março de 2015, passa ter como referência o ano de 2010. As mudanças no SCN que explicam o maior patamar da taxa de mais-valor passam pela redução do capital variável e, principalmente, pelo aumento do Valor Adicionado Bruto “marxista” dos setores produtivos⁴¹.

⁴¹Para consultar as principais mudanças metodológicas no SCN, ver IBGE (2018b).

Gráfico 9: Taxa de Mais-Valor segundo metodologia da matriz insumo-produto por ano de referência do Sistema de Contas Nacionais (eixo esquerda) e índice de empregos produtivos (Lp) (1995=100) – Brasil, 1995-2016



Fonte: SCN (referência 2010)/IBGE e Araújo (2011, p. 150 e 197); Elaboração Própria

Apesar de incompatíveis na mesma série histórica, as mensurações das taxas de mais-valor pelos respectivos anos de referência do SCN podem ser expostas conjuntamente e associadas o nível do emprego produtivo⁴², conforme o gráfico 09. A partir disso, percebe-se que a tendência de elevação da taxa de mais-valor do começo dos anos 2000 tem sua origem nas modificações econômicas, políticas e sociais impostas pelo projeto neoliberal de desenvolvimento: com base no SCN referência 2000, a taxa de mais-valor era de 162% em 1995 e atinge 201% em 2003, já no governo do PT, coincidindo com o movimento de 2000-2003 visto pelo SCN-referência 2010. A partir de então e até 2007, ambas as mensurações do mais-valor apontam essa estabilidade elevada da taxa de mais-valor. Contudo, o gráfico também revela um movimento distinto das ocupações. Por um lado, no período 1995-2003, a escalada da taxa de mais-valor se deu com a manutenção do nível de trabalhadores em referência a 1995, na verdade, com uma retração no total de trabalhadores nos anos imediatamente anteriores à virada do século. Por outro lado, a manutenção da elevada taxa de mais-valor entre 2003-2008 (em uma média de 233%) se deu com o ingresso de quase 4,5 milhões de novos ocupados.

⁴²Em termos agregados, o total de ocupações por setores de atividade apresentou o mesmo patamar em ambos os anos de referência do SCN, por isso se manteve a seleção dos anos de forma contínua.

Prontamente, esses dados colocam questões essenciais para se entender não apenas as condições de vida dos trabalhadores e o nível de exploração, mas também, elementos que especificam a dinâmica da economia dependente. Apenas para menção futura, registram-se as amplas condições de valorização do capital no período pela escalada (1995-2003) e manutenção elevada (2004-2008) da taxa de mais-valor concomitantemente ao aumento da massa de mais-valor produzido por um número cada vez maior de trabalhadores. E mais, observa-se também que a relação entre a taxa de mais-valor e o nível de emprego está intimamente ligada ao processo de estagnação (2011-2014) e posterior recessão da economia brasileira (2015-2016), uma vez que o declínio da taxa de mais-valor a partir de 2010 se deu, em um primeiro momento até 2013, com a elevação do número de trabalhadores para em seguida se reduzir a um patamar de dez anos atrás.

O propósito dessa seção é reunir evidências da evolução taxa de mais-valor e as principais determinações quanto a esse movimento para, na seção seguinte, conjugá-las com as condições de SFT. Cabe lembrar que foge do escopo dessa investigação relacionar o nível e os determinantes da taxa e de massa de mais-valor, mensurados aqui, com a trajetória e as contradições da acumulação de capital no Brasil na atualidade. Essa questão, que por si só compreende um objeto de análise válido e necessário para a TMD, somente parcialmente pode ser aqui tratada no sentido de confrontá-la, ainda que hipoteticamente, com as análises e resultados aqui evidenciados.

Nesse sentido, a segunda metodologia de mensuração da taxa de mais-valor procura estabelecer a taxa de exploração não apenas em termos monetários, mas frente ao tempo de trabalho abstrato. Como visto no capítulo anterior, a metodologia da taxa de mais-valor pela expressão monetária do valor procura mensurar a relação entre o trabalho excedente e o trabalho necessário a partir da duração da jornada de trabalho, do salário e da expressão monetária do valor, enquanto a manifestação em termos de dinheiro de uma hora de trabalho abstrato em um dado ano (respeitadas as ressalvas metodológicas feitas na ocasião).

As três tabelas a seguir expõem de forma explícita tanto a metodologia quanto os dados da taxa de mais-valor segundo a expressão monetária do valor. O período de referência é 2002 a 2015, excetuando 2010, pois não eram realizadas PNAD's em anos censitários. Os anos de referência se justificam, pois a partir de 2002 há uma homogeneidade setorial dos dados (nova classificação dos setores econômicos segundo a CNAE 2.0) e 2015 é o último ano disponível da PNAD anual. A tabela 04 destaca os componentes do trabalho produtivo e improdutivo e as horas

de trabalhos anuais, discutidos no capítulo 3. Com base nessas informações é possível estimar o total de valores criados em determinado ano no Brasil, enquanto uma referência ao trabalho social abstrato.

Tabela 4: Componentes do trabalho produtivo e improdutivo e valor criado (metodologia da expressão monetária do valor) – Brasil, 2002-2015

ANO	Ocupados Improdutivos - Lu	Empregados produtivos - Lv	Empregadores - Li	Conta-própria - Lcp	Trabalhadores produtivos totais, Lp	Total ocupações profissionais - L	Lu/L%	(Lcp+Li)/Lp %	Horas trabalhadas por ano por Lv, tv,	Horas trabalhadas por ano por Li, ti,	Horas trabalhadas por ano por Lcp: em horas	Somatórias valor criado por Lv, Li, Lcp, em horas
	(1) - por 1000	(2) - por 1000	(3) - por 1000	(4) - por 1000	(5) = (2)+(3)+(4)- por 1000	(6) = (1)+(2)+(3)+(4)- por 1000	(7) em %	(8) em %	(9) por mil	(10) por mil	(11) por mil	(12) por milhão
2002	18.427	37.482	3.499	18.172	59.153	77.581	24	37	1.866	2.073	1.752	109.037
2003	18.563	38.079	3.504	18.390	59.974	78.537	24	37	1.854	2.079	1.737	109.816
2004	19.223	40.671	3.609	19.046	63.326	82.549	23	36	1.848	2.042	1.713	115.164
2005	19.969	42.133	3.863	19.587	65.583	85.552	23	36	1.840	2.045	1.665	118.053
2006	20.133	43.816	4.088	19.570	67.475	87.608	23	35	1.831	2.035	1.646	120.731
2007	20.207	45.131	3.517	19.635	68.283	88.489	23	34	1.827	2.042	1.664	122.302
2008	19.912	47.735	4.282	19.210	71.228	91.140	22	33	1.823	2.001	1.644	127.144
2009	19.645	47.884	4.120	19.518	71.522	91.167	22	33	1.811	2.005	1.633	126.839
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	18.661	49.687	3.162	19.445	72.294	90.955	21	31	1.801	1.989	1.686	128.538
2012	18.576	50.707	3.528	19.381	73.616	92.192	20	31	1.798	2.000	1.678	130.733
2013	18.734	50.868	3.543	19.382	73.793	92.526	20	31	1.784	1.985	1.661	129.959
2014	19.657	52.319	3.703	20.746	76.768	96.425	20	32	1.775	2.002	1.640	134.276
2015	18.206	49.736	3.577	21.402	74.715	92.922	20	33	1.745	1.985	1.610	128.334

Fonte: PNAD/IBGE; Elaboração própria

Em grandes linhas, percebe-se que ao longo do período há uma estabilização no nível absoluto dos ocupados improdutivos (principalmente por causa da redução dos trabalhadores sob a situação de “próprio uso, construção e consumo”) e uma expansão dos produtivos, empregadores (restrita a 2009) e dos contas-próprias. Isso faz com que a participação dos improdutivos se reduza em termos relativos. Apesar do crescimento dos empregadores e conta-própria, quem mais se expande são os produtivos, uma vez que a relação entre os primeiros e os últimos (coluna 8) se reduz. Contudo, essa tendência se reverte com o recrudescimento da estagnação econômica a partir de 2013: redução dos produtivos e aumento dos empregadores e contas-próprias. Quanto ao tempo de trabalho anual, em média, o número de horas trabalhadas se reduziu consecutivamente a cada ano para os empregados produtivos. Para os empregadores e

para os contas-próprias esse montante também se reduziu, mas de forma oscilante no período a depender do ritmo da atividade econômica⁴³. Assim, excluindo da análise a questão da intensidade do trabalho⁴⁴, o balanço geral é de que houve uma expansão na criação de valor, enquanto trabalho abstrato excetuando os anos de 2009, 2013 e 2015.

A tabela 05, por sua vez, expõe as categorias para se calcular tanto E (a expressão monetária do valor) e a taxa de mais-valor. Conforme visto no capítulo 3, quanto à discussão dos contas-próprias, disponibilizaram-se duas taxas de exploração segundo essa metodologia: uma (s^*) exclusivamente baseada em Gouverneur (1990 e 2005), que estima um custo salarial para os contas-próprias, e outra (s^{**}) baseada nas observações de Gonzalez (2005) quanto às especificidades deles e a necessidade de exclusão de seu rendimento da taxa de exploração. Posteriormente se disponibiliza a taxa de mais-valor considerando os trabalhadores domésticos improdutivos, conforme observação feita no capítulo 3, tendo como referência s^{**} .

Confrontando ambas (as duas últimas colunas da tabela 05), percebe-se que a diferença média entre elas é 14p.p. no período, sendo que em s^{**} o patamar é mais elevado. Nesse sentido, as observações feitas por Gonzalez (2005) se confirmam: a distinção entre trabalhadores produtivos e contas-próprias se mostra relevante na determinação do nível da taxa de mais-valor, principalmente no caso dos países dependentes, onde a imputação de um salário aos contas-próprias tende a subestimar a quantidade do capital variável e, assim, sobrestimando a taxa de mais-valor como um todo. Apesar da diferença do patamar, ambas as taxas de mais-valor guardam a mesma trajetória. Nesse sentido, é possível constatar três tendências específicas no período: a) de aumento inicial substantivo entre 2002-2004 interrompido no ano seguinte devido à adoção de políticas econômicas contracionistas; b) auge da taxa de mais-valor, entre 2006-2011, quando ela atingiu mais de 202% (s^{**}), ou seja, para uma jornada diária de oito horas de trabalho, quase 5 horas e meia eram destinadas à valorização do capital; c) declínio da taxa de mais-valor a partir de 2011 (interrompido apenas em 2013), quando em apenas quatro anos a taxa de exploração se reduz em 19 p.p.

⁴³Esse fato está associado à determinação distinta do nível de renda por parte dos empregadores e contas-próprias e pelos assalariados, conforme discutido no capítulo anterior.

⁴⁴Como será visto na seção seguinte, a intensidade, se dimensionada pelos acidentes de trabalho, apresentou uma incidência constante em relação ao total de vínculos formais de trabalho, apesar do crescimento absoluto.

Tabela 5: Relação preço-valor (E) e taxa de mais-valor (metodologia da expressão monetária do valor)– Brasil, 2002-2015

ANO	PIB	Custo salarial anual Improdutivos - Luwu	Renda monetária, R	Relação preço-Valor, E	Índice Relação preço-valor, E	Saldo Excedente monetário, Conta própria, Scp, em R\$	Mais-valor, MV, em R\$	Custo salarial anual produtivos Wv	Custo anual salarial produtivos por empregado produtivo - wv	Custo salarial produtivos por hora - wv/tv	Taxa de Mais-Valia, s* (Gouverneur)	Taxa de Mais-Valia, s** (Gouverneur-Gonzales)
	(13) por milhão	(14) por milhão	(15)= (13)/(14) por milhão	(16)= (15)/(12)	(17) (2011=100)	(18) por milhão	(19)= (15)-(18) por milhão	(20) por milhão	(21)=(20)/(2)	(22)=(21)/(9)	(23) s*=(16)/(22)-1, em %	(24) s**=19/22[(9*2)+(10*3)]-1 em %
2002	1.488.787	138.717	1.350.070	12	40	338.855	1.011.215	354.253	9.451	5,1	144,5	158,6
2003	1.717.950	148.507	1.569.444	14	46	395.855	1.173.589	391.668	10.286	5,5	157,6	171,6
2004	1.957.751	164.405	1.793.346	16	50	442.501	1.350.845	441.814	10.863	5,9	165,0	178,4
2005	2.170.585	188.987	1.981.597	17	54	471.073	1.510.524	504.228	11.968	6,5	158,1	171,9
2006	2.409.450	226.375	2.183.075	18	58	505.633	1.677.442	533.387	12.173	6,7	171,9	184,9
2007	2.720.263	247.174	2.473.089	20	65	564.108	1.908.981	614.344	13.613	7,5	171,4	185,8
2008	3.109.803	277.557	2.832.246	22	72	600.828	2.231.418	691.320	14.482	7,9	180,3	193,8
2009	3.333.039	311.716	3.021.324	24	77	650.243	2.371.080	759.470	15.861	8,8	172,0	185,1
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	4.376.382	378.664	3.997.718	31	100	868.293	3.129.425	967.187	19.466	10,8	187,7	202,3
2012	4.814.760	419.053	4.395.707	34	108	918.941	3.476.766	1.105.846	21.809	12,1	177,2	191,8
2013	5.331.619	464.783	4.866.836	37	120	1.024.502	3.842.334	1.216.903	23.923	13,4	179,2	193,0
2014	5.778.953	518.908	5.260.045	39	126	1.101.265	4.158.780	1.342.008	25.651	14,5	171,0	187,0
2015	5.995.787	557.836	5.437.951	42	136	1.247.912	4.190.039	1.366.647	27.478	15,7	169,1	183,4

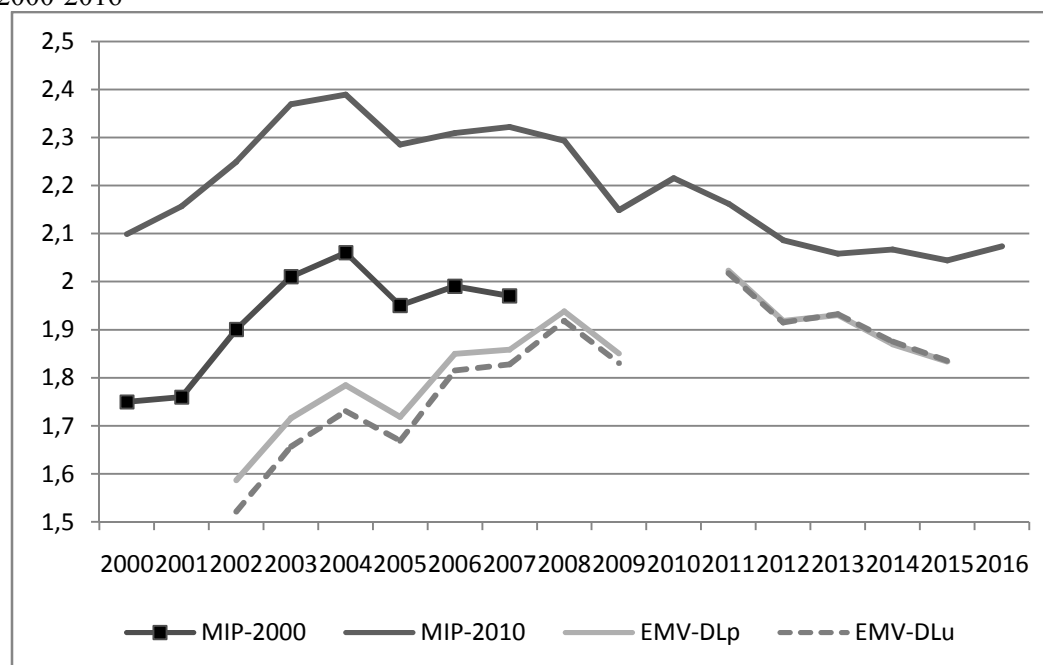
Fonte: SCN(referência 2010) e PNAD/IBGE; Elaboração própria

Expostos os dados da taxa de mais-valor da metodologia da expressão monetária do valor, é possível compará-los com os da metodologia da matriz insumo-produto, conforme o gráfico 10. De imediato, chama atenção a diferença no patamar da taxa de mais-valor entre as metodologias, com uma discrepância média no período de 38%. As explicações para essa diferença estão atreladas a questões de natureza teórica e metodológica. No primeiro caso, ressaltou-se no capítulo anterior a distinta concepção de trabalho produtivo e da geração de mais-valor o que faz com que a metodologia da matriz insumo-produto apresente, comparativamente, um menor nível absoluto tanto de massa de mais-valor quanto de capital variável, ainda que a relação entre ambas seja maior nessa metodologia⁴⁵. As explicações para a diferença no patamar

⁴⁵Retomam-se também dois fatos que podem explicar essa diferença: na metodologia da matriz insumo-produto somente se faz referência às categorias em termos monetários; a estrita seleção dos setores abrange segmentos de maior composição orgânica do capital frente a outros segmentos, classificados como improdutivos por essa metodologia. Se se estender a concepção de trabalho produtivo a partir da expressão monetária do valor, essas observações sugerem que parte do mais-valor em termos monetários na

se encontram também na órbita da própria metodologia do SCN, uma vez que ao se considerar o patamar da taxa de mais-valor tendo o ano 2000 como referência, a diferença média se reduz drasticamente, para 23%.

Gráfico 10: Taxa de mais-valor segundo matriz insumo-produto (MIP) pela referência ano 2000 (MIP-2000) e referência ano 2010 (MIP-2010) e taxa de mais-valor (s**) segundo expressão monetária do valor (EMV) considerando os trabalhadores domésticos produtivos (EMV-DLp) ou improdutos (EMV-DLu) – Brasil, 2000-2016



Fonte: SCN e PNAD/IBGE; Araújo (2011); Elaboração própria

A despeito da diferença no patamar, as tendências da taxa de mais-valor para ambas as metodologias são similares, conforme o gráfico 10. Entre as similitudes, encontram-se a escalada da taxa de mais-valor até 2004 e sua queda em 2005 e, também, a redução a partir de 2010-2011, ainda que para a expressão monetária do valor essa redução tenha sido mais intensa. Nesse sentido, tendencialmente, a única discrepância apresenta-se durante o auge do crescimento econômico dos governos petista (aproximadamente, 2006-2010). Para a matriz insumo-produto há uma estabilização no elevado patamar de exploração e depois uma queda pronunciada já a

verdade foi produzido por outros trabalhadores de outros setores e apropriado pelos chamados setores produtivos. Sobre esses mecanismos de transferência de valor, ver a discussão da segunda seção do capítulo 3.

partir de 2009, apenas parcialmente revertida em 2010. Para a expressão monetária do valor, o auge do crescimento econômico se substancia pelo aumento ainda maior na taxa de exploração.

Por fim, ainda sobre diferenças nos valores nas metodologias, cabe registrar a taxa de mais-valor para a expressão monetária do valor ao se considerar os trabalhadores domésticos como improdutivos (como discutido no capítulo 3). No caso, a diferença média tomando como base todo o período foi de pouco mais de 2%, sendo a maior discrepância no início da série e a quase coincidência nas taxas ao final. A explicação da diferença média está no fato de que, excluindo os trabalhadores domésticos dos produtivos, o custo salarial por hora aumenta mais que proporcionalmente do que as mudanças sobre a expressão monetária do valor (E), ocasionado uma queda da taxa de mais-valor em geral. Por sua vez, a explicação da convergência da taxa de exploração ao longo do período está no fato de que a relação tempo de trabalho e custo salarial dos domésticos tendeu a se assemelhar com a média dos empregados produtivos, provavelmente devido às políticas de valorização do salário mínimo e formalização das ocupações. Com isso, em um balanço geral, considerar os trabalhadores domésticos improdutivos parece não modificar a evolução geral da *taxa de mais-valor*, apenas torna o aumento dela ao longo dos governos ainda mais expressiva.

Mais do que destacar o nível da taxa de mais-valor pelas duas metodologias, essa seção procura avançar na evolução da taxa a partir das mudanças na jornada de trabalho, do valor e preço do trabalho necessário. Ou seja, procura-se compreender até que ponto a taxa de mais-valor pode ser explicada por seu conteúdo absoluto e/ou relativo. Para tanto, a metodologia da expressão monetária do valor auxilia nesse processo. A tabela 06 sintetiza e reorganiza as informações das tabelas anteriores da expressão monetária do valor, ao destacar a evolução das principais categorias da mensuração da taxa de mais-valor tomando como referência o ano 2011 (auge do crescimento econômico). Procura-se analisar os dados contrastando os momentos de elevação (2002-2011) da taxa de mais-valor com os de declínio (2011-2015).

Inicialmente, destaca-se que o aumento da taxa de exploração até 2011 se fez com uma redução do tempo de trabalho médio dos trabalhadores produtivos (em torno de 4%). No mesmo período, o custo salarial nominal por trabalhador produtivo mais do que dobra. Ao confrontar o custo salarial com o nível de preços (INPC), observa-se que o aumento real dos rendimentos dos produtivos, tão alardeado e com razão pelo pensamento petista e heterodoxo, se deu a partir de 2006, quando até então perfazia em média 82% do valor de 2011, com episódios

de queda real no valor dos rendimentos. Assim, uma primeira evidência sugerida é a de que a escalada inicial da taxa de mais-valor no início da década passada contou com a contenção do nível de consumo dos trabalhadores em termos reais o que passou a ser secundarizado no momento pós-2005.

Tabela 6: Índices (2011=100) dos componentes em valor da reprodução da força de trabalho – Brasil, 2002-2015

Índices - 2011=100							
Ano	Tempo trabalho por trabalhador produtivo	Custo salarial por trabalhador produtivo	Índice de Preços	salário real por trabalhador produtivo	valor dos bem-salários	"valor" da força de trabalho	taxa de exploração, s*gouverneur
	(25) (a partir de (9))	(26)(a partir de (21))	(27) (Z) INPC (2011=100)	(28)=(26)/(27)	(29) =(27)/(17)	(30)=(28)*(29) índice (2011=100)	(31) número índice com base em (23)
2002	104	49	60	81	151	122	77
2003	103	53	66	80	144	115	84
2004	103	56	70	79	140	111	88
2005	102	61	74	83	137	114	84
2006	102	63	76	82	131	108	92
2007	101	70	80	88	123	108	91
2008	101	74	85	87	119	104	96
2009	101	81	89	92	116	106	92
2010	-	-	-	-	-	-	-
2011	100	100	100	100	100	100	100
2012	100	112	106	105	98	104	94
2013	99	123	112	110	93	102	95
2014	99	132	119	111	95	105	91
2015	97	141	133	107	97	104	90

Fonte: PNAD/IBGE; Elaboração própria

Ao se relacionar o custo salarial e o INPC com a expressão E , é possível questionar os determinantes do aumento da taxa de exploração. Isso porque a perspectiva da expressão monetária do valor permite associar a trajetória do preço de uma mercadoria ou do conjunto de mercadorias (como o INPC e a força de trabalho) com E , o que fornece uma evolução *aproximada* em termos de valor (enquanto trabalho abstrato/horas trabalhadas) dessas mercadorias (GOUVERNEUR, 2005, p. 209, destaque do autor): “Si se quiere medir

la *evolución* del valor, el aspecto clave nos es que el precio de mercado de una mercancía cualquiera se desvía de su precio simple, sino que ambos tipos de precios son afectados por las mismas influencias básicas (el valor y E) y, por tanto, se mueven en la misma dirección en el largo plazo”.

Nesse sentido, na tabela 06, verifica-se uma redução sistemática do valor dos bens-salários, ou seja, a relação entre o aumento do preço do conjunto de mercadorias que compõem o INPC foi menor do que o aumento de E . Assim, a *tendência* em termos de valor foi de uma queda significativa das mercadorias que compõem o bem-salário. A magnitude da queda foi tanta que superou a elevação do custo salarial real. Essa discrepância parece condicionar a elevação da taxa de mais-valor no período 2002-2011. Dessa forma, e deixando de lado momentaneamente a questão da intensidade do trabalho, outra conclusão que se chega é que a elevação da taxa de mais-valor nesse período parece estar mais associada a um aumento do mais-valor relativo (redução do tempo de trabalho necessário) do que a aumento do mais-valor absoluto.

Esses dados com base na expressão E e as conclusões do subperíodo 2002-2011 devem ser relativizados e criticamente analisados para a posterior compreensão dos mecanismos de SFT. Ressalta-se que a associação dos bens à expressão monetária do valor (E) deve levar em conta que E pode ser modificado por fatores internos, como a política monetária, e externos. Nesse último caso, por exemplo, pelo processo de transferência de valor na formação do preço de mercado e os preços de produção e também pelo nível/acesso de valores de uso importados por uma economia nacional. Parcialmente, ambos os fatores serão retomados no próximo capítulo. Outra ponderação (ligada a essa primeira) está no fato de que a redução do valor dos bens-salários não significa necessariamente uma reorientação da acumulação capitalista no Brasil para o mais-valor relativo. Ainda que o menor valor deles possa ter se originado de um aumento de produtividade resultante da incorporação tecnológica internamente nas firmas e/ou setores, essa hipótese não parece se justificar para a economia dependente brasileira como um todo na atualidade. Ao se retomar as características do PRCEEP no Brasil (capítulos 1 e 2), observa-se estatisticamente/historicamente uma redução da proporção da formação bruta de capital fixo no PIB, ao mesmo tempo em que as manifestações clássicas da dependência mantêm-se (a desigualdade de renda, de propriedade, cisão do mercado interno e externo e os baixos salários), apesar de ambos os fatores terem melhorado relativamente no auge do crescimento durante os

governos petistas⁴⁶. Por fim, ainda no sentido de precisar as informações fornecidas pela expressão monetária do valor no subperíodo, cabe destacar que o INPC é composto por um conjunto de mercadorias cujo preço é ponderado pela participação desses bens na cesta de consumo, na confecção do índice. Com isso, não se pode afirmar contundentemente sobre o valor da força de trabalho com base na evolução de um índice de preço, pois existem outras mercadorias (de consumo coletivo e social, por exemplo) fundamentais para a reprodução da força de trabalho não incluídas no índice e também porque a reprodução da força de trabalho conta com práticas e atividades não capitalistas/mercantis que modificam o tempo de trabalho necessário. Essa questão será retomada logo mais.

Em síntese, ao que tudo indica, o aumento da taxa de mais-valor até 2011, excetuando a questão da intensidade, se deu com uma diminuta redução da jornada média de trabalho, ao mesmo tempo em que se ampliava a massa de mais-valor em termos monetários e se reduzia uma parcela do valor do trabalho necessário média do trabalhador produtivo, pela queda dos preços de mercadorias reunidas sob o índice de preço tomado. De fato, essas condições são revertidas a partir de 2011, conforme os dados da própria tabela 06 e 05 sugerem. Descartada a possibilidade de redução da taxa de mais-valor devido à redução da jornada de trabalho média, uma vez que ela se manteve praticamente inalterada, a explicação reside tanto na renda monetária gerada por hora de trabalho abstrato, quanto no custo salarial dos trabalhadores produtivos. Contrastando a variação percentual da expressão E e a do custo salarial por hora por trabalhador produtivo (tabela 5, colunas número 16 e 22) percebe-se que para o período 2002-2011 a variação foi de 151,2% e 113,4%, respectivamente (ou seja, os trabalhadores produtivos aumentaram mais a geração de renda por hora do que o aumento custo salarial por hora). No período 2011-2015 a situação se inverte: 36,2% e 45,68%. E mais, retomando a tabela 6, um dos componentes do aumento do custo salarial foi precisamente a elevação dos preços dos bens-salários que, tomando base o ano de 2011, sai de um índice 93 em 2013 e aumenta para 97, dois anos depois.

À medida que se analisa concretamente a taxa de mais-valor no período outras questões emergem: Como foi possível a elevação da taxa de mais-valor com aumento constante do salário real? Quais os setores que promoveram esse aumento na massa de mais-valor e qual a

⁴⁶ A produtividade do trabalho é uma categoria de difícil mensuração e permeada de polêmica. Novamente, não cabe nessa investigação esmiuçar essa questão teórica e empiricamente. Além das considerações parciais e hipotéticas feitas ao longo do texto, registra-se que o aumento médio da produtividade do trabalho entre 1995 e 2007 foi de apenas 2,1% ao ano, bem abaixo da média anual de 1990-1994, de 6,9%, conforme Araújo (2011, p. 158).

relação inter-setorial nacional e internacionalmente? Quais os motivos que limitam essa tendência pós-2011? A associação da evolução a taxa de mais-valor com a trajetória de crescimento econômico como um todo é um dos objetivos desta investigação. Essa associação é pouco referenciada nas análises sobre a recessão de 2015-2016 as quais gravitam em torno de posições neoliberais que culpam o excesso de gastos do governo (e defendem assim uma política de ajuste) ou de posições heterodoxas que atacam a “virada” ortodoxa do governo petista a partir de 2015 (e preconizam um maior estímulo à demanda agregada e investimentos públicos).

Evidentemente, essas questões em sua plenitude não podem ser respondidas nesse momento, o que exige outras investigações de maior estatura e escopo com base na TMD. Ainda assim, na próxima seção, ao se analisar a trajetórias dos mecanismos de superexploração da força de trabalho no período, é possível aprofundar e precisar essas questões. Para finalizar a seção presente, cabe explicitar a hipótese principal da qual se parte, bem como, considerá-la para o caso da primeira das perguntas lançadas anteriormente, quanto ao aumento da taxa de mais-valor e o permanente aumento dos ganhos reais de salário. Em um nível abstrato, o aumento de produtividade no trabalho permite compatibilizar o crescimento da taxa de mais-valor com aumento do salário real. Como dito, ainda que factível e pontual para setores econômicos específicos, esse não parece ser o determinante para a economia brasileira como todo a partir dos anos 2000 tendo em vista a trajetória, duração e composição dos investimentos, aludidos nos capítulos iniciais.

A hipótese principal é a de que a evolução da taxa de mais-valor e seus desdobramentos sobre as condições de vida e de superexploração dos trabalhadores ao longo do período manifestam, em diversas dimensões de análise, o aprofundamento da inserção externa dependente no sistema capitalista internacional. Essa inserção deve ser vista, por sua vez, a partir dos determinantes do PRCEEP e da conjuntura política e econômica nacional e internacional. Essa relação categorial permite elucidar o aumento da taxa de mais-valor concomitantemente ao aumento do salário real, sobretudo até 2010.

Em primeiro lugar, deve-se questionar a própria noção de “salário real” conforme sugere Luce (2018, p. 182) que ajusta o salário nominal à evolução de um índice de preços. De fato, o salário real deve fazer referência ao valor da força de trabalho e o processo de valorização do capital, quando para a acumulação capitalista não interessa o poder de compra do salário, mas sim, o custo em termos monetários. Em segundo lugar, mesmo considerando a noção usual de

salário real, deve-se distinguir a natureza dos bens, a quantidade de valores de uso, o valor/preço monetário deles no consumo dos trabalhadores e a capacidade de ampliação do trabalho excedente durante uma mesma jornada de trabalho, enquanto um dos mecanismos do mais-valor relativo. No caso da atual conjuntura do PRCEEP no Brasil, o menor valor dos bens-salários está associado ao aumento no volume de bens importados (intermediários e bens finais) como traço típico de extroversão comercial e financeira do PRCEEP o que foi ampliado pela sobrevalorização cambial coincidente com o ciclo de commodities. Não apenas a extroversão financeira e comercial, mas também a própria configuração de política econômica e dos instrumentos e aparelhos de Estado podem alterar a evolução de preços em setores chaves na economia (os chamados “preços administráveis”).

A tabela 07 a seguir permite aprofundar as considerações do salário nominal e do índice de preços. Nesse sentido, ao se desagregar a evolução das categorias a partir da média e mediana do rendimento familiar e dos itens que compõem o índice de preços, percebe-se que o aumento real do salário médio esconde manifestações típicas da dependência, ainda que mitigadas durante o auge do crescimento econômico.

Ao se analisar a evolução do salário por subperíodos, constata-se que somente entre 2006-2011 houve um crescimento real tanto para a média quanto para mediana das famílias. Entre 2001 e 2005, pré-crescimento econômico e escalada da taxa de mais-valor, somente o salário médio familiar foi inferior ao INPC. Já em 2012-2015, com a estagnação e início da recessão, o salário médio e o mediano ficam pouco abaixo do índice de preços. A tendência desse último subperíodo sugere o restabelecimento em primeiro plano de uma manifestação clássica da SFT: o salário dos trabalhadores não acompanhando o nível geral de preços da economia⁴⁷.

Mais importante que análise em geral do salário e do índice de preço é confrontá-lo com os subitens que compõem este último. Nesse caso, percebe-se que no subperíodo de auge do crescimento, o aumento real dos salários médio e mediano foi possível, pois alguns itens ou classe de itens tiveram uma evolução menor no nível de preços, principalmente aqueles estimulados pela abertura econômica ou pela política econômica heterodoxa: aparelhos eletroeletrônicos (-9,5%), veículo próprio (+3%), comunicação (+3,8%), combustíveis e energia

⁴⁷Sugestão essa que pode ser corroborada na atual conjuntura do mercado de trabalho brasileiro, onde a evolução do rendimento real dos ocupados encontra-se estagnado.

(10,6%). Contudo, itens decisivos para reprodução da força de trabalho tiveram um aumento acima do índice de preços, inclusive, acima do rendimento médio: Alimentação no domicílio (+47,8), Serviços de saúde (+39,6%), Transporte público (+37,1), Aluguel e taxas (+36%), os quais afetam decisivamente as famílias de mais baixa renda, cujo peso desses itens no total dos rendimentos difere-se daquele médio para constituição INPC.

Tabela 7: Variação percentual do salário familiar médio, mediano (nominal em R\$)*, do INPC** e dos itens que compõe o INPC – Brasil, 2001-2005, 2006-2011 e 2012-2015

	2001-2005	2006-2011	2012-2015	PESO
salário médio familiar	40,7	45,7	19,6	itens
salário mediano familiar	49,4	57,8	20,3	INPC
INPC acumulado a partir de outubro do ano inicial de cada período até setembro do ano final				(2018)
Índice geral	43,3	31,8	23,8	em %
1.Alimentação e bebidas	38,5	49,4	29,6	29,9574
11.Alimentação no domicílio	37,4	47,8	27,6	21,1031
12.Alimentação fora do domicílio	44,3	54,3	35,1	8,8543
2.Habituação	52,4	25,4	32,5	17,9454
21.Encargos e manutenção	31,9	36,5	27,0	11,7829
2101.Aluguel e taxas	27,5	36,0	28,2	8,2538
22.Combustíveis e energia	84,8	10,6	43,2	6,1625
3.Artigos de residência	37,2	7,3	18,5	4,7435
31.Móveis e utensílios	41,5	23,8	22,5	2,4058
32.Aparelhos eletroeletrônicos	35,8	-9,5	13,5	2,0146
33.Consertos e manutenção	22,9	10,0	22,9	0,3232
4.Vestuário	41,6	38,0	14,3	7,1546
41.Roupas	41,2	38,0	13,8	4,6891
42.Calçados e acessórios	47,1	40,2	13,8	2,0921
43.Joias e bijuterias	26,3	25,1	24,7	0,3007
44.Tecidos e armarinho	31,2	12,7	15,5	0,0726
5.Transportes	46,6	25,0	15,0	16,1012
51.Transportes	46,6	25,0	15,0	16,1012
5101.Transporte público	53,8	37,1	17,7	7,4518
5102.Veículo próprio	30,5	3,0	8,2	4,9622
5104.Combustíveis (veículos)	39,7	12,1	21,7	3,6872
6.Saúde e cuidados pessoais	40,2	25,6	22,6	10,1617
61.Produtos farmacêuticos e óticos	44,9	20,7	17,2	3,4566
62.Serviços de saúde	35,3	39,6	30,0	3,0258
63.Cuidados pessoais	36,1	18,7	22,6	3,6792
7.Despesas pessoais	39,2	41,5	29,3	7,5558
8.Educação	41,9	31,7	27,5	3,2083
9.Comunicação	58,7	3,8	0,1	3,1721

*exclusive sem declaração e sem rendimento (variáveis V4726 e V4722)

**anualizado a partir de setembro de cada ano base.

Fonte: microdadosPNAD e INPC/IBGE; Elaboração própria.

A desagregação dos índices de preços revela nuances do gasto mercantil da força de trabalho no período e do próprio PRCEEP. Como ilustrado anteriormente, uma série de serviços e mercadorias que impactam diretamente na reprodução da força de trabalho, como moradia, transporte público, saúde, tiveram um crescimento acima do nível geral de preços. É por esses motivos que é perfeitamente compatível um aumento do salário em termos reais com aumento da mais-valia relativa, assim como, o aumento dos salários reais com a manutenção da SFT. Essa hipótese permite reinterpretar alguns fenômenos recentes e suscita outras hipóteses. Entre esses fenômenos, pode-se citar junho de 2013. Em um momento em que o nível de emprego e o do salário médio estava no auge, uma multidão de pessoas de vários estratos de renda foi às ruas nas cidades do Brasil por uma série de motivos, dentre eles, a qualidade, acesso e preço dos serviços públicos e tipicamente urbanos, como moradia e transporte público. Essas questões apenas revelam o nível de complexidade da SFT na atualidade.

4.2 Formas de Superexploração contemporâneas: para além do salário direto

A seção anterior expôs o nível da taxa de mais-valor a partir das duas metodologias de mensuração, a matriz insumo e produto e da expressão monetária do valor. Apesar da diferença no patamar, em ambas se observou um aumento expressivo da taxa no início dos anos 2000, sua manutenção elevada até 2010 (ou crescimento, no caso da expressão monetária do valor) e queda a partir de 2010. Discutiram-se também os determinantes gerais associados à taxa de mais-valor quando então se afirmou que, mais do que pela extensão da jornada, a ampliação da taxa de mais-valor se deveu ao seu componente relativo. Contudo, esse aumento em sua totalidade não deve ser visto pela elevação da produtividade e sua generalização em setores cuja produção incide sobre a determinação do valor da força de trabalho. Como dito, então, a análise da expansão do componente relativo da taxa de mais-valor em termos monetários deve distinguir, por um lado, a questão de transferência e a apropriação de valor internacional na economia dependente em uma dada conjuntura e, por outro, as fontes de redução do preço/valor de mercadorias consumidas pela força de trabalho (no caso, a importação e ou os preços administráveis).

No próximo capítulo, essas duas últimas questões serão retomadas, ao se destacar os determinantes da dependência e da SFT em múltiplas escalas espaciais. Neste momento, o objetivo desta seção é discutir concretamente a dimensão da exploração no Brasil, ao relacionar, analítica e empiricamente, a categoria de SFT com a evolução da taxa de exploração em geral e com os determinantes do PRCEEP⁴⁸. A questão que orienta essa seção é a seguinte: como entender os mecanismos clássicos de SFT na economia dependente brasileira de início dos anos 2000 até 2015 a partir da evolução das atividades econômicas, da taxa de exploração e das chamadas conquistas sociais? E mais, até que ponto a categoria de SFT permite compreender criticamente a reprodução das condições de vida da classe trabalhadora no Brasil? Essas questões polêmicas se mostram pertinentes, principalmente diante de algumas abordagens da TMD sobre a SFT durante os governos petistas, sobretudo no auge. De modo geral, esses trabalhos reafirmam e contextualizam a existência histórica da SFT na atual conjuntura ao evidenciarem jornadas de trabalho mais extensas e/ou intensas em determinados segmentos da classe trabalhadora, a vigência de baixos salários e a discrepância entre o salário mínimo nominal e o *salário mínimo necessário* calculado pelo DIEESE⁴⁹ ou, ainda, pela comprovação e denúncia de várias formas de exploração em condições análoga à escravidão e desigualdade. Mesmo quando retomam a elevação real do rendimento médio da população, fazem-no questionando até que ponto isso permitiu recompor o valor da força de trabalho tendo em vista um aumento da intensidade e/ou um aumento do próprio valor da força de trabalho, por exemplo, no caso em que uma parte dos trabalhadores aumentou seu nível de escolaridade (como aproximação do aumento do valor da força de trabalho).

Apesar das contribuições e críticas, é necessário avançar na distinção entre o específico e o geral, entre o conjuntural e o estrutural e, principalmente, entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato. A pergunta principal que deve nortear as investigações em torno dos mecanismos da SFT *a partir da TMD* em uma dada conjuntura não é tanto a permanência e

⁴⁸Nesse sentido, destacam-se os seguintes trabalhos que analisam a SFT a partir dos anos 2000 no Brasil e avançam empiricamente na operacionalização dos mecanismos de SFT: Borges (2007); Bueno (2016), Costa (2013), Guanais (2018), Luce (2018, 2013) e do Nascimento (2018). Infelizmente, devido ao limite de exposição, não se pode relacionar em plenitude os resultados e análises aqui realizados com aqueles dos trabalhos mencionados.

⁴⁹A relação entre SFT e O Salário Mínimo Necessário calculado pelo DIEESE será retomada mais a frente. Segundo o DIEESE (2016, p. 10), o cálculo do Salário Mínimo Necessário considera “o preceito constitucional de que o salário mínimo deve atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família e cujo valor é único para todo o país. Usa como base o Decreto lei nº 399, que estabelece que o gasto com alimentação de um trabalhador adulto não pode ser inferior ao custo da Cesta Básica de Alimentos.”

relevância da SFT. Como dito constantemente, o fundamento da dependência é a SFT e, enquanto a inserção externa se basear em transferências sistemáticas de valor em detrimento dos países periféricos e enquanto as burguesias nacionais e estrangeiras nesses países, amparadas pelos instrumentos de estado, mantiveram a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor como contraponto à queda da taxa de lucro e transferência internacional de valor, a SFT se manterá como o fundamento material da dependência. Muitas vezes, como forma de se opor às interpretações neoliberais ortodoxas ou heterodoxas, investigadores críticos reproduzem argumentos e abordagens dos autores clássicos da TMD sem se ater ao fato de que eles, por sua vez, são historicamente datados. Ao procurar reafirmar a SFT na contemporaneidade, comprometem a própria capacidade de analisar especificamente o fenômeno conjuntural em sua totalidade.

Nesse sentido, a questão rigorosa quanto à SFT formulada para o *conjunto da economia nacional* não é tanto sobre sua prevalência, mas sim, quais são as formas e manifestações sobre as condições de vida em geral dos trabalhadores, qual sua intensidade, como se articula com distintas frações do capital e com o Estado dependente. É por esse motivo que a investigação procurou apresentar a evolução da taxa de mais-valor da força de trabalho nacional em seu conjunto, pois é sob essa totalidade que se podem relacionar, dialeticamente, casos específicos.

A seguir, procura-se apresentar na atualidade os mecanismos de superexploração da força de trabalho, ou aproximações em torno deles. Com base nas evidências e na revisão teórico-metodológica, o ponto aqui defendido pode ser assim antecipado: de modo contraditório e contra intuitivo, em geral, o aumento da taxa de exploração no período se fez com relativa contenção do nível de superexploração da força de trabalho. O arrefecimento conjuntural na superexploração não significou a superação estrutural, mas sim, que ela se manifestou sob distintas formas sobre a remuneração e o valor da força de trabalho, bem como, desencadeou contradições próprias no padrão de reprodução do capital a partir da crise internacional de final da década de 2000. Essas contradições, em grande parte, estão associadas à estratégia de desenvolvimento neoliberal de cunho heterodoxo conduzido pelo petismo, principalmente, no seu aspecto de conciliação de classes. Antecipada a interpretação geral, a seção procurar especificar os argumentos.

Em primeiro lugar, a contenção relativa do nível de SFT em uma dada conjuntura política e econômica não deveria causar estranhamento. Do ponto de vista teórico, foi visto que a

superexploração da força de trabalho se refere à remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor por meio dos mecanismos de rebaixamento do salário, de aumento da jornada de trabalho e/ou de intensidade sem a correspondente elevação do salário. Mesmo no caso de um aumento do salário a partir das mudanças na jornada de trabalho, a superexploração pode ocorrer desde que o aumento salarial não acompanhe o nível de desgaste ocasionado. Ainda dentre os mecanismos de superexploração, a remuneração pode ocorrer inclusive sem alteração na jornada de trabalho, por uma redução da remuneração do trabalhador, não necessariamente nominal, que faz com que o valor diário e/ou o valor total da força de trabalho não sejam repostos, quando o fundo de consumo do trabalhador se converte em um fundo de valorização do capital (OSORIO, 2004, p. 44/45). Dito isso, a superexploração é uma das formas de se ampliar o nível da taxa de lucro do capital e/ou de frações de capitais, mas não é a única forma e teoricamente constitui um fenômeno distinto da exploração em geral:

La superexplotación, en tanto violación del valor de la fuerza de trabajo, no implica mayor explotación. (...) La noción de explotación en el capitalismo remite al problema de la apropiación por parte del capital de un producto excedente gestado por los trabajadores. La gestación de ese producto excedente se da por la diferencia entre valor de la fuerza de trabajo y el valor producido más allá de aquel valor. O, dicho de otra manera, por la existencia de un trabajo excedente más allá del tiempo de trabajo necesario. (...) El incremento del producto excedente puede darse de múltiples maneras: prolongando la jornada de trabajo; elevando la productividad del trabajo y reduciendo el tiempo de trabajo necesario; intensificando el trabajo; apropiando-se el capital de parte del fondo de consumo (o de parte del tiempo de trabajo necesario) para convertirlo en fondo de acumulación (OSORIO, 2004, p. 93, destaque do autor)

Em segundo lugar, do ponto de vista histórico, a contenção relativa da superexploração não é um fenômeno inédito. O próprio Marini (2005a, p. 172/173 e 2012, p. 76/77) coloca que em meio às contradições, impasses e conflitos políticos em torno do desenvolvimento da industrialização no início da década de 1950 no Brasil, quanto à necessidade de generalização do consumo de massa e aumento de produtividade, forma-se um amplo programa de expansão econômica em torno de Getúlio Vargas com a perspectiva de ampliação de emprego e elevação do nível de vida da classe média e operária. Da tentativa de criar um programa que atendesse aos interesses mistos da burguesia industrial, Estado Nacional, camadas

médias e operárias, Vargas rumo para uma política mais progressista e nacionalista, culminando inclusive no aumento em 100% do salário mínimo. No mesmo sentido, Mathias Luce (2018, p. 171/172) é mais explícito ao apontar um “arrefecimento conjuntural” da superexploração entre 1930-1950, nos países que experimentaram o que chama de “Estado Populista”, pela melhora das condições de trabalho e dos salários.

Evidentemente, de modo algum se pode estabelecer alguma analogia histórica e política entre governos de Vargas e do PT quanto à dependência e à SFT. O ponto aqui colocado é que a contenção relativa da superexploração, ou seu “arrefecimento conjuntural” ou “elevação do nível de vida dos trabalhadores”, não é inédita na história latino-americana e deve ser um fenômeno analisado criticamente pela TMD, precisamente pelo caráter político e de classe por trás desse fato concreto. Antes de se passar aos dados quanto aos mecanismos de SFT, pode-se registrar um terceiro fator que corrobora a hipótese de contenção relativa da SFT, sobretudo na primeira década dos anos 2000, agora de caráter pragmático: dificilmente a maior parte dos trabalhadores que depositaram seu voto e garantiram três reeleições do PT (2006, 2010 e 2014) o fariam se observassem que o desgaste físico e moral da sua força de trabalho se ampliou frente ao aumento real de rendimento médios e medianos, por exemplo.

Sobre o aumento da jornada de trabalho enquanto modalidade de SFT, ela significa que supondo um salário e uma intensidade do trabalho constantes, o aumento da taxa de mais-valor se faz ampliando o tempo de trabalho excedente. Com esse prolongamento, a força de trabalho se submete durante um maior tempo a realização de atividades que consomem as capacidades psíquicas-físicas do trabalhador, promovendo um desgaste mais elevado da força de trabalho. Como o salário é constante, se amplia o desgaste sem reposição, fazendo com a degradação da condição física e psíquica do trabalhador seja um instrumento de ampliação da taxa de mais-valor por meio da SFT.

No caso dos países dependentes, são indiscutíveis as grandes jornadas de trabalho a que grande parte da população trabalhadora é submetida, comparativamente aos países do centro do sistema capitalista. Ainda que de disponibilidade metodológica e temporal limitada, a base de dados da OIT⁵⁰ permite comparar as jornadas de trabalho semanais entre países e atividades econômicas, conforme quadro 03. Nele, percebe-se que as longas jornadas de trabalho nas economias dependentes, relativamente aos países do centro, se reproduzem na atual conjuntura.

⁵⁰Disponível em: <https://www.ilo.org/ilostat>, com acesso em outubro de 2018.

Dentre os países latino-americanos selecionados, o Brasil configura-se como um daqueles com a menor jornada média em 2012 e 2016, de 39 horas semanais. O México, por exemplo, não só tem uma jornada maior, como ela se ampliou em 2016, de 44 para 46 horas semanais. Ainda assim, a média brasileira não se equipara em momento algum com aquela dos países desenvolvidos, os quais apresentaram um mínimo de 32 horas e um máximo de 37 horas de jornada de trabalho média em 2016. Se a diferença média entre o Brasil e alguns países desenvolvidos pode parecer pouca, ela se amplia quando se observa a média para atividades econômicas específicas. Mesmo em países desenvolvidos com uma maior jornada média de trabalho por semana, como Alemanha e EUA, a diferença setorial com a média brasileira se amplia significativamente em 2016, principalmente nos segmentos como “comércio e reparação de veículos”; “transporte e armazenagem”, “alojamento e alimentação” e “serviços domésticos”, de baixa composição orgânica do capital.

Quadro 3: Horas médias trabalhadas por semana por empregado segundo atividades econômicas* – Países Selecionados, 2012 e 2016.

			2016			
País	2012	2016	Atividades econômicas	Brasil	Alemanha	EUA
Austria	37	36	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	37	42	41
Bélgica	37	37	Indústrias extrativas	43	40	44
Belize	-	48	Indústrias de transformação	40	38	40
Brasil	39	39	Elettricidade e gás	41	38	41
Costa Rica	44	42	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	39	39	40
Croácia	39	38	Construção	39	39	39
Diamarca	35	34	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	41	34	36
El Salvador	41	42	Transporte, armazenagem e correio	43	38	39
França	37	36	Alojamento e alimentação	41	32	32
Alemanha	36	36	Informação e comunicação	40	36	40
Itália	37	37	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	38	37	39
México	44	46	Atividades imobiliárias	40	35	37
Holanda	32	32	Atividades profissionais, científicas e técnicas	39	37	38
Noruega	35	34	Atividades administrativas e serviços complementares	40	32	35
Romênia	39	39	Administração pública, defesa e seguridade social	38	37	38
Suécia	36	36	Educação	34	32	33
Suíça	37	37	Saúde humana e serviços sociais	38	33	36
Turquia	48	46	Artes, cultura, esporte e recreação	35	33	33
UK	36	36	Outras atividades de serviços	36	32	34
EUA	36	37	Serviços domésticos	33	15	27
			Total. Total (isic-rev.4)	39	36	37

*exclusive sem declaração e organismos internacionais.

Fonte: ilostat/OIT; Elaboração própria;

A manutenção dessa diferença entre países desenvolvidos e o Brasil não significa uma contraposição à interpretação geral do período de análise, quanto à contenção relativa da SFT. Uma coisa é existência estrutural e histórica dessa discrepância, outra coisa é sua manifestação e tendência conjuntural⁵¹. Nesse último caso, observa-se uma redução significativa da jornada média de trabalho no Brasil, conforme os dados da tabela 4 e 6 da seção anterior enfatizam: entre 2002 e 2011, a quantidade de horas trabalhadas ao ano dos trabalhadores produtivos reduziu 3,5% e para o período 2002-2015 como um todo, a redução foi de 6,5%. Ainda assim, algumas interpretações relativizam essa queda. Mathias Luce (2018, p. 185/186) reproduz dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego do DIEESE entre 1990-2006 quanto à “proporção de ocupados e de assalariados que trabalharam mais do que a jornada legal, por setor de atividade econômica” na região metropolitana de São Paulo e constata que:

Em todos os setores, na comparação 1990-2006, se elevou o percentual de trabalhadores que têm de se submeter a jornadas superiores à jornada legal. A leve queda observada após os anos de pico na duração da jornada – os quais registraram 44,4h para a indústria, em 2000; 60,6h para o comércio, em 2003; 39,2h para os serviços, em 2003 - não fez com que fosse recuperado o patamar das jornadas existentes em 1990⁵².

Contudo, a análise pela atualização da fonte de dados revela que a queda da jornada de trabalho *na metrópole paulistana* é mais significativa (com todas as particularidades espaciais que devem ser levadas em conta na generalização para o resto do país). A atualização⁵³ da base de dados para o período como um todo disponível de 1989-2011 revela duas coisas: a) a instabilidade econômica da passagem da década de 1980 para 1990, pois em 1989 a proporção de

⁵¹Em termos estruturais, a duração da jornada de trabalho no modo de produção capitalista é historicamente determinada, dentro dos limites fisiológicos, pela luta de classes, condições de vida dispostas à classe trabalhadora e nível de desenvolvimento das forças produtivas. A diferença de duração das jornadas deve ser vista, então, a partir de certa normalidade histórica.

⁵²Algumas interpretações dessa passagem do autor parecem não coincidir com as informações da própria tabela disponibilizada por ele: a) os registros dos picos deveriam fazer referência à proporção (%) e não às horas trabalhadas (h); b) as maiores proporções de horas trabalhadas para além da jornada legal no comércio foram em 2002 (62,2%) e nos Serviços foi 39,5% em 2000; c) no fim da página, Luce (2018, p. 186) dá a entender que a proporção média dos trabalhadores dos Serviços que têm jornada acima da legal para o Brasil na década de 2000 é 38%. Contudo, essa informação, que imaginamos ter se originado da tabela 19 que cobre até o ano de 2006, parece ser estrita para a metrópole paulista.

⁵³Banco de dados da PED está disponível em: <https://www.dieese.org.br/serve/serve.do?id=1542648365980&sistema=xserve3>

assalariados com jornada acima da legal (42,7%) era muito maior que em 1990 (36,1%), diferença essa que se observa nos três grandes setores, o que relativiza a conclusão do autor quanto ao período 1990-2006 anterior; b) o último ano da pesquisa nessa metodologia é 2011, quando 33% dos assalariados paulistanos trabalhavam acima da legalidade, patamar esse abaixo de 2000 (44,2%) e de 1989 e 1990, como visto⁵⁴. Depois de 2011, a variável é reformulada e deixa de cobrir setores, mas desde então a proporção geral se reduz ainda mais, e em 2015 atinge o patamar de 25,3%.

De modo algum essa pormenorização dos dados invalida a importância conferida ao expressivo contingente de trabalhadores submetidos à SFT por jornadas de trabalho extensas. Ela apenas ressalta que esse instrumento não se manifestou, na elevação da taxa de mais-valor e SFT, na conjuntura dos anos 2000 da mesma forma e intensidade que nos anos de 1990. A precisão das categorias nas conjunturas é uma ferramenta importante na crítica às posições burguesas, sejam neoliberais ou novo-desenvolvimentistas.

De fato, a contenção relativa da SFT a partir de 2002 é corroborada quando se tem em mente não apenas a redução da jornada média de trabalho, como também, a evolução do salário. Nas tabelas 5 e 6, constatou-se a crescente evolução do custo do salário por hora do empregado produtivo e o aumento do salário real, sobretudo pela importação de bens de consumo finais e/ou preço administrados. A redução da jornada e o aumento do rendimento médio dos trabalhadores no período sinalizam também que o segundo mecanismo de SFT pelo descompasso entre o pagamento de salários abaixo do valor da força de trabalho foi atenuado.

Antes de aprofundar os dados do período, cabe afastar dois equívocos de interpretação. Em primeiro lugar, poder-se-ia questionar até que ponto o aumento do salário dos empregados produtivos (e dos rendimentos dos trabalhadores em geral) não foi ultrapassado por um aumento ainda maior no valor da força de trabalho. Ainda que plausível, essa hipótese para o período de análise é questionável pelas tendências contraditórias da composição valor da força de trabalho: por um lado, há a possibilidade de redução do valor da força de trabalho com o barateamento dos preços de mercadorias que podem ingressar na cesta de consumo dos trabalhadores, por outro lado, há pressão pelo aumento do valor da força de trabalho com a necessidade de incorporação de mercadorias e serviços que adéquem a força de trabalho à

⁵⁴Em termos setoriais, em 2011 somente o Comércio tinha uma proporção mais elevada que em 1990, mas com uma diferença não tão expressiva de 51,4% e 49%.

estrutura produtiva e/ou à mercantilização da reprodução da vida social em detrimento de serviços públicos (por exemplo). Na verdade, essas tendências contraditórias apenas revelam que a determinação do valor da força de trabalho somente pode ser tomada em um período histórico-espacial delimitado:

(...) *valor nominal* reflete um patamar histórico, com limites acomodados pela dinâmica reprodutiva do capitalismo e conquistados pela classe trabalhadora e o movimento operário dentro da luta de classes. O *valor normal* pode ser conhecido, de maneira aproximada, analisando a conjunção entre: (...) o tempo de trabalho socialmente necessário nas condições vigentes; (...) o elemento histórico e moral do valor da força de trabalho na sociabilidade correspondente, incluindo condições culturais; (...) expectativa de vida nas condições médicas e sanitárias vigentes; (...) os limites legais conquistados e reconhecidos para a duração da jornada de trabalho; (...) o tempo de vida laboral (jornada de trabalho total), incluindo sua relação com as condições de aposentadoria. (...) Com isso, percebe-se que noção de normalidade é histórica, é relacional e funciona como um centro de gravitação. (...)” (LUCE, 2018, p. 168).

Por esses motivos, considera-se que esse centro de gravitação do valor da força de trabalho no Brasil estabelece-se e se mantém a partir da constituição de 1988, com a estrutura da dependência sob os determinantes do PRCEEP e com os instrumentos/aparelhos do Estado Nacional. Isso não quer dizer que o salário médio em um período se equivalha ao valor nominal normal histórico (o que seria negar a própria categoria de SFT) e também não quer dizer que o valor da força de trabalho seja a-histórico e inquestionável do ponto de vista da luta de classes e modificações na estrutura econômica⁵⁵.

Em segundo lugar, frente à dificuldade em estabelecer monetariamente o valor histórico da força de trabalho nas FSP dependentes, muitos pesquisadores tratam de associar sua trajetória com o salário mínimo necessário (SMN) calculado pelo DIEESE (2016)⁵⁶. Esse procedimento deve ser feito com muita ressalva, pois pode levar a substituição de uma categoria história pelo mero formalismo. Isso porque o valor do SMN tem como base o custo mensal de alimentação a partir de valor de uma cesta básica composta por 13 itens, sendo que a relação e quantidade desses itens foram estabelecidas pelo decreto lei n. 399 de 1938. A partir do maior

⁵⁵Como aparentemente se verifica na conjuntura de aprofundamento de reformas neoliberais pós-2016.

⁵⁶Como em Luce (2013 e 2018) e De Nascimento (2018), ainda que eles considerem parcialmente as ressalvas aqui realizadas.

valor da cesta verificado no Brasil e associando-o com a proporção que os alimentos possuem no total de gastos familiares⁵⁷, extrapola-se o preço de todos os outros itens que deveriam passar pela cesta de consumo do trabalhador(a) e da sua família (no caso, o valor da cesta de alimentação faz referência a uma família de quatro pessoas, dois adultos e duas crianças, sendo que o consumo das crianças se equivale a de um adulto).

Por essa sumária exposição da metodologia do SMN já se pode antever várias limitações da identificação automática do SMN com o valor da força de trabalho. Em termos gerais, o SMN supõe o preço de valores de uso que passam pelo valor da força de trabalho estritamente com base no preço dos alimentos, sem referência a quantidade/preço de outras mercadorias, bem como, sem considerar o acesso a produtos de uso coletivo necessários para a reprodução/reposição do valor da força de trabalho. Essa limitação se amplia quando se observa que a metodologia da SMN não faz referência às próprias mudanças históricas e conjunturais do consumo e das condições de produção das mercadorias consumidas pela classe trabalhadora.

Feitas novamente as ressalvas, a análise anterior da evolução do custo salarial (tabelas 5 e 6) pode ser complementada pela trajetória do SMN e da sua relação com o salário mínimo oficial, o rendimento médio e mediano das famílias, bem como, com a taxa (aberta) de desocupação e de formalidade como consta na tabela 8.

Conforme a tabela 8, ao se confrontar os quatro anos anteriores e posteriores a 2005 (início do movimento de redução da taxa de desocupação) percebe-se que o subperíodo de 2005-2009 é marcado por um expressivo crescimento relativo nominal no rendimento familiar médio de 40,5% (frente ao crescimento de 40,8% de 2001-2005) e, sobretudo, mediano com a variação de 53% (maior do que o aumento de 49% entre 2001-2005). Quanto ao salário mínimo, o crescimento relativo nominal foi de 55% em 2005-2009, abaixo de 2001-2005 (66%), mas deve-se levar em conta a base de comparação extremamente baixa do ano de 2001. Além disso, percebe-se que o crescimento dos salários entre 2005-2009 foi expressivo quando se contrasta com o desempenho do subperíodo 2011-2015, quando o salário mínimo oficial (44,5%), o rendimento familiar médio (34%) e mediano (37%) apresentam um crescimento relativo em menor patamar. Esse último fato está associado ao processo de estagnação e posterior recessão da economia brasileira. Por ora, cabe destacar que o menor crescimento relativo nominal dos salários a partir de 2011 somente ressalta o expressivo aumento do nível de rendimento das

⁵⁷Com base na Pesquisa Orçamento Familiar (POF) do IBGE

famílias no auge do crescimento econômico pré-crise, justamente em um momento de ampliação da taxa de mais-valor.

Tabela 8: Salário mínimo nominal, necessário, valor nominal do rendimento familiar médio e mediano (em R\$) e taxa de ocupação (em %) em setembro de cada ano - Brasil, 2001 -2016

Anos	Salário mínimo nominal (em R\$) (A)	Salário mínimo necessário nominal (em R\$) (B)	Valor nominal médio do rendimento mensal* (em R\$) (C)	Valor nominal mediano do rendimento mensal* (em R\$) (D)	Taxa de desocupação %	Contribuintes em qualquer ocupação/Ocupados %	Índice de Ocupados (2001=100)	(A)/(B)	(C)/(B)	(D)/(B)
2001	180	1.077	1.018	542	9,4	45,7	100,0	0,17	0,95	0,5
2002	200	1.248	1.114	600	9,2	45,2	103,6	0,16	0,89	0,48
2003	240	1.367	1.208	680	9,7	46,3	105,0	0,18	0,88	0,5
2004	260	1.532	1.299	748	8,9	46,4	110,8	0,17	0,85	0,49
2005	300	1.458	1.433	810	9,3	47,2	114,0	0,21	0,98	0,56
2006	350	1.493	1.599	922	8,4	48,6	116,5	0,23	1,07	0,62
2007	380	1.737	1.718	1.000	8,1	50,5	118,1	0,22	0,99	0,58
2008	415	1.972	1.908	1.180	7,1	52,1	121,4	0,21	0,97	0,6
2009	465	2.065	2.014	1.240	8,3	53,5	121,9	0,23	0,98	0,6
2010	510	2.048	-	-	-	-	-	0,25	-	-
2011	545	2.286	2.384	1.500	6,7	58,5	123,2	0,24	1,04	0,66
2012	622	2.616	2.669	1.711	6,2	59,8	124,9	0,24	1,02	0,65
2013	678	2.622	2.894	1.876	6,5	61,0	125,6	0,26	1,1	0,72
2014	724	2.863	3.136	2.000	6,9	61,2	129,3	0,25	1,1	0,7
2015	788	3.240	3.194	2.058	9,6	61,7	124,0	0,24	0,99	0,64
2016	880	4.013	-	-	-	-	-	0,22	-	-

* variáveis V4726 e V4722 dos microdados da PNAD de 2015

Fonte: PNAD/IBGE e Salário Mínimo Necessário/DIEESE; Elaboração própria

A melhora nas condições de vida de grande parte das famílias trabalhadoras pode ser mais bem dimensionada quando contrastada com o SMN DIEESE pela tabela 8. Cabe mais uma vez afirmar que é inegável a manifestação histórica da SFT pela discrepância entre o salário mínimo oficial e o SMN. Contudo, também é inegável o aumento do nível de rendimentos das famílias, sobretudo daquelas dos estratos mais baixos de rendimentos: o salário mínimo sai de uma proporção de 17% do SMN em 2001 e atinge 25% em 2010, 26% em 2013 para depois reduzir sua proporção em 22% em 2016; o rendimento médio familiar chega a ultrapassar o SMN sistematicamente e consideravelmente entre 2011-2014, para em 2015, voltar a ser menor; o rendimento mediano familiar perfazia 50% do SMN em 2001, com oscilações para baixo até

2004, quando então aumenta sua proporção até atingir 72% em 2013, para dois anos depois, ficar em 64%.

Novamente, o foco da análise deve recair para a conjuntura dos anos 2000, e não para um possível questionamento sobre a validade ou não da SFT pela vigência de baixos salários. Apesar das limitações metodológicas do SMN, ele corresponde ao valor monetário necessário para a família viver tendo apenas um adulto como pessoa economicamente ativa. Nesse sentido, no caso das famílias que somente um dos componentes adultos trabalha e recebe um salário mínimo, no auge do crescimento econômico e do salário mínimo, este último correspondeu apenas a um quarto do salário mínimo necessário, o que já indicaria uma vulnerabilidade extrema em reproduzir socialmente o valor da força de trabalho. Mesmo no caso em que o salário médio familiar ultrapassou o salário mínimo necessário a SFT se expressa. Isso porque historicamente as famílias de trabalhadores para manterem (ou tentarem manter) o seu nível de vida devem se submeter à produção capitalista, sejam homem e mulheres, sejam crianças, jovens ou adultos. Assim, o tempo de trabalho total das famílias se amplia, em detrimento do tempo dedicado a outras atividades importantes para descanso ou a reprodução em termos de valor da força de trabalho. Essa situação se agrava quando se verifica que para metade das famílias brasileira o rendimento, apesar do seu crescimento no período, nunca se equiparou ao salário mínimo necessário e a partir de 2013 deu sinais de redução na proporção (relação “D/B” na tabela 8).

De fato, a hipótese de deterioração da contenção relativa da SFT pós-2013 se fortalece quando se analisa a taxa de desocupação e de formalidade ainda na tabela 8. Mesmo considerando uma taxa de desocupação aberta (excluindo desemprego oculto e por desalento) esse patamar é elevado no Brasil, quando no início da década de 2000 atingia quase 10% da população economicamente ativa. Com o crescimento econômico e as políticas heterodoxas do governo petista, a partir de 2005, a taxa de desocupação se reduz drasticamente, ao atingir um mínimo de 6,2% em 2012. Três anos depois, com a crise no PRCEEP no Brasil se acentuando, ela volta ao patamar do início da década 2000. De maneira correlata, a taxa de formalidade que era de 45,7% em 2001 passa para 61,2% em 2014. O inexpressivo aumento em 2015 se deve à forte reversão das condições de inserção no mercado de trabalho, quando se reduz muito mais o número de ocupados como um todo do que o de contribuintes em todas as ocupações. A evolução da desocupação e de formalidade, nesse momento, serve apenas para registrar a questão da incorporação, absoluta e relativamente, de força de trabalho na acumulação capitalista

dependente, bem como, o desenvolvimento posterior de contradições para a valorização do capital.

Seja como for, em um balanço geral e conjuntural, não é possível afirmar que o aumento e o pico da taxa de mais-valor no período da investigação se deram por uma ampliação SFT por meio da vigência de baixos salários. Assim como no caso da duração da jornada, as evidências é que a SFT foi relativamente contida por um crescimento dos salários, sobretudo dos trabalhadores com menor rendimento.

Se pela duração da jornada e do nível dos salários a conclusão é a de que a SFT foi atenuada, quanto à intensidade da jornada de trabalho sua incidência se manteve constante em termos relativos e para o conjunto da força de trabalho nacional. Como visto no capítulo 3, a intensidade resulta em uma SFT por levar a um maior desgaste da força de trabalho dada o valor histórico da jornada de trabalho em uma formação socioespacial⁵⁸. Para elevação da intensidade, o capital mobiliza uma série de novas formas de gestão da força de trabalho e de introdução de novas máquinas e equipamentos que ampliam o ritmo de trabalho, como foi no Brasil a partir dos anos de 1990. Do ponto de vista analítico, contudo, é difícil dissociar o desgaste da força de trabalho devido à intensidade e daquele promovido pelo aumento da jornada, bem como dissociar o aumento da produtividade em termos de valor de uso por unidade de tempo daquele resultante da introdução da maquinaria. Uma maneira aproximada de analisar a intensidade da jornada de trabalho é pelo número de acidentes de trabalho. O suposto é que, ao promover um ritmo anormal de trabalho em dada jornada normal, o aumento de intensidade torna mais suscetível a ocorrência de acidentes de trabalho.

De fato, essa é uma característica típica das economias dependentes e, inclusive, do Brasil, do ponto de vista histórico, mas também conjuntural. A despeito das limitações na comparação internacional das estatísticas de acidentes de trabalho, o banco de dados da OIT⁵⁹ revela a elevada incidência de acidentes de trabalho fatais no Brasil (para acidentes não fatais, não foi possível obter dados para o Brasil na OIT), ainda que tenha se reduzido recentemente. Em 2000, o Brasil apresentou uma taxa de 11,5 acidentes fatais a cada cem mil trabalhadores, sendo que onze anos depois, no auge do crescimento econômico, essa taxa foi de 7,4. Apesar da

⁵⁸Somente de forma limitada e específica histórica e fisiologicamente um aumento da intensidade ao resultar em maior desgaste da força de trabalho pode ser contido por um aumento nos salários.

⁵⁹Disponível em <https://www.ilo.org/ilostat/>, com acesso em setembro de 2018.

redução, o Brasil ganhou duas participações na listagem dos países com maior taxa de acidentes fatais em cada ano: décimo segundo lugar dentre 66 países em 2000 e em 2011 ficou em décimo lugar dentre 94 países. Além disso, comparativamente aos outros países que também tinham informações para ambos os anos, percebe-se que a redução na taxa do Brasil ficou aquém de outras economias que tinham um patamar similar ao brasileiro em 2000 como a Tailândia (que reduz de 11,3 para 6,7 no período) ou a Coreia que tinha uma taxa mais elevada e agora se assemelha a do Brasil (de 14,3 para 7,9%).

As conclusões baseadas em estatísticas nacionais e internacionais sobre acidentes de trabalho sempre podem ser questionadas devido às dificuldades quanto à comparação internacional, à classificação de acidentes/doenças, à cobertura legal e ao nível de fiscalização. Ainda assim, o fato é que nada justifica eliminar a incidência de acidentes na jornada de trabalho normal e histórica, inclusive na atualidade, como destaca a figura 1 abaixo, conforme os dados de acidentes de trabalho do Ministério da Previdência Social (MPS)⁶⁰. A figura 1 expõe o índice de acidente de trabalho por motivo/situação⁶¹ em dois períodos, 1999-2006 e 2007-2016. O corte no período se deve ao fato de que a partir de 2007 passou-se a classificar como acidentes/doenças de trabalho casos que não tinham registro de CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) e também se ampliou a cobertura beneficiária de acidentes laborais pelo INSS, o que dificulta a homogeneidade dos dados agregados do período como um todo.

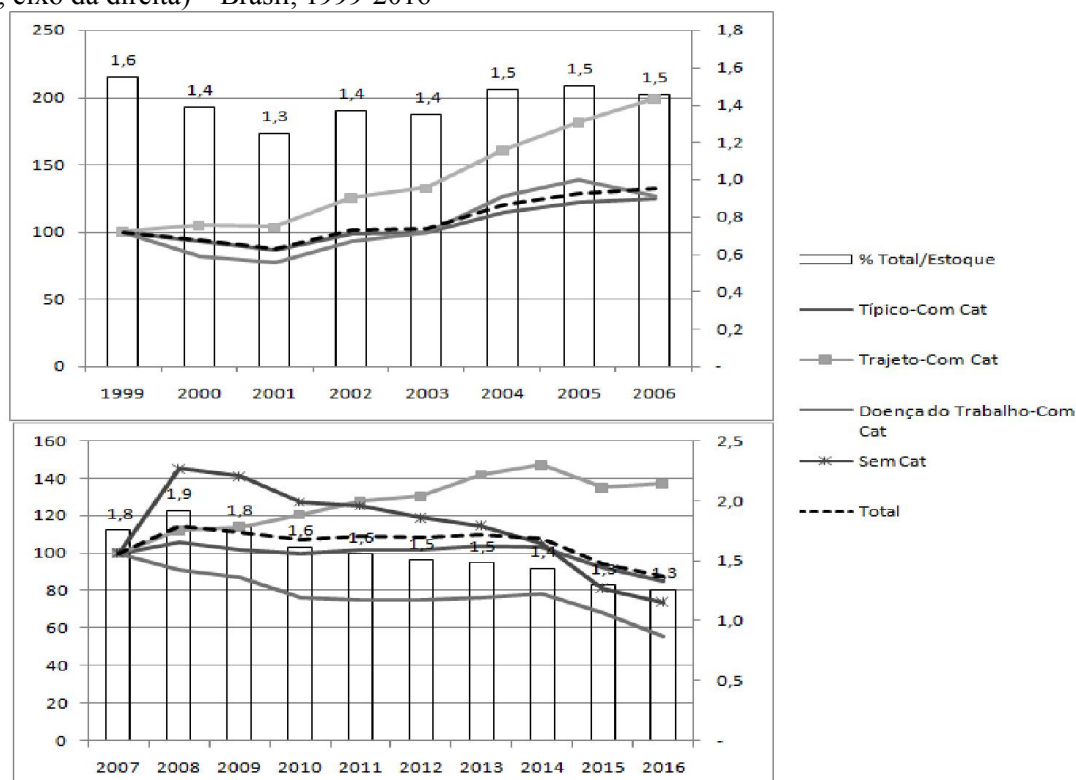
Pela figura 1, observa-se que entre 1999-2003 há uma relativa estabilidade no total de acidentes/doenças. Cabe registrar, contudo, que é nesse momento que se inicia a forte elevação do número de acidentes de trajeto, tendência essa que permanecerá por todo o período: o índice 100 em 1999 é duplicado em 2006 e, posteriormente, considerando como base o ano de 2007, atinge 147 em 2014, para então reduzir seu patamar. Seja como for, há um aumento no total de acidentes/doenças a partir de 2004, coincidindo com o aumento da taxa de exploração, mantendo a proporção total de acidentes por vínculos formais de trabalho (em torno de 1,5%). No segundo

⁶⁰Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho (AEAT) Disponível em <http://www3.dataprev.gov.br/aeat/>, com acesso em outubro de 2018.

⁶¹Segundo a nota técnica do MPS disponível no banco de dados, acidentes de trabalho englobam as seguintes situações: “Segundo o artigo 19 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ‘acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, ou pelo exercício do trabalho do segurado especial, provocando lesão corporal ou perturbação funcional, de caráter temporário ou permanente’. Pode causar desde um simples afastamento, a perda ou a redução da capacidade para o trabalho, até mesmo a morte do segurado. (...) Também são considerados como acidentes do trabalho: a) o acidente ocorrido no trajeto entre a residência e o local de trabalho do segurado; b) a doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade; e c) a doença do trabalho, adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente.”.

período de análise (2007-2016), há uma ampliação entre 2007-2008 do total de acidentes inicial, que já parte de um patamar elevado do período anterior, principalmente devido aos registros sem CAT e acidentes de trajeto, com redução nas doenças com CAT. A partir de 2008, o número total de acidentes/doenças apresenta uma estabilidade até 2014, quando nos dois anos posteriores há uma redução acentuada em todas as modalidades de acidentes e doenças, principalmente devido à recessão econômica e redução dos postos formais de trabalho. De fato, considerando a proporção dos acidentes sobre o total de vínculos, a indicação é que no auge do crescimento econômico (2008-2010) o aumento do número de acidentes acompanhou a expansão do mercado de trabalho formal. Assim, corrobora-se com Costa (2013, p. 73) quando ele indica que o pequeno aumento relativo dos acidentes de trabalho no período é indicativo frágil de aumento da SFT, tendo em vista que o aumento pode ser explicado pela maior rigorosidade na fiscalização⁶².

Figura 1: Índices de Acidentes de trabalho segundo motivo/situação com obrigatoriedade (1999 = 100) e sem obrigatoriedade da CAT (2007 = 100) e relação do total de acidentes por vínculos formais de trabalho (em %, eixo da direita) – Brasil, 1999-2016



Fonte: RAIS/MTb e AEAT/MPS; Elaboração própria

⁶² No caso, o autor relaciona o número de acidentes com o total de ocupações. Aqui, destacaram-se os vínculos formais, para maior comparabilidade no período devido às mudanças na legislação.

Com os dados anteriores é possível fazer um balanço final das mudanças na jornada de trabalho diária a partir da década de 2000 até 2016 confrontando-as com SFT. Segundo os dados disponibilizados/elaborados, o aumento da taxa de mais-valor se deu com uma redução da jornada de trabalho média e aumento real do rendimento familiar que melhoraram as condições de vida dos trabalhadores. Diante dessas evidências, defende-se aqui que esses resultados significaram uma contenção relativa da SFT entre 2002-2015, ou abrandamento, como também defendido por Costa (2013, p. 75). Contudo, de modo algum se pode dizer que a SFT foi superada ou mesmo que a estratégia petista de conciliação de classes permite essa superação. Mesmo quando o foco se mantém sobre a jornada diária, os dados do número de acidente/doenças relacionadas a atividades laborais constituem fortes indícios do elevado nível de desgaste da força de trabalho no Brasil, mesmo no auge do crescimento econômico, ainda que a incidência relativa dos acidentes tenha sido constante. Além disso, observaram-se outros fortes indícios que, com o aguçamento da estagnação e recessão econômica pós-2010, a melhora das condições de vida dos trabalhadores forjada no pacto petista esbarra na própria estrutura da dependência, pelo aumento da taxa de desemprego, aumento da informalidade e a desaceleração dos aumentos nos rendimentos reais.

Contudo, como discutido no capítulo 3, a exploração capitalista e a manifestação da SFT não podem ser reduzidos estritamente à jornada de trabalho diária. Isso porque uma série de relações e características histórico-espaciais faz com que se eleve o desgaste da força de trabalho comparativamente à jornada de trabalho histórica e normal. Em outras palavras, a reprodução do capital e a elevação da taxa de mais-valor nas formações socioespaciais dependentes têm como base permanência e reprodução de relações não-capitalistas enquanto instrumentos de SFT. Se por um lado pode-se aventar a origem dessas relações desde o período colonial, por outro, a objetividade delas se expressa no período atual, a despeito do aumento dos rendimentos e diminuição da jornada de trabalho. Para evidenciar esse ponto, destacam-se a seguir duas dessas manifestações típicas que acentuam a SFT: as horas gastas com afazeres domésticos e o tempo de percurso da moradia até o local de trabalho segundo faixa de renda entre 2004 e 2015⁶³. Ambas

⁶³O início do período em 2004 se deve ao fato de que a variável “faixas de rendimento familiar”, que permite o cruzamento com os afazeres domésticos e tempo de percurso, só passa a ser disponível nesse ano. De todo modo, colocou-se a média agregada em 2002 excetuando a faixa de rendimento como forma de contornar essa limitação.

as categorias disponíveis para os assalariados produtivos no setor privado na ocupação principal, enquanto subgrupo mais numeroso dos trabalhadores produtivos (Lv)⁶⁴.

Um dispêndio elevado de horas em afazeres domésticos se relaciona duplamente com a SFT. Diante da limitação no acesso a mercadorias e aos serviços públicos fundamentais para a reprodução da força de trabalho (devido aos baixos salários e à estruturação do estado dependente), grande parte da população trabalhadora tem como única alternativa para a reprodução e reposição da força de trabalho o comprometimento de uma grande parcela do seu tempo de descanso. Consequentemente, um maior gasto com afazeres doméstico acentua ainda mais o desgaste psíquico-físico da força de trabalho. Essa questão se imbrica ainda com outra desigualdade histórica nas sociedades dependentes, no caso, a desigualdade de gênero e o patriarcalismo, onde é sobre as mulheres que recaem grande parte das atividades domésticas.

A tabela 9 a seguir destaca a questão das horas dedicadas aos afazeres domésticos segundo sexo e faixas de rendimento familiar para empregados produtivos nos setores privados. De forma latente, percebe-se que, a despeito do aumento do rendimento familiar no período discutido, o tempo livre consumido com atividades domésticas é elevado, sobretudo para as mulheres. Em média, os homens praticamente despendem a mesma quantidade de horas semanais nessas atividades entre 9,4-9,8 horas por semana entre 2002 e 2015. Já as mulheres comprometem quase o dobro do período masculino. A constância durante o período expressa seu caráter estrutural, sendo que entre 2004 e 2011 tanto para os homens (9,6 e 9,8, respectivamente) quanto para as mulheres (17,9 e 18,7, respectivamente) há uma elevação nas horas dedicadas aos afazeres domésticos, precisamente no auge do crescimento econômico dos governos petistas. Ao se detalhar o dispêndio de horas em atividades domésticas por faixas de rendimento familiar segundo salário mínimo (SM), constata-se como o desgaste se acentuou entre 2004-2011. De fato, o aumento verificado entre as mulheres se deu em todas as faixas inclusive naquelas de rendimento familiar mais baixas (até 3 S.M.) cujas mulheres já destinavam uma parcela do seu dia às atividades domésticas em patamar igual ou superior à média das mulheres em geral. O cenário se agrava quando se constata que foram nessas faixas de rendimento familiar que os homens também dedicaram mais horas nos afazeres domésticos em 2011, tendo em vista que entre 3 a 5 SM houve uma redução entre 2004 e 2011 e para homens com rendimento familiar

⁶⁴Em 2015 os empregados com e sem carteira (41.634 milhares) responderam por 83,7% dos considerados aqui como empregos produtivos (Lv) segundo metodologia da expressão monetária do valor, em 2002, a proporção foi de 79,7%.

acima de 5 S.M a quantidade horas praticamente se manteve, mas configura-se no menor patamar.

Tabela 9: Horas médias semanais dedicadas a afazeres domésticos por sexo e faixas de rendimento* em salário mínimo dos empregados produtivos (ocupação principal)** - Brasil, 2002, 2004, 2011 e 2015

Sexo	2002	2004	2011	2015		
Homens	9,4	9,6	9,8	9,6		
Mulheres	18,4	17,9	18,7	17,5		
Faixa de rendimento familiar	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Até ¼ salário mínimo	9,8	21,6	10,4	22,4	9,7	21,9
Mais de ¼ até ½ salário mínimo	9,6	20,8	9,7	21,3	9,6	19,1
Mais de ½ até 1 salário mínimo	9,7	18,9	10,1	20,0	9,5	18,5
Mais de 1 até 2 salários mínimos	9,8	18,5	9,9	18,6	9,8	17,4
Mais de 2 até 3 salários mínimos	9,7	16,8	10,0	18,3	9,7	16,4
Mais de 3 até 5 salários mínimos	9,1	15,7	8,6	16,0	9,5	15,1
Mais de 5 salários mínimos	8,1	13,1	8,2	13,1	8,1	13,1

*exclusive sem declaração ** Principais variáveis dos microdados da PNAD utilizadas tomando como referência o ano de 2015 e a definição empregados produtivos (Lv)(cap. 3): V0302, V4743 e V9921.

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE; Elaboração própria.

Um maior desgaste da força de trabalho, para além da jornada de trabalho diária estrita, ocorre também pelo maior tempo gasto no percurso da casa até o trabalho. Analogamente ao trabalho doméstico, ao comprometer uma parcela significativa do seu tempo com o deslocamento, o trabalhador tanto deixa de utilizá-lo como período de descanso, quando resulta em um desgaste ainda mais acentuado da força de trabalho. Além disso, as condições péssimas de transporte público nas metrópoles, e mesmo nas cidades médias, promovem um desgaste psíquico-físico dos trabalhadores e, no caso das mulheres, desgaste moral, tendo em vista os registros de assédio/violência sexual dentro dos transportes públicos. Conforme pode ser visto na tabela 10, da mesma forma do que nas atividades domésticas, o tempo elevado despendido no deslocamento se manteve no período e também se ampliou durante o auge do crescimento no período 2010-2011.

No início da década de 2000, mais de 65% dos empregados produtivos levavam até 30 minutos para chegar ao local de trabalho. Em 2011 essa proporção se reduz para 62,2% e em 2015, 61,9%. Consequentemente, amplia-se o contingente que gasta de 30 minutos a 2 horas no percurso casa-trabalho: 33,2% em 2002 e 36,2% em 2015, mesma proporção de 2011. Esse aumento no tempo de deslocamento médio incidiu para todas as faixas de rendimento familiar. Ainda que os empregados produtivos nas maiores faixas de rendimento (acima de 3 SM) tenham

ampliado sua proporção nesse tempo de deslocamento (acima de 30 minutos), os empregados que recebem menores salários também aumentaram significativamente sua participação, precisamente aqueles que mais dependem dos transportes públicos e que sofrem as suas péssimas condições.

Tabela 10: Proporção (em %) dos empregados produtivos (ocupação principal)* segundo faixas de tempo de percurso da casa até o trabalho por faixa de rendimento familiar em salário mínimo** - Brasil, 2002, 2004, 2011 e 2015

Tempo de percurso	2002	2004	2011	2015
Até 30 minutos	65,5%	65,9%	62,2%	61,9%
Mais de 30 até 1 hora	24,5%	24,7%	26,6%	26,1%
Mais de 1 até 2 horas	8,6%	8,0%	9,6%	10,1%
Mais de 2 horas	1,4%	1,4%	1,7%	1,8%
% Mais 30 minutos				
Faixa de rendimento familiar	2004	2011	2015	
Até ¼ salário mínimo	28,1%	30,9%	28,4%	
Mais de ¼ até ½ salário mínimo	31,9%	36,1%	35,3%	
Mais de ½ até 1 salário mínimo	34,6%	37,9%	38,6%	
Mais de 1 até 2 salários mínimos	34,6%	38,1%	38,4%	
Mais de 2 até 3 salários mínimos	34,3%	38,3%	37,6%	
Mais de 3 até 5 salários mínimos	34,5%	39,2%	39,4%	
Mais de 5 salários mínimos	33,5%	38,4%	41,2%	

* Principais variáveis dos microdados da PNAD utilizadas tomando como referência o ano de 2015 e a definição de trabalhador produtivo (Lv) (cap. 3) empregados produtivos: V0302, V4743 e V9057.

**exclusive sem declaração

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE; Elaboração própria.

Os dados e as análises dessa seção concentraram-se sobre as mudanças na jornada de trabalho a partir dos mecanismos de SFT discutidos no capítulo 3. Resta ainda discutir a conversão do fundo de consumo/vida do trabalhador em fundo de acumulação para o capital a partir da violação do componente histórico-moral da força de trabalho. Em última instância, esse mecanismo está associado aos demais ao se considerar o valor da força de trabalho compreendendo toda a vida do trabalhador, para além da produtiva, e o fato de que o próprio valor da força de trabalho se transforma a partir das necessidades históricas e sociais de incorporação dos diversos tipos de bens e mercadorias (LUCE, 2018 e OSORIO, 2004). Nesse sentido, a violação do valor da força de trabalho pelo baixo/redução do salário e, mesmo quando dado o salário, pelo aumento de intensidade/jornada significa uma conversão do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação de capital.

A distinção está em sobre quais componentes do fundo de vida e de consumo recaem essa conversão. Foi visto que do ponto de vista do salário direto e da jornada estrita de trabalho a

melhora das condições de vida foi indiscutível no auge do crescimento econômico petista e inclusive após 2010, ainda que com deterioração. O mesmo não pode ser dito quanto à intensidade da jornada de trabalho e à apropriação do tempo de vida dos trabalhadores pelo capital para além da jornada de trabalho estrita (tempo de percurso casa-trabalho) e por relações extra-econômicas (tempo de afazeres domésticos), pelo menos para os empregados produtivos dos setores privados. Da mesma forma, ao se considerar o salário indireto e os bens de consumo coletivos, fundamentais para reposição e reprodução da força de trabalho, percebe-se como a contenção relativa da SFT foi muito mais restrita.

Essa abordagem talvez seja a que mais mereça atenção por parte dos pesquisadores da TMD quanto aos mecanismos de SFT, bem como, dos críticos do projeto neoliberal de desenvolvimento, de modo geral. A hipótese é que com o desenvolvimento do capitalismo dependente e a maior integração produtiva financeira e comercial, a violação do valor da força de trabalho passa a estar menos associada à jornada de trabalho e ao fundo de consumo do trabalhador diário e mais vinculada aos bens de consumo coletivos e apropriação do fundo de vida do trabalhador⁶⁵. Evidentemente, isso não quer dizer que essas formas dependentes mais desenvolvidas de SFT prescindam das formas ligadas ao consumo, jornada de trabalho diária estrita e o salário direto, ainda mais em determinados setores de baixa composição orgânica do capital, como evidenciam a própria crise econômica e aceleração de reformas antipopulares, como a trabalhista, a partir de 2016.

Seja como for, apenas com o propósito de contribuir para essa abordagem a partir da TMD, nesse momento, procura-se registrar brevemente uma das manifestações dessa forma de SFT: a apropriação pelo capital do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O FAT tem sua origem na lei federal n. 7.998 de 1990 e visa ampliar e melhorar a inserção laboral dos trabalhadores por meio do custeio do seguro-desemprego, do pagamento de abono salarial, da manutenção de um sistema nacional de emprego e de contribuir para o financiamento de programas de desenvolvimento econômico. As ações e programas a serem desenvolvidos com recursos do FAT são definidos e geridos pelo CODEFAT (Conselho Deliberativo do Fundo de

⁶⁵Hipótese também trabalhada por Bueno (2016, p. 137): “A classe trabalhadora viu-se diante de um conjunto de formas de superexploração na “Era Lula” que deixaram de atentar diretamente contra a dimensão do valor diário, ligada às possibilidades de reprodução a curto prazo dos trabalhadores, e se dirigiram contra o valor total da força de trabalho, ou seja, o tempo de vida útil do trabalhador”

Amparo ao Trabalhador), órgão colegiado tripartite com representantes do governo, trabalhadores e empresários.

A principal fonte de recursos para financiamento do FAT é o PIS/PASEP⁶⁶ (Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) que constitui uma contribuição tributária incidente, de modo geral, sobre receita de empresas privadas cujo valor pode variar de 0,65% a 1,65%. Por sua vez, as principais obrigações podem ser reunidas em dois grupos. No primeiro, os principais são as despesas com os benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial e, em menor monta, os programas de qualificação profissional e intermediação de mão de obra. O segundo grupo diz respeito ao repasse exigido pela constituição federal de 40% da arrecadação do PIS/PASEP ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) com objetivo de financiar programas de desenvolvimento econômico e geração de rendas (CODEFAT, 2018).

A partir da definição, fica a questão: como um *fundo de amparo ao trabalhador* tendencialmente se volta para um fundo de acumulação de capital precisamente em um momento de crescimento econômico e ampliação das “conquistas sociais”? Inicialmente, deve-se ter em mente o caráter contraditório do FAT, enquanto parte do orçamento público em disputa por classes e coordenado pelo governo. Por um lado, o FAT permite desde sua implementação o provimento de auxílio ao trabalhador quando na situação de desemprego, bem como, fornecer crédito para o programa de geração de emprego e renda (PROGER), para pequenos empresários informais nas áreas urbana e rural, e para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Por outro lado, de diversas maneiras os recursos são captados direta ou indiretamente para a acumulação de capital, ainda mais tendo em vista o crescimento desses recursos: com base no relatório anual de gestão do CODEFAT (2017, 2014, 2009 e 2007), os recursos do PIS/PASEP representavam 0,7% do PIB em 2002 e atingem 0,83% em 2011, para em 2016 atingir 0,62% devido à recessão econômica.

Assim, uma primeira crítica passa pelos programas que o FAT deliberada e intencionalmente financia com o objetivo de garantir, supostamente, acesso universal ao trabalho, emprego e renda. Isso se dá por meio de políticas ativas, como intermediação de mão de obra,

⁶⁶“Além dessa fonte, também constituem o FAT, de acordo com a Lei nº 7.998/90, o produto dos encargos devidos pelos contribuintes na forma de multas; a correção monetária e os juros devidos pelo agente aplicador dos recursos financeiros do fundo, bem como pelos agentes pagadores, incidentes sobre o saldo dos repasses recebidos; o produto da arrecadação da contribuição adicional pelo índice de rotatividade, de que trata o § 4º do art. 239 da Constituição Federal e outros recursos que lhe sejam destinados” (DE REZENDE, 2016, p. 360).

qualificação profissional e oferta de crédito, e passivas, no caso, seguro-desemprego e abono salarial. Contudo, a análise das políticas revela outra realidade: a) quase a totalidade das despesas do FAT vai para seguro-desemprego e abono salarial (90% em 2002, 98% em 2010, 96% em 2016); b) no caso do seguro-desemprego, a evolução crescente a partir de meados dos anos 2000 não se deve à “benevolência” ou a um gasto mais elevado permitidos pela legislação brasileira, comparativamente a outros países, mas sim, a seu atrelamento ao ciclo econômico e à rotatividade (PIRES e LIMA JÚNIOR, 2014); c) dessa forma, os recursos do FAT pelo seguro-desemprego constituem um prêmio às empresas que mais utilizam a rotatividade como método de reduzir o nível dos salários e/ou controlar a força de trabalho, sendo que tal prática poderia ser coibida se fosse regulamentada a artigo 239 da Constituição Federal de 1988 que aumenta a contribuição para empresas que possuem taxa de rotatividade acima da média; d) quanto às demais políticas, elas não só se deparam com recursos parcos, entre 2005 a 2008 qualificação e intermediação constituíram em média menos de 1% das despesas do orçamento, como elas se mostram desarticuladas com as demais políticas de geração de renda e das políticas públicas de modo geral no sentido de garantir uma universalização de direitos (BILIO, 2011); e) mesmo a iniciativa do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), que aumentou significativamente o número matrículas entre 2011 e 2014 (mais 8 milhões) em cursos técnicos e de formação inicial continuada, não superou essa tendência, dada a disjunção da formação profissional com a educacional, a concentração de cursos na iniciativa privada e de baixa duração, qualidade, nível técnico e a alta evasão nos cursos, fazendo com que o próprio governo afirmasse que pessoas que cursaram os cursos no PRONATEC têm a mesma chance de voltar ao mercado de trabalho que pessoas que não cursaram os cursos⁶⁷ e o próprio CODEFAT também reconheceu que, com o agravamento da crise política e econômica em 2016, as ações de “qualificação foram infrutíferas”⁶⁸.

Contudo, a crítica mais substancial ao FAT vai além das políticas e os resultados apresentados, ainda que já nessa dimensão se observou que o fundo em muito pouco constituiu

⁶⁷<https://educacao.uol.com.br/noticias/2015/09/25/pronatec-confira-4-explicacoes-para-o-fracasso-do-programa.htm>

⁶⁸“Frisa-se que os resultados de qualificação profissional estavam atrelados à realização do programa Universidade do Trabalhador, bem como de modalidade no âmbito do pronatec; muito embora tenha sido celebrado um TED para a execução do primeiro programa, por decisão de gestão isso não ocorreu e, com a mudança de equipes de governo, as ações no âmbito do pronatec, frutos de acordo de cooperação entre o MEC e o então MTE também sofreram descontinuidade. Assim, as ações de qualificação do Ministério no exercício de 2016 foram infrutíferas, consequentemente, não foi possível aferir resultados” (CODEFAT, 2016, p. 71).

um salário indireto ao trabalhador no sentido de recompor, para contingentes específicos da classes trabalhadora, a lacuna entre o valor e a remuneração da força de trabalho. Outra apropriação dos recursos do FAT pelo capital ocorre antes deles aportarem no fundo, por meio da Desvinculação de Receitas da União (DRU) e das desonerações. O CODEFAT (2015, p. 22) não poderia ser mais explícito e didático:

Cabe destacar que, desde a Emenda Constitucional de Revisão n.º 01, de 01/03/1994, parte da arrecadação da Contribuição PIS/PASEP é destinada para o Tesouro Nacional como Desvinculação de Receitas da União – DRU, de acordo com a Emenda Constitucional n.º 68, de 21 de dezembro de 2011, que estabelece a desvinculação de 20% dos valores arrecadados até 31/12/2015. Entre os exercícios de 1995 a 2014, em regime de competência, foi arrecadado como Contribuição PIS/PASEP o montante de R\$ 472,0 bilhões e retidos no Tesouro Nacional, como DRU, o valor de R\$ 97,0 bilhões (20,0% da arrecadação, que atualizado pelo IPCA, soma R\$ 150,1 bilhões), que resultou a importância de R\$ 375,0 bilhões registrada como receita do FAT. (...) Outro fator de redução de receitas do Fundo refere-se às desonerações sobre a Contribuição PIS/PASEP, que, segundo estimativas apresentadas nos Demonstrativos de Gastos Tributários, parte integrante do Projeto de Lei Orçamentária de cada exercício, elaborados pela Secretaria da Receita Federal – SRFB, representaram R\$ 11,6 bilhões no exercício de 2014.

Dessa forma, somando os valores da DRU e desonerações incidentes sobre o PIS/PASEP e confrontando-os com as receitas do PIS/PASEP, a relação entre descontos e as receitas era de 0,30 em 2003 e cresce para impressionantes 0,51 em 2014. O drama se amplia ainda mais na conjuntura de 2016, pois com a aprovação da emenda constitucional 93/2016 que prorroga a política de desvinculações até 2023 e eleva o percentual de 20% para 30%. A auditoria cidadã da dívida denuncia sistematicamente como essas medidas de desvinculações e desonerações estão ligadas ao sistema da dívida, quando, a partir do Plano Real em 1994, parte significativa do orçamento público é apropriado pelos detentores dos títulos públicos (ACD, 2015).

Se os recursos do PIS/PASEP são retidos crescentemente pelas desonerações e desvinculações, outra parte não menos significativa dos recursos vai para o BNDES, por força de lei. Como dito, o FAT repassa 40% do valor arrecadado do PIS/PASEP ao BNDES, conforme

artigo 239 da Constituição Federal de 1988. Segundo o CODEFAT (2017, p. 31) os objetivos são: “(...) a ampliação e diversificação das exportações; a reestruturação da indústria a expansão e adequação da infraestrutura a cargo da iniciativa privada, com ênfase aos investimentos em energia e telecomunicações; a melhoria dos canais de acesso ao crédito para as micros, pequenas e médias empresas; o fortalecimento do mercado de capitais; e a redução dos desequilíbrios regionais”. Além do FAT constitucional, o BNDES recebe recursos excedentes do FAT, os chamados Depósitos Especiais, a distinção está no fato de que “Enquanto os recursos do FAT Constitucional são aplicados pelo BNDES, de acordo com diretrizes governamentais, em projetos que promovam o desenvolvimento econômico, os do FAT Depósitos Especiais são destinados a programas e setores específicos, previamente determinados pelo Conselho Deliberativo do FAT” (BNDES, 2018a, s.p.).

A justificativa para o FAT constitucional é contribuir para o financiamento de programas de desenvolvimento econômico os quais aumentam e/ou mantêm a oferta, qualidade e salários dos empregos. Além desses, os ganhos para os trabalhadores também seriam indiretos uma vez que sobre os repasses ao BNDES incidem juros que em sua maioria está atrelada a TJLP e limitada a 6% ao ano (até 2017, pois nesse ano a TJLP foi extinta) e uma minoria vinculada a taxas internacionais (CODEFAT, 2018, p. 106/107). Cabe registrar ainda que os repasses do FAT-PIS/PASEP e os depósitos especiais ao BNDES constituem importante fonte de recursos do Banco: em média, de 1995 a 2006 constituíram 43,3% e 6,8%, respectivamente e no período 2007-2017, 31,6% e 4,9% (BNDESa, 2018). Além disso, registre-se que não se prevê o pagamento por parte do BNDES do principal desses repasses ao FAT, salve o caso hipotético de insuficiência de caixa para o seguro desemprego e abono salarial (BNDES, 2018b).

Não é preciso um escrutínio da trajetória de cada objetivo proposto pela relação FAT-BNDES para afirmar que eles não foram logrados e, mais do que isso, que os recursos foram apropriados para a acumulação de capital. Quanto à geração de empregos pelos recursos repassados ao BNDES, ao se tomar a quantidade informada de empregos diretos e indiretos “gerados/mantidos” conforme relatórios do CODEFAT (2008, p. 46; 2012, p. 67; 2016, p. 37) sobre o total de ocupações da PNAD percebe-se a baixa expressividade: 0,9% em 2006 (primeiro ano da nova metodologia disponível), auge de 2,6% em 2011 e, em 2015, um retrocesso com 0,8%. Quanto aos pagamentos de juros, a TJLP constituía uma taxa de juros de referência para investimentos de longo prazo cujo valor praticado era abaixo do mercado precisamente para que

tal diferença estimulasse a contratação de investimentos em projetos associados ao “desenvolvimento econômico”. Assim, na prática, o subsídio dado pelo BNDES aos empresários constitui um subsídio dos trabalhadores a esses projetos, ainda que indiretamente.

Para além do patamar da “benesse” que é “gerar/manter” emprego e do diferencial de juros, a revisão da trajetória da política econômica e da estrutura produtiva do Brasil (capítulo 2) diametralmente se opõem aos objetivos de “desenvolvimento econômico”, por exemplo, pela a reprimarização da pauta exportadora e a desindustrialização. Em outras palavras, se no auge do crescimento econômico durante o governo petista avançou-se em alguma medida na geração de empregos, internacionalização das empresas, aumento de investimentos em máquina e equipamento, bem como de infraestrutura, todos eles com participação direta dos recursos do BNDES, esses resultados não lograram superar a dependência e foram revertidos prontamente com o aprofundamento da crise e recessão pós-2013.

Nesse sentido, não se critica a política de subsídios ao investimento e a de desonerações *per se*, mas sim o fato de que o sentido geral dessas medidas apenas fortaleceu diretamente ou indiretamente a transferência internacional de valor (pelos valores de uso exportador e/ou elevada importação de bens finais-intermediários) e/ou constituíram instrumentos de elevação da taxa de lucro do capital por meio da violação do fundo do trabalhador. O *Fundo de Amparo ao Trabalhador* constitui um exemplo atual e, infelizmente, irônico, dessa conversão e apropriação.

5. Padrão de Reprodução do Capital e Produção Social do Espaço no Brasil: dependência e superexploração em múltiplas escalas espaciais

O capítulo anterior tratou da trajetória da taxa de -valor no período 2000-2016 e da interpretação dos mecanismos de superexploração da força de trabalho (SFT) a partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Grosso modo, observou-se que durante a aceleração e auge do crescimento econômico (2004-2010) houve um aumento substancial da taxa de mais-valor, captado tanto pela metodologia da expressão monetária do valor, quanto pela matriz insumo-produto, ainda que para essa última a aceleração da taxa de mais-valor tenha se restringido até 2005, aproximadamente. A partir de 2010, as metodologias também apontaram uma redução drástica da taxa de mais-valor o que constituiu a base material da recessão e crise econômica do período. Foi visto também que com a intensificação da redução da taxa de mais-valor se seguiu uma deterioração das condições de vida da população trabalhadora: aumento da informalidade, aumento do desemprego, queda de crescimento do rendimento médio real.

De forma trágica, esse último fato é expediente frequente no desenvolvimento capitalista dependente, quando tendencialmente a contraposição às crises econômicas se faz em detrimento das condições de vida das famílias trabalhadoras. Não tão intuitivo é relacionar a melhora substancial das condições de vida dos trabalhadores com a evolução da taxa de mais-valor na primeira década do século XXI. Como visto, o aumento expressivo da taxa de mais-valor se deu com aumento do rendimento familiar, queda do desemprego, aumento real do salário mínimo, sem mencionar uma série de medidas das políticas sociais, de crédito e renda que reverberaram as mudanças no mercado de trabalho para estratos de renda mais baixos da população brasileira. Menos intuitivo ainda é contrastar a melhora das condições de vida com os mecanismos de SFT. Além do aumento real do rendimento médio e mediano, o período foi marcado por ganho do poder de compra do salário mínimo, aumento da taxa de formalização e redução da jornada de trabalho.

Diante desses fatos, o argumento central é que a SFT durante o auge do crescimento dos governos petistas foi relativamente contida. Assim, as aparentes contradições se dissolvem quando se retomou a objetividade histórica da violação do valor da força de trabalho e o descompasso entre ela e o nível de remuneração dos trabalhadores no Brasil, ainda que tal lacuna tenha diminuído do ponto de vista do salário direto no período. Além disso, observou-se que, a

despeito do aumento real dos rendimentos, o desgaste acentuado da força de trabalho se manteve, no caso da intensidade da jornada de trabalho e sua aproximação pelo número de acidentes, como também se ampliou ao se considerar a exploração para além da jornada de trabalho estrita, no caso, os afazeres domésticos e o tempo de percurso casa-trabalho. Por fim, destacou-se que a SFT, com o desenvolvimento do capitalismo dependente, tende a intensificar a violação do componente histórico moral da força de trabalho, sobretudo pelo salário indireto e/ou os bens de consumo coletivos, o que significa uma apropriação e conversão do fundo de trabalho em fundo de acumulação. O argumento foi exposto ao se considerar a evolução do Fundo de Amparo ao Trabalhador e como ele é apropriado pelo capital sob várias formas diretas e indiretas.

Contudo, algumas questões permanecem, sobretudo nos mecanismos de ampliação da taxa de mais-valor na relação entre economia nacional dependente e o sistema imperialista internacional, bem como, das formas de SFT para além do salário direto e jornada de trabalho estrita. O intuito do capítulo final é avançar nessa compreensão destacando uma dimensão fundamental dos mecanismos de SFT: a produção social do espaço. Mais do que um preciosismo casuístico, esse procedimento metodológico é indispensável, pois a reprodução da força de trabalho e a valorização do capital têm como condição e como produto a transformação permanente da natureza que se manifesta em várias escalas espaciais. Até então o foco de análise e de exposição foi o espaço brasileiro, quando se analisaram a trajetória da estrutura econômica e, mais especificamente, a taxa de mais-valor, o salário e a jornada de trabalho tomando como referência a média nacional. A análise da dependência não pode prescindir da dimensão nacional, principalmente porque a valorização do capital social corresponde a mediação de capitais particulares com a média nacional e está vinculada à formação da taxa média de lucro internacional (enquanto tendência). A relação nacional e internacional é mediada, por sua vez, pela política econômica executada pelo Estado Nacional, a qual pode limitadamente e discricionariamente alterar a valorização do capital. Para além da estrutura econômica, ou por causa dela, a nação enquanto configuração histórica unitária da formação socioespacial dependente brasileira compreende toda uma superestrutura e instrumentos ideológicos que se manifestam especificamente sobre território, de forma diversa.

Em síntese, a nação corresponde a uma dimensão espacial primordial no desenvolvimento e manifestação do modo de produção capitalista nas diversas formações socioespaciais. Contudo, a nação é insuficiente para se analisar os determinantes da evolução da

taxa de mais-valor em termos monetários, bem como, as formas histórico-espaciais que a exploração assume no interior do território. Nesse sentido, a partir da visão totalizante da evolução da taxa de mais-valor e mecanismos de SFT nacionais, procura-se analisar em outro nível de determinação essas categorias no Brasil considerando, por um lado, os determinantes internacionais, e, por outro, as manifestações urbano-regionais.

A perspectiva aqui proposta tem como foco apenas evidenciar as múltiplas dimensões do espaço na manifestação da dependência e da SFT no Brasil na contemporaneidade. Essa abordagem ainda é pouco desenvolvida pelos pesquisadores da TMD e críticos da economia dependente brasileira, de modo geral. As interpretações conferidas, quando mencionam a questão do território, fazem-no apenas considerando o espaço nacional na perspectiva unidimensional do espaço, como locus/substrato das atividades econômicas reduzindo o território apenas à questão de localização e aglomeração. Diante dos limites da investigação nesse momento, mais do que um exame exaustivo, a exposição a seguir primará por enfatizar a múltiplas determinações da produção social do espaço no padrão de reprodução exportador de especialização produtiva (PRCEEP) e na FSP dependente brasileira.

O capítulo está estruturado em três seções onde cada uma delas procura ressaltar uma particularidade da produção social do espaço. Na primeira, coloca-se a questão da renda da terra enquanto tributo social e lucro extraordinário que modificam a distribuição do mais-valor entre e dentre os setores econômicos. O argumento central é que o chamado “ciclo de commodities” correspondeu a um aumento do nível de renda e do mais-valor na economia brasileira, não circunscrito aos setores agrominerais e aos agregados macroeconômicos tradicionais. As duas últimas seções enfatizam a diversidade das formas histórica espaciais de exploração e SFT na atualidade, para além da jornada de trabalho estrita. A segunda seção dimensiona a taxa de mais-valor dentre as unidades da federação associando os resultados com os determinantes regionais do PRCEEP. A última seção, por sua vez, enfatiza o espaço urbano quando se procura interpretar o problema da moradia dos trabalhadores, ou falta dela, a partir da SFT.

5.1 Renda da terra, taxa de mais-valor e dinâmica setorial– 2002-2015

Diante da evolução da taxa de mais-valor, discutida no capítulo anterior, a análise do período de elevação substancial da taxa esteve associada mais ao seu componente relativo do que pelo componente absoluto ou pela ampliação da violação do valor da força de trabalho (ainda que o elevado patamar da taxa esteja ligado a esses dois fatores). Na ocasião, enfatizou-se que a taxa de mais-valor relativo foi possibilitada pela acentuação da abertura comercial que permitiu a redução de preço de determinados bens de consumo dos trabalhadores no contexto internacional da década de 2000 (além do comportamento dos chamados preços administráveis por parte do governo). Contudo, nesse momento, é necessário ser mais rigoroso na análise com base nos determinantes do PRCEEP, para além do acesso a determinados valores de uso possibilitados pelo comércio exterior.

Inicialmente, cabe problematizar novamente a metodologia no dimensionamento da taxa de mais-valor ao considerar preços monetários. A taxa de mais-valor relaciona o tempo de trabalho excedente ao tempo de trabalho necessário ou, então, a expressão monetária do produto excedente e do salário, em termos de trabalho abstrato. Como discutido no capítulo três a partir das considerações de John Smith (2016), o problema da mensuração está no fato de que as estatísticas oficiais que contabilizam o produto por valor adicionado fazem referência ao preço de mercado, ou seja, ignoram o tempo de trabalho, as relações de produção e circulação entre capitais individuais, bem como as mediações entre o preço de mercado e a taxa média de lucro, os preços de produção e os custos de produção para capitais individuais. Com isso, a taxa de mais-valor pode variar não por modificações no trabalho necessário e/ou no mais-valor, mas sim pela magnitude em que o valor é monetariamente apropriado em determinadas economias nacionais (dependentes ou imperialistas) e entre/dentre os setores econômicos (a depender da composição orgânica do capital prevalecente e taxa de exploração).

Nesse sentido, o ponto aqui defendido é que os setores agrominerais na economia brasileira a partir da década de 2000 se beneficiaram do aumento internacional da demanda e do preço das commodities não apenas pela exportação de determinados valores de uso e da elevação das receitas nesses setores, mas principalmente, pela apropriação de lucro extraordinário via renda da terra. Mais do que isso, tudo leva a crer que a geração da renda da terra e sua apropriação não ficaram restritas diretamente apenas a tais setores, a julgar, por exemplo, pelo

aumento de participação de setores associados à produção desses valores de uso no PIB entre 2002 e 2010, visto no capítulo 2 (seção 1). Nesse sentido, por trás de uma visão estática da participação dos produtos agrominerais, está uma relação dinâmica entre os setores na reprodução do capital:

Pudiera pensarse, sin embargo, que el circunscribir el remanente sobre la ganancia media que capta la agricultura a la renta diferencial, éste resulta irrelevante para la reproducción y acumulación capitalista en su conjunto. Nada más falso, ya en ‘El Capital’ encontramos textos que se encargan de resultar el enorme peso específico del tercer componente de la ‘fórmula trinitaria’. Engels, refiriéndose a la renta diferencial escribe: ‘Por consiguiente cuanto más capital se invierte en la tierra, cuanto más desarrollada se halle la agricultura y la civilización en general dentro de un país, tanto más aumentarán las rentas, lo mismo por acre, que en cuanto al total, más gigantesco será el tributo que la sociedad vendrá obligada a pagar a los grandes terratenientes bajo la forma de excedente de ganancias, mientras todas las clases de tierras cultivadas se hallen en condiciones de hacer frente a la competencia’ (BARTRA, 2011, p. 150-151).

A seguir, procura-se explicitar essa hipótese geral apontando como a categoria de renda da terra está intimamente ligada não apenas à evolução da taxa de mais-valor, mas também, à trajetória da economia brasileira. Ressalva-se, mais uma vez, que o intuito é apenas enfatizar como a dependência e a SFT se manifestam diversamente em várias escalas espaciais para além da jornada de trabalho direta. Nesse sentido, baseando-se em Marx (1981, seção sexta) e, sobretudo em Bartra (2011, seção V), compreende-se a renda da terra como um “tributo” ou “pagamento a mais” que o capital global gera ao capital agrário. Essa transferência tem como base algumas peculiaridades: a) a terra, enquanto um bem não produzido pelo homem, mas passível de alienação pelo mercado, constitui um importante meio de produção para diversas atividades capitalistas; b) apesar da importância, a oferta de terras não é disponibilizada pelo mercado e/ou pela produção capitalista nas mesmas condições que os demais meios de produção. Nesse sentido, a renda da terra tem o suposto histórico e lógico na escassez relativa de terra e seu caráter de bem natural monopolizável juridicamente, frente às condições objetivas do modo de produção capitalista. Além dessas peculiaridades, outro traço específico na determinação da renda da terra é o fato de que as terras incorporadas em uma mesma atividade produtiva apresentam uma diferença de produtividade entre si advinda de uma maior fertilidade e/ou melhor localização

as quais podem ser obtidas também por sucessivas inversões de capital em uma mesma unidade territorial.

O nível total de renda terra, ou o “tributo” que o capital global cede ao capital agrícola, tem como referência a diferença dos preços do produto total para cada qualidade de terra que produzem e aqueles produtos ainda não incorporadas à produção capitalista de fato. Em outras palavras, “La renta total será igual a la diferencia entre el precio del producto calculado en base al precio individual en las mejores tierras no cultivadas y la suma de todos los precios individuales (BARTRA, 2011, p. 194).” Nesse sentido, diferentemente de outros setores industriais, onde o preço de produção de mercado tende a gravitar em torno do preço médio de produção, no setor agrícola o preço regulador de um determinado valor de uso está associado não apenas pelo custo das terras menos produtivas, mas também pelas terras ainda nem cultivadas. Essa outra peculiaridade se justifica pela constância/crescimento da demanda de produtos agrícolas pelas demais atividades produtivas capitalista, bem como, pela indisponibilidade/restrrição da ampliação terras aptas a satisfazer essa demanda. Seja como for, esse fato faz com que os capitalistas arrendatários de terras em atividades agrominerais se beneficiem de um lucro extraordinário, a depender do nível de produtividade da terra, que passa a ser disputada pelos proprietários fundiários.

Para além da origem da renda da terra e seu suposto histórico, cabe, nessa breve síntese, apontar as duas formas específicas de renda e sua implicação na distribuição, a partir da relação dos proprietários com o nível de produtividade das terras. Nesse sentido, a renda da terra diferencial é gerada a partir da diferença da soma dos preços de produção de cada produtor individual e o preço do produto total supondo um preço de produção de mercado dado a partir da produção nas piores terras cultivadas. Dessa forma, no caso da renda diferencial, as terras com melhor fertilidade/localização vendem suas mercadorias não pelo preço de mercado médio, mas sim, pelo preço de produção do produtor com os maiores custos de produção do produto individual. Quanto maior a produtividade de uma terra, maior a renda diferencial, dado o preço de produção regulador. Contudo, mesmo as terras menos férteis ou piores localizadas também logram uma renda, de forma absoluta, que advém do caráter monopolizável da propriedade fundiário. Nessa segunda forma, a renda absoluta comporta a diferencia do preço total baseado nas suas próprias terras e o preço do produto total calculado tomando como referência o preço

nas melhores terras que ainda não foram incorporadas à produção, a partir dos custos de produção supostos nessas novas terras.

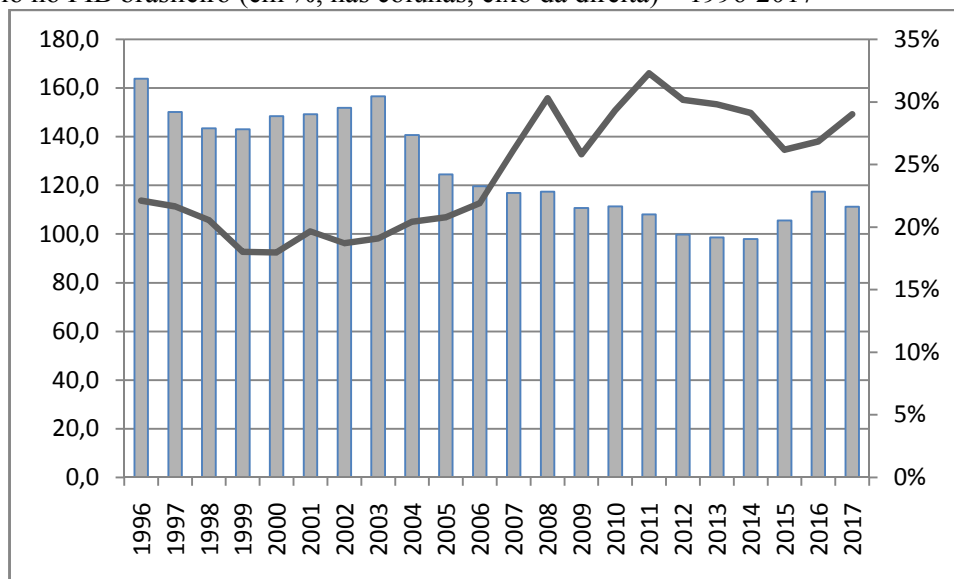
A distinção entre renda absoluta e renda diferencial está limitada apenas à exposição e análise de fenômenos específicos da repartição do lucro extraordinário. Do ponto de vista empírico, a origem e o processo de distribuição da renda diferencial e absoluta coincidem, sendo que com o desenvolvimento do modo de produção capitalista e a industrialização das atividades agrominerais, a renda diferencial toma a primazia:

La transferencia de este tributo se da a través de los precios de los productos agrícolas, por tanto la proporción de su reparto es la misma que la proporción en que se distribuye la producción agrícola, cuanto mayor sea la productividad de un capital mayor será también el porcentaje de plusvalía transferida que logrará captar. La renta total se distribuye entre todos los capitales agrarios en proporción a su grado de productividad. En última instancia estas distintos grados de productividad dependen de la localización de las tierras, de su fertilidad originaria y de su respuesta a las sucesivas inversiones de capital, por lo tanto la capacidad de valorizar el monopolio sobre la apropiación la apropiación económica de las tierras cultivadas es proporcional a sus diferencias de calidad. (...) En conclusión la renta total – absoluta y diferencial – se nos muestra, tanto por su origen como por su distribución, como una renta diferencial (BARTRA, 2011, p. 199)”

Expostos sinteticamente a renda da terra, mencionam-se dois outros aspectos que auxiliam no entendimento dela na contemporaneidade da economia dependente brasileira. O primeiro é que o total de renda da terra transferida do conjunto dos consumidores de produtos agrícolas responde positivamente a aumentos no preço e na quantidade demandada de produtos agrominerais, uma vez que esse aumento amplia potencialmente a diferença entre os preços de mercado e os preços individuais de produção (LEITE, 2017, p. 21). O segundo aspecto é pela possibilidade de apropriação da renda da terra para além dos proprietários fundiários, como o Estado e os capitalistas diretamente: “Si los terratenientes no existen como clase distinta, de cualquier manera ciertos capitalistas agrarios adquirirán un rasgo diferencial en relación a los capitalistas industriales: serán a la vez terratenientes y acumularán también por este concepto” (BARTRA, 2011, p. 141).

Para reforçar os argumentos e as novas hipóteses, expõem-se evidências da relevância econômica e comercial de dois setores agrominerais típicos do PRCEEP no Brasil: alimentos e petróleo. Nesse sentido, o gráfico 11 destaca a participação no PIB do agronegócio e o índice de preços internacionais de produtos alimentares no período 1996-2017.

Gráfico 11: Índice internacional de preço real dos alimentos (2002-2004 = 100 na linha) e participação do PIB do agronegócio no PIB brasileiro (em %, nas colunas, eixo da direita) – 1996-2017



Fonte: FAO Food Price Index/FAO e PIB do Agronegócio/CEPEA- Elaboração própria

No cenário externo, percebe-se que o aumento dos preços internacionais dos alimentos é um fenômeno restrito ao início da década de 2000. De um índice 100 entre 2002-2004, o nível de preços dos alimentos atinge quase 160 em 2008, inclusive ultrapassando esse patamar em 2011 depois do impacto imediato da crise internacional em 2008/2009, para em seguida apresentar uma queda acentuada, fechando 2015 em um patamar próximo ao de dez anos anteriores. Internamente, o gráfico 11 destaca também que a participação do agronegócio brasileiro no PIB nacional declinou precisamente durante a escalada dos preços internacionais dos alimentos. Essa aparente contradição com o argumento aqui defendido deve ser contraposta ao se considerar a valorização cambial que se seguiu a partir de meados da década passada (influenciada pela política monetária e cambial frente aos saldos comerciais) e pelo fato de que o

agronegócio, mesmo com a redução, ainda responde por uma parcela elevada do PIB de 20%, com aumento de participação a partir de 2014.

Independentemente desses dois fatores, a queda de participação do PIB do agronegócio coincidentemente com aumento dos preços internacionais dos alimentos não invalida a relevância da renda da terra por outro motivo. O aumento de preços e da demanda de produtos alimentares não limita a apropriação da renda, pelo contrário, pode permitir uma elevação do lucro-extraordinário e sua apropriação enquanto renda diferencial dos proprietários fundiários de terras com maior produtividade, devido localização/fertilidade e ou inversão de capital. Tudo depende da relação entre preço regulador de mercado e o preço de produção dos diversos produtores. Por sua vez, esse aumento da renda pode modificar a apropriação de mais-valia do ponto de vista intersetorial, a depender da composição orgânica nos setores agropecuários e demais setores na equalização da taxa de lucro. A apropriação do lucro-extraordinário dos setores agropecuários pode ser estendida ainda para os mecanismos de circulação e estrutura de mercado, como discutido no capítulo 2.

A relação da renda terra e do lucro extraordinário nos setores econômicos agropecuários no Brasil pode ser mais bem estabelecida quando se destaca a produção de valores de uso específicos, como milho e soja. Os dados e informações reunidos por Meade et al (2016) para o período 2008-2012 permitem visualizar essa relação. Inicialmente cabe destacar que o Brasil, juntamente com os EUA e a Argentina constituem grandes produtores e exportadores dos dois grãos. O agregado dos três países na produção da soja era de 80,6% do total mundial. No caso do milho, a participação é de 46,8% do total produzido. Em termos de participação no total exportado de soja, os três países exportavam 88,1% da soja comercializada no mundo e 73,1% do milho. Especificamente para o Brasil, a participação na soja exportada foi de 36,8%, sendo que o Brasil era responsável por 28,1% pela produção mundial de soja. Quanto ao milho, o Brasil exportou 14% do milho transacionado e produziu 7,6% do total mundial.

A questão é que essa concentração e concorrência entre os produtores nos três países não significa uma eliminação de possíveis lucros-extraordinários. Como dito no início da seção, ao contrário de setores industriais cuja concorrência e acesso ilimitado aos meios de produção permitem que o preço médio dentre os capitais de um setor constitua o preço regulador, na agricultura o preço regulador não é dado pelo preço médio, mas sim, pelo produtor com o maior preço de produção. A partir de então, os proprietários das terras mais produtivas por

localização/fertilidade e inversão de capital logram uma renda da terra a partir da diferença entre o preço regulador e o seu preço de produção. Tanto para a soja e o milho a concentração e concorrência não significa a eliminação da renda da terra precisamente porque entre 2008 e 2012 quase 53% do milho e 20% da soja eram produzidos por produtores de outros países, provavelmente com maiores custos de produção.

A hipótese de ampliação e importância da renda da terra nesses setores se fortalece quando se retoma o aumento expressivo do preço internacional dos alimentos e, tão importante quanto, quando se enfatiza o nível e as fontes da diferença de produtividade nas terras dessas produções. Tomando como base o trabalho de Meade et al (2016) e focando exclusivamente no Brasil, podem-se destacar os seguintes fatores atuantes em 2010:

- a) o Brasil tinha o menor custo por barril de soja dentre os três países, US\$ 7,47, quase 18% menor do que a Argentina e 9% menor do que o custo dos EUA, sendo que regionalmente no Mato Grosso o custo foi de US\$6,60;
- b) no milho o Brasil apresentava o maior custo por barril, US\$ 4,74, abaixo dos US\$ 3,8 dos EUA, mas o Paraná, maior produtor brasileiro, apresentou um custo mais baixo de US\$ 3,76/barril;
- c) Por um lado, os custos por acre na produção de soja são substancialmente menores no Brasil devido à extensão de terras e pela possibilidade múltiplas colheitas ao longo do ano, o que aumenta a rotatividade e, assim, a taxa de lucro;
- d) Por outro, ainda sobre a soja no Brasil, dentre os custos operacionais o gasto em fertilizante e em produtos químicos (US\$ 118,41 na soma total) por acre plantado são substancialmente maiores que nos EUA (US\$37,91) e na Argentina (US\$42,29). Isso reflete a necessidade de inversão de capital no solo, sobretudo no Cerrado, para compensar a menor fertilidade natural, mas também, a dependência do abastecimento desses insumos pelas grandes empresas transnacionais.
- e) No caso do milho no Brasil, o maior custo relativo por barril é mais um resultado do baixo rendimento da produção e dos custos operacionais, uma vez que as despesas gerais da terra e do trabalho (medido por custos de

oportunidade) são significativamente mais baixos no Brasil. O total das despesas gerais (*allocated overhead*) por acre plantado de milho foi de US\$ 122,17, na Argentina e nos EUA foram de US\$ 237,87 e US\$ 263,79, respectivamente.

- f) No Brasil, medidas de política econômica alteram substancialmente os custos por barril tanto para soja quanto para o milho por meio, por exemplo, de subsídios no financiamento e isenções fiscais para exportadores. O mesmo ocorre no desenvolvimento tecnológico de sementes pela EMBRAPA ao reduzir o custo das sementes para os produtores.
- g) Por causa do pouco valor por volume produzido de soja e milho, os custos de transporte do local de produção até o porto possuem uma influência expressiva sobre o custo total, na realização do produto. No Brasil, devido à infraestrutura e ao modal de transportes, bem como às próprias distâncias geográficas, o custo de transporte até o porto possui um efeito ainda mais significativo. No caso da soja exportada para a China, por exemplo, o custo de produção (*farmprice*) no Mato Grosso por tonelada (*metric/ton*) era de US\$ 243, abaixo do Paraná (US\$269) e das regiões mais produtivas nos EUA (US\$281) e Argentina (US\$255). Contudo, os custos de transporte e armazenagem (*Inlandtransport/handlingcost*) eram significativamente maiores no Mato Grosso com US\$ 98, frente aos US\$ 33 do Paraná, US\$ 50 da Argentina e US\$ 57 dos EUA. Apesar do elevado custo relativo nos transportes no Mato Grosso, entre 2006 e 2012 houve uma redução expressiva da proporção do custo de transporte sobre os “custos totais em terra” (*landedcosts*) de 45,4% para 28,4%.

De forma análoga, pode-se considerar o caso do petróleo. Antes disso, atenta-se que os dados destacados não procuram esmiuçar e analisar os setores econômicos em si, mas sim, entender como a totalidade do PRCEEP compreende uma transformação permanente do espaço, em várias escalas, que se manifesta dialeticamente nos setores, enquanto partes integradas ao todo. Nesse sentido, conforme pode ser visto no gráfico 12, a década de 2000 é marcada por uma elevação substancial no preço do petróleo quando em 2002 o barril do petróleo cru era de US\$

24,36 e atingiu US\$ 94,45 em 2008. Mesmo depois da queda de 35% no preço do barril em 2009, o patamar se elevou até quase US\$ 110 em 2012. A partir então, a queda foi acentuada e, em 2016, o preço do barril marcou US\$ 40,76. O gráfico 12 também revela que, despeito da trajetória do preço do barril de petróleo, o crescimento do setor no Brasil foi intenso.

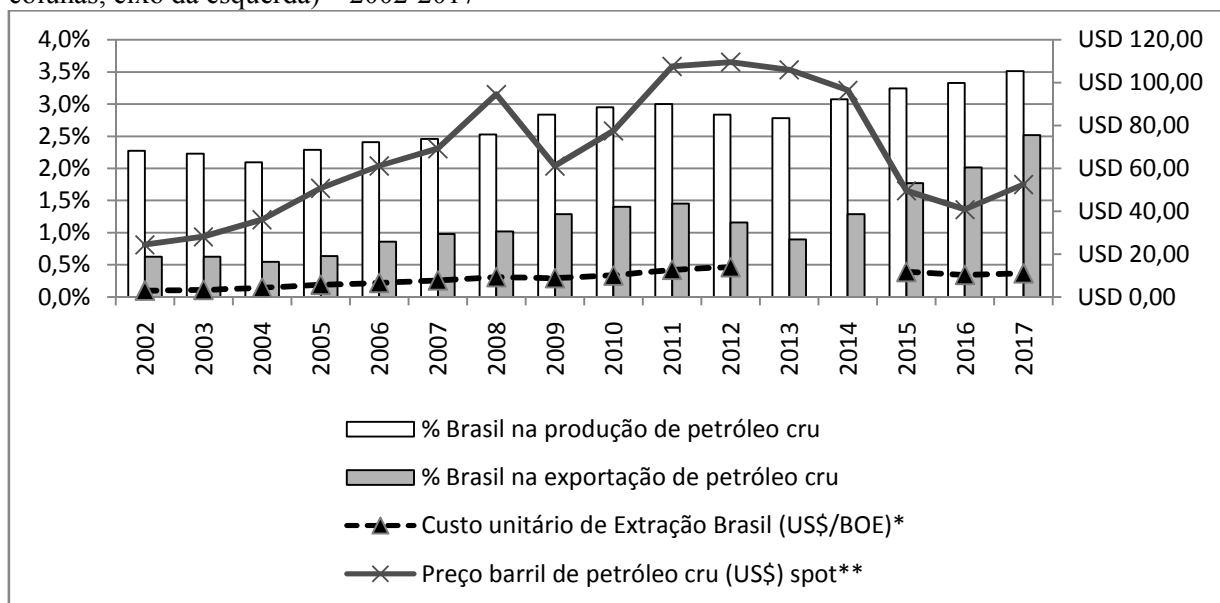
Percebe-se que o custo de extração do barril de petróleo cru no Brasil (US\$/BOE⁶⁹) mostrou apenas um leve crescimento durante a ascensão do preço internacional do barril de petróleo. Essa lacuna expressiva entre o custo de extração e o preço se manteve mesmo depois da queda do nível do preço de petróleo pós 2012, sendo que o custo de extração se manteve estável nos anos posteriores. Evidentemente, os custos de extração não são os únicos envolvidos no processo de produção, circulação, distribuição e realização do petróleo, assim como, dos seus produtos derivados e mais refinados, complexidade que se soma com a evolução da taxa de câmbio⁷⁰. O seu destaque se justifica como uma aproximação da questão da produtividade natural da terra desse recurso monopolizável, até então, com forte participação estatal.

Frente ao aumento do preço e demanda internacional de petróleo, assim como de um crescimento diminuto dos custos de extração, a participação brasileira na produção de petróleo cru e na exportação foi ascendente. No caso da produção, o aumento de participação brasileira é ininterrupto pós-2004, excetuando o período de auge do preço internacional do petróleo, de 2,1% para 3,5% em 2017. Mais expressivo ainda é o aumento de participação brasileira na exportação: 0,5% em 2004 para 2,5% em 2017. Esse comportamento da inserção externa ajuda a explicar o aumento de participação do complexo de petróleo e gás no PIB, segundo SCN de 2010, feito por Tavares e Moreira (2016): entre 2002-2013, o setor representou em média 4,68% do PIB de cada ano, sendo que entre 2003-2008 essa proporção média chegou a 5,45%, reduzindo-se para 3,5% do PIB em 2013.

⁶⁹“Barris de óleo equivalente. Normalmente usado para expressar volumes de petróleo e gás natural na mesma unidade de medida (barris) pela conversão do gás à taxa de 1.000 m³ de gás para 1 m³ de petróleo. 1 m³ de petróleo = 6,289941 barris de petróleo”. <http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/glossario/b>

⁷⁰A ressalva dos impactos do câmbio sobre o setor de gás e petróleo a seguir também pode ser estendida para o caso dos setores agropecuários de antes: “Vale também frisar que, na medida em que todos os valores do SNC são mensurados em moeda nacional, variações na taxa de câmbio provocam mudanças no VAB a depender de diferenças no grau de dolarização da estrutura de receitas e custos da atividade. Grosso modo, no Brasil, os efeitos mais relevantes de desvalorizações da moeda brasileira frente ao dólar reforçam os impactos causados pela subida nos preços do petróleo, quais sejam: elevação do VBP [valor bruto da produção] da atividade de “Petróleo e gás” e elevação do CI [consumo intermediário] da atividade de “Refino de petróleo e coque”” (TAVARES e MOREIRA, 2016, p. 6).

Gráfico 12: Custo unitário de extração de petróleo no Brasil (US\$/BOE)*, Preço barril de petróleo cru (US\$) spot**, participação do Brasil na produção de petróleo cru e a exportação de petróleo (em % nas colunas, eixo da esquerda) – 2002-2017***



* sem participação governamental

** OPEC ReferenceBasket

*** Não foi possível localizar nos relatórios anuais de 2013 e 2014 o custo unitário

Fonte: PETROBRAS (2002-2017) e OPECdata; Elaboração própria

Assim como no caso dos agropecuários, o aumento da produção do petróleo se fez pelo acesso a fontes de produtividades disponíveis gratuitamente pela natureza, ainda que seu acesso requeira inversão de capital. A descoberta e a exploração dos poços de petróleo da camada pré-sal na costa marítima brasileira anunciadas em 2006 coroa por excelência esse argumento. Não à toa, passados apenas dez anos do anúncio, a produção de petróleo nessas áreas já compete em igualdade com os países produtores de petróleo do Oriente Médio: no Brasil, a faixa de preço do barril de petróleo que torna a exploração “economicamente viável” é de US\$30 a US\$ 40, um pouco acima dos US\$ 20 a US\$ 40 do Oriente Médio. O depoimento do presidente da Shell no Brasil, André Araújo, pouco antes do leilão de oito áreas do pré-sal em 2017, é elucidativo: “o pré-sal é onde todo mundo quer estar” (NUNES e LUNA, 2016). O vice president executivo de águasprofundas da Shell, WaelSawan, explica o motivo: “*I think what Brazil really has going for it is a naturally blessed subsurface that allows it to compete with the best of what’s out there in the world*” (PARASCOVA, 2017). Nesse sentido, são fortes os indícios, senão explícitos, que

renda da terra diferencial opera um papel crucial na apropriação de mais-valor dentro da totalidade da produção e reprodução do capitalismo dependente.

Os efeitos dessa dinâmica de apropriação do mais-valor pela renda da terra gerada sobre os determinantes nacionais e internacionais dos setores no PRCEEP constituem um importante objeto de investigação futuro, ainda mais tendo em vista o aumento da demanda e do preço internacional desses valores de uso. Isso porque, conforme destaca Bartra (2011, p. 127/128), o caráter monopolizável da terra e sua escassez relativa diante das condições de produção capitalistas têm efeitos diversos não só sobre a concorrência no interior do setor agromineral, mas também afetam a formação do preço de produção, a taxa de lucro e as condições de concorrência em outros setores. Longe de esgotar essa questão, para além da contribuição das evidências até aqui reunidas, procura-se explicitar um desses desdobramentos, retomando a questão da taxa de mais-valor.

Do ponto de vista de capitais particulares, a valorização do capital e o aumento da taxa de lucro não coincidem necessariamente com o aumento da taxa de mais-valor. Uma vez que produção capitalista tem como base o assalariamento e uma elevada divisão social e setorial do trabalho e a mediação do preço de produção, a concorrência entre capitais na equalização da taxa de lucro permite que capitais com maiores composições orgânicas se apropriem do mais-valor de outros capitais mesmo tendo a mesma taxa de mais-valor ou, hipoteticamente, declinante⁷¹.

De fato, essa parece ser a situação quando se coloca a taxa de mais-valor para os setores na economia dependente brasileira a partir da década de 2000. Como visto no capítulo 3 e 4, com todas as limitações, a metodologia da expressão monetária do valor permite mensurar a taxa de exploração para segmentos específicos para os trabalhadores produtivos (conforme definição) a partir da relação entre E e o custo salarial por hora de cada setor. No caso, para fins de praticidade, tomou-se como referência a taxa de exploração a partir das considerações diretas de Gouverneur (1990) (s^*) pela consideração dos conta-próprias com um rendimento igual a dos empregados produtivos. Tal procedimento tende a superestimar o rendimento dos contas-próprias reduzindo a taxa de mais-valor em geral, mas essa discrepância se mantém ao longo do tempo de forma homogênea, o que não invalida os propósitos aqui reunidos. Frente ao objetivo deste

71“(…) plusvalía engendrada en una rama y ganancias efectivamente realizadas en la rama, debemos admitir que la ganancia es un concepto más radical por cuanto está mediada por la plusvalía total y es expresión particular del interés común del capital global, mientras que la plusvalía engendrada por la rama no es aún más que una virtualidad por cuanto se la concibe en su inmediatez y antes de constituirse socialmente al formar parte de la plusvalía total” (BARTRA, 2011, p. 144).

capítulo, expõem-se os casos para os anos de 2002, 2011 e 2015, anos que marcam o início, auge e declínio do crescimento econômico no período, na tabela 11⁷².

Nesse sentido, em termos setoriais conforme os dados da tabela 11, somente dois dentre todos os grandes setores da economia dependente brasileira (em negrito na tabela 11), apresentaram uma redução na taxa de exploração entre 2002 e 2011: os setores agrícolas (-63 p.p.) e serviços domésticos (-67,5 p.p.). Essa redução deve ser vista, por um lado, pelos efeitos das políticas de transferência de renda/formalização, e, por outro, pela permanência de um elevado patamar na taxa de exploração, apesar da redução. Seja como for, todos os demais grandes setores da economia apresentaram uma ampliação na taxa de mais-valor. Aqueles que se expandiram abaixo da média brasileira no subperíodo (30%) foram “outros serviços coletivos, sociais” (26,14%), “comércio/reparação” (24,27%), “alojamento/alimentação” (16%) e construção (3,8%), ressaltando que esse menor crescimento relativo se deu precisamente em grandes setores em que o patamar taxa de mais-valor é mais alto que a brasileira (sobretudo os últimos dois). Por sua vez, os grandes setores⁷³ que cresceram acima da média brasileira foram “outras atividades industriais” (37,3%), “transporte, armazenagem e comunicação” (46,3%), “indústria de transformação” (47,3%), “outras atividades” (83%) e “educação, saúde e serviços sociais” (94%). Cabe lembrar que pela definição de trabalhadores produtivos, foram excluídos trabalhadores não-mercantis, como auto construção/consumo e relacionados à esfera pública (capítulo 3).

É na desagregação dos setores econômicos que a hipótese do diferencial da taxa de mais-valor e os determinantes espaciais do PRCEEP podem ser mais bem expostos. Em uma associação direta ainda que metodologicamente não compatível, de modo geral, percebe-se que setores relacionados com a produção primária e que ampliaram sua participação no VAB apresentaram uma baixa taxa de mais-valor em 2011⁷⁴, comparativamente à média nacional, como são os casos “extração de petróleo” (15%), “extração de minerais metálicos” (47%), “extração não-metálicos” (127%) e a própria redução da taxa de mais valor na agricultura como um todo destacada antes. Contudo, quando se observa a taxa de mais-valor em segmentos

⁷²Essa ressalva também se aplica aos dados regionais, na seção seguinte.

⁷³Nessa descrição, excetuam-se as “atividades mal definidas” e administração pública, devido natureza heterogênea e pouco expressiva do ponto de vista da classificação de trabalho produtivo.

⁷⁴Ainda que alguns deles tenham apresentado uma elevação na taxa frente a 2002, o que não invalida o argumento central, tendo em vista a expansão no número de ocupações e o baixo patamar (inclusive negativo, para alguns subsetores) na taxa de mais-valor em 2002.

também associados à produção agromineral, mas agora, para além das atividades primárias, percebe-se uma maior coincidência no aumento de participação no VAB e no aumento da taxa de mais-valor, sobretudo por tratar-se de setores com menor composição orgânica do capital. Nesse segundo caso, podem-se enquadrar os seguintes segmentos e sua taxa de mais-valor em 2011: “Fabricação de artigos de borracha e plástico” (167%), “fabricação de produtos alimentícios e bebidas” (192%) e “transporte terrestre” (200%).

Os destaques servem apenas para enfatizar a discrepância da taxa de mais-valor e o VAB para aqueles segmentos mais dinâmicos do PRCEEP e associados de forma mais direta à produção agromineral durante o auge do crescimento econômico da década passada. Por um lado, a taxa de mais-valor foi menor ou se reduziu frente à média nacional precisamente com o aumento dos preços e da demanda internacional dos produtos. Por outro lado, setores industriais também relacionados à produção agromineral, mas com menores composições orgânicas do capital contaram com um aumento de participação no VAB a partir de uma alta taxa de mais-valor. O confronto da taxa de mais-valor com o VAB nos setores direto e indiretamente ligados à produção agromineral ressalta a importância da categoria da renda da terra na dinâmica intersetorial, o que não mitiga a complexidade teórica e empírica dessa questão para uma análise mais aprofundada.

Tabela 11: Ocupações produtivas (Lv, em milhares), Custo salarial dos trabalhadores produtivos (Lv_{wv}, em milhões de R\$), tempo de trabalho dos trabalhadores produtivos (Lv_{tv}, em milhões de horas) em termos anuais e taxa de mais-valor (s*) (metodologia da expressão monetária do valor) segundo setores econômicos – Brasil, 2002, 2011 e 2015

SETORES ECONÔMICOS	Numeração	2002				2011				2015			
		Lv	Lv _{wv}	Lv _{tv}	s*	Lv	Lv _{wv}	Lv _{tv}	s*	Lv	Lv _{wv}	Lv _{tv}	s*
AGRÍCOLA		248	779	362	475	746	8.217	1.352	412	288	5.222	463	276
Agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades	1	231	738	339	468	679	7.422	1.225	413	282	5.170	455	273
Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados com estas atividades	2	16	38	23	637	49	579	91	388	4	25	3	498
Pesca, aquicultura e atividades dos serviços relacionados com estas atividades	3	1	2	1	203	18	216	37	427	2	27	5	706
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		7.954	94.948	15.433	101	9.263	216.768	17.363	149	8.377	274.466	15.383	137
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	4	1.289	13.592	2.633	140	1.540	31.692	2.971	192	1.600	45.406	2.978	178
Fabricação de produtos do fumo	5	18	185	35	134	24	721	46	96	14	536	26	104
Fabricação de produtos têxteis	6	474	4.272	878	155	503	8.955	924	221	361	9.107	650	203
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	7	691	4.089	1.302	294	877	11.399	1.601	337	777	14.167	1.419	324
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	8	620	4.378	1.189	236	587	9.330	1.115	272	427	9.479	796	256
Fabricação de produtos de madeira	9	434	3.245	878	235	274	4.391	530	275	300	6.962	553	237
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	10	157	2.227	302	68	231	5.742	430	133	211	9.379	393	78
Edição, impressão e reprodução de gravações	11	298	5.018	554	37	276	8.625	494	78	249	8.803	426	105
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	12	111	2.838	231	1	208	7.569	405	67	151	7.787	289	57
Fabricação de produtos químicos	13	503	9.680	967	24	531	19.307	983	58	548	26.220	991	60
Fabricação de artigos de borracha e plástico	14	258	3.443	503	81	276	6.143	527	167	353	11.505	651	140
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	15	537	4.475	1.052	191	522	9.783	989	215	497	12.787	917	204
Metalurgia básica	16	254	4.065	490	49	409	13.028	769	83	290	11.504	531	96
Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	17	527	6.608	1.007	89	537	11.916	1.007	163	502	16.015	925	145
Fabricação de máquinas e equipamentos	18	446	7.390	868	45	704	19.446	1.308	109	644	26.283	1.176	90
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	19	27	676	49	-10	44	1.321	81	92	21	1.073	38	52
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	20	102	1.854	195	30	161	4.215	294	117	133	5.083	242	101
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	21	96	2.216	180	0	78	2.107	140	107	74	2.693	133	110

Tabela 11: Ocupações produtivas (Lv, em milhares), Custo salarial dos trabalhadores produtivos (Lvwv, em milhões de R\$), tempo de trabalho dos trabalhadores produtivos (Lvtv, em milhões de horas) em termos anuais e taxa de mais-valor (s*) (metodologia da expressão monetária do valor) segundo setores econômicos – Brasil, 2002, 2011 e 2015 (continuação)

SETORES ECONÔMICOS	Numeração	2002				2011				2015			
		Lv	Lvwv	Lvtv	s*	Lv	Lvwv	Lvtv	s*	Lv	Lvwv	Lvtv	s*
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	22	83	1.486	154	28	75	2.557	141	71	61	2.954	112	60
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	23	376	7.235	714	22	637	23.181	1.171	57	517	26.531	944	51
Fabricação de outros equipamentos de transporte	24	80	1.394	151	35	107	3.362	199	84	154	7.504	290	64
Fabricação de móveis e indústrias diversas	25	547	4.390	1.049	196	598	10.956	1.121	218	426	11.451	786	191
Reciclagem	26	26	193	52	230	63	1.021	117	257	66	1.235	116	297
OUTRAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS		316	5.085	618	51	510	17.917	976	69	474	24.216	897	57
Extração de carvão mineral	27	3	25	5	162	6	142	11	136	4	227	7	29
Extração de petróleo, gás natural e serviços relacionados	28	20	639	41	-21	60	3.347	124	15	63	6.451	132	-14
Extração de minerais metálicos	29	50	810	101	54	96	3.946	187	47	114	4.861	217	89
Extração de minerais não-metálicos	30	114	1.056	221	159	163	4.286	313	127	90	3.283	173	123
Eleticidade, gás e água quente	31	103	2.101	199	17	140	5.197	259	55	158	7.859	290	57
Captação, tratamento e distribuição de água	32	26	452	52	42	44	1.000	84	160	44	1.534	78	117
CONSTRUÇÃO	33	2.724	20.426	5.371	226	4.111	71.494	7.684	234	4.178	106.331	7.537	200
COMÉRCIO E REPARAÇÃO		7.390	62.454	14.716	192	10.395	182.330	19.833	238	10.814	258.247	20.210	232
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis	34	1.538	13.213	3.127	193	2.128	39.549	4.056	219	2.200	53.469	4.085	224
Comércio a varejo e por atacado; e reparação de objetos pessoais e domésticos	35	5.852	49.241	11.590	191	8.267	142.781	15.778	244	8.614	204.778	16.124	234
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	36	1.577	10.007	3.096	283	2.923	39.553	5.446	328	2.914	55.265	5.228	301
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÃO		2.233	27.564	4.661	109	3.346	79.286	6.628	160	3.510	112.365	6.706	153
Transporte terrestre	37	1.574	16.851	3.421	151	2.456	52.112	5.022	200	2.559	73.784	4.989	187
Transporte aquaviário	38	31	432	70	100	45	1.670	86	60	47	2.489	92	57
Transporte aéreo	39	56	1.644	99	-26	70	4.492	123	-15	68	4.785	113	0
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem	40	239	2.965	464	94	320	8.868	585	105	425	15.661	772	109
Correios e telecomunicações	41	332	5.673	607	33	454	12.143	812	108	411	15.645	740	100
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	42	67	1.095	118	34	4	45	3	113	5	156	5	49
EDUCAÇÃO, SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS		2.678	34.823	4.133	47	3.108	79.235	4.878	91	3.870	140.293	6.098	84
Educação	43	1.351	18.832	1.851	22	1.518	40.163	2.122	64	1.816	67.856	2.608	63
Saúde e serviços sociais	44	1.327	15.991	2.282	77	1.590	39.071	2.756	119	2.054	72.437	3.490	104

Tabela11: Ocupações produtivas (L_v , em milhares), Custo salarial dos trabalhadores produtivos ($L_v w_v$, em milhões de R\$), tempo de trabalho dos trabalhadores produtivos ($L_v t_v$, em milhões de horas) em termos anuais e taxa de mais-valor (s^*) (metodologia da expressão monetária do valor) segundo setores econômicos – Brasil, 2002, 2011 e 2015 (final)

SETORES ECONÔMICOS	Numeração	2002				2011				2015			
		L_v	$L_v w_v$	$L_v t_v$	s^*	L_v	$L_v w_v$	$L_v t_v$	s^*	L_v	$L_v w_v$	$L_v t_v$	s^*
OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS		1.634	14.079	2.826	149	1.738	32.057	2.962	187	1.857	46.688	3.063	178
Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas	45	93	873	183	160	95	1.543	182	267	124	2.789	231	251
Atividades associativas	46	509	3.973	895	179	325	6.842	546	148	341	9.773	542	135
Atividades recreativas, culturais e desportivas	47	702	7.291	1.132	92	718	16.596	1.145	115	748	22.320	1.164	121
Serviços pessoais	48	330	1.942	616	293	600	7.076	1.089	379	643	11.807	1.126	304
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	49	6.250	17.237	10.641	664	6.693	46.177	10.346	597	6.341	66.082	9.018	478
OUTRAS ATIVIDADES		4.376	65.285	7.917	50	6.809	193.386	11.933	92	7.087	276.803	12.142	86
Intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada	50	480	14.686	839	-29	622	28.720	1.056	14	623	40.613	1.034	8
Seguros e previdência privada	51	118	2.183	206	17	105	4.113	181	37	128	8.281	222	13
Atividades auxiliares da intermediação financeira	52	86	1.820	156	6	164	8.266	287	8	139	6.696	245	55
Atividades imobiliárias	53	587	5.713	1.133	145	664	13.526	1.226	182	762	21.077	1.372	176
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores e de objetos pessoais e domésticos	54	87	762	167	172	77	1.775	137	141	57	1.816	103	140
Atividades de informática e conexas	55	175	4.183	305	-10	335	13.554	586	34	346	20.337	601	25
Pesquisa e desenvolvimento das ciências sociais e humanas	56	17	444	30	-15	22	962	40	28	23	921	39	81
Serviços prestados principalmente às empresas	57	2.821	35.402	5.072	77	4.818	122.381	8.416	114	5.004	176.645	8.520	104
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	58	5	92	9	25	3	89	4	57	5	417	7	-28
ATIVIDADES MALDEFINIDAS	59	34	471	59	55	41	722	69	198	21	514	34	176
TOTAL		37.482	354.253	69.950	144	49.687	967.187	89.475	188	49.736	1.366.647	86.785	169

Fonte: SCN e PNAD/IBGE; Elaboração própria

Para além desses casos relacionados diretamente à produção/circulação de *commodities*, o dimensionamento da taxa demais-valor por setores permite compreender e avaliar melhor outros determinantes setoriais do PRCEEP. Por exemplo, a elevada taxa de mais-valor em 2011 do “comércio/reparação” como um todo (238%), uma vez que a extroversão comercial pressupõe uma circulação e reparação de mercadorias pelo território a qual contou com a incorporação de força de trabalho e aumento da exploração. Outro exemplo é segmentos de maior composição orgânica que se beneficiam de medidas de política econômica e/ou da posição dependente no acesso a meios de produção importados onde a reduzida taxa de exploração da força de trabalho não impediu um aumento de participação do VAB entre 2002-2011, como é caso de “Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias” com taxa demais-valor de 57% em 2011. Na mesma linha, um contra-exemplo seriam os setores também com maior composição, mas que diminuem sua participação no VAB no período ao mesmo tempo em que aumentam substancialmente a taxa de mais-valor entre 2002-2011: “Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações”, “fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos”, “Fabricação de máquinas e equipamentos”. Ao que tudo indica esse fato é uma manifestação da desindustrialização e, potencialmente, se aproximando de condições clássicas para os imperativos da SFT.

Entre 2011-2015, a redução da taxa de mais-valor foi generalizada, ou seja, todos os grandes setores apresentaram uma queda. Novamente, os setores agrícolas e serviços domésticos destoam do restante, só que agora por ampliarem ainda mais a redução na taxa de mais-valor. Excluindo da análise esses dois setores e os setores pouco expressivos quantitativamente (administração pública) ou de natureza heterogênea (atividades mal definidas) os setores que apresentaram as menores reduções na taxa de mais-valor foram: outras atividades, com uma redução de 6% (quando se observou inclusive um aumento na taxa de mais-valor “Atividades auxiliares da intermediação financeira”, ainda que o segmento de “Serviços prestados principalmente às empresas” que compõe 70% do segmento tenha apresentada uma redução de 10%); comércio e reparação (cujas reduções se concentrou no segmento “Comércio a varejo e por atacado; e reparação de objetos pessoais e domésticos”); e, transporte, armazenagem e comunicação com redução de 8% (puxado novamente por “correios e telecomunicações” e “transporte terrestre”); Por sua vez, as maiores reduções na taxa de mais-valor foram nos setores e subsetores de: construção com -35 p.p. (que já apresentara uma baixa expansão na taxa de mais-

valor no período de auge do crescimento, de 2002-2011) e alojamento e alimentação com uma redução de -29 p.p. na taxa de mais-valor.

Mais do que explicar os determinantes setoriais, essa breve exposição procura apontar a necessidade de se investigar a taxa de mais-valor de forma mais concreta, principalmente tendo em vista a dinâmica do PRCEEP. Nesse sentido, em perspectiva histórica, observa-se que o PRCEEP resultou de fato em uma maior taxa de exploração e que na primeira década de 2000 ela se ampliou. Contudo, em termos setoriais, esse aumento aparentemente não se generalizou naqueles segmentos típicos do PRCEEP. Essa constatação preliminar levanta uma série de questões teóricas, a partir da TMD. A hipótese parcial com que se trabalha, baseada na revisão conceitual do capítulo 2 e 3, é que os setores que apresentaram as maiores taxas de crescimento na primeira década de 2000 manifestam um lucro-extraordinário o que permite que a taxa de lucro não seja condicionada diretamente pela taxa de mais-valor do processo de produção singular. Para tanto, cabe investigar como se dá o processo de transferência de mais-valor internacionalmente para esses setores, mas também, em termos nacionais. Nesse segundo caso, a hipótese pode ser estendida para a seguinte situação: como a transferência de valor resulta em uma menor capacidade de acumulação de capital nesses setores, restam-lhes aumentar ainda mais a taxa de exploração.

5.2 Superexploração e questão regional⁷⁵

A seção anterior destacou como a produção de commodities agrominerais nos anos 2000, enquanto traço distintivo do PRCEEP, condicionou não apenas o crescimento econômico brasileiro, mas também a taxa de mais-valor e a própria valorização do capital no país. A análise procurou reforçar ainda mais os determinantes do PRCEEP e a política econômica vistos no capítulo 2, associados à estrutura da dependência e a SFT, só que em um maior nível de concretude. Nesse sentido, a produção de mais-valor e a SFT no Brasil, por um lado, e a transferência internacional de valor, por outro, se relacionam dialeticamente com a geração e apropriação da renda da terra enquanto parcela do lucro-extraordinário ligada à propriedade

⁷⁵Esta seção tem como base Aruto e Gomes Júnior (2017).

fundiária. Como dito repetidamente, o propósito na ocasião foi apontar como a produção social do espaço, pela permanente transformação da natureza pela força de trabalho, se manifesta em várias dimensões.

A presente seção procura precisamente desenvolver essa perspectiva analisando-a, agora, para as distintas manifestações da SFT sobre o território nacional. Por se tratar de questões que envolvem múltiplas dimensões da produção social (desde uma concepção mais abstrata das tendências do modo de produção e sistema mundial, até uma dimensão mais concreta, como as regiões brasileiras no atual padrão de reprodução do capital), retoma-se brevemente as categorias que permitem relacionar as diferentes particularidades da reprodução social dos homens na transformação da natureza. Em primeiro lugar, as transformações socioeconômicas que perpassam as regiões de uma nação estão atreladas à necessidade de expansão do capital pelo território. Contudo, esse fenômeno não ocorre de maneira homogênea, em outras palavras, trava-se uma contínua e contraditória rearticulação das regiões às determinações postas sobre a economia nacional. Mais concretamente, a expansão do capital pelo território nas distintas formações socioespaciais é condicionada pelo *padrão de reprodução do capital*, ou seja, pelas características históricas e espaciais presentes nas metamorfoses do capital no processo de valorização (OSORIO, 2012a, p. 40-41).

Em segundo lugar, as particularidades do padrão de reprodução do capital se manifestam pela permanente *produção e reprodução social do espaço*, pois todo processo de valorização do capital, pressupõe e resulta numa transformação da natureza e do território pela pelas relações de produção: “La producción capitalista, por consiguiente, no desarrollala técnica y la combinación del proceso social de producción sino socavando, al mismo tiempo, los dos manantiales de toda riqueza: *la tierra y el trabajador*” (MARX, 1975, p. 612/613, destaque do autor).

Em terceiro lugar, no caso da América Latina, na sua vinculação com o modo de produção capitalista, a reprodução das relações de produção tem como sentido a manutenção da *superexploração da força de trabalho* (SFT), isto é, a remuneração da força de trabalho abaixo do valor necessário para a sua reprodução social, por meio de prolongamento da jornada de trabalho, intensidade da jornada de trabalho, baixos salários e transferências de fundos dos trabalhadores para o capital de modo geral (MARINI, 2005). Assim, a SFT, objetivada pelas relações de

produção, torna-se a lei geral das formações socioespaciais dependentes e o espaço manifestará essa condição específica de transformação da natureza (ARUTO, 2015).

A SFT constitui uma lei geral que se manifesta sob várias formas espaciais e históricas nas formações socioespaciais dependentes. Nesse sentido, o espaço nacional e subnacional no atual (PRCEEP) nessas economias dependentes, dialeticamente, resulta e condiciona uma estrutura econômica, uma estratificação social, uma correlação de forças políticas substancialmente distintas do padrão de reprodução do capital anterior, quando da industrialização dependente. Trata-se, assim, de transformações nas formações socioespaciais dependentes dentro da nova dinâmica do modo de produção capitalista, onde a própria nação e sua relação com as regiões subnacionais são alteradas. Nesse sentido, foi visto como os esquemas e as formas de produção e realização do mais-valor nas formações socioespaciais dependentes passaram por uma transformação a partir da emergência do PRCEEP na década de 1980, sobretudo na seguinte.

Sumariamente, o PRCEEP supõe o fim da industrialização como um projeto de maior autonomia (relativa) econômica. Ainda que alguns segmentos industriais se mantenham, eles se encontram integrados ao projeto exportador e dentro de grandes cadeias produtivas globais comandadas por empresas transnacionais. No caso do Brasil, o modelo neoliberal adotado, ao permitir uma maior exposição aos fluxos comercial e financeiro comandados pelas empresas transnacionais, promoveu não somente uma baixa taxa de crescimento médio histórico, mas também, uma regressão da estrutura produtiva. Mesmo com a ascensão de um partido historicamente associado a movimentos progressistas, em 2003, e medidas pontuais pró-mercado interno, manteve-se a política econômica em torno do superávit fiscal, câmbio valorizado, juros elevados e restrição ao crédito para investimento produtivo-industrial.

Diante da nova conjuntura internacional e da política econômica adotada, a partir de 1980 a organização espacial brasileira, na dimensão urbana e rural, enfrentaria novos determinantes políticos e econômicos. O ponto aqui defendido é que a base material desse processo está nas contradições da disseminação da reprodução da força de trabalho assalariada nas regiões, bem como, o uso intensivo e extensivo do território. Nesse sentido, talvez o ponto mais significativo, em termos regionais, seja permanência da desconcentração produtiva regional iniciada na década de 1970, só que agora motivada pelo esgotamento da industrialização e o aprofundamento da dependência. Com base em Cano (2008), o fenômeno da desconcentração

produtiva para além de São Paulo continua, porém sob uma forma “espúria”, uma vez que em geral o ganho de participação das regiões periféricas na estrutura produtiva se deve mais a um “efeito estatístico” do que a maior dinâmica regional. Em outras palavras, a periferia também diminui o seu ritmo de crescimento, porém, a uma intensidade menor que a da região polo industrial.

Sinteticamente, a desconcentração produtiva avança, principalmente, nas áreas de expansão da fronteira agromineral como a região norte, centro-oeste, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Por sua vez, o Nordeste recupera a posição perdida nas últimas duas décadas e a região sul e Minas Gerais, que desenvolveram um importante parque industrial durante o processo de industrialização, reduzem/estabilizam a sua participação, com um comportamento oscilante. Dessa forma, o grande perdedor é São Paulo, precisamente a região que em termos capitalistas mais avançara no processo de industrialização (CANO, 2008). Na tabela 12, constata-se a tendência de queda da participação de SP no VAB nacional, inclusive durante o auge do crescimento na década de 2000: 33,9% em 2002 para 31,8% em 2011, mantendo a última participação em 2016, no auge da recessão econômica. Desagregando setorialmente esse resultado para cada ano, a perda de participação paulista no VAB nacional é mais sensível nos setores que lideraram a industrialização, como a própria indústria de transformação (43,4%, 41,6% e 38,5%, respectivamente), além dos importantes setores para infraestrutura da acumulação capitalista, como “eletricidade e gás (..)” e construção.

Tabela 12: Participação (em %) das Grandes Regiões e São Paulo no valor adicionado bruto (VAB) segundo atividades econômicas– 2002, 2011 e 2016

Atividades econômicas	2002						2011						2016					
	NO	NE	SE	SP	S	CO	NO	NE	SE	SP	S	CO	NO	NE	SE	SP	S	CO
Total das Atividades	4,8	13,5	56,5	33,9	16,4	8,9	5,8	13,7	55,3	31,8	15,9	9,3	5,6	14,6	52,4	31,8	17,1	10,4
Agropecuária	7,9	20,9	27,7	17,3	27,6	15,9	10,1	18,8	27,5	12,3	25,6	18,1	11,1	15,9	24,9	11,7	28,0	20,1
Indústrias extrativas	7,3	12,9	76,2	2,0	1,8	1,8	14,9	7,5	75,3	2,4	0,9	1,3	22,6	5,9	66,4	6,3	2,8	2,2
Indústrias de Transformação	4,7	9,0	60,8	43,4	21,5	4,0	4,8	8,3	59,2	41,6	22,6	5,1	4,8	11,3	55,4	38,5	22,6	6,0
Eleticidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	4,9	13,7	51,7	25,1	20,9	8,7	5,8	16,2	48,6	21,9	19,7	9,7	7,9	17,6	42,6	20,3	20,8	11,1
Construção	5,2	16,5	56,3	32,8	13,9	8,2	7,1	18,0	50,4	27,9	15,3	9,2	5,7	18,0	49,6	27,6	17,1	9,6
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	4,8	14,6	53,8	33,2	19,3	7,4	5,1	15,3	52,3	32,6	18,4	8,9	5,3	15,6	50,5	32,1	19,3	9,4
Transporte, armazenagem e correio	3,7	11,6	60,4	36,6	17,2	7,1	4,2	11,8	61,2	35,7	15,4	7,3	3,9	12,0	59,6	35,6	16,6	7,9
Alojamento e alimentação	5,1	15,0	57,7	36,7	14,2	8,0	5,6	18,1	56,1	32,6	12,6	7,7	5,4	18,8	53,7	31,7	13,9	8,2
Informação e comunicação	1,8	9,8	69,6	42,4	12,4	6,4	1,7	7,4	73,6	48,5	11,2	6,0	1,9	7,2	71,3	48,7	13,0	6,5
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1,2	6,7	70,7	56,4	11,5	10,0	1,5	6,4	71,3	58,2	10,8	9,9	1,7	7,3	68,8	55,4	11,0	11,2
Atividades Imobiliárias	5,3	13,7	56,5	32,4	17,0	7,6	5,4	14,5	54,8	32,2	16,5	8,8	5,3	15,6	54,0	32,3	16,5	8,6
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços (...)	2,6	9,4	69,0	45,1	12,3	6,8	2,7	11,0	65,8	41,2	13,9	6,6	2,6	11,1	65,1	42,1	14,1	7,2
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	7,3	19,2	45,8	20,1	12,4	15,2	8,1	20,8	42,3	18,8	12,9	15,9	8,3	20,9	40,8	17,6	13,9	16,1
Educação e saúde privadas	3,0	12,8	60,1	37,3	18,0	6,1	3,2	12,1	60,1	38,0	17,4	7,2	3,2	14,0	55,8	33,9	18,6	8,4
Outras atividades de serviços	4,3	11,6	60,1	34,7	15,7	8,3	4,3	13,6	57,0	32,5	15,8	9,3	4,4	14,7	56,0	32,1	15,2	9,7

Fonte: Contas Regionais SCN 2010/IBGE; Elaboração própria

Mais do que uma casualidade, isso revela espacialmente um traço distintivo do padrão de reprodução exportador de especialização produtiva. A extroversão da produção para a exportação principalmente de bens primários, a perda de encadeamentos industriais no setor produtivo e a interiorização da rede de transportes dinamizaram a produção capitalista nas regiões periféricas do país. Tanto é assim que o Norte, Nordeste e Centro-Oeste aumentam sistematicamente sua participação no VAB nacional: em 2002, a participação das três regiões foi de 27,1%, em 2011 atingiu 28,8%, sendo que no subperíodo de 2011-2016, de desaceleração e recessão, o aumento de participação foi de quase 2p.p. Contudo, nenhuma leitura virtuosa pode

ser feita das economias periféricas e do movimento de desconcentração econômica uma vez não rompem com a produção capitalista dependente, que passa pela determinação da economia mundial e pelo imperialismo, seja pela demanda da produção, seja pelo provimento de insumos e equipamentos. O aumento de produção nessas regiões não se dá pela incorporação crescente de capital constante, com aumento de produtividade do trabalho pela maior divisão técnica do trabalho. Tanto é assim que SP teve uma redução diminuta no VAB nacional e permanece como região industrial diversificada e com maior composição orgânica do capital, somente rivalizada pontualmente por outras regiões e em determinados segmentos. O que se sustenta, a seguir, é que esse aumento de participação das regiões periféricas foi possível pela manutenção de uma maior exploração da força de trabalho e do território, via renda da terra, como elementos criadores de toda a riqueza.

Isso não quer dizer que o setor industrial se torne supérfluo sob o atual padrão de reprodução. Alguns setores e ramos industriais podem, inclusive, se expandir e aumentar sua participação, ainda que vigore um processo de desindustrialização. São precisamente os segmentos mais atrelados à exportação e com maior incorporação de insumos importados os que mais se beneficiam dessa tendência, em grande parte, sob comando do capital transnacional. Esse fenômeno, do ponto de vista espacial, se manifesta no Brasil notoriamente, como também pode ser visto na tabela 02.

Inicialmente, retomando a trajetória de participação dos setores entre 2002 e 2016 destacada no capítulo 2, as atividades produtivas que relativamente mais aumentaram sua participação no VAB nacional foram aquelas tipicamente associadas ligadas ao PRCEEP, como defensivos agrícolas, alimentos/bebidas, refino de petróleo, indústria extrativa de modo geral, diretamente ligadas à incorporação e utilização intensiva de terras. Além delas, outras atividades ligadas ao setor terciário típicas do padrão de reprodução do capital também aumentaram sua participação de forma expressiva, como comércio e transporte/armazenagem. A contraparte desse resultado é a baixa expansão da indústria de transformação, precisamente em segmentos mais intensos em capital constantes e/ou cujos valores de uso estão ligados à acumulação de capital, como máquinas e equipamentos, máquinas para escritório, produtos farmacêuticos e automóveis/camionetas.

Contudo, em um nível de análise mais concreto, percebemos particularidades do movimento da economia nacional na produção do espaço e transformação do território. Na tabela

12, pode-se perceber essa relação dialética entre unidade e diversidade espacial no contraste entre São Paulo (SP) e as grandes regiões periféricas, como o Centro-Oeste (CO) que apresentou o maior ganho de participação no VAB nacional no período. O aumento de participação no VAB nacional do CO foi praticamente disseminado em todas as atividades econômicas e nos dois subperíodos. Contudo, por trás dessa abrangência, o maior dinamismo esteve nos segmentos saltadamente vinculados à incorporação e transformação do território os quais deram a base para o crescimento de outros, mais ligados aos serviços e ao espaço urbano, como o aumento de participação nacional entre 2002-2016 da agropecuária (4,2p.p.), “eletricidade e gás (...)” (2,3p.p.), construção (1,4p.p.) e “comércio/reparação (...)” (2p.p.). Contudo, o particular do resultado do VAB da região CO é a indústria de transformação. Em um momento em que o Brasil apresenta um processo de desindustrialização, a região CO apresentou um crescimento industrial que fez com que sua participação no VAB nacional do segmento saísse de 4% em 2002 e atingisse 6% em 2016.

Por sua vez, São Paulo, por ser a unidade da federação que mais se desenvolveu em termos capitalistas no período da industrialização dependente, sobreapresenta as tendências nacionais: menor crescimento da economia como um todo, com queda de participação da indústria de transformação. Importante notar que as atividades paulistas que mantiveram ou aumentaram sua participação no VAB nacional foram aquelas que promovem a integração subordinada da economia nacional ao PRCEEP, com o sistema internacional e/ou com os capitais pelo território nacional, no movimento de centralização do capital. É o caso do comércio, dos serviços de informação e comunicação, das atividades financeiras/seguros e das atividades imobiliárias.

Contrastaram-se São Paulo e o CO entre 2002 e 2016 apenas como casos emblemáticos. Mas o fenômeno se reapresenta em sua essência em outras unidades da federação, respeitando as escalas espaciais e a divisão social e espacial do trabalho, o que deve constituir o pano de fundo básico para outras investigações. Assim, as tabelas anteriores confirmam os determinantes setoriais do PRCEEP e destacam diversa e contraditória dinâmica regional que, concretamente, o padrão de reprodução do capital manifesta. Porém, “a análise concreta da situação concreta” exige que se vá além das estatísticas regionais para compreender a reprodução do capital nas regiões das formações socioespaciais. Em outras palavras, o processo de valorização do capital nesses setores econômicos pressupõe e resulta numa específica

incorporação da força de trabalho e do território. A hipótese que se sustenta é que o crescimento das atividades econômicas nas grandes regiões periféricas como Norte, Nordeste e Centro-oeste tem como base uma específica manifestação da SFT o que complexifica ainda mais a questão da contenção relativa da SFT (capítulo 4) e a renda da terra (seção 5.1).

De forma análoga ao procedimento realizado quanto aos setores econômicos, é possível dimensionar a evolução da taxa de mais-valor da força de trabalho no Brasil em termos regionais a partir da metodologia da expressão monetária do valor (ver capítulo 3 e 4), lembrando o fato de que a intensidade da jornada não passa por essa aproximação. O intuito é sempre desvelar em níveis de análise mais concretos o movimento médio e, assim, nacional, da economia dependente no Brasil a partir dos anos 2000. Para tanto, a mensuração da taxa de mais-valor, disponível na tabela 13 em termos estaduais, é um procedimento que contribui para essa abordagem.

De acordo com a tabela 13 observa-se que, de modo geral, as unidades da federação que apresentam as maiores taxas de mais-valor são aquelas das grandes regiões periféricas do Norte, Nordeste e, em menor medida, o Centro-Oeste, sobretudo tendo como referência o ano de 2002. Nesse ano, somente cinco estados tinham uma taxa de exploração menor do que a do Brasil (144%): RS (137%), SC (132%), RJ (110%); DF (93%) e SP (75%). Mais do que um bloco coeso, esses estados constituem regiões com específicas articulações históricas e econômicas com a FSP dependente brasileira, seja por uma maior composição orgânica do capital (SP), seja pelo menor nível de desigualdade de renda e maior acesso a propriedade fundiária (SC e RS), seja pelo fato de constituírem verdadeiros espaços de apropriação de renda tendo em vista a estrutura produtiva diminuta (DF) e concentrada em poucas atividades (RJ).

Infelizmente, essa perspectiva histórico-regional comparada a partir da unidade da nação brasileira não pode ser desenvolvida nesse momento. Por ora, cabe enfatizar que, os dados da tabela 13 indicam a existência de um fenômeno correlato àquele entre países imperialistas e dependentes, respeitando sempre as mediações na valorização do capital. Como visto no capítulo 3, a taxa de mais-valor, enquanto relação do trabalho excedente e trabalho necessário, diz respeito às horas trabalhadas e ao salário, a despeito da produtividade, dos setores e da qualificação dos trabalhadores, principalmente quando o capital se desenvolve e se integra nas diversas atividades sociais e dentro os espaços nacionais. Nesse sentido, os trabalhadores produtivos dos estados das regiões periféricas apresentam uma maior taxa de exploração (e hipoteticamente maior SFT como

será discutido) que beneficia, potencialmente, frações de capital de maior composição orgânica internamente e externamente à economia nacional, ainda que não seja o único determinante da taxa de lucro. Evidentemente, essa hipótese deve ser confrontada em uma conjuntura, como foi o aumento da demanda e preço internacional de produtos agrominerais durante o governo petista.

Nesse sentido, o crescimento econômico sob os determinantes do PRCEEP e a profusão de políticas sociais e pro-mercado interno entre 2002-2011 tiveram um impacto diferenciado e contraditório sobre a taxa de mais-valor regional. Em primeiro lugar, um grupo de nove estados apresentou uma redução na taxa de exploração no sub-período, todos eles das grandes regiões periféricas (PA, MS, PB, GO, MA, RO, PI, RR e TO). Em segundo lugar, outro grupo de estados ampliou ainda mais a taxa de exploração entre 2002-2011, contudo, o aumento relativo foi menor do que a média no Brasil. Dentre esses, a maioria é formada por unidades da federação de grandes regiões periféricas (AM, MT, AP, RN, AL, SE, BA, AC, CE e PE, sendo que os dois últimos apresentaram uma estabilidade). Em terceiro lugar, e talvez o mais significativo, é que os estados com as menores taxas de mais-valor e aqueles com maior desenvolvimento de relações capitalistas no Brasil ampliaram sua taxa de mais-valor em proporção média acima dos estados periféricos e da média brasileira, no caso, SP, RJ e RS. Com isso, a listagem das maiores taxas de exploração nas unidades da federação em 2011 ainda é liderada por estados do Norte e Nordeste, mas os estados do CO se aproximam da média nacional, ao mesmo tempo em que diminuiu o rol de estados com uma taxa de exploração menor que a média brasileira (somente SC, RJ, SP e DF).

Tabela 13: Ocupações produtivas (Lv, em milhares), Custo salarial dos trabalhadores produtivos (Lvww, em milhões de R\$), tempo de trabalho dos trabalhadores produtivos (Lvtv, em milhões de horas) anuais e taxa de mais-valor (s*) (metodologia da expressão monetária do valor) segundo unidades da federação – Brasil, 2002, 2011 e 2016

Unidade da Federação	2002				2011				2015			
	Lv	Lvww	Lvtv	s*	Lv	Lvww	Lvtv	s*	Lv	Lvww	Lvtv	s*
Rondônia	215	1.320	399	275	347	5.766	638	244	363	8.269	647	232
Acre	67	413	127	281	121	1.586	210	312	109	1.985	191	308
Amazonas	393	3.047	742	202	596	9.836	1.108	250	697	15.810	1.253	236
Roraima	32	165	56	320	83	1.236	148	274	89	1.624	155	304
Pará	843	4.779	1.620	320	1.287	17.406	2.311	313	1.275	24.392	2.220	286
Amapá	58	348	105	273	115	1.586	217	325	133	2.688	238	276
Tocantins	175	845	336	392	271	3.518	481	325	242	4.941	385	230
Maranhão	737	3.343	1.394	416	812	9.797	1.484	371	849	14.624	1.437	316
Piauí	369	1.359	648	490	513	4.981	855	434	570	8.370	929	370
Ceará	1.267	6.586	2.393	350	1.627	20.025	2.952	358	1.669	27.791	2.937	348
Rio Grande do Norte	434	2.476	810	305	670	8.045	1.197	363	677	12.089	1.188	317
Paraíba	492	2.459	912	359	689	8.582	1.176	326	760	12.545	1.263	327
Pernambuco	1.292	7.649	2.492	303	1.671	23.030	3.010	306	1.798	33.853	3.139	293
Alagoas	326	1.717	626	352	507	5.622	899	397	534	9.032	913	328
Sergipe	303	1.792	575	297	396	5.158	722	335	424	7.377	700	302
Bahia	1.940	11.586	3.589	284	2.856	37.254	4.976	315	2.785	50.247	4.712	297
Minas Gerais	4.156	31.823	7.681	199	5.231	88.706	9.336	227	5.204	124.720	9.126	210
Espírito Santo	730	6.294	1.353	166	1.001	18.180	1.788	206	909	23.507	1.596	188
Rio de Janeiro	3.706	40.925	6.949	110	4.292	95.426	7.716	151	4.565	147.186	7.799	125
São Paulo	10.713	142.159	20.046	75	14.114	357.359	25.702	124	13.733	485.518	24.294	112
Paraná	2.453	22.384	4.527	150	3.267	62.830	5.901	192	3.134	93.074	5.505	151
Santa Catarina	1.502	14.909	2.796	132	2.031	44.248	3.673	158	2.019	63.592	3.577	138
Rio Grande do Sul	2.500	23.556	4.514	137	3.231	62.865	5.818	188	3.216	88.160	5.604	169
Mato Grosso do Sul	508	3.507	963	240	648	11.176	1.173	227	650	16.744	1.178	198
Mato Grosso	526	4.580	1.028	178	774	14.291	1.433	212	796	20.685	1.434	194
Goiás	1.205	7.948	2.289	257	1.761	29.968	3.187	231	1.741	41.650	3.026	208
Distrito Federal	539	6.286	982	93	777	19.123	1.365	122	799	26.943	1.339	111
Total	37.482	354.253	69.950	144	49.687	967.600	89.475	188	49.736	1.367.416	86.785	169

Fonte: microdados PNAD/IBGE e SCN/IBGE, elaboração própria

No subperíodo 2011-2015, momento de estagnação e posterior recessão, a redução da taxa de mais-valor nos estados da federação e distrito federal parece corroborar a tendência acima. Com exceção de Roraima e Paraíba, com uma expansão na taxa de mais-valor de 11% e 0,1% respectivamente no período, todos os demais apresentaram uma redução na taxa de mais-valor. Dos 14 estados que tiveram uma redução relativa da taxa de mais-valor acima do patamar brasileiro, somente 3 eram do Sul/Sudeste (SC, PR, RJ). Consequentemente, 4 unidades da federação (SP, MG, ES, RS) e o distrito federal dessas grandes regiões apresentaram um menor patamar de redução da taxa de mais-valor em referência à média nacional. Com isso, em 2015, a dispersão da taxa de mais-valor entre as unidades da federação foi reduzida ainda mais o que pode ser visto, por exemplo, com os estados do CO apresentando uma taxa próxima da dos trabalhadores da região Sul e Sudeste (inclusive, com uma taxa abaixo da de MG).

No período 2002-2015 como um todo, dentre os 15 estados que aumentaram a taxa de mais-valor, oito eram da região Sul ou Sudeste. Por sua vez, 12 estados reduziram a taxa de mais-valor no período, todos das grandes regiões periféricas. A evolução no período procura justificar a necessidade e importância de se compreender a taxa de exploração em termos regionais. Esses dados destacados e o fato de que foram as regiões periféricas aqueles que mais cresceram no período enfatizam uma característica básica do PRCEEP: explorar intensivamente e extensivamente o território nacional. Contudo, ele se manifesta por uma integração do espaço nacional que desenvolve novas contradições e reproduz as desigualdades em outras configurações regionais e espaciais.

Mais do que explicar em todos os sentidos e dimensões a exploração no Brasil contemporâneo, o objetivo da exposição até esse momento foi evidenciar e aprofundar a hipótese com a qual se trabalha, elencada a partir dos determinantes nacionais. Além disso, procurou-se explicitar as consequentes indagações e questões de várias ordens que devem ser referenciadas e enfrentadas no transcurso final da pesquisa.

Nesse sentido, o questionamento central que orienta a investigação é novamente colocado: como entender as mudanças nas condições de vida e da reprodução da força de trabalho no Brasil a partir da década de 2000? E mais, até que ponto um aumento da taxa de mais-valor e/ou a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor foram e são expedientes utilizados pelos capitalistas para ampliar a taxa de lucro? Como as chamadas “conquistas sociais” do governo petista se relacionam com a taxa de exploração?

Diante desses questionamentos e com base nos dados até agora vistos, o crescimento econômico na primeira década do século XXI teve como fundamento um aumento da exploração da força de trabalho e também apropriação e geração da renda da terra, ambos os processos possibilitados pela conjuntura do sistema econômico internacional de então, com aumento dos fluxos internacionais de capital:

The improved growth of developing nations during the most recent decade, whose benefits have been disproportionately captured by capitalists, middle-class layers, and skilled workers, was made possible by the confluence of three factors: a particularly intense and broad-based outsourcing surge during the decade leading up to the onset of global crisis, the increased flow of capital driven south by ultra-low interest rates in the imperialist economies, and the “commodities supercycle”—a period of rising food and raw material prices beginning in 2002 that was fueled, in large part, by China’s rapidly growing demand. Each of these are time-limited and are unlikely to endure: investment flows are fickle and have gone into reverse, sagging consumer markets in imperialist economies imply overproduction and an intensification of race-to-the-bottom competition among their suppliers, and China’s breakneck growth has been fed by a huge expansion of debt, much of it used to finance unproductive investments, with the result that China’s leaders are battling to avoid a ‘hard landing’” (SMITH, 2016, p. 165).

Isso aconteceu a despeito das chamadas “conquistas sociais” que ampliaram o consumo de determinados valores de uso, seja devido a uma redução do valor de algum deles, seja porque se presenciou aumentos salariais acima do nível geral de preço ou ainda pelo papel das transferências de renda. Contudo, com os desdobramentos da crise internacional sobre a acumulação de capital na economia dependente brasileira, essa tendência passa a comprometer paulatinamente a taxa de mais-valor. Não à toa, com a estagnação e recessão econômica, verificam-se as manifestações clássicas da dependência: aumento do desemprego, informalidade, desigualdade de renda.

Do ponto de vista regional, frente a essa tendência nacional, uma contradição que deve ser mencionada é o crescimento econômico e a desconcentração produtiva regional em direção as “regiões periféricas” juntamente com a redução da taxa de mais-valor nessas regiões. Como visto, entre 2002-2011, o aumento relativo da taxa de mais-valor se explicitou sobremaneira em estados com maior desenvolvimento capitalista e populosos, como SP, RJ, RS e

PR. Por sua vez, os estados do CO exclusive o DF, que ampliaram significativamente a participação no VAB tiveram um aumento na taxa de mais-valor comedido ou mesmo, negativo, como foi o caso de MS e GO, sendo que os três reduziram as suas taxas no subperíodo seguinte. A explicação aqui defendida para essa contradição está nas mediações entre o mais-valor em setores/regiões específicos, sua relação com o mais-valor nacional e a sua apropriação a partir dos mecanismos de equalização da taxa de lucro.

Mais uma vez, a análise desse fenômeno constitui uma investigação à parte, o que não invalida o seu registro diante do objeto aqui tomado. Apenas para tornar inteligível a perspectiva comungada, ressaltam-se alguns pontos quanto a essa explicação provisória. Inicialmente, a discrepância observada parece estar associada a uma relação específica entre a estrutura produtiva e relações de produção/distribuição nas regiões com as formas de apropriação do mais-valor em termos nacionais e internacionais. No caso das regiões com uma relativa maior composição orgânica do capital e estrutura industrial produtiva diversificada⁷⁶, os determinantes do PRCEEP indicam a acentuação da taxa de mais-valor expediente para ampliação da taxa de lucro e, mais do que isso, contraposição à concorrência e à transferência internacional de valor. No caso das regiões periféricas, ao se retomar o volume e a importância da renda terra na contemporaneidade discutidos na seção anterior, a apropriação do lucro extraordinário nas regiões baseadas na produção agromineral com maiores produtividades devido à renda diferencial permite que uma maior valorização do capital prescindia de uma ampliação da taxa de mais-valor, a depender da conjuntura da demanda e dos preços internacionais. E mais, a geração da renda e apropriação do lucro-extraordinário por capitais individuais nessas regiões pode se converter, posteriormente, em novas condições de valorização do capital para outros setores. Anteriormente, exemplificaram-se os casos das atividades agropecuárias e da indústria de transformação e defensivos agrícolas a elas associadas. Macedo (2013, p. 46), ao analisar as transformações socioespaciais em Rio Verde (GO) desencadeadas pela produção agrícola de exportação, relaciona o aumento de renda gerada por essas atividades com o setor imobiliário no sentido de elevação da demanda e do aumento do preço dos imóveis:

⁷⁶Ainda que preliminarmente, essa conclusão pode ser relacionada com a taxa de mais-valor em termos setoriais, na tabela 1 da seção 5.1. Para além desse ponto, poder-se-ia cruzar a taxa de mais-valor setorialmente e regionalmente, mas isso extrapolaria o escopo da investigação proposta nesse momento.

O *boom* imobiliário e o processo de verticalização para atender às camadas com maior poder de compra que se beneficiam dos melhores empregos gerados direta ou indiretamente pelo agronegócio globalizado parece não amenizar o problema da demanda habitacional de parcela da população que representa a parte pobre desse modelo econômico internacionalizado (MACEDO, 2013, p. 46).

O último trecho traz dois pontos elucidativos para o objeto aqui tomado. O primeiro é a síntese espacial da abordagem defendida nesse capítulo, ou seja, de como a transformação da natureza pela força de trabalho se manifesta e condiciona a valorização do capital em várias escalas espaciais. Na análise concreta de uma situação concreta, as categorias socioespaciais aqui expostas se relacionam: renda da terra, espaço regional e urbano. A próxima seção tratará, com base na mesma perspectiva, da dimensão urbana. Para finalizar a presente seção, retoma-se outro ponto disponibilizado no trecho anterior, qual seja, o dinamismo econômico nas regiões periféricas baseadas na produção agromineral e a manutenção de elevados patamares de exploração e dos mecanismos de superexploração.

Essa questão é importante para dissipar qualquer interpretação que advogue uma convergência de renda entre as regiões a partir da trajetória da taxa de mais-valor entre as regiões. No plano internacional, John Smith (2016, seção 5.6 e 5.7) é enfático ao desmitificar a hipótese da convergência de renda quando se observa as tendências do sistema imperialista a partir das transformações produtivas e financeiras pós-1970: aumento da desigualdade salarial entre trabalhadores de setores e ocupações distintas; aumento da desigualdade de renda em termos absolutos entre países periféricos e imperialistas; limites e restrições na circulação de trabalhadores entre os dois blocos de países. Nesse sentido, o crescimento econômico dos países periféricos na década de 2000 foi temporalmente restrito e, além disso, grande parte da maior riqueza gerada foi apropriada pelos capitalistas e ou empregos com elevados salários.

De forma análoga, a convergência de renda dentro de um país também é problemática. Ainda que a circulação de capital e de trabalhadores seja mais factível nacionalmente, as evidências mostram que a convergência de renda na última década é mais uma quimera da ideologia desenvolvimentista. De fato, Medeiros *et al* (2015) enfatizam a persistência da desigualdade de renda, ao analisarem a desigualdade de renda entre 2006 e 2012 no Brasil com base nos dados da PNAD e, principalmente, da Declaração Anual de Ajuste do Imposto de

Renda da Pessoa Física. Em outras palavras, no período em que o Brasil apresentou o maior dinamismo econômico em décadas sob um governo progressista, a desigualdade gritante e elevada no Brasil se mantém estável: “O 1% mais rico da população adulta concentra mais de um quarto de toda a renda do país. Os 5% mais ricos detêm quase metade da renda. A concentração é tamanha que um milésimo das pessoas acumula mais renda que toda a metade mais pobre da população junta.” Ora, se a desigualdade de renda se manteve com crescimento econômico e com o governo do PT não é de se estranhar a proliferação de reportagens que denunciam o aumento da desigualdade de renda entre 2016 e 2017(NEDER, 2018), sobretudo nas regiões periféricas como foi o caso do Nordeste (CAVALCANTE, 2018). Esse fato recente se agrava tendo em vista que os dados recentes tendem a subestimar o nível de desigualdade, uma vez que a fonte se circunscreve às pesquisas domiciliares, sem o cruzamento com as declarações do imposto de renda.

Ressaltar a persistência de desigualdade de renda durante o governo do PT e seu agravamento com o impeachment não é fortuito. Serve para demarcar uma estrutura típica da economia dependente brasileira, a despeito das suas manifestações a partir dos anos 2000. Nesse sentido, o aumento relativo da taxa mais-valor acima da média nacional em UF's de maior e relativo desenvolvimento capitalista dependente entre 2002-2011 não deve supor nenhuma convergência de renda em torno de um patamar médio. Nada mais estático e longe da realidade da produção capitalista, que recria permanentes desigualdades a partir do processo de valorização do capital, ao incorporar força de trabalho e meios de produção de maneira diferenciada no tempo e no espaço.

Nesse sentido, o comportamento da taxa de mais-valor entre as regiões revela, contraditoriamente, o caráter homogeneizador e diferenciador da expansão do capital pelo território. Por um lado, premido pela concorrência, o capital tende se espalhar pelo território não por outro motivo do que o aumento da taxa de lucro (ou da sua massa), a depender das condições de acumulação e da política econômica. Por outro, nesse mesmo processo, os capitais individuais nos vários setores potencializam ainda o papel mediador e regulador do preço médio de produção e da taxa média de lucro.

Por essas considerações que se devem conceber a evolução regional a taxa de mais-valor em referência à tendência nacional. O aumento da taxa de mais-valor no Brasil durante o auge do crescimento econômico petista conjuntamente com a redução dessa taxa em unidades da

federação de grandes regiões periféricas não invalida a importância das diferenças regionais na acumulação de capital, pelo contrário, reforça-a. Isso pode ser visto pelo fato de que, a despeito da evolução diferenciada, alguns estados periféricos apresentam elevadíssimas taxas de mais-valor que inclusive se expandiram entre 2002-2011, apesar de que em menor medida que o Brasil, como é o caso de AM, AP, RN, AL, SE e BA. As elevadas taxas de mais-valor para empregados produtivos nas UF's devem ser vistas por um duplo ponto de vista. Como discutido no capítulo 3, o valor da força de trabalho, dada uma qualificação e intensidade normal em um também dado setor, compreende um conjunto e quantidade de mercadorias e valores de uso para reprodução diária e da vida do trabalhador, além de um componente histórico moral. Nesse sentido, teoricamente, é perfeitamente cabível supor que em determinadas regiões o valor da força de trabalho é mais elevado que outras. O outro aspecto está mais ligado à formação socioespacial dependente: a diferença na taxa de mais-valor se vincula, respeitando as condicionalidades acima, à maior lacuna entre o valor da força de trabalho nas regiões periféricas e salário pago, configurando uma SFT. Os dois aspectos não são mutuamente exclusivos, ou seja, a diferença regional no valor da força de trabalho pode se alterar em uma conjuntura e padrão de reprodução do capital, assim como a lacuna entre o salário e o (novo) valor da força de trabalho. De fato, esse parece ter sido o caso em Rio Verde, a julgar pelas evidências colhidas por Macedo (2013) quando, segundo depoimentos de autoridades políticas e empresariais da localidade, o "custo" da força de trabalho se elevou com o crescimento econômico, ao mesmo tempo em que se observa um aumento no preço dos alugueis. Do ponto de vista da valorização do capital em geral, pouco importa se um capital particular em uma região periférica se relaciona a um ou outro aspecto para aumentar a taxa de mais-valor.

Ainda que compatíveis, do ponto vista conjuntural, a explicação da discrepância na taxa de mais-valor regional pelo diferencial no valor da força de trabalho deve ser subalternizada. Pelo desenvolvimento do capitalismo dependente, pela maior integração aos fluxos nacionais e internacionais de capital, pela disseminação do assalariamento enquanto relação de produção dominante nas regiões e pelo fato do Estado brasileiro abranger nacionalmente a regulação do assalariamento, é cada vez maior a tendência de que o valor médio da força de trabalho nacional

se torne a referência para as regiões⁷⁷. Mais uma vez, essa questão por si constitui um objeto de investigação próprio, procura-se no final dessa seção comentar algumas manifestações contemporâneas da SFT nas regiões periféricas, partindo do suposto que a lacuna entre valor da força de trabalho e o salário é maior nessas regiões, diante do nível da desigualdade histórico e conjuntural em várias dimensões econômicas e sociais.

Do mesmo modo que no capítulo 04, o quadro 04 a seguir destaca aproximações da SFT nas UF para além da jornada de trabalho diário estrita, bem como, os acidentes de trabalho, no sentido de relacionar regionalmente o nível de exploração com formas de desgaste da força de trabalho. A despeito da evolução da taxa de mais-valor no período, o fato considerável para a discussão presente é o elevado patamar da própria taxa nas regiões periféricas(lembrando que se trata de empregados assalariados em atividades mercantis). Nesse sentido, a evolução da taxa de mais-valor no período analisado apenas agrava ou não uma condição em que o desgaste da força de trabalho é acentuado. Essa ressalva é importante, pois conforme se observará, mesmo nos casos de redução da taxa de mais-valor, ela não foi coincidente por melhoras substanciais no tempo dedicado a afazeres domésticos, no tempo de deslocamento casa-trabalho e nos acidentes de trabalho.

Devido às estruturas socioeconômicas heterogêneas dentre as UF, é difícil apontar um movimento homogêneo, o que exige uma análise específica de cada caso. Ainda assim, o quadro 04 informa que, regionalmente, o aumento das ocupações e da formalidade até 2015 foi proporcionalmente maior nas regiões periféricas, o que está associado parcialmente ao movimento de desconcentração produtiva. As UF do Norte, Nordeste e CO, exclusive DF, detinham em 2002 26,7% do total de vínculos formais de trabalho no Brasil, 29,7% em 2011 e 30,3% em 2015. Esse fato, de certa maneira, parece atenuar uma manifestação típica da SFT que é a informalidade. Contudo, esse movimento não foi expressivo, uma vez que as regiões periféricas apresentam ainda as maiores taxas de informalidade. Por sua vez, o quadro 04 revela também que esse aumento nos vínculos formais de trabalho em alguns estados das regiões periféricas foi acompanhado de um aumento no número de acidentes de trabalho, ainda que as maiores incidências relativas e absolutas dos acidentes sejam registradas nas regiões do Sul e

⁷⁷Como tendência, esse processo se apresenta do ponto de vista histórico concreto frente a uma série de contra-tendências e dissonâncias, inclusive pela reprodução de relações de produção não capitalistas. Inegavelmente esse processo permeia toda a luta política

Sudeste⁷⁸. Nesse sentido, tendo em mente a impossibilidade de se comparar o número de acidentes antes e depois de 2007, todos as UF do NE, excluindo a Bahia, aumentaram a participação no emprego formal com um aumento na incidência de acidentes de trabalho no período 2002/2006 e 2007/2011. Já nos estados do Norte e do Centro-Oeste o aumento da relação acidentes/vínculos formais de trabalho aumentou somente no primeiro subperíodo.

Quadro 4: proporção (em %) dos Vínculos formais de Trabalho das UF e do Brasil, Relação (em %) acidentes de trabalho/vínculos formais de trabalho, tempo médio semanal dedicado a afazeres domésticos (em horas) dos empregados produtivos** e proporção (em %) dos empregados produtivos*** com tempo de deslocamento casa-trabalho na ocupação principal acima de 30 minutos – Brasil, Unidades da Federação e DF, 2002, 2011 e 2015

Unidades da Federação	% Vínculos formais de Trabalho UF/Brasil			% Acidentes/Vínculos*					A fazeres			Deslocamento acima de 30 minutos		
	2002	2011	2015	2002	2006	2007	2011	2015	2002	2011	2015	2002	2011	2015
Rondônia	0,6%	0,8%	0,7%	1,2%	1,1%	1,6%	1,7%	1,3%	12,4	12,6	12,9	10,2%	16,7%	11,2%
Acre	0,2%	0,3%	0,3%	0,5%	0,5%	0,7%	1,0%	0,7%	12,9	13,1	12,9	22,7%	22,7%	28,5%
Amazonas	1,0%	1,3%	1,3%	1,1%	1,4%	1,8%	1,6%	1,4%	15,2	13,8	13,1	51,2%	49,6%	48,8%
Roraima	0,1%	0,2%	0,2%	0,4%	0,4%	0,9%	0,7%	0,6%	12,1	10,6	13,0	25,6%	12,0%	11,2%
Pará	1,9%	2,2%	2,3%	1,2%	1,3%	1,4%	1,1%	1,0%	11,7	13	12,4	24,4%	32,5%	34,5%
Amapá	0,2%	0,3%	0,3%	0,5%	0,6%	0,8%	0,7%	0,5%	14,4	14,2	13,3	15,9%	21,8%	26,1%
Tocantins	0,5%	0,5%	0,6%	0,6%	0,7%	1,0%	0,8%	0,5%	13,5	11,9	13,4	13,7%	19,1%	18,0%
Maranhão	1,2%	1,5%	1,5%	0,4%	0,6%	0,8%	0,9%	0,7%	14,1	14	13,5	29,3%	28,5%	27,1%
Piauí	0,8%	0,8%	1,0%	0,3%	0,4%	0,6%	0,9%	0,9%	13,2	12,5	13,8	27,2%	28,8%	24,5%
Ceará	2,8%	3,0%	3,2%	0,5%	0,6%	0,8%	0,9%	0,8%	15,7	16	14,7	33,4%	34,7%	34,1%
Rio Grande do Norte	1,1%	1,3%	1,3%	0,7%	1,0%	1,3%	1,3%	1,1%	13,9	13,6	14,3	32,4%	31,6%	35,3%
Paraíba	1,3%	1,3%	1,4%	0,5%	0,6%	0,8%	0,9%	0,6%	14,2	14,6	16,6	29,8%	24,5%	22,1%
Pernambuco	3,3%	3,6%	3,5%	0,7%	1,0%	1,2%	1,3%	1,0%	15,4	18	15,5	37,4%	40,7%	41,4%
Alagoas	1,1%	1,1%	1,1%	1,0%	1,6%	1,9%	2,0%	1,0%	13,7	18,4	14,3	41,4%	39,7%	32,9%
Sergipe	0,8%	0,8%	0,8%	0,7%	0,8%	0,9%	0,9%	0,7%	14,3	12,7	12,8	29,4%	39,2%	36,0%
Bahia	4,6%	4,9%	4,8%	0,9%	1,0%	1,3%	1,1%	0,8%	12,9	13,4	13,2	28,0%	34,1%	36,6%
Minas Gerais	10,6%	10,5%	10,0%	1,3%	1,4%	1,7%	1,6%	1,3%	14	14,7	13,1	28,0%	30,7%	30,0%
Espírito Santo	1,9%	1,9%	1,9%	1,6%	1,7%	2,1%	1,5%	1,4%	13,3	13,1	13,5	28,4%	36,3%	34,0%
Rio de Janeiro	10,2%	9,4%	9,3%	0,9%	1,1%	1,3%	1,1%	1,1%	15,2	15,6	14,5	53,1%	58,7%	62,6%
São Paulo	30,0%	29,0%	28,5%	1,8%	1,9%	2,1%	1,9%	1,5%	13,8	14,3	13,4	40,9%	45,9%	44,7%
Paraná	6,3%	6,3%	6,5%	1,5%	1,7%	2,2%	1,7%	1,5%	12,8	13,4	12,7	28,0%	27,8%	29,0%
Santa Catarina	4,3%	4,5%	4,6%	2,2%	1,9%	2,5%	2,3%	1,7%	13,8	14,5	14,1	17,2%	16,2%	18,8%
Rio Grande do Sul	7,1%	6,3%	6,3%	2,0%	1,9%	2,2%	2,0%	1,7%	13,6	14,4	13,4	22,9%	26,0%	27,8%
Mato Grosso do Sul	1,2%	1,3%	1,3%	1,4%	1,5%	2,1%	1,8%	1,5%	13,9	13,1	11,8	22,6%	23,1%	24,0%
Mato Grosso	1,3%	1,5%	1,7%	1,3%	1,5%	2,0%	1,9%	1,6%	13,1	12,9	14,0	20,5%	25,3%	26,6%
Goiás	2,7%	3,0%	3,1%	1,1%	1,3%	1,5%	1,1%	1,0%	13,2	13,4	13,7	30,0%	36,8%	32,5%
Distrito Federal	2,8%	2,5%	2,6%	0,6%	0,6%	0,8%	0,7%	0,6%	12,5	16,9	12,9	50,2%	55,5%	61,4%

*Com a mudança de metodologia no registro dos acidentes de trabalho, a comparabilidade dos dados no período só pode ser feita para 2002-2006 e 2007-2015. ** segundo definição da expressão monetária do valor, capítulo 3 e 4.

Fonte: microdados da PNAD/IBGE e RAIS/MTb

⁷⁸No capítulo anterior se discutiu metodologicamente as dificuldades de se mensurar as mudanças de intensidade da jornada de trabalho e como usualmente se toma como referência para isso o número de acidentes de trabalho. Por sua vez, esse procedimento conduz a outras dificuldades, entre elas, a fiscalização e registro dos acidentes pelo território, bem como as mudanças na conceituação e verificação de acidentes realizadas em 2007, as quais limitam a comparação dos dados na série histórica.

Similarmente, as duas outras informações do quadro 04 apenas ressaltam o fenômeno que as UF com as maiores taxas de mais-valor também apresentam desgastes acentuados da força de trabalho para além da jornada de trabalho. No caso do tempo dedicado a afazeres doméstico por horas semanais, o tempo médio dedicado possui uma baixa dispersão entre as diversas unidades da federação. Chama atenção o fato de que PE e AL terem substancialmente aumentado o tempo dedicado a afazeres entre 2002-2011 atingindo 18 horas e 18,4 horas semanais médias em 2011. No caso do deslocamento casa-trabalho, os resultados em absoluto e o patamar dentro as UF também são muito particulares da organização e divisão espacial do trabalho em cada caso, onde os problemas de deslocamento são mais intensos nas grandes metrópoles, como é o caso das paulistas e cariocas, além do DF. Ainda assim, a proporção de empregados produtivos que demoravam mais de trinta minutos para chegar até seu trabalho se ampliou praticamente em todas as UF entre 2002 e 2015. As únicas reduções foram observadas em AM, RR, MA, PI, PB e AL.

Em síntese, essa é, pois a situação dos empregados produtivos nas regiões periféricas entre 2002 e 2015: a riqueza gerada cada vez mais nas regiões periféricas se deu com a manutenção das desigualdades de renda e regional, assim como o elevado patamar da taxa de mais-valor que se manifesta por SFT aguda, seja pela jornada de trabalho, seja por mecanismos além da jornada. O fato de que a taxa de mais-valor tenha se reduzido em alguns estados periféricos entre 2002-2011 ou que outros estados tenham apresentado um resultado positivo comparativamente ao Brasil nos dois subperíodos, apenas ameniza essa situação e só foi possível provavelmente porque a renda da terra teve um papel fundamental na distribuição do mais-valor nessas regiões. Quanto aos empregados produtivos das regiões de maior desenvolvimento capitalista dependente, eles observam de forma mais homogênea um aumento da taxa de exploração entre 2002-2011 e manutenção da SFT, o que também está associado aos determinantes setoriais do PRCEEP. Contudo, ainda que o grau de degradação física e moral da força de trabalho nessas regiões tenha se elevado, seu patamar ainda se difere em muito daquele das regiões periféricas.

5.3 Superexploração e produção social do espaço urbano: a questão da inadequação fundiária⁷⁹

Para finalizar o presente capítulo, resta destacar outra dimensão da produção social do espaço que, por suas mediações, manifesta a SFT nas FSP dependentes: o espaço urbano. De certa forma, ele foi tratado nos capítulos e nas seções anteriores, ainda que secundariamente, quando se destacou como a renda da terra pode ser apropriada por outros setores ou pelo fato de que a SFT pode ser acicatada para além da jornada de trabalho, como pelo tempo de deslocamento casa-trabalho. Esses dois fenômenos estão ligados com a produção do espaço urbano, enquanto local por excelência de reprodução da força de trabalho. Desgraçadamente, nas FSP dependentes, as cidades manifestam a SFT, principalmente na segregação socioespacial e na impossibilidade de acesso, em geral, dos trabalhadores à moradia, enquanto mercadoria primordial para reprodução da força de trabalho. A segregação socioespacial urbana e o déficit habitacional e/ou inadequação fundiária não são fenômenos exclusivos às metrópoles e/ou regiões de pouco crescimento econômico. Em Rio Verde se observa essa manifestação, ainda que de forma regional específica:

Nesse sentido, não obstante apresentar peculiaridades inerentes ao tempo de sua transformação, há características gerais que se manifestam localmente e que refletem os marcos do subdesenvolvimento brasileiro em sua dimensão espacial. Em outras palavras, o padrão de crescimento recente das cidades que apresentam dinamismo econômico e demográfico acima da média nacional, especialmente as cidades médias interiorizadas e ligadas às atividades de exportação, reproduz do ponto de vista intraurbano os mesmos problemas que são mais comumente identificados (e estudados) em regiões metropolitanas (MACEDO, 2013, p. 37)

A perspectiva de investigação crítica da produção social do espaço urbano a partir da TMD é mais um campo que deve avançar, mas ela escapa dos propósitos imediatos dessa seção⁸⁰.

⁷⁹Essa seção tem como base o texto “Inadequação fundiária urbana e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente brasileiro contemporâneo (2003-2015)” aprovado ao XVIII ENANPUR (ARUTO E VENTURA NETO, 2019, inédito).

⁸⁰Por limite de exposição e pela necessidade de maior desenvolvimento teórico do tema, não se relaciona nesse momento a renda da terra nas atividades imobiliárias com o PRCEEP e a SFT. Como uma apresentação dessa questão, ver ARUTO e TONIN (2016) e TONIN (2015)

O intuito geral é apontar como a contenção relativa da SFT no período se expressou de maneira específica no espaço urbano brasileiro, no que se refere às moradias para os trabalhadores. Mais especificamente, o objetivo é evidenciar como a categoria de *inadequação fundiária* (imóveis totalmente/parcialmente de propriedade dos moradores, mas localizados em terrenos não regularizados) corresponde a uma manifestação estrutural de reprodução da força de trabalho, qual seja, a incapacidade de uma parcela significativa das famílias trabalhadoras em acessar um imóvel tipicamente capitalista, uma vez que o salário não permite o acesso à mercadoria habitação. Para tanto, procura-se analisar quantitativa e qualitativamente não apenas os domicílios, mas também o perfil dos moradores sob inadequação fundiária no período, destacando variáveis socioeconômicas, como o nível de escolaridade, taxa de desocupação, de participação, rendimento médio real por hora, entre outros. Antes disso, cabem alguns apontamentos sobre a questão urbana no Brasil na atualidade e durante o governo petista.

Do ponto de vista regional, ressaltou-se na seção anterior a questão da desconcentração produtiva a partir dos determinantes da organização socioespacial brasileira pós-1980. Do ponto de vista urbano, os efeitos das políticas econômicas, de industrialização e modernização dos latifúndios agrícolas do regime militar sobre o processo de urbanização foram intensos. Somados à política habitacional subsidiada pelo sistema BNH/SFH, o resultado foi a gestação de metrópoles com profundas desigualdades socioespaciais, cujos efeitos negativos se tornaram mais evidentes quando foram reduzidos os recursos para habitação e infraestrutura urbana com o fim do BNH. É importante lembrar que, naquele momento, o direcionamento de fundos públicos para o setor habitacional, ocorreu em uma escala nunca antes vista promovendo mudanças definitivas no perfil das grandes cidades do país, sem permitir, contudo, que o financiamento do imóvel se estruturasse no sentido de impulsionar o acesso à terra urbana com infraestrutura (MARICATO, 2000).

A forte recessão econômica que caracterizou a economia brasileira na virada dos anos de 1980 e 1990, quando o crescimento demográfico urbano superou o crescimento do PIB, além de ampliar as desigualdades de rendimento, também ampliou o universo da desigualdade socioespacial. Pela primeira vez na sua história o Brasil passa a concentrar grandes bolsões de pobreza urbana nas suas principais metrópoles e registra uma substancial elevação na proporção de pobres em áreas metropolitanas, passando de 29% em 1980 para cerca de 38,8% em 2004 (MONTALI; LESSA, 2016). Combinadas, pobreza urbana e desigualdades socioespaciais,

fomentariam o aumento da violência urbana marcada pelo início de uma escalada no número de homicídios em cidades sem precedentes na história do país (MARICATO, 2000).

A partir dos anos de 1990, associado ao processo de desconcentração industrial e reprimarização da economia, urbanização brasileira se acentua pelo crescimento das “cidades médias” que passam a apresentar elevadas taxas de crescimento populacional. O período passa a registrar também um forte crescimento demográfico em cidades localizadas na periferia das principais metrópoles, o que implicou em um aumento relativo das regiões pobres metropolitanas, com destaque para a Região Metropolitana de Belém que apresenta, no período, um crescimento na ordem de 157,9% nos seus municípios periféricos (MARICATO, 2000). Nesse contexto, de ausência de políticas habitacionais e de recessão econômica, a precarização da força de trabalho urbana se eleva substancialmente. Apenas entre 1991 e 2002, o percentual de trabalhadores informais nas seis principais regiões metropolitanas do país sai de pouco mais de 40% para cerca de 51% dos trabalhadores dessas regiões (RAMOS, 2002).

A gestão petista do governo federal, marcada pelo fortalecimento do Ministério das Cidades e das políticas setoriais articuladas ao Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano, foi fundamental para a retomada de investimentos em planejamento das cidades em uma escala nacional. Contudo, pode-se dizer que, se por um lado, as cidades brasileiras passam a experimentar um paulatino retorno do Governo Federal na definição de políticas urbanas de abrangência nacional, urbanização de favelas e no estímulo à produção imobiliária para a população de baixa renda. Por outro lado, suas ações concretas, especialmente a partir do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), pouco levaram em conta, por exemplo, o espaço e o território oriundo das diferenças regionais brasileiras (RODRIGUES, 2011), o que provavelmente resultaria na opção de programas que garantissem a ampliação da infraestrutura urbana mediante projetos de urbanização de assentamentos precários, opção que passou a ser secundarizada no rol da política urbana do governo federal especialmente a partir de 2010.

Em grande medida, o efeito controverso das últimas fases do MCMV e do consequente enfraquecimento do Plano Nacional de Habitação, apresentam evidências da necessidade de se reconhecer a precariedade dos espaços urbanos como fenômenos articulados à superexploração da força de trabalho. A seguir, são apresentados dados sobre a evolução recente da inadequação fundiária, observado como manifestação concreta da superexploração da força de trabalho no espaço da cidade brasileira.

Do ponto de vista da produção social do espaço urbano, a SFT *tendencialmente* implica na incapacidade das famílias trabalhadoras em acessar o imóvel capitalista sem comprometer a reprodução normal da força de trabalho. É a partir dessa perspectiva teórica que pode se compreender fatos concretos e estruturas histórico espaciais, como o elevado déficit habitacional, quando a inacessibilidade de moradias para as famílias pobres/trabalhadoras obriga-as a viverem em habitação precária, em coabitação plurifamiliar e/ou a pagarem um ônus excessivo de aluguel em relação a sua renda.

Além do déficit habitacional, que afeta o estoque de domicílios presentes, grandes contingentes de famílias brasileiras vivem sob inadequação domiciliar, fenômeno esse que está associado à deterioração da qualidade de vida devido às condições do imóvel urbano associadas aos seguintes fatores:

(...) domicílios **carentes de infraestrutura** todos os que não dispõem de ao menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo. O **adensamento excessivo** considera apenas os **domicílios** (casas e apartamentos) **próprios**. Os alugados são incorporados aos cálculos do déficit habitacional. Caracteriza situação em que o número médio de moradores no domicílio é superior a três por dormitório. O número de dormitórios corresponde ao total de cômodos que servem, em caráter permanente, de dormitório para os moradores do domicílio. Nele incluem-se aqueles assim utilizados em função de não haver acomodação adequada para essa finalidade. (...) A **inadequação fundiária** refere-se aos casos em que pelo menos um dos moradores do domicílio tem a propriedade da moradia, mas não, total ou parcialmente, a do terreno ou da fração ideal de terreno (no caso de apartamento) onde ela se localiza. Ressalte-se que a incidência dessa inadequação está longe de se restringir aos chamados “aglomerados subnormais” e atinge muitos bairros populares, especialmente nos subúrbios e periferias das grandes metrópoles. (...) **sobcobertura inadequada** estão incluídos todos os domicílios que, embora possuam paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, têm telhado de madeira aproveitada, zinco, lata ou palha. (...) A **inexistência de unidade sanitária domiciliar exclusiva** define o domicílio que não dispõe de banheiro ou sanitário de uso exclusivo. Isso tanto ocorre nos cortiços tradicionais (em trajetória de extinção ou de transformação) como em terrenos com dois ou mais domicílios ocupados por famílias pobres ligadas por parentesco ou fortes laços afetivos (FJP, 2018, p. 26, destaque no original).

Os critérios da inadequação domiciliar não são mutuamente exclusivos, o que impede a contagem global dos domicílios sob inadequação domiciliar. Contudo, a seleção única de um componente permite superar essa condição. Nesse caso, dentre os critérios, a inadequação

fundiária é particularmente potente na vinculação da SFT com a (re) produção do espaço urbano, pois além de refletir a condição de vida das famílias nas cidades (muitas vezes é acompanhada dos demais critérios de inadequação) ela coloca em primeiro plano a incapacidade dos trabalhadores no acesso à habitação em terrenos nas cidades, do ponto de vista mercantil/capitalista. No caso, o trabalhador tem acesso parcialmente/totalmente à moradia, mas não ao terreno sobre o qual ela se situa. Esta situação se associa aos loteamentos clandestinos, favelas, ocupações urbanas e outras tantas formas de habitação que a força de trabalho encontra para se reproduzir, ainda que de forma moralmente atrofiada e, assim, abaixo do seu valor. Trata-se, pois, do caso emblemático da “cidade ilegal” denunciado por Maricato (2000) e por outros tantos pesquisadores do urbanismo brasileiro, onde a reprodução da força de trabalho nas cidades se dá por expedientes de subsistência e informalidade. Contudo, a explicação desse fato não está apenas nas raízes coloniais e patrimonialistas do Brasil, mas sim no fundamento material da dependência da economia brasileira: a superexploração da força de trabalho.

Para avaliar e acompanhar a evolução dos domicílios e seus moradores sob inadequação fundiária foram realizados dois principais procedimentos. Em primeiro lugar, tomaram-se a definição e a seleção da categoria segundo a Fundação João Pinheiro (FJP) (2016, p. 25 e 2018, p. 27) com algumas ressalvas. Para selecionar os domicílios sob inadequação fundiária urbana a partir dos microdados da PNAD/IBGE, foram utilizadas as variáveis: “Condição de ocupação do domicílio” (v0207) para os casos de domicílios “Próprio, já pago” e “Próprio, ainda pagando”; e “Terreno onde está localizado o domicílio é próprio?” (v0210) para os casos em que houve resposta negativa. Para além das indicações da FJP (2016 e 2018), selecionaram-se todos os domicílios particulares permanentes que se situavam na área urbana e, além disso, adicionou-se à variável (V0207) a condição “outra” para além daquelas duas indicadas anteriormente. Isso se deve a própria definição da variável segundo o IBGE (2009, p. 12) para a condição de “outra”: “quando o domicílio é ocupado em condição diferente das anteriormente arroladas, como, por exemplo, no caso de invasão”.

Em segundo lugar, depois de selecionados esses domicílios sob inadequação fundiária realizou-se um segundo recorte, quanto à faixa de rendimento domiciliar (variável V4614). Por esse procedimento, foram selecionados somente os domicílios cuja renda domiciliar era de até cinco salários mínimos. Esse segundo critério, apesar de em um primeiro momento parecer arbitrário, torna-se essencial para relacionar os domicílios com a categoria de

superexploração. Como visto, a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor significa que o salário recebido é incapaz de prover o trabalhador(a) e sua família da quantidade de mercadorias e valores de uso, entre eles a habitação, necessários para repor o desgaste da força de trabalho e a garantia de sua reprodução social. A inadequação fundiária permite captar precisamente esse fenômeno, principalmente nos loteamentos clandestinos, bairros “irregulares”, ocupações, favelas, entre outros.

Contudo, tal situação dificilmente se verifica a partir do momento em que um domicílio recebe substancialmente um rendimento acima da média nacional. Em outras palavras, com um rendimento domiciliar relativamente elevado, a família possuiria, hipoteticamente, condições de acessar moradias “mais adequadas” do ponto de vista capitalista. Se não o faz isso é, provavelmente, por motivos de especulação e/ou perspectiva de regularização do terreno junto ao poder público (como no caso de condomínios/loteamentos para classes médias e altas), excluindo questões afetivas e individuais. Seja como for, nesses casos, dificilmente pode-se aventar a possibilidade que tais moradores estão submetidos a um regime de superexploração, ainda que categorialmente são classificados também sob IFU.

Essa ressalva é particularmente importante para o período recente, conforme pode ser visto na tabela 14 a seguir, que destaca o total de domicílios sob IFU em 2003, 2011 e 2015 e os separa para o rendimento domiciliar de até 5 salários mínimos (SM) ou mais em cada ano. Conforme a tabela 14, percebe-se que entre 2003 e 2011, auge do crescimento econômico do governo petista, o número de domicílios com IFU aumentou em pouco mais de 132 mil para, quatro anos depois, reduzir em quase 226 mil. O que em princípio poderia indicar uma relativa estabilidade para o período como um todo no total de domicílios sob IFU, na verdade esconde tendências distintas. Isso porque o aumento no período de 2003-2011 se deve exclusivamente aos domicílios com rendimento domiciliar acima de 5 SM (271 mil), sendo que para os domicílios com até 5 SM houve uma redução absoluta de mais de 139 mil domicílios. No subperíodo posterior (2011-2015), ambos subgrupos de rendimento domiciliar apresentaram uma redução relativa no mesmo patamar, de 10%.

Tabela 14: Domicílios particulares permanentes na área urbana sob inadequação fundiária urbana (IFU) segundo classes de rendimentos por salário mínimo (SM) * - Brasil, 2003, 2011 e 2015

	2003	2011	2015
Total Domicílios IFU	2.076.405	2.208.641	1.982.345
IFU - Domicílios até 5 SM	1.659.037	1.519.384	1.360.472
IFU - Domicílios acima de 5 SM	417.368	689.257	621.873

*exclusive domicílios sem declaração de rendimento domiciliar

Fonte: microdados da PNAD/IBGE; Elaboração própria

Dessa forma, os dados da tabela 14 auxiliam no entendimento do fenômeno a ser mais bem analisado nesse momento. Em primeiro lugar, é importante discernir os domicílios de alta renda daqueles de menor renda. Para os primeiros, entre 2003 e 2011, houve um crescimento expressivo, quando aumentaram em mais de 10 p.p. sua participação no total de domicílios sob IFU no Brasil. Contudo essa tendência provavelmente é uma manifestação dos processos de especulação fundiária e segregação urbana, como no caso de novos condomínios fechados, por exemplo. Ainda que seja uma um fenômeno espacial associado com o objeto aqui tomado, a análise neste momento recai para os domicílios e os moradores de áreas formalmente “irregulares” que assim o fazem como única forma habitacional de reproduzir sua vida no espaço urbano. Nesse sentido e em segundo lugar, os dados da tabela 14 apontam que houve uma redução nos domicílios sob IFU com rendimento até 5 SM em torno de 300 mil, principalmente no último subperíodo.

Tal redução não deve ser analisada preliminarmente e ingenuamente como uma tendência de eliminação da inadequação fundiária no Brasil. Ainda que a redução tenha sido expressiva, o total de domicílios sob IFU ainda é elevado: 1,36 milhão. Além disso, esse montante se refere a conjuntura de 2015, quando a taxa de desocupação e a deterioração real dos salários ainda não atingiram a monta que se verificou nos anos posteriores. Dessa forma, ainda que não se tenham dados secundários e oficiais, não se pode afastar a possibilidade de um aumento de moradores de favelas, ocupações ilegais e loteamento clandestinos a partir de 2015.

Essas observações não têm como intenção desmerecer ou diminuir a importância das diversas políticas de regulação fundiária no Brasil, das políticas habitacionais e do aumento do rendimento médio real dos trabalhadores no período para a redução dos domicílios sob IFU. Elas procuram, isso sim, precisar o objeto investigado ao apontar que, a despeito da contenção relativa da SFT, a inadequação fundiária permaneceu e, ao que tudo indica, pode ter se ampliado pós-

2015. Nesse sentido, a questão central é qual o fundamento material dessa permanência e as transformações e mudanças que se observam nos domicílios e seus moradores dialeticamente relacionados com o movimento nacional. Em outras palavras, como a IFU enquanto manifestação histórica do espaço urbano e da superexploração no Brasil (seção 1) se reproduz na atual conjuntura?

Inicialmente, cabe detalhar quantitativamente os domicílios sob IFU no Brasil para outras escalas espaciais no período, como as unidades da federação e as metrópoles, conforme tabela 15 a seguir, contrastando-os com os domicílios particulares permanentes urbanos como um todo (DPU). De modo geral para todo período, percebe-se uma redução de participação dos domicílios sob IFU no total dos DPU, de 4% em 2003 para 2,4% em 2015, devido tanto à queda absoluta dos domicílios em IFU quanto ao aumento dos DPU. Ainda que o movimento tenha sido territorialmente disperso, pode-se dizer que as UF que mais reduziram relativamente o número de domicílios com IFU sobre DPU entre 2003 e 2015 localizavam-se no Norte e Nordeste, principalmente Amazonas, Pará, Piauí, Ceará, Maranhão, Paraíba e Pernambuco (somente Acre e Rio Grande do Norte experimentaram um aumento nos domicílios sob IFU, ainda assim, pouco expressivo). As UF da região Sul apresentaram um comportamento disforme, com estabilidade no Paraná, redução em Santa Catarina e mais ainda no Rio Grande do Sul. Por sua vez, o aumento absoluto de domicílios com IFU ou a estabilidade no seu patamar concentraram-se nas UF das grandes regiões do Centro-Oeste e do Sudeste: Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Goiás. O caso de SP em primeiro momento se destoa, pois apresentou uma redução de 40 mil nos domicílios entre 2003 e 2015. Contudo, relativamente, esse resultado diminuiu sua expressividade tendo em vista: o total de domicílios sob IFU em SP no início do período (479 mil); o crescimento que se observa no subperíodo 2003-2011 no estado (+55 mil); e o fato de que em 2015 tinha, juntamente com RJ e ES, as maiores participações dos domicílios sob IFU no total de DPU, na faixa de 3%, acima da média brasileira.

Associando esse resultado com a taxa de mais-valor regional da seção anterior, percebem-se os mecanismos específicos de SFT nas regiões, pois no caso de Goiás, há uma redução da taxa de mais-valor nos dois subperíodos ao mesmo tempo em que a IFU apresenta uma redução de 16% entre 2003-2011 para depois aumentar em 35% entre 2011-2015, aproximadamente. Esse parece ser o cenário geral destacado anteriormente por Macedo (2013). Em outro exemplo, a IFU e a taxa de exploração também podem ser ligadas no caso de SP

tendo em vista que o aumento da IFU se deu com o aumento relativo expressivo da taxa de mais-valia em São Paulo no período 2002-2011.

De fato, a IFU apresenta espacialidades específicas sendo que sua maior incidência e concentração estão em territórios com maior urbanização, como nas metrópoles. Apesar da redução absoluta, 52% dos domicílios sob IFU localizam-se nas metrópoles em 2015, mesmo patamar de 2003, sendo que essa proporção se ampliou em 2011 (56,8%). Evidentemente, esse fenômeno está ligado a outros determinantes, como rede de cidades, estrutura econômica e produtiva das unidades da federação. Contudo, pode-se afirmar grande parte do resultado estadual é uma decorrência direta da evolução metropolitana, destacando os casos entre 2003 e 2015 de: Belém, Fortaleza e Porto Alegre e o aumento no Rio de Janeiro e Curitiba. Novamente, São Paulo e a agora sua região metropolitana merecem um destaque a parte. De modo geral, a redução dos domicílios sob IFU no estado entre 2003-2015 se deveu exclusivamente ao resultado da região metropolitana (-43 mil), isso porque no agregado dos municípios paulistas exclusive a metrópole houve uma ampliação absoluta no número de IFU em 2 mil domicílios.

Mais do que uma exceção o resultado de São Paulo reforça os argumentos os anteriores, quanto à incidência da IFU naqueles territórios que avançaram mais no processo de urbanização. Os resultados dos domicílios sob IFU se associam com as tendências espaciais do padrão de reprodução do capital considerando que: a) a redução absoluta e proporcional dos domicílios em IFU nas UFs foi mais intensa naqueles estados periféricos em que não apenas houve um crescimento do PIB acima da média nacional, como também, uma maior reverberação das conquistas sociais e aumento dos rendimentos médios, como os estados do norte e nordeste; b) a região Centro-Oeste (e o DF) é um contra-exemplo do último argumento, pois ao mesmo tempo em que aumenta sua participação no VAB devido às atividades do agronegócio, observa-se ao longo do período aumentos dos casos da IFU, o que parece ser um caso de atualização do “desenvolvimento do subdesenvolvimento espacial”; c) a região Sudeste, que mais amarga o processo de desconcentração econômica, observa a permanência e inclusive ampliação da IFU, a depender de alguns casos.

Tabela 15:Domicílios Permanentes Urbanos (DPU) e domicílios sob Inadequação Fundiária Urbana (IFU) em milhares segundo Unidades da Federação - Brasil e Regiões Metropolitanas, 2003, 2011 e 2015

UF's	2003								2011								2015							
	DPU (a)	DPU metropolit anos (b)	IFU (c)	IFU metro politan a (d)	b/a (%)	c/a (%)	d/b(%))	d/c (em%)	DPU (a)	DPU metropolit anos (b)	IFU (c)	IFU metro politana (d)	b/a (%)	c/a (%)	d/b(%))	d/c (em%)	DPU (a)	DPU metropoli tanos (b)	IFU (c)	IFU metro politan a (d)	b/a (%)	c/a (%)	d/b(%))	d/c (em%)
Rondônia	270	-	4	-	-	1,4	-	-	367	-	1	-	-	0,3	-	-	447	-	4	-	-	0,8	-	-
Acre	111	-	3	-	-	2,4	-	-	157	-	4	-	-	2,2	-	-	169	-	3	-	-	1,9	-	-
Amazonas	545	-	11	-	-	2,1	-	-	666	-	12	-	-	1,9	-	-	872	-	7	-	-	0,8	-	-
Roraima	70	-	1	-	-	1,1	-	-	107	-	0	-	-	0,3	-	-	126	-	0	-	-	0,3	-	-
Pará	1.064	449	53	42	42,2	4,9	9,4	80,2	1.403	522	34	17	37,2	2,4	3,3	51,5	1.632	640	24	13	39,2	1,4	2,0	54,2
Amapá	109	-	3	-	-	2,7	-	-	149	-	3	-	-	2,3	-	-	183	-	3	-	-	1,4	-	-
Tocantins	240	-	4	-	-	1,7	-	-	329	-	3	-	-	1,0	-	-	379	-	2	-	-	0,6	-	-
Maranhão	970	-	31	-	-	3,1	-	-	1.041	-	25	-	-	2,4	-	-	1.170	-	22	-	-	1,9	-	-
Piauí	469	-	30	-	-	6,3	-	-	582	-	10	-	-	1,6	-	-	643	-	7	-	-	1,1	-	-
Ceará	1.563	851	93	69	54,4	6,0	8,2	74,4	1.862	1.034	46	34	55,5	2,5	3,3	73,3	2.026	1.140	58	36	56,3	2,8	3,1	61,9
Rio Grande do Norte	582	-	11	-	-	1,8	-	-	781	-	5	-	-	0,7	-	-	853	-	11	-	-	1,3	-	-
Paraíba	753	-	55	-	-	7,3	-	-	949	-	43	-	-	4,5	-	-	1.010	-	19	-	-	1,9	-	-
Pernambuco	1.623	896	95	71	55,2	5,9	7,9	74,8	2.081	1.019	65	51	49,0	3,1	5,0	78,9	2.418	1.241	70	54	51,3	2,9	4,3	76,9
Alagoas	515	-	10	-	-	1,9	-	-	641	-	11	-	-	1,7	-	-	785	-	6	-	-	0,8	-	-
Sergipe	422	-	7	-	-	1,6	-	-	486	-	12	-	-	2,6	-	-	500	-	7	-	-	1,3	-	-
Bahia	2.477	918	127	38	37,1	5,1	4,2	30,2	3.188	1.183	81	33	37,1	2,5	2,8	41,0	3.724	1.357	90	29	36,4	2,4	2,1	31,8
Minas Gerais	4.511	1.301	111	37	28,9	2,5	2,9	33,4	5.268	1.469	124	52	27,9	2,3	3,5	42,1	5.934	1.718	108	38	28,9	1,8	2,2	34,8
Espírito Santo	785	-	18	-	-	2,3	-	-	958	-	21	-	-	2,1	-	-	1.133	-	35	-	-	3,1	-	-
Rio de Janeiro	4.532	3.481	153	140	76,8	3,4	4,0	91,4	4.867	3.711	192	152	76,3	3,9	4,1	79,2	5.636	4.375	180	156	77,6	3,2	3,6	86,8
São Paulo	10.671	5.054	479	347	47,4	4,5	6,9	72,5	12.691	6.076	534	408	47,9	4,2	6,7	76,4	13.932	7.069	439	304	50,7	3,1	4,3	69,4
Paraná	2.502	787	79	20	31,5	3,1	2,5	25,0	3.014	956	78	40	31,7	2,6	4,2	51,7	3.346	1.134	76	37	33,9	2,3	3,3	49,0
Santa Catarina	1.388	-	40	-	-	2,9	-	-	1.723	-	37	-	-	2,1	-	-	2.003	-	27	-	-	1,4	-	-
Rio Grande do Sul	2.682	1.162	186	104	43,3	6,9	8,9	55,7	3.126	1.341	125	65	42,9	4,0	4,8	51,6	3.430	1.493	97	43	43,5	2,8	2,9	44,5
Mato Grosso do Sul	572	-	19	-	-	3,2	-	-	725	-	12	-	-	1,6	-	-	802	-	11	-	-	1,4	-	-
Mato Grosso	556	-	6	-	-	1,2	-	-	806	-	12	-	-	1,5	-	-	892	-	10	-	-	1,1	-	-
Goiás	1.399	-	24	-	-	1,7	-	-	1.828	-	20	-	-	1,1	-	-	1.986	-	37	-	-	1,8	-	-
Distrito Federal	602	602	9	9	100,0	1,4	1,4	100,0	807	807	10	10	100,0	1,2	1,2	100,0	930	944	8	8	101,5	0,9	0,9	100,0
Total	41.984	15.502	1.659	877	36,9	4,0	5,7	52,8	50.602	18.119	1.519	863	35,8	3,0	4,8	56,8	56.961	21.111	1.360	718	37,1	2,4	3,4	52,7

Fonte: microdados da PNAD/IBGE; Elaboração própria

Não se procura nesse momento esgotar a questão, mas sim precisar a IFU no Brasil na atualidade e apontar os diversos fenômenos associadas a ela, principalmente sua manifestação em diversas escalas espaciais, conjugando-a com os argumentos das seções anteriores. Além disso, procurou-se relacioná-la com as tendências gerais do capitalismo dependente, respeitando as escalas espaciais. Evidentemente, a evolução dos domicílios sob IFU no Brasil guarda uma série de fenômenos que devem ser investigados. Neste momento, procura-se analisar a IFU enquanto forma de reprodução urbana da força de trabalho, especificando o perfil socioeconômico dos seus moradores. A hipótese com que se trabalha é que os moradores das periferias urbanas, dos loteamentos clandestinos, das favelas e ocupações constituem uma força de trabalho socialmente específica, mas plenamente integrada à valorização do capital. Neste caso, as famílias trabalhadoras dessas localidades são incapazes de acessar o imóvel enquanto mercadoria tipicamente capitalista devido ao baixo salário. Essa condição tende a manter lacuna entre o valor de mercadorias necessárias para a reprodução da força de trabalho e aquela quantidade de fato que é consumida, ou seja, a superexploração. A tabela 16 a seguir fornece algumas variáveis para os moradores sob IFU no Brasil e nas metrópoles no período e subperíodos analisados. Nesse caso, a comparação toma como referência todos os habitantes do Brasil, não apenas dos DPU, com o objetivo de avaliar o comportamento dos moradores sob IFU em relação à média nacional.

Em 2003, 5,9 milhões de brasileiros viviam sob IFU, sendo que 53,6% nas metrópoles. Em termos laborais para mesmo ano, a população sob IFU tinha uma taxa de participação 57,4% no mercado de trabalho, próxima da média brasileira (61,4%), contudo, a taxa de desocupação era muito maior: 17,5% e 9,7%, respectivamente. Essa situação se aprofunda no caso das metrópoles, quando a diferença na taxa de participação na população em geral nas metrópoles e da população sob IFU metropolitana era mais baixa ainda. Como será visto, esse padrão se mantém nos demais anos, ainda que em proporção distinta. De todo modo, esse dado preliminar já permite combater uma mistificação muito corrente por parte da classe dominante: a de que as populações das periferias constituem um lumpemproletariado, imerso em “atividades ilícitas” e socialmente marginais da produção e consumo. Como visto para os dados de 2003, os moradores sob IFU inseriam-se no mercado de trabalho em uma proporção similar ao do restante da população, com a especificidade que faziam assim principalmente na procura por empregos. Em outras palavras, se já não trabalhavam em um emprego que os obrigavam a residir em uma

situação de IFU, uma grande parte desses moradores procuravam por essa condição mínima de inserção laboral.

Outras características sociais podem ser vistas na tabela ainda para 2003, algumas delas típicas do subdesenvolvimento brasileiro e da histórica exclusão social e espacial: a) maior proporção de população negra/parda residente nas áreas sob IFU frente à média brasileira, o que se amplia nas áreas metropolitanas; b) baixo nível de rendimento médio dos ocupados sob IFU, quando em 2003 eles recebiam 51,6% do rendimento médio dos ocupados brasileiros e, no caso das regiões metropolitanas, essa proporção era de impressionantes 38%; c) mais de 70% da população em idade ativa em IFU tinha menos de 7 anos de estudos tanto para as metrópoles quanto para o Brasil, patamar esse que era de 47% e 58,5% para as regiões metropolitanas e o Brasil como um todo, respectivamente.

Novamente, essas condições de maior vulnerabilidade não podem ser confundidas com uma suposta marginalidade, mas sim, determinadas pela integração específica desses trabalhadores com o processo de valorização e de formas de exploração. Nesse caso, percebe-se que os ocupados moradores sob IFU no Brasil e nas metrópoles estavam concentrados em atividades próprias da produção capitalista (outras atividades industriais, indústria de transformação, construção, comércio, alojamento/alimentação, transporte/comunicação) ou, então, típicas da estrutura social dos países dependentes, como os serviços domésticos. Concentração essa que é superior àquela verificada para a média brasileira e metropolitana. Além disso, os dados para 2003 indicam que a integração produtiva e social à economia dependente para os trabalhadores sob IFU tinha como contraparte uma maior exploração, isso porque o rendimento médio dos ocupados nos domicílios sob IFU era absurdamente menor do que a média nacional: os trabalhadores nessas áreas recebiam 51% da média do valor do trabalhador brasileiro e, no caso dos congêneres metropolitanos, essa proporção não atingia 40%. O menor patamar de rendimento dos trabalhadores moradores em IFU no Brasil se amplia quando se tem em mente que eles recebem menos por hora trabalhada comparativamente à média brasileira, R\$4,22/hora e R\$8,28/hora, respectivamente e em termos reais.

Tabela 16: Variáveis laborais, cor/raça, rendimento médio real, horas médias semanais trabalhadas, grupos de atividades econômicas e grau de instrução da população residente para domicílios permanentes urbanos e domicílios sob inadequação fundiária urbana – Brasil e regiões Metropolitanas, 2003, 2011 e 2015

Categorias	2003				2011				2015			
	Total Domicílios		Inadequação Fundiária		Total Domicílios		Inadequação Fundiária		Total Domicílios		Inadequação Fundiária	
	Brasil	Metropoles	Brasil	Metropoles	Brasil	Metropoles	Brasil	Metropoles	Brasil	Metropoles	Brasil	Metropoles
População Residente (milhares)	177.360	56.215	5.904	3.168	197.825	61.129	4.777	2.703	204.860	63.119	3.813	2.032
População em idade Ativa (milhares)	145.761	47.053	4.514	2.393	169.211	53.218	3.976	2.268	177.657	55.511	3.234	1.730
PEA (milhares)	89.485	28.082	2.591	1.359	101.586	32.004	2.246	1.277	105.519	33.721	1.863	1.019
ocupados (milhares)	80.775	24.189	2.138	1.073	94.763	29.499	2.003	1.135	95.380	29.781	1.611	860
Desocupados (milhares)	8.709	3.892	453	286	6.822	2.505	242	142	10.139	3.940	251	159
Taxa participação (PEA/PIA, em %)	61,4	59,7	57,4	56,8	60,0	60,1	56,5	56,3	59,4	60,7	57,6	58,9
Taxa desocupação(Desocupados/PEA, em %)	9,7	13,9	17,5	21,0	6,7	7,8	10,8	11,1	9,6	11,7	13,5	15,6
Cor, raça e etnia em relação à População residente (em %)												
Indígena	0,2	0,2	0,4	0,4	0,4	0,2	0,3	0,1	0,4	0,2	0,2	0,3
Branca	52,0	55,8	41,5	41,7	47,8	50,2	44,3	44,3	45,2	48,0	40,6	40,0
Preta	5,9	8,3	10,0	11,9	8,2	9,7	10,8	10,5	8,9	11,5	11,7	12,4
Amarela	0,4	0,7	0,2	0,1	0,6	0,7	0,3	0,3	0,5	0,7	0,3	0,4
Parda	41,5	35,0	48,0	46,0	43,0	39,2	44,3	44,9	45,1	39,5	47,2	46,9
Sem declaração	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rendimentos (em R\$ de agosto de 2018 segundo INPC e exclusive sem declaração) e horas médias trabalhadas na ocupação principal												
Renda Média Mensal	R\$ 1.328,19	R\$ 1.880,18	R\$ 685,84	R\$ 730,27	R\$ 1.803,05	R\$ 2.435,92	R\$ 1.199,80	R\$ 1.222,25	R\$ 1.932,07	R\$ 2.562,84	R\$ 1.289,24	R\$ 1.323,12
Horas Trabalhadas na Semana	40,1	41,8	40,6	41,3	39,5	40,8	40,4	41,0	38,1	39,1	38,9	39,2
R\$/hora trabalhada	R\$ 8,28	R\$ 11,25	R\$ 4,22	R\$ 4,42	R\$ 11,42	R\$ 14,94	R\$ 7,42	R\$ 7,46	R\$ 12,68	R\$ 16,38	R\$ 8,29	R\$ 8,44
Classe de atividades econômica dos ocupados (em %)												
Agrícola	20,7	2,2	9,1	1,8	15,7	1,4	4,6	1,3	14,1	1,2	3,9	0,5
Outras atividades industriais	0,8	0,7	0,5	2,3	0,8	0,7	0,6	0,4	0,7	0,6	0,4	0,1
Indústria de transformação	13,5	15,1	14,8	16,1	12,6	13,2	13,7	13,6	11,8	11,4	11,4	10,0
Construção	6,5	7,1	11,3	12,4	8,4	8,5	11,8	11,5	9,0	8,9	11,6	9,9
Comércio e reparação	17,7	20,6	19,6	17,8	17,8	19,7	19,6	20,3	18,2	19,4	21,2	21,8
Alojamento e alimentação	3,6	4,7	4,9	6,2	4,9	6,0	7,8	9,1	4,9	6,1	6,9	8,1
Transporte, armazenagem e comunicação	4,6	6,5	5,3	5,2	5,5	7,4	6,1	7,3	5,6	7,2	6,6	7,5
Administração pública	5,0	5,3	3,1	2,3	5,4	5,4	3,6	2,7	5,3	5,3	3,3	2,2
Educação, saúde e serviços sociais	8,9	11,0	5,3	7,5	9,2	10,3	6,0	5,3	10,8	12,2	8,7	7,7
Serviços domésticos	7,7	8,8	14,0	13,7	7,1	7,6	11,7	11,3	6,6	7,1	9,8	11,1
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3,7	5,1	4,2	5,1	3,8	5,2	4,7	4,8	4,3	5,7	6,0	6,7
Outras atividades	6,9	12,6	6,8	8,7	8,7	14,6	9,7	12,2	8,7	14,9	9,9	14,2
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,2	0,4	1,0	0,9	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Grau de Instrução da PIA (em %)												
Sem instrução e menos de 1 ano	11,5	6,4	13,9	11,3	11,5	6,9	10,5	8,8	8,5	5,2	8,7	7,2
1 a 3 anos	14,8	10,7	19,7	19,1	10,5	7,6	11,4	10,3	10,1	6,7	10,1	8,6
4 a 7 anos	32,2	30,1	39,4	40,8	25,5	23,0	29,2	28,9	24,7	21,0	27,3	27,6
8 a 10 anos	16,4	19,1	16,1	17,4	17,4	18,1	20,8	21,8	17,2	18,1	21,1	23,1
11 a 14 anos	19,6	25,3	10,1	10,5	27,0	32,8	24,7	26,8	29,3	35,0	27,1	27,7
15 anos ou mais	5,2	8,0	0,5	0,5	8,1	11,5	3,3	3,3	10,0	13,9	5,5	5,9
Não determinados e sem declaração	0,3	0,3	0,4	0,5	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1

Fonte: microdados da PNAD/IBGE; Elaboração própria

Em síntese, os dados de 2003 revelam que a integração econômica e social dos trabalhadores moradores em domicílios em IFU tinha como base um salário baixo, jornadas desgastantes e, ao que tudo indica, um maior nível de exploração. O ponto principal defendido nesse momento é que a exploração desse contingente de trabalhadores urbanos dialeticamente determina e resulta em uma forma espacial específica que é a própria negação da moradia capitalista. Nesse sentido e de forma mais rigorosa, mais do que uma maior exploração, observa-se um fenômeno distinto que é a superexploração da força de trabalho, onde, no caso, a IFU sintetiza os mecanismos cotidianos e permanentes de maior desgaste da força de trabalho relativamente ao valor e remuneração da própria força de trabalho. Antes disso, cabe analisar a superexploração e a IFU em um aspecto conjuntural, no caso, o governo petista, ainda com base nos dados da tabela 16.

Comparativamente a 2003, 2011 e 2015 revelam mudanças e permanências nas características e integração com a estrutura econômica. Inicialmente, destaca-se a queda absoluta e relativa da população residente em domicílios em IFU: 4,8 milhões em 2011 e atinge 3,8 milhões em 2015, com a concentração nas metrópoles mantendo o mesmo patamar. É inegável que o crescimento econômico, políticas sociais, valorização do salário mínimo, por um lado, e políticas de regularização fundiária nos planos estaduais e municipais, por outro, foram determinantes para esse resultado. Tanto é assim que, em termos reais, observa-se um aumento no rendimento dos trabalhadores em IFU (87,9%) em patamar muito maior do aquele verificado para a média brasileira (45,4%) em comparação a 2003, assim como nas metrópoles.

Contudo, como discutido anteriormente, a questão relevante é a permanência da IFU e sua manifestação territorial específica, precisamente em um período ímpar da história econômica recente brasileira. Com base nesta concepção, pode-se analisar as demais informações nos sub-períodos. Inicialmente, cabe destacar que a taxa de participação dos trabalhadores moradores em IFU foi uma constante em todo período, tendo inclusive se ampliado em 2015 nas metrópoles devido à desocupação, ao mesmo tempo em que no restante do país a tendência foi de queda na taxa de participação. Com isso, reduz-se a diferença na referida taxa entre trabalhadores que moram em IFU e o restante dos trabalhadores, ainda que a participação dos primeiros se dê pela maior desocupação e em ocupações precárias. Seja como for, a taxa de participação e de desocupação para os trabalhadores em domicílios em IFU reforça o fato de que, ao invés de “marginais”, os trabalhadores e moradores da periferia das cidades estão cada vez mais inseridos

e integrados à estrutura econômica e social brasileira, o que não nega a especificidade destes processos.

No que se refere ao diferencial de rendimento, ainda que tenha aumentado expressivamente, o rendimento médio real dos trabalhadores em domicílios sob IFU ainda era substancialmente menor, constituía 66% do rendimento médio nacional e 51% do rendimento para o caso das regiões metropolitanas. A manutenção de um expressivo diferencial de rendimento se deu concomitantemente a uma inserção econômica e laboral da força de trabalho que exige maiores níveis de qualificação o que pode ser vislumbrado pelos setores econômicos e pelo grau de instrução e anos de estudo. No primeiro caso, entre 2003 e 2015, apesar de uma queda, observa-se que os ocupados habitantes em IFU mantêm a concentração naqueles setores típicos de produção e circulação do capital e serviços domésticos destacado em 2003 (68%). Ainda que para as metrópoles esse resultado requeira uma análise específica, os determinantes gerais são os mesmos: por um lado, a importância desse contingente na estrutura social e econômica, por outro, a maior participação deles em setores econômicos que exigem maior qualificação/valor da força de trabalho e mais relacionados com as decisões técnicas, financeiras e locacionais do capital (educação/saúde/serviços sociais e outras atividades) em detrimento dos serviços domésticos, atividades agrícolas e indústria de transformação.

O segundo caso tratado reforça o argumento anterior quanto ao aumento de valor da força de trabalho dos moradores em IFU, o qual pode ser vislumbrado a partir dos anos de estudo. Conforme tabela 16, se em 2003 um terço dos moradores acima de 10 anos tinha até 3 anos de instrução, contra 26,4% da proporção nacional, em 2015 a proporção foi reduzida para 18,8%, o mesmo patamar nacional (no caso dos moradores em IFU nas metrópoles, a discrepância frente aos demais moradores metropolitanos ainda é substantiva). Ainda que o acesso à educação seja elevada principalmente no ensino superior, chama atenção o crescimento desse grupo entre 2003-2015 para a população residente em IFU: de praticamente uma participação nula em 2003 (0,5%), 5,5% (5,9% para metrópoles) em 2015 das pessoas acima de 10 anos de idade tinham 15 anos ou mais de instrução.

O objetivo dessa seção foi analisar teórica e empiricamente na contemporaneidade a inadequação fundiária urbana (IFU), enquanto manifestação da SFT em uma específica escala espacial. Os dados destacados procuraram mostrar a relevância do fenômeno da IFU entre 2003-2015, em um momento em que o Brasil experimentou excepcionais históricas, seja pelo

progressismo do governo federal, seja pelo crescimento econômico baseado no ciclo de preço das commodities e política econômica expansionista. Por um lado, a queda dos domicílios em IFU e os aumentos substanciais no nível de rendimento de seus moradores no período resultaram na melhora das condições de vida, assim como da maioria dos trabalhadores brasileiros durante parte da experiência petista, coadunados com a contenção relativa da SFT. Por outro, uma série de fatos levantados evidenciam o limite estrutural dessa melhora e como ela não implicou a reversão da segregação e desigualdade espacial nas cidades, sobretudo nas metrópoles, principalmente tendo em vista a reversão do crescimento econômico e a recessão de 2015-2016.

Considerações Finais

O intuito geral dessa investigação foi, partindo da teoria marxista da dependência, compreender as mudanças das condições de vida dos trabalhadores e da jornada de trabalho e como elas manifestam as tendências do padrão de reprodução do capital no Brasil no período 2003-2016. O primeiro capítulo apresentou historicamente as categorias basilares da investigação: transferência internacional de valor e superexploração da força de trabalho. Foi visto como essas categorias, concretamente, se manifestam a partir de condições históricas e espaciais específicas, na relação dialética de formações socioespaciais e padrão de reprodução do capital. Na ocasião, destacaram-se a formação socioespacial dependente brasileira e os padrões de reprodução do capital agromineral (1822-1930) e industrialização dependente (1930-1980), além de se ter apontado as principais características do atual padrão exportador de especialização produtiva.

O segundo capítulo focou nas características econômicas e políticas do atual padrão de reprodução do capital pós-2000, enquanto específicas condições de valorização do capital no Brasil. Como visto, essas condições resultaram em uma ampliação das transferências internacionais de valor, principalmente pela troca comercial envolvendo mercadorias de setores com distintas composições orgânicas do capital, além daquelas relacionadas à propriedade do capital, seu rendimento e fuga de capital. Por sua vez, a transferência internacional de valor teve como base a adoção desde 1990 de reformas econômicas e políticas no Estado dependente e, também, uma configuração de política econômica que manteve a estabilidade macroeconomia por meio do chamado tripé macroeconômico. Independentemente das medidas ortodoxas e heterodoxas adotadas conforme a conjuntura, a estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista dependente se manteve, inclusive durante o governo do Partido dos Trabalhadores.

Discutiu-se, então, que a conciliação da manutenção da estratégia neoliberal com a melhora nos rendimentos reais dos trabalhadores, além de outras tantas conquistas sociais importantes, esteve condicionada por uma conjuntura econômica internacional de elevado aumento da demanda e preço dos produtos agrominerais. Essa excepcionalidade conjuntural permitiu que as rendas agrominerais apropriadas ensejassem o crescimento econômico no período 2004-2010, ampliado, isso sim, por políticas econômicas e sociais deliberadas voltadas ao

mercado interno. Contudo, os acontecimentos pós-crise 2007-2008 revelaram que o crescimento econômico brasileiro experimentado não superou a dependência, pelo contrário.

Diante das tendências e contradições apontadas, o terceiro capítulo procurou definir conceitualmente os mecanismos de transferências internacionais de valor e de superexploração da força de trabalho. Além disso, foram expostas duas metodologias de mensuração da taxa de mais-valor no período: a matriz insumo-produto e a expressão monetária do valor, utilizadas para se mensurar empiricamente a taxa de mais-valor no Brasil a partir dos anos 2000. O objetivo desse capítulo foi precisar e delimitar os mecanismos e determinantes da taxa de mais-valor e de superexploração para analisar, posteriormente, a evolução dessas categorias para o Brasil e outras escalas espaciais.

Nesse sentido, no quarto capítulo, observou-se que durante a aceleração e auge do crescimento econômico (2004-2010) houve um aumento substancial da taxa de mais-valor, captado tanto pela metodologia da expressão monetária do valor, quanto pela matriz insumo-produto, ainda que para essa última a aceleração da taxa de mais-valor tenha se restringido até 2005, aproximadamente. A partir de 2010, as metodologias também apontaram uma redução drástica da taxa de mais-valor, seguida por uma deterioração das condições de vida da população trabalhadora: aumento da informalidade, aumento da taxa de desemprego, queda de crescimento do rendimento médio real. Quanto à determinação da remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor na evolução da taxa de mais-valor, o argumento central foi o de que a SFT durante o auge do crescimento dos governos petistas foi relativamente contida, ainda que suas formas tenham se diversificado, principalmente para além do salário direto e jornada de trabalho estrita.

O quinto capítulo partiu da visão totalizante das transferências internacionais de valor, da evolução da taxa de mais-valor e dos mecanismos de SFT nacionais para evidenciar, de forma exploratória, como essas categorias significaram uma produção social do espaço em diversas escalas. Nesse sentido, defendeu-se o argumento de que a geração da renda da terra nas diversas atividades agrominerais foi um dos fatores fundamentais para o crescimento econômico dos anos 2000 e também para o aumento da taxa de mais-valor, sem romper, contudo com a dependência. Em seguida, procurou-se mostrar como a SFT nacional e sua contenção relativa no período recente espalharam as relações de produção capitalista com a manutenção das desigualdades regionais e a segregação urbana.

Duas foram as principais contribuições almejadas na investigação. Dentro do âmbito da teoria marxista da dependência, procurou-se desenvolver teórica e empiricamente uma abordagem integrada e totalizante das manifestações da dependência na contemporaneidade, a partir da contínua e diversa produção social do espaço em várias escalas. Como discutido, esse procedimento metodológico é indispensável, pois a reprodução da força de trabalho e a valorização do capital têm como condição e como produto a transformação permanente da natureza, sobretudo no atual padrão de reprodução do capital. Nesse sentido, ainda que a dimensão nacional constitua a referência para a valorização do capital *no e dentro* do Brasil, ela compreende movimentos e processos díspares no seu interior, marcado por tendências e contra-tendências das diversas frações do capital e classes sociais. O exame crítico da realidade social exige relacionar dialeticamente as transformações concretas na formação socioespacial dependente com a totalidade do padrão de reprodução do capital. Caso contrário, se efetuada uma associação imediata e formal, corre-se o risco de se substituir fatos e processos concretos por conceitos abstratos, como já alertara Marini (2005a) no primeiro parágrafo de “Dialética da Dependência”.

Por fim, a investigação se debruçou analítica e empiricamente sobre a categoria mais radical da teoria marxista: o mais-valor. Como visto, a elevação da taxa de mais-valor e os seus determinantes específicos na conjuntura constituíram a base material para a acumulação de capital e a estratégia política dos governos petistas a partir dos anos 2000. Ao ciclo expansivo pós-2004 correspondeu uma elevação substancial da taxa de mais-valor, em comparação ao início dos anos 2000, a qual forjou a estratégia de conciliação de classes promovida pelo PT. A partir do momento em que a crise de acumulação se instaura e a taxa de mais-valor é deprimida sistematicamente ano após ano, a preservação do pacto se mostrou insustentável. Não à toa, as medidas adotadas pelo governo Michel Temer procuraram recuperar as condições de valorização do capital por meio de um aumento da exploração da força de trabalho ao atacar o consumo diário da força de trabalho, o fundo de vida e/ou promovendo um maior desgaste da força de trabalho em um momento em que os rendimentos reais estão estagnados. Dia após dia, a realidade revela que toda a estratégia conciliadora é incompatível com a estrutura da dependência. Nesse sentido, a defesada centralidade da categoria do mais-valor e a precisão dos mecanismos de superexploração não é meramente um apelo acadêmico. Elas servem como momento imprescindível, ainda que não único, para a formulação de um projeto popular e radical

a serviço dos trabalhadores e das organizações políticas comprometidas com a construção de outra sociedade, marcada pela igualdade social e soberania nacional.

Referências

ACD (Auditoria Cidadã da Dívida). Mentiras e verdades sobre a dívida pública – parte 2. **ACD**, Artigos da ACD. 2015. Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/mentiras-e-verdades-sobre-a-divida-publica-parte-2/>. Com acesso em junho de 2017.

AMARAL, M. S. Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. 147 p. **Tese** (Doutorado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia da FEA-USP, São Paulo, 2012.

AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. A Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: OSORIO, J. et. Al (orgs). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**:ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 7ª edição, 2000. 200 p

ARAUJO, E. S. As condições de exploração da força de trabalho no Brasil na fase atual do capitalismo: uma análise do período 1990-2007. 2011. 199f. **Tese**(Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/772> com acesso em junho de 2017.

ARAUJO, E. S. Os mecanismos da superexploração da força de trabalho. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís (MA), v. 19, nº 2, p. 587-598, jul./dez. 2015. Disponível em <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/4338/2399> , com acesso em julho de 2017

ARAUJO, E. S. Sobre as Categorias Valor e Preço da Força de Trabalho em Marx. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 30, n. 2, jan/jun de 2016, p. 185-205. Disponível em :<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/30511> com acesso em julho de 2017.

ARUTO, P. C. e GOMES JUNIOR, E Padrão de reprodução do capital e produção social do espaço na região centro-oeste a partir da década de 2000. **Anais ...XXII Encontro Nacional de Economia política**. Campinas, 2017, p. 1-19. Disponível em: <http://www.sep.org.br/downloads>>. Com acesso em maio de 2018.

ARUTO, P. C. e GOMES JUNIOR, E. Padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva e a produção social do espaço nas regiões brasileiras. **Revista eletrônica documento e monumento**. vol. 20 – n. 1. Cuiabá: UFMT-NDIHR - Dez/2016, p. 226-238. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/1682252-Revista-Eletronica-Documento-Monumento>>, com acesso em maio de 2017.

ARUTO, P. C.; TONIN, V. H. O Ciclo do Capital e Renda Da Terra Urbana Nas Formações Socioespaciais Dependentes: Determinações Gerais. 2016. **Anais ... II Seminário Nacional de Teoria Marxista: O capitalismo e suas crises**. Uberlândia, 2016, p. 1-12.

ARUTO, P. C.; VENTURA NETO R. Inadequação fundiária urbana e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente brasileiro contemporâneo (2003-2015). 2019. In: **Anais ... XVIII ENANPUR**, Rio grande do Norte: Anpur, 2019, p.1-22 (não-publicado).

ARUTO, P. C. A formação socioespacial dependente a partir da superexploração da força de trabalho: uma abordagem metodológica. **Dissertação** (mestrado) - Unicamp, Instituto de Economia, Campinas, 2015

BAMBIRRA, V. **El capitalismo dependientelatinoamericano**. 15ªed. México-DF e Madrd: Siglo XXI, 1999.

BARBOSA, N.; PEREIRA, S.J.A. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, E. GARCIA, M.A. (orgs). **Brasil, entre o passado e o futuro**. São Paulo: Boitempo, Perseu Abramo, 2010, p. 57-110.

BARONI, L. L. A cada 5 minutos, 3 brasileiros morrem em hospitais por falhas. **UOL**, Ciência e Saúde. São Paulo, 22 de novembro de 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2017/11/22/a-cada-5-minutos-3-brasileiros-morrem-em-hospitais-por-falhas.htm> Acesso em julho de 2018.

BARTRA, A. La renta Capitalista de la tierra. In: [SEM ORGANIZADOR] **Teoria da renda da terra**. Coletânea II. São Paulo: sem editora, fevereiro 2011, p. 114-200.

BBC. Com crise e cortes na ciência, jovens doutores encaram o desemprego: 'Título não paga aluguel'. **Globo**, Rio de Janeiro, Ciências e Saúde. 16 de julho de 2018, Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/com-crise-e-cortes-na-ciencia-jovens-doutores-encaram-o-desemprego-titulo-nao-paga-aluguel.ghtml>. Com acesso em junho de 2018.

BELLUZZO, L. G. e ALMEIDA, Julio, G. **Depois da queda**: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do real. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

BEM, A.P. Despesa, Receita e Endividamento Público: Análise do comportamento brasileiro recente. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 43, n. 1, p. 9-26, 2015

BIANCARELLI, A. et. al. O setor externo no governo Dilma e seu papel na crise. **Texto para discussão**. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, n. 296, maio/2017, 33p.

BICALHO, R; TAVARES, F. B. Impactos do Setor de Petróleo na Economia Brasileira: Grandes Números do Setor de Petróleo e Gás. **Instituto de Economia UFRJ**, outubro de 2014, p. 1-35.

BILIO, R. L. A metamorfose na concepção do Fundo de Amparo ao Trabalhador: o deslocamento da responsabilidade pública para o mito do empreendedorismo. In: Seminário Nacional da Pós-

Graduação em Ciências Sociais. **Anais...** Espírito Santo: UFES, 2011, p. 1-18. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/viewFile/1635/1231> Com acesso em outubro de 2018.

BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). FAT - Números e dados financeiros. **BNDES, Transparência.** 2018a. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/fontes-de-recursos/fundos-governamentais/fundo-de-amparo-ao-trabalhador-fat/fat>

BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Fonte de recursos. **BNDES, Transparência.** 2018b. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/fontes-de-recursos> Com acesso em outubro de 2018.

BORGES, R. El salario y la explotación del trabajo en Brasil – plusvalía y superexplotación 1990 a 2005. **Imperialismo e dependencia** (GT-TMD da SEP), 2007, p. disponível em: <https://www.imperialismoedependencia.org/textos-para-baixar/textos-atuais-em-torno-a-tmd/> com acesso em dezembro de 2017.

BREITBACH, A.C.M. **Estudo sobre o conceito de região.** FEE n. 13, 1988, Porto Alegre, 1988.

BUENO, F. M. A superexploração do trabalho: polêmicas em torno do conceito na obra de Ruy Mauro Marini e a vigência na década de 2000. 2016. , 232 f., il. **Tese** (Doutorado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CANO, W. Brasil: construção e desconstrução do desenvolvimento **Texto para discussão.** Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, n. 304, junho/2017, 44 p.

CANO, W. Notas sobre o Imperialismo Hoje. In: **Crítica Marxista.** Brasiliense: SP, v.1 nº 3, p. 132-135, 1996.

CANO, W. **Soberania e política econômica na América Latina.** São Paulo: Unesp, 2000.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005.** São Paulo, Editora Unesp, 2008.

CARCANHOLO, M. D. **Dependencia, Superexplotación del trabajo y crisis:** uma interpretación desde Marx. Madrid: Maia Ediciones, 2017, 184p.

CARCANHOLO, M. D. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In: MAGALHÃES, J. P. A. (org.). **Os anos Lula:** contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010, p. 109-131.

CARCANHOLO, M. Neoliberalismo y dependencia contemporánea: la actual lucha de clases por la transformación social. In: VILLAGRA, L. (org). **Neoliberalismo en América Latina:** Crisis, tendencias y alternativas. Asunción: CLACSO, 2015,. 263-282.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em Crise:** a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Unesp. IE/Unicamp, 2002.

CARNEIRO, R. Impasses do desenvolvimento brasileiro: aspectos estruturais. In: BALTAR, P.; KREIN, J. D.; SALAS, C; (Orgs). **Debates contemporâneos – economia social e do trabalho 7: economia e trabalho: Brasil e México**. São Paulo: LTr, 2009, p. 15-59.

CARRANÇA, T. Mais pobres perdem 5% da renda e desigualdade cresce. **Valor econômico**. São Paulo, 23 de maio de 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/5542627/mais-pobres-perdem-5-da-renda-e-desigualdade-cresce>>. Acesso em junho de 2018.

CAVALCANTE, I. Desigualdade se agravou no Nordeste em 2017. **O Povo**, Economia. 11 de abril de 2018. Disponível em <https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2018/04/desigualdade-se-agravou-no-nordeste-em-2017.html>. Com acesso setembro de 2018.

CODEFAT (CONSELHO DELIBERATIVO DO FAT). **Relatório anual de Gestão de 2017**. Brasília-DF: CGFAT/SOAD/SE/MTb, 2018, disponível em http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Relat%C3%B3rio_de_Gest%C3%A3o_FAT_2017.pdf com acesso em outubro de 2018.

CODEFAT (CONSELHO DELIBERATIVO DO FAT). **Relatório anual de Gestão de 2016**. Brasília-DF: CGFAT/SOAD/SE/MTb, 2017, disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-FAT-2016-1.pdf> com acesso em outubro de 2018.

CODEFAT (CONSELHO DELIBERATIVO DO FAT). **Relatório anual de Gestão de 2015**. Brasília-DF: CGFAT/SOAD/SE/MTb, 2016, disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-do-FAT-2015.pdf> com acesso em outubro de 2018.

CODEFAT (CONSELHO DELIBERATIVO DO FAT). **Relatório anual de Gestão de 2014**. Brasília-DF: CGFAT/SOAD/SE/MTb, 2015, disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/2014.pdf> com acesso em outubro de 2018.

CODEFAT (CONSELHO DELIBERATIVO DO FAT). **Relatório anual de Gestão de 2013**. Brasília-DF: CGFAT/SOAD/SE/MTb, 2014, disponível em: http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/rg_2013.pdf com acesso em outubro de 2018.

CODEFAT (CONSELHO DELIBERATIVO DO FAT). **Relatório anual de Gestão de 2008**. Brasília-DF: CGFAT/SOAD/SE/MTb, 2009, disponível em: http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/rg_2008.pdf com acesso em outubro de 2018.

CODEFAT (CONSELHO DELIBERATIVO DO FAT). **Relatório anual de Gestão de 2007**. Brasília-DF: CGFAT/SOAD/SE/MTb, 2008, disponível em: http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/fat_relatorio_gestao_2007.pdf com acesso em outubro de 2018.

CODEFAT (CONSELHO DELIBERATIVO DO FAT). **Relatório anual de Gestão de 2006**. Brasília-DF: CGFAT/SOAD/SE/MTb, 2007, disponível em: http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/fat_relatorio_gestao_2006.pdf com acesso em outubro de 2018.

COLLUCCI, C. et al. Com zika e crise no país, mortalidade infantil sobe pela 1ª vez em 26 anos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 16 de julho de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/com-zika-e-crise-no-pais-mortalidade-infantil-sobe-pela-1a-vez-em-26-anos.shtml>. Com acesso em julho de 2018. Com acesso em outubro de 2018.

CORTÊS, C. L. Hacia el estancamiento generalizado de la economía mundial In: ESTAY, J. (coord.). **La economía mundial y América Latina ante la continuidad de la crisis global**. Puebla, México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2016, p. 133-152.

COSTA, A. T. de B. A superexploração da força de trabalho no Brasil (2003-2013). 2013 86 fl. **Monografia** (curso Ciências Econômica). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

COSTA, D. Fome volta a assombrar famílias brasileiras. **O Globo**, Economia. Rio de Janeiro, 9 de julho de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/fome-volta-assombrar-familias-brasileiras-21569940> . Com acesso em maio de 2018.

CRUZ, P.C. Endividamento Externo e Transferência de Recursos Reais ao Exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta. **Nova Economia**, v. 5, n. 1, p. 121-144, 1995.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. **DIEESE**. São Paulo, 15 de fevereiro de 2016. Disponível em <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf> . Com acesso em fevereiro de 2018.

DO NASCIMENTO, C. A. Trabalho excedente e excessivo dos assalariados na indústria de transformação, Brasil (2002-2014). In: XXIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA (ENEP/SEP 2018). **Anais**, 2018 Rio de Janeiro/Niterói: UFF, 2018, p. 1-2. Disponível em: http://www.sep.org.br/trabalhos_aprovados/. Com acesso em julho de 2018.

DOS SANTOS, T. **Dependencia y cambio social**. Santiago: Centro de Estudios Socio-Económicos, 1970.

DOS SANTOS, T. La estructura de la dependencia. In: DOS SANTOS, Theotonio et al. **Economía Política del Imperialismo**. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1975.

DOS SANTOS, T. **Teoria da Dependência**: Balanço e Perspectivas, Editora Civilização Brasileira, Rio, 2000

FERNANDES, M.C. A segunda torre de Dilma. **Valor econômico**, São Paulo, 17 de março de 2017. <https://www.valor.com.br/cultura/4902470/segunda-torre-de-dilma>. Com acesso em novembro de 2018

FJP (Fundação João Pinheiro). **Déficit habitacional no Brasil 2013-2014**. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações – Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/informativos-cei-eventuais/634-deficit-habitacional-06-09-2016/file> . Acesso em agosto de 2018.

FJP (Fundação João Pinheiro). **Déficit habitacional no Brasil 2015**. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações – Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/estatistica-e-informacoes/797-6-s-erie-estatistica-e-informacoes-deficit-habitacional-no-brasil-2015/file>. Acesso em setembro de 2018.

GENTIL, D. e ARAÚJO, V. . Dívida pública e passivo externo: onde está a ameaça?. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, n. 1768, setembro/2012, 34 p.

Glossário PNAD 2009. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/glossario_PNAD_2009.pdf , com acesso em agosto de 2018.

GOMES JÚNIOR, E. e ARUTO, P. C.; Considerações sobre a apropriação de renda da terra agrícola nas economias dependentes: apontamentos para o Brasil. **IX Jornadas de Economía Crítica e XI Colóquio de laSepla**. Vol. 1, pp.1-3, Córdoba, Argentina, 2016.

GOMES JUNIOR, E;MACEDO, F. C. e ARUTO, P. C.Território, dependência e luta de classes no Brasil. In: Macedo, R. G; NOVAES, H. T. e LIMA FILHO, P. A. (orgs). **Movimentos sociais e crises contemporâneas**: vol. 3/. 1ª Ed. Marília: Lutas anticapital, 2018, p. 89-124.

GOMES, H. Dilemas internacionais e desafios à Experiência chinesa. **Revista Leste Vermelho**, V.3., N.1, Janeiro, p. 222-250, 2017

GONZÁLEZ, B. G. M. Plusvalor, ingreso de trabajadores autónomos y diferencias nacionales de tasas de plusvalor. **Problemasdeldesarrollo**, v. 36, n. 142, p. 101-125, 2005.

GOUVERNEUR, J. Productive labour, price/value ratio and rate of surplus value: theoretical viewpoints and empirical evidence. **Cambridge Journal of Economics**, v. 14, n. 1, p. 1-27, 1990

GOUVERNEUR, J.**Comprender la Economía:La Cara Oculta de los Fenómenos Económicos**.DiffusionUniversitaire CIACO, Louvain-la-Neuve, 2005. Disponível em: <<http://www.i6doc.com>>, com acesso em dezembro de 2017.

GUANAIS, J. Salario por pieza y superexplotación del trabajo.**Sociología del Trabajo**. Madri:UniversidadComplutense de Madrid. Nº 92, p. 67-85, 2018. Disponível em <http://revistas.ucm.es/index.php/STRA/article/view/59579> Com acesso em dezembro de 2018.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Glossário PNAD 2009. **IBGE**, Estatística, população. Disponível em

:https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/glossario_PNAD_2009.pdf , com acesso em agosto de 2018.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). PNAD Contínua: 10% da população concentravam quase metade da massa de rendimentos do país em 2017. **Agência IBGE Notícias**, 11 de abril de 2018a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20843-pnad-continua-10-da-populacao-concentravam-quase-metade-da-massa-de-rendimentos-do-pais-em-2017>. Com acesso em junho de 2018.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Sistema de Contas Nacionais: Brasil. 2016. **Contas Nacionais**, n. 63. Rio de Janeiro: IBGE, 2018b. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101620_notas_tecnicas.pdf> com acesso em novembro de 2018.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). O regime de crescimento econômico brasileiro: uma apreciação sobre o período 1995-2009. In: IPEA. **Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2010, p. 57-84.

KARR, D. **Brasil: Fuga de Capitais, os Fluxos Ilícitos, e as Crises Macroeconômicas, 1960-2012**. Nova York/Washington: Global Financial Integrity, 2014. Disponível em: <<http://gfin integrity.org/wp-content/uploads/2014/09/Brasil-Fuga-de-Capitais-os-Fluxos-II%C3%ADcitos-e-as-Crises-Macroecon%C3%B4micas-1960-2012.pdf>> Com acesso em maio de 2017.

KORNBLIHTT, J. et al. Las alternativas al Neoliberalismo como forma de reproducir la particularidad del capital en América del Sur. **Pensamientoalmargen**. Murcia, Espanha. N°4, p. 104-135, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10201/51205> com acesso em outubro de 2018.

LAPAVITSAS, C. Profiting without producing: How finance exploits us all. Londres/Nova York: Verso Books, 2013.

LEFEBVRE, H. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Escorpião, 1973.

LEITE, L. de M. Existe uma crítica ao imperialismo na teoria dos preços de Marx? In: Colóquio Internacional Marx e o marxismo 2017: De O capital à Revolução de Outubro (1867 – 1917), 2017. **Anais...** Niterói: UFF, 2017, p. 1-29.

LUCE, M. S. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente, In: ALMEIDA FILHO, N. [Org.] *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: IPEA, 2013. p. 145-165.

LUCE, M. S. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias**. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018, 271 p.

MACEDO, F. C. de. Inserção Externa e Território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008). 2010. **Tese (Livre Docência)**. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MACEDO, F. Transformação econômica, inserção externa e dinâmica territorial no Centro-Oeste brasileiro: o caso de Rio Verde. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 25, n. 1, 2013, p. 35-50.

MARCONI e BRANCHER, 2017. A política econômica do novo desenvolvimentismo. **Rev. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, núm. esp., p. 1-31, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rec/v21n2/1415-9848-rec-21-02-e172126.pdf> Com acesso em agosto de 2018.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, Oct. 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004&lng=en&nrm=iso. Acesso em setembro de 2018.

MARINI, R. M. Procesos y tendencias de la globalización capitalista. In: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (Orgs.). La teoría social latinoamericana: tomo IV, cuestiones contemporáneas. México D.F.: UNAM, 1996.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R., STEDILE, J. P. (orgs). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. Expressão Popular**, São Paulo, 2005a, p. 137-180.

MARINI, R. M. El ciclo del capital en la economía dependiente. In: OSWALD, U. (coordinador). **Mercado y Dependencia**. México, Ed. Nueva Imagen, p. 37-55, 1979.

MARINI, R. M. La cuestion de fascismo en America Latina (Debate con Pio Garcia, Theotonio dos Santos e Agustín Cueva). **Cuadernos Políticos**, n.18, México D.F., outubro-dezembro, pp.13-38, 1978b.

MARINI, R. M. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a FH Cardoso y J. Serra). **Revista Mexicana de Sociología**, v. 40, p. 57-106, 1978a.

MARINI, R. M. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. **Cuadernos Políticos**, número 20, México, D.F., editorial Era, abril-junio de 1979, s.p.. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.20/CP20.4.RuyMauro.pdf>, com acesso em junho de 2017.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012

MARINI, R. M. Sobre a dialética da dependência. In: TRASPADINI, R., STEDILE, J. P. (orgs). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. Expressão Popular**, São Paulo, 2005b, p. 181-194

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, p. 32, 1986

- MARX, K. **El Capital**: Crítica de la economía política. Tomo I. Mexico, DF: Siglo XXI, 1975.
- MARX, K. **El Capital**: Crítica de la economía política. Tomo III. Mexico, DF: Siglo XXI, 1981.
- MARX, K. Salário, preço e lucro. In: MARX, K. e ENGELS, F. **obras escolhidas**. Volume I. São Paulo: Alfa omega. S.d P. 333-378
- MEADE, B. al. Corn and Soybean Production Costs and Export Competitiveness in Argentina, Brazil, and the United States. **EconomicInformationBulletin**.EconomicResearch Services/USDA n; 154.2016, 46p.
- MEDEIROS, C. A. (1997) “Globalização e inserção diferenciada da Ásia e da América Latina” In TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. (Orgs). *Poder e Dinheiro: uma economia política da Globalização*. Rio de Janeiro: Vozes
- MEDEIROS, M. *et al* A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20 n. 4, 2015 p. 971-986
- MONTALI, L.; LESSA, L. H. Pobreza e mobilidade de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. **Cad. Metrôpoles**, São Paulo, v. 18, n. 36, jul. 2016, p. 503-533
- MOREIRA, T. M.; TAVARES, F. B. Análise metodológica e empírica acerca da importância do ‘setor petróleo & gás’ na economia brasileira. In: Rio Oil&Gas Expo andConference 2016. **Anais**, 2016, Rio de Janeiro: RioCentro, IBP, 2016, p. 1-12. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Felipe_Botelho_Tavares/publication/311297048_Analise_Metodologica_e_Empirica_acerca_da_Importancia_do_Setor_Petroleo_Gas_na_Economia_Brasileira/links/5846ec9d08ae61f75ddfdee8/Analise-Metodologica-e-Empirica-acerca-da-Importancia-do-Setor-Petroleo-Gas-na-Economia-Brasileira.pdf . Com acesso em outubro de 2018.
- NAKATANI, P.; GOMES, H. A natureza e as contradições da crise capitalista. In GOMES, H. (org). **Especulação e lucros fictícios**: formas parasitárias da acumulação contemporânea. São Paulo: outras expressões, 2015, p. 247-276.
- NASSIF, A. As armadilhas do tripé da política macroeconômica brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 426-443, 2015.
- NEDER, V. Concentração de renda por pessoa no país subiu de 2016 para 2017, diz IBGE. **UOL**, Economia. Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2018/12/05/concentracao-de-renda-por-pessoa-no-pais-subiu-de-2016-para-2017-diz-ibge.htm> .Com acesso em dezembro de 2018.
- NUNES, F. e LUNA, D. O pré-sal já compete com o Oriente Médio. 21/10/2017. **Estado de São Paulo**, Economia & Negócios.. São paulo, 21 de outubro de 2017. Disponível em :<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/pre-sal-ja-compete-com-orient-medio,70002055332> Com acesso em outubro de 2018.

OSORIO, J. Ley del valor, intercambio desigual, renta de la tierra y dependencia. **Cuadernos de Economía Crítica**, [S.l.], v. 3, n. 6, p. 45-70, jun. 2017. Disponível em <http://sociedadeconomiacritica.org/ojs/index.php/cec/article/view/77> com acesso em junho de 2018.

OSORIO, J. **Crítica de la economía vulgar**: reproducción del capital y dependencia. Miguel Ángel Porrúa, 2004.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva—estudo de cinco economias da região. In FERREIRA, C. OSORIO, J. LUCE, M. (orgs). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, p. 103-133, 2012b.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In FERREIRA, C. OSORIO, J. LUCE, M. (orgs). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, p. 37-86, 2012a .

PAINCEIRA, J. P. e CARCANHOLO, M. D. Abertura financeira e vulnerabilidade externa na América Latina: os impactos sobre Brasil, México e Argentina. **Texto de Discussão IE/UFRJ**, nº 04, 2002.

PARASCOVA, T. Shell: Breakeven For Brazilian Presalt Less Than \$40. **OilPrice.com**, Latest Energy News. 25 de outubro de 2017. Disponível em: <https://oilprice.com/Latest-Energy-News/World-News/Shell-Breakeven-For-Brazilian-Pre-salt-Less-Than-40.html> Com acesso em outubro de 2018.

PETROBRÁS. Relatório Anual. **Relacionamento com investidores. 2002-2017** (vários anos) Disponível em :<http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/relatorios-anuais/relatorio-integrado/relatorio-anual> . Com acesso em outubro de 2018.

PINTO, E. et al. A guerra de todos contra todos: A Crise Brasileira. **Anais do XXII Encontro Nacional de Economia política**. Campinas: SEP, 2017, p. 1-25. Disponível em: <http://www.sep.org.br/downloads>, com acesso em julho de 2017.

PIRES, M.C.C.; LIMA JÚNIOR, A.B. Análise econômica do programa seguro-desemprego: uma reflexão sobre o espaço disponível para ajuste das despesas do FAT. **Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise**. Brasília: IPEA, n.56, p.51-66, 2014. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3780>. Com acesso em outubro de 2018.

POCHMANN, M. Mercado geral de trabalho: o que há de novo no Brasil? **Parcerias Estratégicas**, 22, vol 11, p. 121-144, 2006.

PRADO, E. Das explicações para a quase estagnação da economia capitalista no Brasil. **Revista de Economia Política**. São Paulo, vol. 37, nº 3 (148), pp. 478-503, julho-setembro, 2017b

PRADO, E. O mergulho da galinha: por si ou por causa dela? **Economia e complexidade**. P. 1-7, 2017a. Disponível em <https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2017/08/o-mergulho-da-galinha-por-si-ou-por-cao-da-dela.pdf> com acesso em maio de 2018.

PRATES, R. C.; DE REZENDE, A. A. Considerações a respeito do Balanço de Pagamentos: uma análise da evolução e dinâmica das contas brasileiras no período 2000-2014. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, v. 36, n. 128, p. 65-81, 2015.

RAMOS, L. Evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001. **Texto para Discussão**, n. 914, Rio de Janeiro: Ipea, novembro de 2002.

RIEU, D. Estimating sectoral rates of surplus value: Methodological issues. **Metroeconomica**, v. 59, n. 4, p. 557-573, 2008

ROBERTS, M. **The Long Depression**: How It Happened, Why It Happened, and What Happens Next. Chicago, Illinois: Haymarket Books, 2016, 362 p.

RODRIGUES, A. M. A política urbana no governo Lula. **Ideias**: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, v. 1, n. 3, p. 62-80, 2011.

ROSA, R. Passivo externo e “desdolarização”; a vulnerabilidade externa brasileira em mutação. **Dissertação (mestrado)** - Unicamp, Instituto de Economia, Campinas, 2016.

ROSSI e MELLO, Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha à ré **Nota de conjuntura**. Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP, n.1, Abril de 2017

ROSSI, A. Botijão de gás já consome 40% da renda de famílias mais pobres. **BBC**, News Brasil. São Paulo, 15 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44488761> Com acesso em julho de 2018.

SAAD, A.A. **O valor de Marx**: economia política para o capitalismo contemporâneo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

SALGADO, D. Atlas da Violência 2018: Brasil tem taxa de homicídio 30 vezes maior do que Europa. **O Globo**, Brasil. Rio de Janeiro, 5 de junho de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/atlas-da-violencia-2018-brasil-tem-taxa-de-homicidio-30-vezes-maior-do-que-europa-22747176>. Acesso em julho de 2018.

SANTOS, L. dos; ARUTO, P. C. Desempenho econômico e mercado de trabalho catarinense à luz da dinâmica nacional: algumas evidências estatísticas a partir dos anos 1990. **Textos para discussão**, nº3, SST/SC, Florianópolis, 2012. Disponível em <http://www.sst.sc.gov.br/index.php/trabalho-e-renda/informacao-e-analise-do-mercado-de-trabalho/estudos-tematicos>, com acesso em junho de 2018.

SILVA FILHO, E. Trajetória Recente do Investimento Estrangeiro Direto e em Carteira no Brasil. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 19, , Janeiro-Abril 2015 P.5-20.

SMITH, J. **Imperialism in the twenty-first century**: Globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis. New York: MonthlyReview Press, 2016

SOUZA, N. A. **A nova ordem econômica internacional**. São Paulo: Global, 1987

TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. Biblioteca de ciências sociais. Economia Biblioteca de ciências sociais (Zahar Editores), 1972

TEIXEIRA, A. O movimento da industrialização nas economias centrais no pós-guerra. **Dissertação de mestrado**. Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, 1983, p. 72–127.

TONIN, V. H.. Muita gente sem casa, muita casa gente. Entre superlucros e superexploração: a dialética da habitação em país dependente. 2015. 266 p. **Dissertação** (Mestrado) – Programa de pós Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da UFSC, Florianópolis, 2012.

TREACEY, M. Teoria de la dependencia: reflexiones sobre o capitalismo periférico latinoamericano y elementos para analizar la transferencia de excedente en la Argentina en la actualidad. **Tese de dissertação de mestrado**. FLACSO, Buenos Aires. 2013